



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SUZELE SANY LACERDA ALVES

PROGRESSO E CIVILIDADE NA *ATHENAS MINEIRA*: o debate sobre a
instrução pública nas páginas do Jornal *O Pharol* (1885-1926)

Uberlândia, MG
2024

SUZELE SANY LACERDA ALVES

PROGRESSO E CIVILIDADE NA *ATHENAS MINEIRA*: o debate sobre a
instrução pública nas páginas do Jornal *O Pharol* (1885-1926)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Educação.

Área de concentração: História e historiografia da
Educação

Orientador: Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza

Uberlândia, MG
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A474 2024	<p>Alves, Suzele Sany Lacerda, 1974- Progresso e civilidade na Athenas mineira [recurso eletrônico] : o debate sobre a instrução pública nas páginas do Jornal O Pharol (1885-1926) / Suzele Sany Lacerda Alves. - 2024.</p> <p>Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.531 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Educação. I. Souza, Sauloéber Tarsio de ,1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 37</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 21/2024/409, PPGED				
Data:	Vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	[14:20]	Hora de encerramento:	[17:30]
Matrícula do Discente:	12013EDU038				
Nome do Discente:	SUZELE SANY LACERDA ALVES				
Título do Trabalho:	"PROGRESSO E CIVILIDADE NA <i>ATHENAS MINEIRA</i> : o debate sobre a instrução pública nas páginas do <i>Jornal O Pharol</i> (1885-1926)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Representações de Imprensa: o Universo Escolar nas Páginas de Jornais do Triângulo Mineiro (1950-1970)"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/sauloeber-tarsio-de-souza>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Claudia Maria Petchak - UNESPAR; Jocyléia Santana dos Santos - UFT; Armindo Quillici Neto - UFU; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Sauloéber Tarsio de Souza - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Sauloéber Tarsio de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Petchak, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jocyleia Santana dos Santos, Usuário Externo**, em 06/09/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5615740** e o código CRC **1F1070CF**.

Ao meu esposo Weliton José Alves, ao meu primogênito e querida nora, Natã Lacerda Alves e Giulia Freire Lacerda, à minha filhinha Abigail Lacerda Alves e ao meu caçulinha, Isaque Lacerda Alves.

Agradecimentos

Redigir os agradecimentos desta tese é de fato um momento de grande contentamento e reflexão. Significa trazer à memória e eternizar neste registro, aqueles que de maneira especial estiveram presente ao longo deste doutorado.

Agradeço primeiramente a Deus, aquele que é o alfa e o ômega, o Senhor do tempo e da história, que com bondade e graça me permitiu chegar até aqui. És a minha rocha, o meu auxílio, o meu socorro e o meu farol.

À minha família, meu esposo, Weliton que soma amor, cuidado e compreensão aos meus dias, meus filhos e nora, Natã, Giulia, Abigail e Isaque que são minhas joias preciosas por acrescentarem tantas alegrias em minha vida.

Ao meu estimado orientador professor Dr. Sauloéber por todo direcionamento, pela dedicação nestes seis anos, mestrado e doutorado, pela generosidade intelectual e pelo auxílio decisivo na realização e conclusão deste ciclo de estudos, meu reconhecimento e gratidão.

Aos professores doutores Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Carlos Henrique de Carvalho, meus estimados professores, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores doutores Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Armindo Quillici Neto, Cláudia Maria Petchak e Jocyléia Santana dos Santos que gentilmente aceitaram o convite para a banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia pelos saberes partilhados.

Aos funcionários da secretaria do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente ao James e ao Ali, que sempre me atenderam com cordialidade e competência.

À minha querida amiga, Márcia Cristina Soares Cabrera de Souza, pelo apoio e incentivo desde os primeiros passos, ainda no mestrado.

Às amigas e irmãs de fé, Andrea Agnes e Juliana, pelos diálogos acolhedores e orações.

E, finalmente a todos os colegas do PPGED, aqueles que dialogamos nas salas de aulas e corredores e outros que dialogamos virtualmente, pelas experiências partilhadas.

Resumo

A presente pesquisa vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação – UFU na linha de pesquisa, História e Historiografia da Educação, teve por finalidade analisar de que modo o jornal *Pharol* se configurava como um agente propagador dos ideais de progresso e civilidade em Juiz de Fora e quais principais representações na perspectiva da instrução pública foram construídas e/ou veiculadas no jornal. Os marcos temporais estabelecidos (1885-1926) consideraram para o início a modificação de periodicidade das publicações que deixaram de ser semanais e tornaram-se diárias, fato que ocorreu em 01 de janeiro de 1885 e ainda outro acontecimento que marcou o jornal neste mesmo ano foi a mudança de propriedade, que passou a ser de Lindolpho de Assis que lhe deu uma direção mais conservadora. A data final correspondeu ao último ano constante no conjunto dos jornais do *Pharol* digitalizados na Hemeroteca, 1926. O problema de pesquisa consistiu em compreender quais foram as principais ideias relacionadas à educação/instrução pública que circularam nas matérias jornalísticas do *Pharol* e quais representações relacionadas a estas corroboraram com a disseminação dos sentidos de progresso e civilidade que permearam os debates políticos nas primeiras décadas do período republicano no Brasil. Para tanto, esta pesquisa buscou apoio na abordagem teórica da História Cultural e nas perspectivas de Roger Chartier (1990) para a compreensão das representações produzidas e/ou reproduzidas pelo jornal. Progresso e civilidade constituíram o “fio condutor” para a interlocução entre as categorias consideradas pela pesquisa, quais sejam, Instrução Pública, Analfabetismo, Ensino Religioso, Grupos Escolares, e Higiene escolar. As categorias ativadas nessa investigação se justificam por comporem os discursos que perpassavam a temática da Instrução Pública no *Pharol* e que representava a ambiência política e cultural do período. O Jornal *Pharol*, fonte principal desta pesquisa, foi um entusiasta do progresso, suas publicações além de destacarem os virtuosos adiantamentos de Juiz de Fora nos setores, industrial, comercial e intelectual, também reclamavam medidas que interessavam ao progresso e à civilização. Dentre as singularidades da *Athenas Mineira*, sobre sua constituição histórica, consta que a imigração foi um elemento que impulsionou a industrialização na cidade e influenciou no seu progresso, mas também originou grandes tensões no campo religioso, pois, o grande contingente de imigrantes alemães era em sua maioria de filiação protestante. O *Pharol* reprovava as práticas de intolerância religiosa dos católicos contra os protestantes, contudo seu posicionamento não o colocava em posição de defensor da religião protestante, mas sim dos princípios de civilidade condizentes com o progresso e a modernidade eurocentrados. Nos constantes deste estudo foi possível averiguar a crença na escolarização das massas como panaceia e a participação do *Pharol* na produção e reprodução de um imaginário de progresso e civilidade em Juiz de Fora que considerava a instrução pública como meio de melhoramento cultural e moral da população. Os “homens de imprensa” do jornal tiveram projeção e influência na sociedade juiz-forana, o que valorava ao *Pharol* credibilidade e notoriedade às suas publicações.

Palavras-chave: Pharol. Representação. Instrução Pública. Progresso. Civilidade.

Abstract

This research linked to the Postgraduate Program in Education – UFU in the line of research, History and Historiography of Education, aimed to analyze how the newspaper *Pharol* was configured as an agent propagating the ideals of progress and civility in Juiz de Fora and which main representations from the perspective of public instruction were constructed and/or published in the newspaper. The established time frames (1885-1926) initially considered changing the periodicity of publications, which stopped being weekly and became daily, fact that occurred on January 1, 1885 and yet another event that marked the newspaper that same year was the change of property, which came to be owned by Lindolpho de Assis, who gave it a more conservative direction. The end date corresponded to the last year listed in all the newspapers of *Pharol* digitized in Hemeroteca, 1926. The research problem consisted of understanding what the main ideas were related to education/ public instruction that circulated in *Pharol*'s journalistic articles and which representations related these corroborated with the dissemination of the senses of progress and civility that permeated political debates in the first decades of the republican period in Brazil. To this end, this research sought support in the theoretical approach of Cultural History and in the perspectives of Roger Chartier (1990) for understanding the representations produced and/or reproduced by the newspaper. Progress and civility constituted the “guiding thread” for dialogue between the categories considered by the research, namely, Public Instruction, Illiteracy, Religious Education, Graduate prime school, and School Hygiene. The categories activated in this investigation are justified because they make up the discourses that permeated the theme of Public Instruction in the *Pharol* and which represented the political and cultural ambience of the period. *Jornal Pharol*, the main source of this research, He was an enthusiast of progress, his publications, in addition to highlighting Juiz de Fora's virtuous advances in the industrial, commercial and intellectual sectors, they also demanded measures that were in the interest of progress and civilization. Among the singularities of *Athenas Mineira*, regarding its historical constitution, it appears that immigration was an element that boosted industrialization in the city and influenced its progress, but it also caused great tensions in the religious field, as the large contingent of German immigrants were mostly Protestant. The *Pharol* disapproved of Catholics' practices of religious intolerance against Protestants, however his position did not place him in a position to defend the Protestant religion, but rather the principles of civility consistent with Eurocentric progress and modernity. In this study, it was possible to ascertain the belief in mass schooling as a panacea and *Pharol*'s participation in the production and reproduction of an imaginary of progress and civility in Juiz de Fora, which considered public education as a means of cultural and moral improvement of the population. The newspaper's “press men” had projection and influence in the Judiciary society, which gave *Pharol* credibility and notoriety for its publications.

Keywords: *Pharol*. Representation. Public Instruction. Progress. Civility

Lista de abreviaturas e siglas

AML	Academia Mineira de Letras
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CT&D	Catálogo de Teses & Dissertações
GE	Grupo Escolar
PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
SMCJF	Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

Lista de figuras

Figura 1. Página inicial de pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira	32
Figura 2. Lista de ocorrências da categoria “Instrução Publica” na década de 1890-1899... 33	33
Figura 3. Vista do Ginásio Santa Cruz	39
Figura 4. Anúncio de Aulas de desenho	41
Figura 5. Nota de agradecimento à população de Juiz de Fora pelo esgotamento dos 9 mil exemplares do jornal <i>Pharol</i>	54
Figura 6. Primeira página do jornal contendo o slogan e informações gerais	57
Figura 7. Publicação noticiando a Conferência Literária por ocasião da instalação do primeiro GE de Guaranesia	59
Figura 8. Publicação noticiando datas e valores de matrículas do Colégio Americano Granbery.	84
Figura 9. Publicação noticiando a determinação do ensino religioso nas escolas públicas de Pitangui	96
Figura 10. Em primeira página divulgação do 1º Congresso Católico Mineiro a realizar-se em janeiro de 1910 e ao lado felicitações de aniversário a Rui Barbosa	102
Figura 11. Manchete divulgando o Resumo da Plataforma de Rui Barbosa	103
Figura 12. Resposta do Secretario do Interior Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto	105
Figura 13. Nota sobre o problema da difusão da instrução primária e o atraso de um ano do pagamento de uma professora	129
Figura 14. Manchete que discute assuntos sobre a Instrução Pública que serão apresentadas no 2º Congresso de Instrução Pública	133
Figura 15. Publicação de propaganda do Colégio Moss com ênfase nos preceitos de higiene.....	139
Figura 16. Publicação de propaganda do Colégio Mineiro-americano mencionando os preceitos de higiene.....	140
Figura 17. Matéria sobre as reformas no prédio da Academia de Comércio considerando a questão da higiene.....	141
Figura 18. Composição da SMCJF em 1890 – A representatividade do <i>Pharol</i> dentre os beneméritos.....	143
Figura 19. Publicação sobre o relatório técnico produzido por Estevam de Oliveira por ocasião das visitas em estabelecimentos de ensino primário em São Paulo.....	146

Figura 20. Soneto em exaltação aos Grupos Escolares.....	167
Figura 21. Publicação sobre permuta de professores entre a escola mista e o Grupo Escolar de Juiz de Fora.....	169
Figura 22. Publicação sobre o requerimento de pagamento de ordenados de professora substituta do Grupo Escolar de Juiz de Fora.....	169
Figura 23. Fachada dos Grupos Escolares Centrais de Juiz de Fora - 1907.....	172
Figura 24. Nota sobre a falta de qualificação na nomeação de inspetores e diretores escolares	181
Figura 25. Apelo em defesa da República	184
Figura 26. Ato público cívico-patriótico, a Festa da Bandeira	185
Figura 27. A entronização da imagem de Cristo nos Grupos Escolares.....	187

Lista de tabelas

Tabela 1. Alfabetizados e analfabetos do Brasil, faixa etária 15 anos ou mais, 1872–1920...	45
Tabela 2. Cotejamento do quantitativo de periódicos segundo Estados, Distrito Federal e Território, 1912 e 1930.....	46
Tabela 3. Classificação dos periódicos segundo a tiragem - 1912	48
Tabela 4. Cotejamento da classificação dos periódicos segundo a periodicidade, 1912 e 1930.....	51
Tabela 5. Jornais Mineiros de publicação diária, 1912 e 1930.....	55
Tabela 6. Jornais Mineiros em funcionamento em 1912, fundados no séc. XIX, 1912 e 1930.....	56
Tabela 7. Média geométrica de crescimento anual da população no Brasil, 1890–1920.....	112
Tabela 8. Quantitativo de escolas de Ensino Primário (Estadual) segundo Estados da Federação, 1908.....	116
Tabela 9. Ensino Público Primário (Estadual) – Matrícula e Frequência segundo Estados da Federação, 1908.....	117
Tabela 10. Número de Escolas de Instrução Primária e alunos por escola – 1920.....	119
Tabela 11. Ensino Público Primário de Minas Gerais – Matrícula e Frequência – 1926-1929.....	120
Tabela 12. Investimentos da Câmara Municipal de Juiz de Fora com Higiene e Educação, 1898–1907.....	141

Lista de quadros

Quadro 1. Dissertações e Teses publicadas no âmbito do PPGED-UFU que utilizaram a imprensa/ jornais como fonte	26
Quadro 2. Teses e dissertações que utilizaram o Jornal <i>Pharol</i> como fonte principal de pesquisa	28
Quadro 3. Temáticas abordadas pelo jornal <i>Pharol</i> , nas décadas da Primeira República referentes à Instrução Pública	34
Quadro 4. Imprensa jornalística em Juiz de Fora antes de 1930.....	70
Quadro 5. Publicações sobre a “Questão religiosa”no jornal <i>Pharol</i> , nas décadas referentes ao recorte da pesquisa.....	109
Quadro 6. Reforma Educacional do Ensino Primário de Minas Gerais — 1927.....	123

A infancia não póde ser indiferente à obra civilizadora do progresso, que para ella representa uma preciosa lição cívica. [...] Sois a escola do progresso, como a escola é a condição primeira do progresso dos povos. (sic)

— PHAROL, 1910

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - A IMPRENSA NA HISTÓRIA E NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	36
1.1 A imprensa no Brasil.....	36
1.2 A imprensa em Minas Gerais.....	52
1.3 A Imprensa em Juiz de Fora.....	61
CAPÍTULO 2 – FÉ, ORDEM E PROGRESSO: A QUESTÃO RELIGIOSA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM JUIZ DE FORA NAS PÁGINAS DO <i>PHAROL</i>	74
2.1 Progresso e religião: catolicismo e protestantismo nas páginas do <i>Pharol</i>	74
2.2 A Instrução Pública e a Igreja Católica.....	86
2.3 A Instrução Pública e o Ensino Religioso	94
CAPÍTULO 3 – INSTRUÇÃO PÚBLICA E CIVILIDADE NAS PÁGINAS DO <i>PHAROL</i>	111
3.1 O cenário mineiro na primeira metade do século XX: educação e sociedade	111
3.2 A questão do analfabetismo em Juiz de Fora expressa no <i>Pharol</i>	124
3.3 Instrução e higiene em debate nas páginas do <i>Pharol</i>	135
CAPÍTULO 4 – O IDEAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PELAS LENTES DO <i>PHAROL</i>	150
4.1 Grupos Escolares signos do progresso	150
4.2 Os Grupos Escolares na <i>Athenas Mineira</i> : as veiculações nas páginas do <i>Pharol</i> ...	168
4.3 O ideal de instrução pública na perspectiva das veiculações do <i>Pharol</i> a partir da Reforma João Pinheiro	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	194
APÊNDICES	214
ANEXOS.....	216

INTRODUÇÃO

A História da Imprensa se estreita com a história contemporânea da sociedade na medida em que se leva em conta sua participação como veículo de comunicação, de fluências e confluências em cada época histórica. Essa interdependência tem impellido pesquisadores a elegerem a imprensa como fonte e objeto para a compreensão do percurso dos homens através dos tempos.

É no entendimento das relações entre imprensa e educação, que se coloca o interesse desta pesquisa em compreender quais eram as representações da instrução pública (educação) no jornal *Pharol* na Primeira República. O enfoque Imprensa e Educação tem se mostrado profícuo para o campo da História da Educação, pois estes, “[...] não são elos que se estruturam pela pesquisa, mas que se constroem historicamente, posto que suas relações são intrínsecas.” (Schelbauer; Araújo, 2007, p. 6).

Nas motivações que conduziram a escolha da temática da investigação estão refletidas tanto o percurso pessoal de vivência da autora, quanto fatores de ordem mais abrangente. Inicialmente a proposta seria realizar um estudo comparativo da constituição dos grupos escolares na capital e no interior com o intuito de analisar a heterogeneidade da expansão do ensino primário em Minas Gerais, suas divergências e convergências. A História das Instituições Escolares, de modo específico, a dos Grupos Escolares, fez parte da minha trajetória de estudo e pesquisa durante o curso de mestrado na Universidade Federal de Uberlândia. A dissertação intitulada, O Grupo Escolar José Emílio de Aguiar: um capítulo da história da educação primária de Coromandel-MG (1961-1971), sob orientação do professor Dr. Sauloéber Társio de Souza, foi defendida em fevereiro do ano de 2020, mesmo ano de ingresso no curso de doutorado. E foi neste mencionado ano que tudo mudou. O inesperado acontecimento da Pandemia do Covid-19 obrigou o fechamento dos estabelecimentos de ensino, dos arquivos públicos e de outros espaços de pesquisa por mais de um ano, o que acarretou na necessidade de redirecionamento do tema e objeto da pesquisa por não haver acesso às fontes para a execução do projeto inicial de pesquisa proposto para o doutorado. Em que pese a mudança, a nova proposta, a de acolher a História da Educação pela Imprensa como temática estabeleceu uma relação com as motivações de ordem pessoal, pois a imprensa faz parte da minha vivência. Nossa família possui uma gráfica, local onde trabalhei por um período e conheci os processos de produção do impresso. Meu esposo, tipógrafo por

profissão, presenciou a transição¹ da tipografia para a offset. Os antigos tipos ou fontes — assim eram denominadas as letras entre os “gráficos” — de chumbo foram substituídos por computadores. O encantamento com a imprensa, de modo específico a jornalística, e a trajetória acadêmica do mestrado corroborou para a constituição dos objetivos desta pesquisa, qual seja, identificar e analisar as representações sobre a educação/instrução pública veiculadas no jornal *Pharol* no período republicano. Como observou (Capelato, 1994, p. 13), “É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores [...]”.

Ao longo deste trabalho, procuramos responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as principais ideias relacionadas à educação/instrução pública circularam nas matérias jornalísticas do *Pharol* e quais representações relacionadas a estas corroboraram com a disseminação dos sentidos de progresso e civilidade que permearam os debates políticos nas primeiras décadas do período republicano no Brasil?

O interesse em analisar as publicações do jornal *Pharol* relacionadas à educação/instrução pública no período proposto partiu da hipótese de que, a circulação das matérias jornalísticas relacionadas à instrução pública teria influenciado na produção e reprodução de um imaginário do “progresso” e “civilidade” projetando assim um ideário de educação como panaceia para os problemas de ordem moral, cultural e social.

Para averiguar tal hipótese, a investigação teve como objetivo analisar de que modo o jornal *Pharol* se configurou como um agente propagador dos ideais de progresso e civilidade em Juiz de Fora e quais representações na perspectiva da instrução pública foram construídas e/ou veiculadas no jornal no período proposto.

De modo específico a pesquisa seguiu com os seguintes objetivos: identificar e analisar os embates políticos e educacionais presentes nas matérias, bem como as representações que foram construídas e/ou veiculadas; discutir a participação do *Pharol* na construção de ideais pedagógicos presentes nos debates; discutir a interlocução entre imprensa e educação, sua importância e abrangência como fonte para as pesquisas em História da Educação.

Em relação ao recorte cronológico, este priorizou a apreciação de publicações das primeiras décadas da República, tendo em vista que estas foram marcadas por uma

¹ É devido mencionar que o efetivo alcance dos avanços tecnológicos no setor gráfico — ao menos na realidade das pequenas cidades mineiras de Coromandel, Monte Carmelo, Patrocínio, Vazante e possivelmente outras das quais não temos informações — ocorreu de modo lento. Pode-se inferir que um dos possíveis fatores para tal atraso foi o alto custo das máquinas gráficas que inviabilizava tamanho investimento. A título de curiosidade, a gráfica da família preserva algumas máquinas centenárias, e que ainda funcionam, uma espécie de “museu particular”.

efervescência política com a crença no progresso como alvo e também conquista. Os marcos temporais específicos, diga-se o recorte dentro do recorte, foram estabelecidos conforme o encontro com as matérias jornalísticas que tratavam das categorias selecionadas. A delimitação do período inicial considerou a modificação de periodicidade das publicações que deixaram de ser semanais e tornaram-se diárias, fato que ocorreu em 01 de janeiro de 1885² e ainda outro acontecimento que marcou o jornal neste mesmo ano foi a mudança de propriedade, que passou a ser de Lindolpho de Assis que lhe deu uma direção mais conservadora. A data final corresponde ao último ano constante no conjunto dos jornais do *Pharol* digitalizados na Hemeroteca, 1926.

O “fio condutor” que permeou o debate sobre a instrução pública nas páginas do *Pharol* foram as concepções de progresso e civilidade — sentido e conceito tão caros neste período — evidenciados nos discursos de modernidade nos jornais. Com o advento da República e a chegada do novo século, a imprensa periódica se destacou como campo privilegiado de comunicação dos ideais de modernidade³ e progresso⁴ que se propunha para a nova sociedade. “A preocupação em se adequar aos padrões de modernidade vigentes e a inspiração europeia estiveram na base do intenso debate desencadeado através da imprensa [...]” (Coben, 2020, p.113). A ideia de progresso,

[...] pode ser definida como ideia de que o curso das coisas, especialmente da civilização, conta desde o início com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhora do indivíduo. [...] e, além disso, como uma ascensão gradual rumo a formas de civilização cada vez mais elevadas. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998 p.1009).

Contudo, a concepção do sentido e conceito de progresso não pode ser estabelecida de modo absoluto, mas sim relativo por sua abrangência nas diferentes épocas da história. Nesse sentido,

Progresso não é uma categoria de caráter conclusivo; quer impedir o triunfo do mal radical, não triunfar em si mesmo; mais que entrega do homem ao processo do desenvolvimento, é corretivo do perigo sempre presente de retrocesso, oposição ao risco da recaída. A ambiguidade do conceito faz com que atualmente, em termos políticos, se use de preferência uma expressão da ciência política, ou seja, a de modernização, e de seu contrário, ou seja, a de subdesenvolvimento. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998 p.1014).

² Matéria completa informando que o Jornal *Pharol* que é o mais antigo da província agora será o único de publicação diária. (vide anexo 1)

³ Modernidade aqui alude a uma nova concepção de mundo, uma nova percepção do ser humano em sociedade, uma nova sensibilidade. Para compreender o polifônico sentido de modernidade vide BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁴ Dentro da abrangência do conceito de progresso, pode-se equacionar a ideia de Brasil moderno. Sobre esse debate, entre as aspirações e contradições, vide, (IANNI, 1992).

O jornal *Pharol* guardava veiculação com o ideário republicano de progresso e modernização. George Charles Dupin, primeiro redator do jornal e posteriormente proprietário era defensor “Entusiasmado pelos avanços do progresso e da “sciencia” do seu tempo, os artigos e notícias publicados no *Pharol* refletiam esse interesse procurando, ainda, repassá-lo aos seus leitores.” (Goodwin Junior, 1997, p. 198. grifos do autor).

A modernização pode ser entendida como um,

[...] conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p.768).

Noutro momento histórico, no período de pós-guerra, o conceito de modernização foi introduzido pelas ciências sociais para “[...] caracterizar os processos de transição que os países e nações *atrasados*, ou *subdesenvolvidos*, deveriam, esperava-se, passar para alcançar os níveis de renda, educação e produtividade tecnológica característicos dos países industrializados.” (Schwartzman, 1991, p.50 grifos do autor).

No Brasil a mudança de regime político sinalizou o início dos processos de modernização que aspirava mudanças na organização social, política e econômica. Significou estreita relação com o entendimento de modernização que,

refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mutuo: a formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e a formação de identidades nacionais; a expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; a secularização de valores e normas etc. A teoria da modernização efetua sobre o conceito weberiano de "modernidade" uma abstração plena de consequências. Ela separa a modernidade de suas origens - a Europa dos tempos modernos - para estilizá-la em um padrão, neutralizado no tempo e no espaço, de processos de desenvolvimento social em geral. (Habermas, 2000, p.5 grifos do autor),

Do ponto de vista da imprensa, a modernização alterou os processos de produção gráfica e graças à incorporação dos avanços técnicos substituiu cada vez mais o caráter artesanal pelo caráter industrial, o que favoreceu o crescimento da grande imprensa⁵.

⁵ “A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o

A imprensa assim como a educação eram canais dirigidos ao povo para a propagação das “luzes” do progresso e da civilização. Nessa perspectiva o jornal como fonte e objeto de pesquisa é “[...] provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas [...] é difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...]” (NÓVOA, 1997, 31).

A imprensa periódica tem se configurado como fonte fértil para as pesquisas em História da Educação, pois nela podem ser percebidas as marcas de processos sociais, culturais, políticos e educativos que fizeram parte da sociedade. A importância da imprensa para a compreensão do campo da educação coloca-se face às discussões presentes nas notas jornalísticas que abordam tantos os sujeitos desse campo quanto a realidade política, social e econômica que os circundam em determinada época, o que possibilita a constituição do retrato de um tempo.

Na verdade, é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza de debates, anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os atores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades [...] As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. (Nóvoa, 1997, p. 30-31)

A História da Educação contada por meio da imprensa periódica permitiu ampliar o horizonte de estudo das múltiplas aproximações e interpretações de um universo diverso de publicações de modo que,

[...] a conjugação da informação jornalística com a metodologia histórica tem se mostrado produtiva [...] Tanto a imprensa ganhou na forma de apresentar suas informações e no enriquecimento de sua própria história, como a história propriamente dita encontrou um novo manancial de dados, a partir do qual pode ampliar seu ângulo de visão e promover interpretações mais abrangentes, que consigam reproduzir, de forma mais eficiente, a dinâmica social. (Carvalho; Inácio Filho, 2007, p.55).

Esse “manancial de dados” têm possibilitado ao campo educacional reflexões muito próximas dos acontecimentos, pois, fazem circular informações, concepções educacionais,

conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.” (LUCA, 2020, p. 149).

concordâncias e discordâncias que buscam soluções para os problemas da comunidade. O caráter fugaz e imediato da imprensa e sua lógica de reação a acontecimentos, a pensamentos, a normativas legais ou situação política a constitui como uma fonte privilegiada de análise do debate educacional de cada período, pois vem carregada do cotidiano da comunidade. (Nóvoa, 1997).

Contudo, até a segunda metade do século XX, o uso da imprensa como fonte primária encontrava certa resistência. A prática historiográfica até então considerava que o ideal de busca pela verdade dos fatos seria possível por meio dos documentos e “[...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade [...]” (Luca, 2005, p. 112). Nesse contexto o uso dos jornais como fonte principal de pesquisa parecia pouco adequado se levado em conta a possível subjetividade de seu conteúdo editorial que poderia ser tendencioso e estar a serviço de determinados grupos de interesse, o que implicaria na composição de uma realidade distorcida.

O reconhecimento da imprensa periódica como fonte válida ocorreu, aos poucos, ao longo da década de 1970. O jornal como fonte e também objeto da pesquisa histórica possibilitou ampliar o campo de investigação para além da História da imprensa, a escrita da história por meio da imprensa, que apesar das hesitações na época alcançou diferentes áreas da historiografia. Nesse período, conforme registra (Luca, 2005), a imprensa, que era constantemente consultada por pesquisadores reconhecidos por seus padrões de excelência acadêmica para a obtenção de dados com conteúdo econômico, político e social para auxiliar as análises e suas produções passou por um deslocamento de fonte de apoio, para fonte principal em pesquisas, as quais originaram teses e dissertações de reconhecida importância para a nova abordagem temática e metodológica.

O uso da imprensa nos meios acadêmicos como fonte subsidiária de pesquisa para a compreensão da história em suas diversas subáreas, quais sejam, História da Educação, História da mulher, História da infância, História do movimento operário, História política, História da juventude, dentre outras, tem aumentado nos últimos anos, pelo fato desta se configurar como “[...] um novo manancial de dados, a partir do qual pode ampliar seu ângulo de visão e promover interpretações mais abrangentes e que consigam reproduzir de forma mais eficiente a dinâmica social.” (Carvalho, 2008, p. 65). A junção da informação jornalística com a metodologia histórica tem se mostrado fértil na produção de representações da sociedade.

Nas últimas décadas, os periódicos têm despertado muito interesse por parte dos pesquisadores e têm sido bastante utilizados como fonte documental pelo historiador. A imprensa periódica é uma grande força política, que, além de registrar e comentar seu momento histórico possui a capacidade de produzir representações/imagens da sociedade, de influenciar, em cada medida, a opinião pública. Graças a esse poder, desde seu surgimento a imprensa tem sido temida, mas também muito utilizada pelos vários setores da sociedade. (Rezende, 2012, p.98).

O universo da imprensa é ricamente diversificado e permite aproximações para a compreensão de diferentes setores da sociedade. No campo educacional, tanto a imprensa especializada como a imprensa diária e popular, são veículos que permitem ao pesquisador ter acesso a informações e pistas que possibilitam a compreensão do movimento histórico-educacional de caráter regional e local. As publicações especificamente voltadas para as questões educacionais,

[...] constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais. (Carvalho; Araújo; Gonçalves Neto, 2002, p. 72, grifos dos autores).

A imprensa periódica, diária e popular, produzida muitas vezes por desconhecedores de teorias e métodos educacionais, se mostra importante fonte de pesquisa para uma análise da História da Educação por se tratar de um meio de comunicação, difusor de embates, aspirações e ideias. Nesse sentido “o jornal torna-se um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha para a moldagem da cultura.” (Gonçalves Neto, 2002, p. 206).

Em terras mineiras, bem como em boa parte do mundo ocidental este meio de comunicação, o jornal, “[...] foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo, os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.” (Faria Filho, 2002, p.134). Ainda que essa modalidade de fonte não possua uma pauta de cunho especificamente educacional, há de se levar em conta seus contributos para a ampliação da pesquisa histórico-educacional, pois, na compreensão de que,

[...] a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, a imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade. Portanto tomar um dado jornal como fonte histórico-educacional implica em ampliar os horizontes para além dos horizontes da educação escolar. Esta não se faz desvinculada da sociedade a qual se insere. (Araújo; Schelbauer, 2007, p. 5).

É nessa perspectiva, de ampliar os horizontes para além dos horizontes da educação escolar e de encontrar os indícios e rastros que compõe divulgação das ideias e discussões relacionadas à educação na imprensa é que se estabeleceu o jornal *O Pharol* como objeto e fonte histórico-educacional prioritária desta pesquisa para a compreensão das representações sobre a instrução pública mineira no período da Primeira República.

A escolha do jornal *Pharol* como fonte principal desta pesquisa se justifica por duas razões principais. A primeira foi em razão de seu destaque em quantidade de publicações sobre os assuntos educacionais no período proposto. O *Pharol* possui o acervo mais completo que se encontra digitalizado. A segunda está relacionada à sua boa aceitação e repercussão na cidade de Juiz de Fora, conforme afirma (Goodwin Junior, 1997, p. 198). “O *Pharol* procurava não só informar, como também educar. Diversos editoriais e artigos transcritos de outros jornais colocavam os leitores juiz-foranos a par das ideias mais modernas nos meios científicos mundiais.”

O jornal *Pharol* “foi o mais importante periódico deste período, sendo, até hoje, uma fonte indispensável de pesquisa para aqueles que desejam reconstituir esta fase da história.” (Musse, 2007, p. 4). Fundado em 1866 na cidade de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, por Tomaz Cameron, e transferido em 1870 para Juiz de Fora, o *Pharol* foi a primeira tipografia da cidade e assim que se estabeleceu publicou no dia 09 de abril de 1870 suas bases editoriais. “Apóstolo da ideia liberal” e aberto a publicações de qualquer interesse, desde que estivesse comprometido com o bem público e com a verdade, inclusive dos fatos importantes do estrangeiro. (Goodwin Junior, 2007).

A preocupação com a construção de sua própria identidade era uma ação dos órgãos de imprensa. O próprio nome do Jornal intentava colocá-lo em posição de guia ou luzeiro para orientar a moral da sociedade.

Ao colocar-se diante de seu público, toda publicação periódica procura, através de um texto de apresentação ou editorial de lançamento, manifestar os objetivos a que se propõe: diz a que vem e como pretende ser, preocupando-se ainda, frequentemente em justificar sua aparição [...] Os editoriais de apresentação de jornais e revistas não nos permitiriam também

apreender e discutir a imagem que a imprensa procura dar de si mesma e o lugar que se arroga na sociedade? (Miné, 2000, p. 177).

Pugnado pelos princípios liberais, o *Pharol*⁶ foi vendido em 1875 para George Charles Dupin, que introduziu a máquina a vapor na imprensa mineira e foi um dos primeiros redatores do jornal. Dupin esteve à frente do jornal por 12 anos, 10 destes como proprietário, período em que direcionou seus esforços para transformar o jornal no mais influente órgão de informação e opinião da cidade de Juiz de Fora e da região. Com Dupin o *Pharol* caminhou para sua preponderância quando em 1885 passou a ser de publicação diária e por meio de contrato firmado com a municipalidade tornou-se o órgão oficial de publicação das atas das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora. (Goodwin Junior, 1997).

Em 1º de dezembro de 1885, Dupin, declarando motivos de saúde, publicou uma comovente carta de despedida do seu jornal que é passado ao seu redator assistente, Lindolpho de Assis. Este permanecerá o proprietário e redator do *Pharol* até 30 de dezembro de 1888 quando novamente o jornal é passado do proprietário ao redator, José de A. Braga.

Em 1891 o jornal foi vendido a uma sociedade anônima organizada por Antônio Ferreira Lage, tornando-se monarquista. Em 10 de fevereiro 1901, O *Pharol* cessou suas atividades, retornando em 2 de julho do mesmo ano, sob a direção e propriedade do republicano Cesário Alvim⁷, que permaneceu até 1903. Com a morte de Cesário, foi adquirido por Cristóvão de Freitas Malta, que o dirigiu de janeiro de 1904 até 09 de janeiro de 1909, quando foi vendido a João Evangelista da Silva Gomes, tendo nessa época como redatores Albino Esteves e Bernardo Aroeira. O Jornal circulou até 1939, quando foi extinto. (Kapell, 2019).

⁶ Encontra-se no Apêndice 2 a relação dos proprietários do *Pharol* e seu posicionamento político.

⁷ De acordo com os dados do CPDOC, José Cesário de Faria Alvim nasceu em Arraial do Pinheiro, município de Mariana, atual Pinheiros Altos, distrito de Piranga (MG), em 7 de junho de 1839. Em São Paulo bacharelou em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito em 1862. Nesse período foi redator dos jornais *O Timbira* e *O Futuro*. Deputado (MG), 1867-1868; 1877-1880, Presidente do Rio de Janeiro, 1884-1886, Presidente de Minas Gerais, 1889-1892, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, 1890-1891, Senador (MG), 1891. Nos momentos finais do Império, apresentou-se como republicano na exposição do gabinete do visconde de Ouro Preto, justificando as insatisfações com o regime até então em vigor. A partir dessa declaração, foi atuante no movimento que levou à proclamação da República. Filiado ao Partido Liberal no período monárquico, às vésperas da instauração do regime republicano aderiu ao Partido Republicano Mineiro (PRM). No governo estadual, implementou medidas para fortalecer o crédito público e estimular a arrecadação tributária, com vistas a diminuir as dívidas públicas e regular a situação financeira. Enfrentou a oposição dos “republicanos históricos”, nome dado ao grupo que aderiu aos ideais republicanos antes do 15 de novembro de 1889, como os signatários do Manifesto Republicano (1870), os abolicionistas e membros dos clubes republicanos regionais. Tal oposição acarretou a perda de prestígio no governo e a renúncia ao cargo em 17 de fevereiro de 1892. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVIM,%20Ces%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

Dada a importância da imprensa como um instrumento de pesquisa para a construção do conhecimento em História da Educação é que,

Muitas pesquisas buscaram perscrutar temas estritamente educacionais, tanto nas folhas periódicas tipicamente opinativas do século XIX, quanto no produto jornal, característico dos séculos XX/XXI. Debateram-se as representações reconstruídas por eles, tanto no que diz respeito à escola quanto à profissão docente; problematizaram-se estratégias utilizadas por determinados grupos na consolidação de políticas públicas educacionais, do mesmo modo que foram desvelados os embates próprios do campo, os quais ecoaram em todo o país por intermédio dos jornais. (Campos, 2012, p.55).

Deste modo, as pesquisas que utilizam imprensa/jornais como fonte são vastas e contribuem significativamente com o crescimento do campo da História e Historiografia da Educação. “O domínio da história é tão vasto e as fontes tão abundantes que seria um equívoco ignorar o trabalho dos colegas e dos predecessores, desde que ele apresente as garantias exigidas pelo método: retornar tudo a partir das fontes seria um empreendimento inócuo e insano.” (Prost, 2008, p. 69).

Nesse sentido, com o intuito de conhecer estas produções acadêmicas foi realizado um levantamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, a partir de buscas com os descritores, jornal, jornais, imprensa, imprensa e educação conforme quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Teses e dissertações publicadas no âmbito do PPGED-UFU que utilizaram a imprensa/jornais como fonte.

Ano de defesa	Autor (a)	Título	Doutorado/ Mestrado
1999	Carvalho, Carlos Henrique de	Imprensa e Educação: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães (Uberabinha-MG, 1905-1922)	Mestrado
2002	Sobrinho, Vicente Batista de Moura	Massificação do ensino em Uberlândia: a fala da imprensa 1940-1960	Mestrado
2006	Souza, Sandro de	Coronéis das Águas: um estudo sobre a educação e as representações de Caldas Novas-GO pelo olhar noticioso de O KRÓ - 1910 a 1940	Mestrado
2009	Matos, Márcia Helena Rodrigues de	Educação e imprensa nos palcos republicanos: análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889/1930)	Mestrado
2010	Sousa, Marcos Paulo de	Educação, Infância e Família na Imprensa Uberlandense no Estado Novo (1937-1945)	Mestrado
2011	Lucena, Maria de Lourdes Almeida e Silva	Imprensa e Educação: Um estudo sobre o pensamento educacional no Triângulo Mineiro (1930-1945)	Doutorado
2013	França, Jorge Luiz de	Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)	Mestrado

2018	Neiva, Renata Maria de Oliveira	Pedagogias da beleza: a história da educação do corpo feminino no Correio da Manhã (1925-1972)	Doutorado
2020	Miyoshi, Simone Cléa dos Santos	Imagens educam: lições de modernidade na imprensa ilustrada paulista e carioca na década de 1920	Doutorado
2020	Franco, Isaura Melo	A Juventude Estudantil pelo olhar dos jornais do Triângulo Mineiro: Entre a tutela e a subversão (décadas de 1950 e 1960)	Doutorado
2021	Ilha, Ariane Márcia Motoki	Representações da professora na imprensa escrita: A educação feminina por meio do jornal o repórter de Uberlândia – MG (1933-1963)	Mestrado
2022	Silva, Victor Henrique Diana da	A educação do paulista pela imprensa: uma análise do jornal A Notícia na Revolução Constitucionalista de 1932 (São José do Rio Preto/SP)	Mestrado
2022	Oliveira, Sirlene de Castro	Embates entre o ensino religioso e o ensino laico na imprensa de Uberaba, MG (1924-1934)	Mestrado
2022	Vicente, Cláudia Aparecida da Costa	Modos de ser mulher: a educação e a representação femininas nas páginas do jornal lavoura e comercio (Uberaba, 1899-1930)	Doutorado

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia

Os dados apresentados acima mostram um aumento do uso da imprensa jornalística como fonte para pesquisas do campo da História a Educação nas últimas décadas do quadro.

O reconhecimento da importância desse espaço de comunicação, principalmente no início do século passado, para difusão de notícias, de valores e emissão de opinião, os quais permitem uma construção de interpretações, foi abordado por Gonçalves Neto (2002, p. 204) em sua singularidade. “É principalmente através da imprensa que se divulgam e consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas.”

Com o intuito de identificar pesquisas que priorizaram o *Pharol* como fonte principal e tomando por base o Catálogo de Teses & Dissertações (CT&D) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizamos uma busca a partir de uma única palavra-chave, *Pharol*, e esta deveria estar presente no título da dissertação ou tese.

Quadro 2. Teses e dissertações que utilizaram o jornal *Pharol* como fonte principal de pesquisa

Ano de defesa	Autor (a)	Título	Instituição	Tipo
2010	Soares, Priscila Gonçalves	Práticas corporais e diversão em Juiz de Fora/mg: o discurso do jornal o Pharol (1876-1915)	UFJF	D
2019	Baptista, Alessandro Cesar Dos Santos	Entre pedras e papéis: da Escola Normal ao Instituto de Educação, identidades delineadas na construção de sua sede nos periódicos estudantis Pharol (1880-1881) e o Tangará (1953-1957)	UNIRIO	D
2020	Vargas, Renata Correa	Por uma Juiz de Fora moderna: educação e saúde no jornal O Pharol (1889 - 1911)	UFJF	T
2020	Nascimento, Gisele do	Fugas e estratégias escravas: uma análise dos periódicos Pharol e O Leopoldinense no século XIX	UNIVERSO	D
2021	Oliveira, Iolanda Chaves Ferreira de	As Representações da Pobreza na Imprensa de Juiz de Fora. O Pharol e o Pobre (1890-1919)	UFRJ	D
2021	Ferreira, Natalia Maria Da Cruz	Folhas (mal) ditas: práticas de violência contra mulheres nas páginas dos periódicos Pharol e O Leopoldinense no final do século XIX (1880-1889)	UNIVERSO	D

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis Catálogo de Teses & Dissertações (CT&D)

Nota-se que, embora o jornal tenha possibilitado diferentes perspectivas de investigação, dada sua importante participação na sociedade, nenhum dos trabalhos mapeados abordou a proposta desta pesquisa. Consideramos que este estudo contribuirá com o debate nessa área de investigação.

Com relação aos aspectos teórico-metodológicos, esta pesquisa se valeu do conceito de representação, pois “É principalmente através da imprensa que se divulgam e consolidam as principais representações sociais.” (Gonçalves Neto, 2002, p. 204). A imprensa por meio de seus textos, narrativas, pela persistente publicação de determinadas temáticas, que acaba por criar adesão ao que é proposto, pode ser analisada à luz da teoria das representações sociais, pois esta, “[...] oferece um instrumental teórico metodológico de grande utilidade para o estudo da atuação do imaginário social sobre o pensamento e as condutas de pessoas e grupos.” (Alves Mazzotti, 2008, p.40). Nessa mesma direção, Maria Helena Camara Bastos afirma que,

Um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e reprodutora de significações. A partir da necessidade de informar sobre os fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar

uma mentalidade — uma certa maneira de ver — no seu destinatário, constituindo um público-leitor. (Bastos, 2002, p.151)

As matérias jornalísticas estão eivadas de representações, pois, na medida em que expressam as concepções específicas de um determinado momento, por um determinado grupo e local, não correspondem a totalidade da realidade, nem tampouco do imaginário do início do século XX, mas podem ser interpretadas, uma vez que,

[...] dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. (Pesavento, 2012, p. 41).

A questão da não neutralidade dos discursos está vinculada aos grupos que influem na conformação da cultura. A produção das representações se dá conforme as ideias em circulação que partem de uma realidade com base material. Nesse sentido,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p.17).

Com efeito, “[...] a imprensa escrita expressa o ponto de vista tendenciosamente daqueles que a produzem, porém esse é o ponto que o pesquisador irá ampliar, pois não há uma disputa entre o certo e o errado, mas sim o desvelar das ideologias presentes e a forma de persuasão utilizada, para influir socialmente.” (Zanlorenzi, 2012, p. 65).

Outrossim, o alargamento do conceito de documento e as novas abordagens em torno da renovação historiográfica promoveu um redimensionamento da imprensa como fonte documental para além de identificá-la como portadora dos “fatos” e da “verdade” se abrindo a novas perspectivas de pesquisa. Nesse sentido,

A imprensa ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma

época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. (Capelato, 1994, p.24).

A perspectiva da História Cultural permitirá analisar de que modo o jornal *Pharol* desempenhava um papel político e pedagógico, pois, “[...] mostra-se fecunda, possibilitando pensar nas diferentes práticas sociais que, ao se apoderarem dos bens simbólicos produzem usos e significados diferenciados.” (Velloso, 2006, p.315).

O conceito de representação é “[...] central para os estudos culturais, envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. A sua força se dá pela capacidade de produzir reconhecimento social: As representações são também portadoras do simbólico.” (Pesavento, 2012, p.41). É nesse entendimento que se pretende identificar quais eram as principais representações relativas à educação/instrução pública veiculadas no *Pharol*.

[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe [...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real (Chartier, 1990, p. 17).

Esta menção de Roger Chartier tão utilizada nos textos acadêmicos coloca muito bem a questão da representação como uma construção social, que para ser identificada e analisada, considerando-se o jornal como artefato cultural veiculador dessas representações, necessita ser classificada ou categorizada dentro de um conjunto de ideais em circulação, aquelas que mais se destacam e estabelecem uma aproximação com a realidade pesquisada.

Os caminhos da pesquisa levaram ao uso do recurso digital para o acesso às fontes. Conforme já exposto, em razão da impossibilidade de pesquisas em arquivos físicos optamos então por aquelas digitalizadas disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. A existência de repositórios digitais se apresenta como uma alternativa para os pesquisadores.

[...] as bibliotecas nacionais ampliaram as suas missões e vêm procurando formas de se adequar aos novos tempos, buscando utilizar as novas tecnologias para promover sua missão primordial: preservar e assegurar o acesso à memória documental que se encontra sob sua guarda ao maior número possível de cidadãos. (Bettencourt, 2014, p. 16).

Lançada oficialmente em 2006 e tendo como finalidade, “[...] ampliar e democratizar o acesso da população aos documentos que compõem o Acervo Memória Nacional através de sua digitalização e disponibilização na Internet por meio da BNDigital” (Azevedo; Pessoa;

Medeiros Neta, 2020, p.48), a Biblioteca Nacional Digital⁸ atentou para a preservação de documentos de natureza diversa e se constituiu importante espaço de pesquisa.

A Pandemia do Covid-19 impôs adaptações em diferentes áreas da vida cotidiana, na perspectiva da educação produziu efeitos como a incorporação da modalidade virtual para a continuidade das aulas. Em entrevista à Revista *Acta Scientiarum Education*, Carlota Boto destaca a necessidade de medidas de reinvenção da educação.

E estes tempos exigem, em alguma medida, a reinvenção da educação e da escola. É preciso inventividade. É preciso experimentação. É preciso ter a coragem de criar. E para criar, há de se romper com certezas presumidas e verdades pressupostas. Nesse sentido, valer-se de novas plataformas, utilizar novas estratégias, tudo isso requer ponderação na decisão e urgência na ação. As novas plataformas que abrem flanco para novos métodos de ensino levam a internet efetivamente para dentro da escola. (Honorato; Nery, 2020, p.5).

É aceitável que a adoção do “novo”, nesse contexto mencionado, também possa se aplicar às pesquisas educacionais com o uso de plataformas e ambientes virtuais para as pesquisas educacionais como alargamento das possibilidades de acesso às fontes. Destarte, pode-se considerar que a Hemeroteca Digital, por meio do seu acervo digitalizado, possibilita uma otimização das pesquisas, se levados em conta seu alcance e precisão na localização dos descritores ou palavras-chave nas matérias jornalísticas. Outra questão a ser apresentada é sobre o conjunto digitalizado dos números dos jornais contidos na plataforma. No caso do jornal *Pharol*, fundado em 1866 com circulação até o ano de 1939, seu acervo digitalizado compreende ao período de 1976 a 1933 e abrange totalmente o recorte temporal proposto nesta pesquisa. No conjunto de exemplares digitalizados poucas edições não foram encontradas, fato que também ocorre com os acervos físicos e não constitui prejuízo à pesquisa.

À luz de um conjunto teórico interpretativo, também das fontes, as quais nutrem o argumento e ainda a ambiência cultural e política do período é que se pretende balizar a relação das categorias de análise propostas com as principais representações sobre a Instrução Pública no jornal *Pharol*.

O procedimento para a identificação das categorias ou temáticas principais, as quais nesta pesquisa, foram priorizadas aquelas relacionadas à Instrução Pública, se deu a partir do encontro com as matérias jornalísticas. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital

⁸ No Portal da Biblioteca Nacional Digital <http://bndigital.bn.gov.br/encontra-se> o link para a Hemeroteca Digital.

— ambiente virtual da pesquisa — possui alguns recursos de filtro, quais sejam, local, periódico, período, este último, organizado por décadas e o campo para inserção das expressões ou dos descritores, que possibilitam buscas específicas e um grande alcance em número de notícias que contém as palavras-chave da pesquisa.

O percurso como parte da trajetória metodológica seguiu algumas etapas que serão descritas. Em primeiro momento foi utilizado o filtro que seleciona o local, Minas Gerais⁹, o período de interesse desta pesquisa, a Primeira República, e a categoria central desta investigação, a Instrução Pública, a partir da qual foi possível encontrar as demais. As opções dos períodos de pesquisa são organizadas na plataforma por décadas, conforme pode ser observado na figura 1.

FIGURA 1. Página inicial de pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira

HEMEROOTECA DIGITAL

Pesquise os periódicos no acervo da Hemeroteca.
Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos. Se estiver buscando outro tipo de publicação, encontre no [Acervo Digi](#)

Periódico
 Período
 Local

Local: Período:

Periódico:

Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").

FONTE: Portal da Hemeroteca Digital Brasileira (2023).

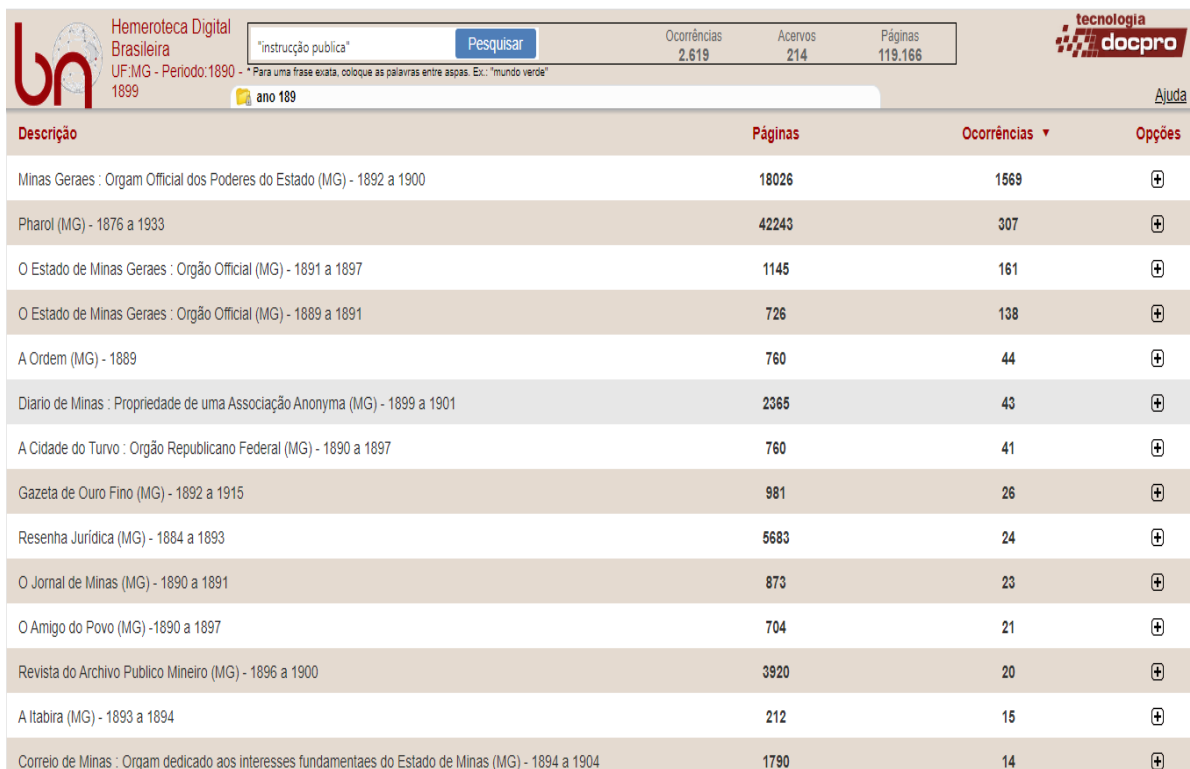
Para efeito de demonstração a figura a seguir apresenta os resultados desta primeira busca que tinha como objetivo quantificar as matérias que continham em seu conteúdo a expressão instrução pública na primeira década da República e levantar qual era o jornal mineiro que se destacava em notícias com esta temática.

Os resultados revelaram que o jornal *Pharol* foi o periódico de propriedade particular que mais possuía ocorrências, ou seja, repetições com a categoria principal estabelecida por esta investigação, a “Instrução Pública”.

⁹ É devido mencionar que optamos por buscar somente jornais em Minas Gerais, por se tratar de nosso interesse em pesquisar a imprensa mineira e na sequência identificar aquele que possuía o maior número de incidência da categoria principal da pesquisa, a instrução pública.

Nas décadas seguintes, referentes ao período da Primeira República, o jornal *Pharol* ocupou sempre o primeiro lugar em publicações com a temática da instrução pública e também nas pesquisas das demais categorias, que chamaremos de subcategorias, o que significa que este periódico teve grande relevância e participação nos assuntos educacionais não só mineiros, mas também no Brasil.

FIGURA 2. Lista de ocorrências da categoria “Instrução Pública” na década de 1890-1899



Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Minas Geraes : Orgam Official dos Poderes do Estado (MG) - 1892 a 1900	18026	1569	+
Pharol (MG) - 1876 a 1933	42243	307	+
O Estado de Minas Geraes : Orgão Official (MG) - 1891 a 1897	1145	161	+
O Estado de Minas Geraes : Orgão Official (MG) - 1889 a 1891	726	138	+
A Ordem (MG) - 1889	760	44	+
Diario de Minas : Propriedade de uma Associação Anonyma (MG) - 1899 a 1901	2365	43	+
A Cidade do Turvo : Orgão Republicano Federal (MG) - 1890 a 1897	760	41	+
Gazeta de Ouro Fino (MG) - 1892 a 1915	981	26	+
Resenha Jurídica (MG) - 1884 a 1893	5683	24	+
O Jornal de Minas (MG) - 1890 a 1891	873	23	+
O Amigo do Povo (MG) - 1890 a 1897	704	21	+
Revista do Archivo Publico Mineiro (MG) - 1896 a 1900	3920	20	+
A Itabira (MG) - 1893 a 1894	212	15	+
Correio de Minas : Orgam dedicado aos interesses fundamentaes do Estado de Minas (MG) - 1894 a 1904	1790	14	+

FONTE: Portal da Hemeroteca Digital Brasileira (2023)

No segundo momento a partir dos resultados encontrados, as publicações que discutiam a temática da instrução pública e após longo período de leituras destas foi possível identificar as categorias que mais se destacaram. A sistematização convergiu para as seguintes categorias de análise, as quais convencionamos nominar de subcategorias: Analfabetismo, Ensino Religioso, Grupos Escolares, e Higiene escolar.

As categorias ativadas nessa investigação se justificam por comporem os discursos que perpassavam a temática da Instrução Pública no *Pharol* e que representava a ambiência política e cultural do período. O quadro a seguir foi organizado após a pesquisa individual de cada categoria feita na BNDigital seguindo o mesmo procedimento realizado nas buscas pelo descritor “Instrução Pública”, utilizando os filtros, local, periódico e período. Os resultados

apresentam a quantidade de notas encontradas nas décadas da Primeira República referentes à categoria principal, Instrução Pública e demais subcategorias da pesquisa.

Quadro 3. Temáticas abordadas pelo jornal *Pharol*, nas décadas da Primeira República referentes à Instrução Pública.

Temáticas	NÚMERO DE MATÉRIAS POR PERÍODO				Total
	1890-1899	1900-1909	1910-1919	1920-1929	
Instrução Pública	307	342	422	46	1.117
Analfabetismo	-	21	76	24	121
Ensino Religioso	13	29	13	1	56
Higiene Escolar	3	22	19	-	44
Grupos Escolares	-	143	386	57	586

FONTE: Dados da pesquisa¹⁰

No processo inicial de leitura desse grande contingente de notícias sobre a Instrução Pública, primeiro descritor utilizado no filtro de buscas, foram identificadas questões importantes e que devem ser registradas. A primeira é que foram encontradas muitas publicações repetidas em várias edições do jornal, o que reduz consideravelmente a quantidade de notas a serem analisadas e a segunda questão é a presença das demais temáticas, as constantes no quadro 2 em uma mesma notícia.

O exame das fontes seguiu curso da produção escrita e foram priorizadas aquelas com maior potencial de debate e de maior relevância para o alcance dos objetivos propostos para esta pesquisa. As temáticas/categorias elencadas orientaram a organização da tese que foi estruturada em quatro capítulos. O Primeiro capítulo discute a Imprensa no Brasil, em Minas Gerais e em Juiz de Fora, com base em um referencial bibliográfico especializado e no mapeamento dos jornais mineiros. Este capítulo também trata da constituição histórica do município de Juiz de Fora, suas singularidades e seus liames com as perspectivas de progresso e civilidade, o que constitui suporte teórico necessário para a articulação entre o cenário juiz-forano e a compreensão das representações presentes no *Pharol*. O segundo capítulo versa, em linhas gerais, sobre a questão religiosa e sua articulação com a instrução pública. Aborda os conflitos em torno da separação entre a Igreja e o Estado, as tensões e entre o catolicismo e o protestantismo em Juiz de Fora, os contrapontos entre ensino laico e ensino religioso, temas que provocaram intensos debates no jornal e que permearam as discussões sobre a instrução pública. No terceiro capítulo é realizado um estudo sobre a educação e a sociedade mineira na primeira metade do século XX, e nessa ambiência abordados os problemas do analfabetismo e a higiene escolar, temas de primeira ordem para o processo civilizatório da nova ótica

¹⁰ Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

republicana. O quarto capítulo apresenta o ideal de instrução pública veiculada nas páginas do *Pharol*, tendo como destaque os Grupos Escolares como signos do progresso, as representações que foram construídas e/ou veiculadas em torno desta instituição e a presença desta modalidade na *Athenas Mineira*¹¹. Trata também da instrução pública em curso e em perspectiva no conjunto das temáticas que constituíram o debate educacional, quais sejam, a questão da nacionalidade, da qualidade do ensino e do insistente problema do analfabetismo. As considerações apontadas buscam revelar a participação e importância do jornal *Pharol*, destacar seu papel político e pedagógico além de identificar e discutir quais eram as principais representações relativas à educação/instrução pública veiculadas no período proposto.

¹¹ Juiz de Fora recebeu o título de *Athenas Mineira* por seu progresso intelectual, por contar com grande número de artistas, escritores, estabelecimentos de ensino e jornais de publicações diárias e periódicas.

CAPÍTULO 1 - A IMPRENSA NA HISTÓRIA E NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A vida jornalista, sobretudo da imprensa moderna, que quer ter opinião e sabe externá-la livremente, francamente, sem preocupar com interesses contrariados, é difícil e agitada principalmente no interior.

— PHAROL, 1910

A imprensa desempenhou um papel central na circulação de ideias, pois, a possibilidade de produzir textos em grande escala não apenas transformou o cenário cultural e intelectual da época como também criou “[...] um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural.” (Bastos, 2002, p. 152). O próprio nome do jornal, *Pharol*, assinalava suas aspirações em se estabelecer como “guia” para a sociedade juiz-forana. Nesse entrelaçamento dos discursos constantes no jornal, seus posicionamentos expressos de modo direto ou não, da participação e influência dos homens de imprensa do *Pharol*¹² — seus proprietários, redatores e colaboradores — na sociedade de Juiz de Fora e ainda do contexto histórico da cidade tem-se a tônica da proposta deste capítulo.

Ademais, para melhor compreensão da proposta ora apresentada, consideramos necessária a apresentação do movimento da imprensa de um modo geral, sua trajetória histórica e mapeamento dos periódicos, no Brasil, em Minas Gerais e em Juiz de Fora.

1.1 A imprensa no Brasil

O tom de modernização e progresso dos primeiros anos da República, bem como o crescimento urbano, seus melhoramentos e ainda as inovações tecnológicas impulsionaram a expansão da “grande imprensa”. Esse período que compreende os últimos anos do século XIX e início do seguinte é apontado por especialistas como um período de inflexão em sua trajetória.

Alguns elementos propiciaram esse redimensionamento e redirecionamento da imprensa, quais sejam, as modificações na produção dos impressos que passaram de um modo artesanal para um caráter industrial com máquinas modernas cada vez mais velozes, com

¹² Encontra-se no apêndice 1 a relação de Literatos do *Pharol* (redatores e colaboradores) mencionados na tese e que tiveram participação no âmbito da educação e devido aos cargos ocupados representou certa influência em Juiz de Fora.

maior tiragem e número de páginas, a divisão e especialização do trabalho no interior da oficina gráfica, novos processos tecnológicos que permitiram o uso da ilustração diversificada que tornava o impresso mais atrativo, menor custo na produção e o aumento do público leitor e consumidor impulsionado pelas comunidades de imigrantes e pelo investimento republicano na alfabetização.

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano — carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio —, delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração. (Luca, 2020, p.150).

Esse novo *modus vivendi* adotou a imprensa jornalística como um importante artefato de cultura com demanda cada vez maior de sua participação diária na circulação das notícias e acontecimentos e em certa medida até mesmo influenciando pensamentos. “A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes [...]” (Capelato, 1994, p.13).

O aumento da circulação da informação estava vinculado ao contexto da época e evocava a necessária observação quanto às circunstâncias que a impulsionaram.

É preciso ter presente que o período em apreço foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e setor de serviços [...] extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação da informação. (Luca, 2020, p.150).

Diante de novos focos de notícia, face ao novo regime político “a imprensa a serviço do progresso” estampava em suas páginas a “*Belle Époque*” do Brasil, as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso e de civilizar-se. (Eleutério, 2020, p. 83).

Essa temática estava presente nos jornais da época em diferentes formas literárias e guarda relação com a euforia pelo progresso por parte da burguesia, intelectuais e políticos, conforme menciona a mesma autora, “Outros gêneros literários retratam as alterações que se processavam na construção de uma nova urbanidade em que o triunfo da burguesia se

evidencia através do aparato tecnológico. A crença no progresso é destaque nas páginas dos jornais e revistas sob forma de crônicas, reportagens, entrevistas.” (Eleutério, 2020, p. 97).

As variadas formas de apresentação da notícia, inclusive com o uso de ilustrações possibilitavam um amplo alcance do público leitor e consumidor, propiciando o ensaio da comunicação de massa, que deve levar em conta o entrave dos altos índices de analfabetismo nesse período. Em uma realidade onde a maioria da população é analfabeta “[...] a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação através da imagem.” (Barbosa, 2007, p.32).

De modo bastante contundente, as autoras Martins e Luca (2006) afirmam que a ilustração foi mais eficaz do que a letra, de amplo alcance e decisiva para a comunicação de massa. A valorização da imagem em detrimento do texto ocorreu pioneiramente no *Jornal do Brasil*, que a partir de 1900, abriu espaço para as ilustrações “[...] a bico de pena de páginas inteiras, resumindo as notícias da semana sob a forma de caricaturas, inovando ao criar “o conto sem palavras”, na verdade uma espécie de história em quadrinho sem fala [...]” (Barbosa, 2007, p.33).

Além disso, a imagem é vista como possibilidade de “transmitir o real”, são textos culturais na perspectiva da comunicação de massa com caráter aparentemente objetivo passa a reproduzir nas páginas dos jornais uma visão de mundo. Nesse sentido,

A primeira página do *Jornal do Brasil* da edição comemorativa de 15 de novembro de 1900 — inteiramente tomada por ilustrações reproduzindo cenas das tecnologias que invadem a imprensa na virada do século XIX para o século XX — é um bom indicador não apenas das estratégias utilizadas para atingir um público mais vasto e parcamente alfabetizado, mas também para refletir sobre a importância da representação imagética na sociedade. (Barbosa, 2007, p.31).

Como um bom exemplo da importância da representação imagética na sociedade, o jornal *Pharol* em 31 de março de 1912 publicou uma matéria sobre o Ginásio Santa Cruz¹³ exaltando a instituição com elogios ao trabalho ali realizado. A nota foi acompanhada da fotografia da instituição. Nota-se a deferência que se queria dar ao Ginásio, pois a grande maioria das notícias sobre as instituições não acompanhava a publicação da imagem.

¹³ A importância deste estabelecimento de ensino para a cidade de Juiz de Fora foi mencionada por Paulino de Oliveira. O Ginásio de Santa Cruz dirigido pelo padre João Sabino de Las Casas e auxiliado por outros profissionais de reconhecido valor foi “[...] um dos mais notáveis estabelecimentos, no seu gênero, da então Província de Minas, tendo hoje representantes seus em tôdas as esferas sociais.” (Oliveira, 1966, p. 200).

FIGURA 3. Vista do Ginásio Santa Cruz



FONTE: *O Pharol*, 31/03/1912.

A imprensa jornalística se configurou como um artefato de cultura, suporte material eivado de representações e intencionalidades que tinha como objetivo conquistar adeptos para um propósito seja ele empresarial, mercantil ou político. “Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis.” (Capelato, 1994, p.15).

O cunho mercantil dos jornais abriu espaço para a publicação de anúncios e propagandas comerciais a partir do final do século XIX. A caracterização da imprensa brasileira como uma atividade comercial acabou por enfraquecer sua atuação política e provocou uma mudança rumo ao fortalecimento do caráter econômico dos jornais.

O nosso século XIX foi marcado pela forte presença dos impressos de caráter político — como atesta o papel que os mesmos desempenharam na luta pela independência, na crise aberta com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, ou no movimento em prol da Abolição, enquanto a subsequente atualização tecnológica apontou para a transição rumo ao mercado. (Luca, 2020, p. 154).

O termo “jornal-empresa” expressa o caráter desse novo rumo dos jornais que teve início na passagem do século XIX e estava naturalmente ligada às transformações do país. Frente a esse novo momento Sodré (1996) aponta a diferença dos tipos de imprensa das

pequenas cidades do interior e das capitais. A de caráter artesanal — com a produção das folhas semanais ainda realizadas por tipografias por meio dos velhos processos e adotando temas locais com abordagem áspera — subsistia nas pequenas cidades do interior, enquanto nas capitais os jornais ingressaram na fase industrial com categórica solidez e estrutura comercial, ainda que de porte pequeno ou grande eles eram configurados como empresa.

Trata-se de utilizar os artifícios mais apropriados para o público que se quer alcançar. O periódico que se destinava às elites apresentava-se de modo sóbrio e comedido. Àqueles que visavam o público mais vasto publicavam títulos espetaculares, matérias policiais, esportivas, palpites do jogo do bicho, marchas dos bordões e blocos carnavalescos. O destaque à seção de crimes e de temas de espetaculosidade eram um atrativo para as camadas populares. “A imprensa que usa o sensacionalismo, dando larga cobertura a crimes, fatos escabrosos e anomalias sociais dirige-se às camadas populares; explorando corações e mentes obtém fartos lucros.” (Capelato, 1994, p. 15).

Essa mudança sem volta guarda relação com a ascensão capitalista — lenta e peculiar no Brasil devido ao seu longo passado colonial — e também burguesa, que buscava alinhar-se no compasso do capitalismo global. O jornal como empresa daí por diante adquire uma indiscutível estrutura comercial, pois, “Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão.” (Sodré, 1966, p. 314.).

Devido aos compromissos financeiros dos jornais, num país de poucos leitores e com crescente número de colaboradores a remunerar, abriu-se espaço para os anúncios. Dentre os diferentes ramos econômicos que se inseriam os anúncios também estavam presente aqueles vinculados ao universo escolar. Situação que ocorreu com o jornal *Pharol*, conforme pode ser observado na Figura 4 a seguir.

FIGURA 4. Anúncio de Aulas de desenho.

15	17 34	1:000\$	gistr
13	23405	1:000\$	recto
13			blieo
10			Di
		Agente geral	da P
		<i>Luiz Gonzaga Bretas</i>	Di
e Meton			Junt
Augusto		Aulas de desenho	C m
a, 8 cada			Di
Nunes e		Segundas, quartas e sextas-feiras	da C
m; Chris		PREÇO MENSAL	Off c
ialho, A.		Diurnas uma hora . . . 15\$000	D
4 cada		Nocturnas uma hora. . . 10\$000	escol
Iendonça,		Acceptam-se aulas particulares.	isola
Machado,		Amelio Latini	D
Cathoud,		RUA DIREITA, 76—Juiz de Fora	fun
redo Ba		570 3-2	Cap
o de Sou		Fabrica de cigarros "Aracy"	D
ures, V.		O abaixo assignado proprietario	fun
stregesilo,		deste estabelecimento faz saber a	pital
ge Pinto,		todos os seus amigos e freguezes	los j
Brasil e		bem assim á praça em geral que, de	lanç
o Thomaz			dia
astro, Al			E
le Barros,			
de Olivei			
e Gouvêa.			

FONTE: *O Pharol*, 03/06/1913.

De caráter publicitário ou como apoio econômico aos veículos de comunicação “os anúncios iriam atender e estimular o consumo da classe média emergente e da elite, dispostas a folhear as páginas dos periódicos, ávidas por novos produtos trazidos pela industrialização e a urbanização.” (Eleutério, 2020, p.94).

Deste modo a palavra impressa em suas diversas formas, informação, propaganda e publicidade, e também nos seus diferentes veículos, jornal, revista ou cartaz, influenciava no aumento do consumo de toda ordem e passou a figurar como importante segmento econômico. Martins e Luca (2006). Os contratos de publicidade, políticos ou não, mantinham financeiramente os jornais, pois estes foram,

[...] transformados em grandes empresas, importando modernos equipamentos, aumentando o número de suas páginas e tiragem dos exemplares, dependem não apenas do pequeno anúncio, da publicidade particular, mas sobretudo da verba oficial para a manutenção das empresas. (Barbosa, 2000, p.148).

Esta publicidade profissional nascente significava para a imprensa suporte econômico que acolheu da propaganda comercial à política. Nota-se que, o jornal-empresa confrontava com “[...] os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico, cultural e educacional, ademais da estreita vinculação que os diários continuaram a manter com o mundo da política.” (Luca, 2020, p.153).

A análise de Coben (2020) a partir dos dados do relatório da Estatística da imprensa periódica no Brasil de 1931 — o qual tomava o ano de 1912 como base comparativa para levantamento de vários itens, quais sejam, as categorias classificadas de acordo com o tema dos impressos, números de títulos, sua periodicidade e variabilidade de duração, — expõe uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações que constata raízes políticas da atividade jornalística. Grupos de interesse que viam na imprensa um espaço para promover suas ideias e pretensões. Nesse sentido,

No Brasil, a propaganda de ordem política foi uma constante na imprensa local, quando a criação de jornais praticamente se restringiu ao fortalecimento de partidos e grupos políticos. Mais ostensiva, ainda, na imprensa da primeira República. Campos Salles, por exemplo, publicou a obra *Da Propaganda à Política*, na qual procurava justificar a postura político-propagandística de seu governo; a Campanha Civilista em 1909, liderada pelas facções de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, consolidou o jornalismo a propaganda política, tradição de nossa imprensa. (Martins; Luca, 2006, p.48. grifos do autor).

O tema político, tônica das matérias da grande imprensa, tornou-se, em certa medida, “mercadoria negociável”. A compra da opinião passou a ser rotina, pois, com o fenômeno da transição da pequena à grande imprensa, na passagem do século XIX, — onde os jornais de pequeno porte ficaram relegados ao interior e aqueles de maior porte começaram a se firmar como empresas, — que teve como consequência a mercantilização dos jornais tornou “[...] mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.” (Sodré, 1966, p. 315).

Esse comportamento político na imprensa era acentuado em fases de campanha de sucessão presidencial e também em razão do aparecimento de jornais de oposição que confrontavam aqueles que se subordinavam ao poder, fato que gerava a necessidade dos detentores deste, de comprar a opinião da imprensa. Sem hesitar em fazer uso dessa prática, a qual lhe parecia honesta, justa e necessária, Campos Salles, que presidiu o país nesse período, confessou explicitamente tal conduta em seu livro, *Da Propaganda à Política*. (Sodré, 1966).

A importância do posicionamento e da opinião da imprensa era notória “[...] por diversos grupos de intelectuais que percebiam na prática jornalística a dimensão da formação da opinião pública, instrumento adequado para uma ação transformadora.” (Coben, 2020, p.108).

Habermas explica a transformação da imprensa que passou de informativa para imprensa de opinião. “Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias,

para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária”. (Habermas, 2003, p.214). É nessa ambiência que os jornais construíaam o discurso que lhes era apropriado para as diferentes intencionalidades, seja econômica, política ou cultural, se colocavam a serviço de poderes políticos e se constituíaam disseminadores de conceitos e representações que por sua vez influenciavam a construção da opinião pública¹⁴.

Esse importante veículo de comunicação com poder de induzir a formação de opinião cada vez maior, foi tangido pela censura ainda nos momentos iniciais da República. O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório por meio do Decreto n. 85-A, de 23 de Dezembro de 1889 criou uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando as penas militares de sedição.

Em 23 de dezembro de 1889 o Governo Provisório baixava severo decreto de censura à imprensa, espalhando medo. Conhecido como *Decreto Rolha*, previa penas militares de sedição para os que conspirassem contra o governo “por palavras, escritos ou atos”. Assinavam o documento o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, e todo seu ministério: Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Manuel Ferraz de Campos Salles, Rui Barbosa, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiúva, Demétrio Nunes Ribeiro, Aristides da Silveira Lobo. (Martins; Luca, 2006, p.35-36, grifos do autor).

Nota-se a presença de republicanos históricos na lista de signatários do decreto, alguns militantes ativos na imprensa, como é o caso de Campos Salles e os jornalistas Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo. Contraditoriamente Quintino Bocaiúva que era diretor do jornal *O País* — que compunha o grupo oficial da imprensa monarquista, não obstante muitos de seus colaboradores serem defensores do regime republicano — propunha a mudança do regime sem revolução.

O decreto publicado a pouco mais de um mês da proclamação da República em nada se aproxima do viés democrático e defensor dos direitos de liberdade, que prezava pela discussão como instrumento pacífico da liberdade propugnado pelo Manifesto Republicano em 1878, assunto que será retomado na seção 3.1.

Com o intuito de calar a voz da reação monarquista ou de qualquer indivíduo que viesse contrapor à República e o seu Governo, o decreto imputava, a estes, crimes de conspiração. O teor do documento foi redigido com truculenta firmeza e propunha severidade

¹⁴ Sobre o conceito de opinião pública vide HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de uma sociedade burguesa*. 2. ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 2003. p. 274-289.

nas medidas tendentes a preservação da paz e a manutenção dos interesses fundados na segurança da propriedade.

Disposto a defender o novo regime com a maior energia contra todas as ameaças, o Governo Provisório justificava o decreto como apaziguador, já que entendia não ser possível reconstituir o estado monárquico anterior e restando duas alternativas, a República ou a anarquia. Qualquer oposição ao regime e ao governo seria apenas uma tentativa de desordem. Apesar da insistência no “caráter pacífico” da censura, o controle da palavra impressa foi de fato aplicado e resultou na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias. (Martins; Luca, 2006).

A despeito dos percalços, não se pode negar a imprensa periódica como um agente histórico que “[...] com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, bem como dos agentes que a produziam e dos leitores/ouvintes que de alguma forma eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos.” (Morel, 2020, p.41).

A interação entre os agentes produtores dos impressos — redatores, livreiros e jornaleiros — e os leitores/ouvintes aconteciam por vezes em praça pública e ganhava contornos de leitura coletiva. O hábito de ler periódicos em público, nos locais de venda e impressão, era incorporado ao cotidiano da população. Há inúmeros registros de leituras em grupo. Tal prática ultrapassava o público estritamente leitor de modo que ampliava a circulação das notícias, bem como os debates políticos. A imprensa permeava a vida social, tornando esses espaços urbanos significativos, de difusão cultural e de sociabilidade. (Morel, 2020).

Nos anos finais do século XIX e no primeiro quartel do século XX, o aumento da prática de leitura, acompanhava a diminuição da taxa de analfabetos e as grandes levas de imigrantes nas cidades brasileiras, numa relação entre o “[...] aumento da população, desenvolvimento da comunicação e processo de urbanização acelerado [...]” (Martins; Luca, 2006, p.46). Fatores que impulsionaram o crescimento da produção e consumo de periódicos principalmente nas capitais. No compasso do “Brasil civiliza-se” — bordão presente nos jornais republicanos — a erradicação do analfabetismo no país era fator prioritário, além da formação do cidadão e também de novos leitores. A tabela a seguir mostra dados importantes quanto aos esforços pela alfabetização do país.

TABELA 1. Alfabetizados e analfabetos do Brasil, faixa etária 15 anos ou mais, 1872–1920

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	ALFABETIZADOS		ANALFABETOS		TOTAL
1872	9.930.478	1.564.481	15,75%	8.365.997	84,25%	100%
1890	14.333.915	2.120.559	14,79%	12.213.356	85,21%	100%
1900	17.438.434	6.044.161	34,66%	11.394.272	65,34%	100%
1920	30.635.605	10.740.843	35,06%	19.894.761	64,94%	100%

FONTE: Recenseamento do Brasil 1872–1920.

Nota-se que na primeira década do período republicano houve um aumento significativo do número de alfabetizados, principalmente se levado em conta os dados dos censos subsequentes. Em 1890 a taxa referente ao total de alfabetizados era de 14,79% e o censo de 1900 apresenta uma taxa de 34,66%, um aumento de 19,87%, enquanto que o aumento do registro do censo de 1900 para 1920, o dobro do período mencionado anteriormente, ou aumento foi de 0,40%. Optou-se por inserir o ano de 1872 com o intuito de destacar a permanência dos percentuais de analfabetos próximos a 85% e a mudança na primeira década do século XX. É necessário levar em consideração, no que diz respeito à análise dos censos até 1940 que eram caracterizados alfabetizados aqueles que simplesmente respondiam sim à pergunta, “Sabe ler e escrever?”, ou se, na dúvida, o recenseado demonstrasse apenas saber desenhar o traçado do seu nome.

Ainda que, face ao discreto aumento da população alfabetizada, Martins e Luca (2006), estabelecem relação entre educação e imprensa especificamente por meio dos Grupos Escolares, tidos como a escola da República.

Não obstante, por volta de 1890, ainda 80% da população não sabia ler. Para seu combate disseminou-se, especialmente nas capitais do Sul, uma rede de Grupos Escolares de iniciativa oficial, regidos pela proposta do ensino livre, universal e gratuito, resultando na diminuição da taxa de analfabetismo; longe, porém, de atingir os níveis desejados. Nada estranho que, hoje, se localize nestes Estados — São Paulo e Rio de Janeiro — os maiores conglomerados da imprensa no país. (Martins; Luca, 2006, p.46-47)

A primeira década republicana também foi um período de mudança em números para a imprensa. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912, V.III, o crescimento do número de periódicos é um fator notável nos primeiros anos da República. Até o ano de 1889 a quantidade de periódicos fundados era de 102 e até 1912 esse número passou a ser 1.377, que significa 1.250% de aumento. Foram criados nesse período 1.275 novos jornais, o que não significa que todos possuíam duradoura existência. “Multiplicaram-se os pequenos, os órgãos de vida efêmera, mas isso sempre acontecera e continuaria a acontecer nas fases de agitação, desaparecendo em seguida.” (Sodré, 1966, p. 287) A tabela 2 a seguir apresenta um

cotejamento da quantidade de jornais existentes no Brasil, listados por estado, distrito federal e território nos anos de 1912 e 1930.

TABELA 2. Cotejamento do quantitativo de periódicos segundo Estados, Distrito Federal e Território, 1912 e 1930

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO	1912	1930	DIFERENÇA +/-	PERCENTUAL %
Acre	2	7	+5	+250
Alagoas	22	20	-2	-9,1
Amazonas	22	37	+15	+68,1
Bahia	93	170	+77	+82,8
Ceará	42	85	+43	+102,3
Distrito Federal	122	524	+402	+329,5
Espírito Santo	26	44	+18	+69,2
Goiás	10	22	+12	+120
Maranhão	19	36	+17	+89,4
Mato Grosso	7	37	+30	+428,5
Minas Gerais	191	435	+244	+127,7
Pará	45	60	+15	+33,33
Paraíba do Norte	12	26	+14	+116,6
Paraná	43	74	+31	+72,1
Pernambuco	62	137	+75	+120,9
Piauí	12	27	+15	+125
Rio de Janeiro	94	163	+69	+73,4
Rio Grande do Norte	31	20	-11	-35,4
Rio Grande do Sul	124	238	+114	+91,9
Santa Catarina	46	62	+16	+34,7
São Paulo	341	706	+365	+107
Sergipe	11	29	+18	+163,6
Total	1.377	2.959	+1.582	+114,9

FONTE: Estatística da Imprensa Periódica no Brasil — 1929, 1930. p.VII

Os números continuaram em trajetória crescente, no ano de 1930 o quantitativo de jornais era de 2.959. Com um aumento notável de 114,9%, porém, nada semelhante aos percentuais impressionantes da primeira década republicana.

A Tabela 2 também nos permite identificar os estados com maior número de periódicos em funcionamento no ano de 1912 e 1930. Optamos por destacar aqueles que possuíam mais de 100 jornais nesse período. São Paulo é o estado com maior número de periódicos nos dois períodos. Possuía um total de 341 jornais em 1912 e em 1930, 706, representado na tabela um aumento de 107%.

O estado de Minas Gerais ocupava o segundo lugar no *Ranking* geral referente ao quantitativo de periódicos em 1912 com 191 jornais e em 1930 com um aumento de 127,7% e um total de 435 jornais passou a ocupar o terceiro lugar.

Rio Grande do Sul, em 1912, possuía 124 jornais e estava à frente do Distrito Federal por apenas dois jornais. No ano de 1930 o movimento da imprensa inverte as posições e

coloca o Distrito Federal em segundo lugar quanto ao número de periódicos existentes em razão de um crescimento de 329,5 %, totalizando 524 jornais.

Nota-se que os jornais de maior representatividade numérica do país estavam geograficamente localizados no Sul¹⁵ do país, conforme ordem a seguir: São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul em 1912 e também nos anos de 1930. Minas Gerais nesse período era destaque do conjunto de estados e território denominados de Mediterrâneos (vide nota número 7).

É devido salientar que Mato Grosso aparece em 1930 com mais de 30 periódicos figurando um aumento correspondente á alta percentagem de 428,5 % em relação aos 7 jornais no referido estado em 1912. Ainda que em números absolutos o estado não represente expressivo contingente de periódicos, no entanto, em números percentuais é o estado que obteve maior crescimento no período.

Em análise geral a grande maioria dos estados apresentou aumento no número de jornais existentes no ano de 1912 para o ano de 1930, exceto, dois que decresceram seu quantitativo em, 9,1% Alagoas e em 35,4% Rio Grande do Norte.

Torna-se pertinente a observação dos periódicos quanto à tiragem a fim de analisar possíveis convergências entre o aumento populacional e as localidades com maior tiragem. A tabela 3, a seguir, apresenta a classificação dos periódicos segundo sua tiragem no ano de 1912.

¹⁵ É devido mencionar que o conjunto dos estados que compunham a região Sul do período em apreço se difere da divisão geográfica das regiões brasileiras atualmente. Conforme consta na Estatística da Imprensa Periódica do Brasil 1929-1930, p. VII, os estados, territórios e Distrito Federal foram classificados segundo sua posição geográfica. Chamados de Marítimos-Sul foram agrupados, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os estados, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo eram nomeados de Marítimos-Norte e por fim os estados Amazonas, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Território do Acre eram considerados Mediterrâneos.

TABELA 3. Classificação dos periódicos segundo a tiragem – 1912

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO	NÚMERO DE PERIÓDICOS POR TIRAGEM												MAIS DE 50000	TIRA GEM NÃO DECLA RADA
	DE 40	DE 101	DE 201	DE 301	DE 501	DE 1001	DE 2001	DE 5001	DE 10001	DE 20001	DE 27001	DE 50000		
	A 100	A 200	A 300	A 500	A 1000	A 2000	A 5000	A 10000	A 20000	A 27000	A 50000			
Acre	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alagoas			6	6	3	3	-	-	-	-	-	-	4	
Amazonas	-	1	1	2	7	5	-	1	-	-	-	-	5	
Bahia	-	5	6	22	26	7	4	3	3	-	-	-	17	
Ceará	-	1	4	13	14	3	1	1	-	-	-	-	5	
Distrito Federal	1	1	3	6	15	16	29	13	6	6	6	1	19	
Espírito Santo	2	-	2	7	9	-	1	-	-	-	-	-	5	
Goiás	1	-	1	3	4	1	-	-	-	-	-	-	-	
Maranhão	-	1	1	5	6	2	2	-	-	-	-	-	2	
Mato Grosso	-	-	-	3	2	1	1	-	-	-	-	-	-	
Minas Gerais	1	6	11	38	57	22	10	4	1	-	-	-	41	
Pará	-	1	2	10	11	7	1	3	-	-	-	-	10	
Paraíba do Norte	1	-	2	2	3	3	1	-	-	-	-	-	-	
Paraná	1	5	3	6	12	10	3	-	-	-	-	-	3	
Pernambuco	1	2	1	19	11	1	6	3	-	-	-	-	18	
Piauí	-	1	1	3	3	4	-	-	-	-	-	-	-	
Rio de Janeiro	-	3	15	14	28	16	7	1	-	-	-	-	10	
Rio G.do Norte	3	5	5	6	7	1	-	-	-	-	-	-	4	
Rio G. do Sul	-	7	9	24	36	19	16	2	-	-	-	-	11	
Santa Catarina	2	2	2	11	11	10	2	-	-	-	-	-	6	
São Paulo	-	7	18	58	75	42	28	18	7	4	3	-	81	
Sergipe	-	-	1	1	4	1	1	-	-	-	-	-	3	
TOTAL	13	48	95	259	345	174	113	49	17	10	9	1	244	

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1908–1912 p.554

Os dados apresentados na tabela acima mostram apenas um periódico — do Distrito Federal — com tiragem acima de 50.000 exemplares por dia. Naturalmente pode-se associar tal ocorrência ao fato de que o Distrito Federal era a localidade sede do governo federal, que historicamente desde os tempos do Brasil colônia e império, figurava como centro administrativo de expressão para os negócios e a política.

Na classificação de 27.000 a 50.000 exemplares por dia somavam seis periódicos do Distrito Federal e três de São Paulo. Destacamos que o maior contingente de periódicos em 1912 possuía uma tiragem entre 501 a 1000 por produção e totalizavam 345.

As localidades com maior tiragem — resguardadas as proporções numéricas ainda ínfimas e levando em conta que no início do século XX a imprensa estava ainda em transição da fase artesanal para a fase industrial e ainda as características próprias do país — nesse período foram Distrito Federal, São Paulo, Bahia, e Minas Gerais.

Quanto à tiragem, nossos jornais não ocupam, na imprensa mundial, lugar de destaque e isso se explica pela deficiência dos meios de transporte em relação à extensa área de nosso território, e assim, os jornais, entre nós, geralmente circulam, senão apenas na cidade em que são editados, quando

muito no estado a que ela pertence. (Departamento Nacional de Estatística, 1931, p. 11).

O desenvolvimento da imprensa estava interligado, dentre outros elementos, ao aumento populacional. Esse vínculo foi mencionado por Martins e Luca (2006, p.42) “[...] as tiragens também aumentavam em razão do crescimento demográfico, especialmente em São Paulo, empório comercial vigoroso, com população alfabetizada e de maior poder de consumo.”.

O Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912, p. 251, apresenta por meio de um quadro a população do Brasil em 1912 especificada por estados, territórios e Distrito Federal. Os dados mostram que os três estados mais populosos em 1912 eram os mesmos que possuíam jornais com maior tiragem; Minas Gerais com 4.628.553 habitantes, São Paulo com 3.700.350 e Bahia 2.746.443. Representatividade que somava 11.075.346 habitantes, 44,99% do total da população brasileira que era de 24.618.429 habitantes nesse ano.

O Distrito Federal possuía 975.818 habitantes, um número bem inferior aos demais locais de destaque quanto ao quantitativo de tiragem e também quantidade de periódicos existentes no Brasil. Em contrapartida é a localidade que possui os jornais com maior tiragem. O que se pode presumir condiz com a menção já feita anteriormente quanto à sua preponderância por ser a sede do governo.

Retomando as aproximações entre imprensa e educação, Tânia Regina de Luca assinala a importante participação dos imigrantes letrados que chegavam na capital de São Paulo e contribuía para a redução das taxas de analfabetismo na cidade. Índice que contrastava com os dados gerais do Estado.

[...] o estado de São Paulo, cujas reformas na escola primária chegaram a ser consideradas um modelo para o país, então ostentava o índice de 70% de iletrados, valor que declinava na capital para 42%, em parte graças à entrada de levas de imigrantes que dominavam a leitura e escrita. Já o recenseamento realizado no Distrito Federal em 1906 concluiu que, de cada 100 habitantes da capital do país 48 eram analfabetos. [...] contexto que ajuda a compreender a persistente limitação das tiragens dos livros e periódicos de um modo geral. (Luca, 2020, p.156).

A autora faz referência da relação entre as altas taxas de analfabetismo e exíguo número de tiragem da maioria dos periódicos. Do mesmo modo à época dos anos iniciais do

século XX, Olavo Bilac¹⁶, escritor e pregoeiro da instrução como o caminho para a construção de um povo enquanto nação ressaltou que o jornalismo para o escritor brasileiro era um grande bem por ser o único meio do escritor se fazer ler e também vincula o analfabetismo à tiragem dos jornais.

O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê [...] E por que não lê? Porque não sabe! (Rio, 1908, p.6).

O depoimento de Olavo Bilac sintetizou a realidade vivida pelo jornal naquele período e assinalou a importância deste veículo de comunicação e dos entraves para sua difusão e propagação. Fato inegável é que a imprensa jornalística era tangida pelas mudanças que ocorriam no país em seus diferentes setores os quais reportam ao aumento populacional, ao desenvolvimento capitalista, à urbanização, à industrialização, às inovações tecnológicas, à educação em seus processos de alfabetização e à política. Tais fatores influenciavam no aumento da fundação de novos jornais, fechamento de outros, número de tiragem e periodicidade.

Historicamente a imprensa escrita foi o primeiro meio de comunicação de massa e antes que chegasse o rádio ocupava papel central na difusão das notícias e dos acontecimentos. A esse respeito a tabela 4 apresenta a periodicidade dos periódicos nos anos de 1912 e 1930.

¹⁶ Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi em favor do serviço militar obrigatório. Fundou vários jornais, de vida mais ou menos efêmera, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. É o autor da letra do Hino à Bandeira. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia>. Acesso em: 15 abr. 2022 “Chamado príncipe-poeta escreveu sobre muitos assuntos, grande parte deles se referiam ao Rio de Janeiro e às transformações pelas quais passava, registrando os desvãos do crescimento vertiginoso e demonstrando grande entusiasmo pelas alterações trazidas pelo progresso. Diante do clima de exaltação nacionalista deflagrados em tempos da Primeira Guerra, o poeta tornou-se o arauto do patriotismo e pregou o serviço militar obrigatório. [...] O poeta cronista teve seu prestígio assegurado quando foi escolhido, em 1897, para substituir Machado de Assis como cronista da *Gazeta de Notícias* (1893-1916) do Rio de Janeiro [...]” (Eleutério, 2020, p. 95)

TABELA 4. Cotejamento da classificação dos periódicos segundo a periodicidade, 1912 e 1930

CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS SEGUNDO A PERIODICIDADE	1912	1930	AUMENTO	PERCENTUAL %
Diários	149	260	111	74,5
Semanais	677	1.325	648	95,7
Quinzenais	124	208	84	67,8
Mensais	191	676	485	253,9
Anuais	40	145	105	262,5
Outros	196	345	149	76,1
Total	1.377	2.959	1.582	114,9

FONTE: Estatística da Imprensa Periódica no Brasil — 1929, 1930. p. V

As publicações semanais representam a principal periodicidade dos jornais nos dois períodos, em 1912 eram 677 aproximadamente 49,16% do total das publicações e em 1930 houve um aumento de 95,7%, em números absolutos 1.325 jornais eram semanais, 44,77% do total de publicações. Os periódicos de publicação diária somavam 149 e representavam em 1912 somente 10,82% do total. Em 1930 sua representatividade foi ainda menor 8,78% do total de jornais em funcionamento. Os demais eram quinzenais, mensais e outras temporalidades. Interessante notar que o maior crescimento ocorreu na categoria de periodicidade anual.

Quanto ao diminuto número de periódicos com publicações diárias, é devido mencionar que, questões referentes à materialidade de sua produção nesse período eram atravessadas por desafios e dificuldades. Muitos jornais ainda permaneciam em caráter de produção artesanal, especialmente nas cidades do interior, pois era significativo o conjunto de inovações tecnológicas necessárias para a modernização da fabricação dos jornais com publicação diária e por vezes de aquisição inacessível às pequenas tipografias.

Em contrapartida, conforme (Eleutério, 2020), em termos de jornalismo de grande porte, ganharam notoriedade na capital federal, os jornais, *O País*, criado ainda no Império, em 1884, dirigido por Quintino Bocaiúva¹⁷, obteve prestígio e altas tiragens e também o

¹⁷ Nelson Werneck Sodré (1966) destaca Quintino Bocaiúva com sendo a figura mais importante no periodismo republicano, o descreve como homem culto de personalidade marcante em seu tempo e fiel aos princípios republicanos desde os tempos de estudante, reconhecimento que o colocou no primeiro ministério republicano. O autor ainda apresenta uma breve biografia sobre este grande expoente da imprensa brasileira. “Quintino Bocaiúva (1836-1912) começou como tipógrafo, passando depois a revisor, fazendo o curso de Direito em São Paulo, onde fundou, com Ferreira Viana, *A Honra*, iniciando a propaganda republicana que jamais abandonaria. Crítico e teatrólogo, a atividade de jornalista absorveu-o depois integralmente. Tendo colaborado em vários jornais estudantis e, posteriormente, na Corte, distinguiu-se particularmente em *A República* (1870-1874), *O Globo*, *O Cruzeiro* e *O País*, desde 1885, jornais que dirigiu e de onde orientou a propaganda republicana e os rumos do Partido Republicano, de que foi um dos fundadores. Ministro das Relações Exteriores, no Governo

*Jornal do Brasil*¹⁸, criado em 1891, que “[...] chegava para enfileirar-se entre os grandes. Fora montado como empresa, com estrutura sólida. Vinha para durar.” (Sodré, 1966, p.294). Jornais que marcaram a vida do país. Contrapontos que retratam “Temporalidades e ritmos diversos, típicos de uma modernização contraditória e de um país plural [...]” (Luca, 2020, 151).

1.2 A imprensa em Minas Gerais

Em Minas Gerais, John Wirth (1982), em seus valorosos estudos sobre o estado no período de 1889 a 1937, destaca que a imprensa era marcada pelo regionalismo e de maneira geral a imprensa era local. Os jornais das cidades pequenas desempenharam função primordial na política, pois, geralmente pertenciam a chefes políticos locais que disputavam domínio por meio de um combate verbal. As notícias políticas e anúncios comerciais eram veiculados semanalmente em uma tiragem média de 500 exemplares.

Tal imprensa local também exercia o papel de incentivador das questões municipais e das empresas da cidade. A temática de ordem cultural também fazia parte das páginas dos jornais, com poesias, crônicas, comentários sobre livros e debates de ordem educacional, o que aumentava o prestígio destes por aqueles que valorizavam a civilização. A imprensa local foi um suporte importante para a política, comércio e cultura que se estabelecia como ponto central para disputas e formação de opinião, esta última discutida anteriormente.

Ainda que, os jornais mineiros, sendo em sua grande maioria localistas e com capacidade para tiragens pequenas, a imprensa já era uma instituição importante em 1860 e seguia avançando em seu crescimento numérico e em representatividade nacional.

Para um público ávido por notícias, a imprensa já era uma instituição importante quando Richard Burton visitou Minas na década de 1860. Os jornais proliferaram após 1880 com ritmo acelerado da vida municipal e o pico foi alcançado em 1920, quando cerca de 187 semanários circulavam, pouco mais dos 176 em 1940. Minas estava em segundo lugar na imprensa periódica brasileira e era o terceiro maior empregador do país [...] (Wirth, 1982, p. 131).

Provisório, governador do Estado do Rio de Janeiro, Senador, Quintino Bocaiuva foi a figura mais eminente da imprensa brasileira em sua época.” (SODRÉ, 1966, p. 288, grifos do autor).

¹⁸ O *Jornal do Brasil* ocupava lugar de destaque na imprensa e se apresentava como grande empresa, possuía um grande e moderno parque gráfico “Em 1910 chegara a tirar cinco a seis edições diárias; a folha passara, em janeiro desse ano, para o novo edifício, à Avenida Central, apregoado como “o mais alto da América do Sul”; [...] seu parque gráfico, em 1916, é o maior da imprensa brasileira, compreendendo 12 linotipos, 3 monotipos, a maior e mais moderna máquina de impressão. (SODRÉ, 1966, p. 397).

A Estatística da Imprensa Periódica do Brasil dos anos de 1929-1930, publicada em 1931, mostrou o significativo número de pessoas que trabalhavam na imprensa periódica nesse período, 52.278 trabalhadores. Minas Gerais ocupava o terceiro lugar com o total de 7.521 que somavam todos os setores de produção e confecção dos jornais, quais sejam, a redação, a administração, a revisão e as oficinas. O Distrito Federal possuía o maior número de trabalhadores 16.162 e na sequência São Paulo contabilizava 12.677 trabalhadores gráficos.

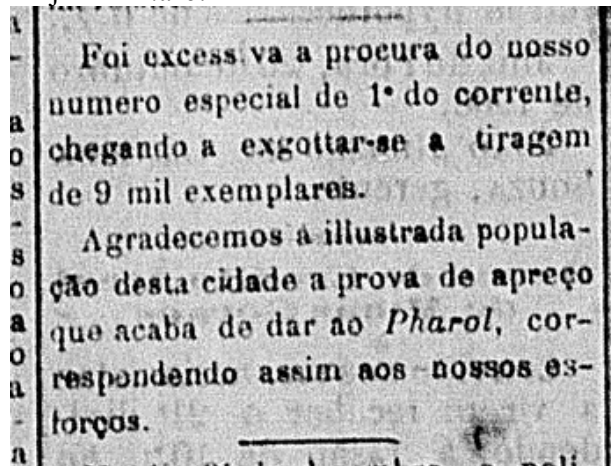
Nota-se, conforme mencionado no próprio texto da Estatística, que os dados não apresentavam a exatidão dos números, pois do total de 52.278 trabalhadores, cerca de 5.580 ocupam mais de uma função — fato que ocorre principalmente em pequenos órgãos de publicidade do interior do país — e outros prestam serviços para mais de um estabelecimento ou empresa de publicidade, ocorrência mais comum nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

Retomando dados apresentados na Tabela 2, Minas Gerais se destacava nacionalmente também em números de periódicos, em 1912 ocupava o segundo lugar e em 1930 o terceiro, contudo, os jornais da capital mineira, Belo Horizonte, tinham sua circulação limitada e não passavam dos limites da cidade e de sua periferia. Somente no final dos anos de 1920 é que os jornais da capital passaram a circular em outras cidades mineiras.

Os líderes estaduais continuamente lamentavam o fato de grandes áreas em Minas serem servidas com mais eficiência pelos diários de Rio e São Paulo. A própria cidade de Belo Horizonte estava firmemente inserida na órbita do Rio enquanto o triângulo e o Sul dependiam dos jornais paulistas. Em primeiro lugar, apenas uma publicação mineira circulava em todo estado — o *Minas Gerais* (gazeta do estado) que teve início em 1892 com uma tiragem de 4.100 exemplares e passou 20.000 cópias após 1923. (Wirth, 1982, p. 132).

Noutra direção do que foi mencionado por John Wirth sobre grandes áreas mineiras serem servidas pelos jornais do Rio e São Paulo, merece destaque a cidade de Juiz de Fora, cuja proximidade com o Rio de Janeiro não dificultou a proeminência de sua imprensa. O jornal *Pharol* publicou uma nota no dia 03 de janeiro de 1901 agradecendo a grande procura pelo exemplar especial do primeiro dia do ano mencionado. A matéria revelou que os 9.000 exemplares foram esgotados. Tiragem elevada se levado em conta o *Minas Gerais* que circulava em todo estado.

FIGURA 5. Nota de agradecimento à população de Juiz de Fora pelo esgotamento dos 9 mil exemplares do jornal *Pharol*.



FONTE: *O Pharol*, 03/01/1901.

A deficiência dos meios de transporte existentes no Brasil, nesse período e sua vasta extensão territorial eram fatores que dificultavam a distribuição dos jornais para além dos limites das capitais. Fato mencionado por Tânia de Luca que explica a cobertura de grandes áreas mineiras por jornais diários — que requerem mais agilidade na distribuição — do Rio de Janeiro e São Paulo.

[...] ainda que os meios de transportes avançassem, há que se considerar as dimensões do país e sua concentração, em algumas regiões, das ferrovias, então a principal forma de interligação, o que limitava a distribuição dos periódicos para muito além das capitais, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo, o melhor servido em termos de comunicação. (Luca, 2020, p. 156).

O cenário da imprensa mineira, no que diz respeito somente aos jornais, nas primeiras décadas republicanas guarda características que lhe são comuns, quais sejam, serem localistas, possuírem pequenas tiragens e de periodicidade semanal, quinzenal e outras temporalidades. O total de jornais mineiros em 1912 era de 191 (vide tabela 2), destes, somente 13 eram de publicação diária conforme pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 5. Jornais Mineiros de publicação diária, 1912 e 1930

CIDADE	NOME DO JORNAL	ANO DE FUNDAÇÃO	FUNCIONAMENTO NO ANO DE 1930
Belo Horizonte	O Minas Gerais (Oficial)	1892	Em funcionamento
Belo Horizonte	Diário de Notícias	1907	-
Belo Horizonte	Diário de Minas	1909	Em funcionamento
Belo Horizonte	O Estado	1911	-
Carangola	Commercio da Matta	1907	Em funcionamento
Juiz de Fora	O Pharol	1866	Em funcionamento
Juiz de Fora	Correio de Minas	1894	Em funcionamento
Juiz de Fora	Jornal do Commercio	1896	Em funcionamento
Juiz de Fora	Correio da Tarde	1906	-
Juiz de Fora	Imprensa Livre	1908	-
Leopoldina	Gazeta de Leopoldina	1895	Em funcionamento
Ouro Preto	Correio da Noite	1908	-
Uberaba	Gazeta de Uberaba	1879	Em funcionamento

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1908–1912 p.489-500 e Estatística da Imprensa Periódica no Brasil — 1929, 1930. p. 42-59

A evidência dos problemas que emperravam não somente a distribuição dos jornais, mas também a agilidade de sua produção pode ser notada nos dados da tabela 5. Somente 6,8% dos jornais constantes no Anuário Estatístico do Brasil 1908–1912 são de publicação diária. Do total de 13 destes jornais quantificados em 1912 somente permaneceram em funcionamento 8 periódicos conforme a Estatística da Imprensa Periódica no Brasil — 1929, 1930. p. 42-59, sendo que 6 foram fundados¹⁹ ainda no século XIX, contudo, não possível verificar o movimento dos jornais mineiros quanto à sua periodicidade discriminados por cidades pois o levantamento estatístico de 1929-1930 não apresentou essa informação. Todos os jornais de periodicidade diária constantes no Anuário de 1908-1912 eram de natureza noticiosa.

Do cenário apresentado destaca-se o importante jornal, *O Minas Gerais*, que possuía prestígio decorrente de seus membros, políticos em ascensão e intelectuais, mas deixou de ser o principal jornal do estado mineiro após a fundação do Jornal *O Estado de Minas* em 1927.

John Wirth expõe importantes informações sobre esse contexto de influências.

Belo Horizonte não monopolizava a opinião pública; coube a Juiz de fora, o empório da zona da Mata, ser o centro jornalístico incontestado até a data de 1930. [...] Uberaba, outro centro econômico, falava pelo Triângulo, assim como Montes Claros era a voz do Norte. Compartilhando a maior parte da

¹⁹ Quanto à data de fundação dos jornais constantes na tabela 5, identificamos algumas divergências ao consultar a obra de Joaquim Nabuco Linhares, *O itinerário de Belo Horizonte: 1895/1954*, do ano de 1995. Optamos por considerar as datas constantes no Anuário Estatístico do Brasil 1908–1912 p.489-500.

riqueza e dos municípios, o Sul e a Zona da Mata se distanciavam muito das outras regiões. Muitos jornais tinham vida passageira e o conteúdo variado, de forma que não exerciam influência. (Wirth, 1982, p. 132).

Ainda nos anos finais do século XIX e primeiros anos da república, a curta existência de muitos jornais pode ser observada a partir dos dados organizados na tabela a seguir.

TABELA 6. Jornais Mineiros em funcionamento em 1912, fundados no séc. XIX, 1912 e 1930

CIDADE	NOME DO JORNAL	ANO DE FUNDAÇÃO	FUNCIÓNAMENTO NO ANO DE 1930	PERIODICIDADE
Barbacena	Cidade de Barbacena	1898	Em funcionamento	bissemanal
Belo Horizonte	O Minas Gerais (Oficial)	1892	Em funcionamento	diária
Bom Sucesso	O Juvenil	1891	Em funcionamento	semanal
Campo Belo	O Campo Belo	1893	-	bissemanal
Dores da Boa Esperança	A União	1896	-	semanal
Dores do Indayá	O Indayá	1898	-	semanal
Formiga	O Democrata	1891	-	bissemanal
Guarará	O Povo	1897	-	semanal
Jaguary	O Commanducaia	1898	-	semanal
Jaguary	O Jaguaryense	1897	-	semanal
Juiz de Fora	O Pharol	1866	Em funcionamento	diária
Juiz de Fora	Correio de Minas	1894	Em funcionamento	diária
Juiz de Fora	Jornal do Commercio	1896	Em funcionamento	diária
Lavras	Folha de Lavras	1893	-	semanal
Leopoldina	Gazeta de Leopoldina	1895	Em funcionamento	diária
Ouro Fino	Gazeta de Ouro Fino	1891	Em funcionamento	semanal
Palmira	O Mercantil	1899	-	semanal
Salinas	Cidade de Salinas	1895	-	quinzenal
Uberaba	Gazeta de Uberaba	1879	Em funcionamento	diária
Varginha	Tribuna Popular	1894	-	semanal
Viçosa	Cidade de Viçosa	1892	Em funcionamento	semanal
Villa Braz	O Vargem-Grandense	1890	-	semanal

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1908–1912 p.489-500 e Estatística da Imprensa Periódica no Brasil — 1929, 1930. p. 42-59

*as nomenclaturas descritas na coluna periodicidade foram mantidas conforme se apresentaram, bissemanal e quinzenal.

A tabela foi construída considerando os jornais mineiros em funcionamento presentes no Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912, fundados no séc. XIX a fim de analisar sua periodicidade e também sua permanência até o levantamento realizado pela Estatística da Imprensa Periódica no Brasil no ano de 1930. Do total de jornais 22 fundados em 1912, 10 permaneceram em funcionamento até o ano de 1930. Em números percentuais, 45,45%, sendo que 6 destes de periodicidade diária, 3 semanais e 1 bissemanal.

Tomando por base a menção de John Wirth sobre a capital mineira, Belo Horizonte, não possuir exclusividade da opinião pública no estado e destacar outras localidades influentes em determinadas regiões mineiras, a tabela 6 evidencia sua afirmativa quanto a cidade de Juiz de Fora ser o centro jornalístico da Zona da Mata. Dentre os 10 periódicos que permaneceram em funcionamento no ano de 1930, 3 estavam estabelecidos em Juiz de Fora e somente *O Minas Gerais*, que era o jornal oficial do estado, manteve-se ativo. Dentre o contingente de jornais mineiros em funcionamento no período apresentado na tabela 6 é devido destacar a permanência do jornal *O Pharol*, o mais antigo conforme a tabela, criado em 1866, ainda no Brasil Império, dado importante que fazia parte do *slogan* propagandístico do jornal, — possivelmente com o intuito de dar deferência e credibilidade ao periódico — “Folha mais antiga e de maior circulação no Estado” (*O Pharol*, 16/04/1903, p. 1),

FIGURA 6. Primeira página do jornal contendo o *slogan* e informações gerais.



FONTE: *O Pharol*, 16/04/1903.

Todos estes jornais, presentes na tabela 6, eram de natureza noticiosa. Articulada ao cotidiano, a imprensa periódica que detinha essa classificação segundo sua natureza, participava diretamente da construção da formação da opinião pública, questão já discutida anteriormente, e assim como em outras localidades os jornais mineiros também expressavam seus posicionamentos sobre diferentes assuntos, dentre os quais destacamos as questões educacionais, que importam a esta pesquisa.

Carlos Henrique de Carvalho e Geraldo Inácio Filho mencionam a plural e importante participação da imprensa como meio de expressão que aborda diferentes questões e destacam as publicações sobre temas educacionais.

O universo da imprensa é ricamente diversificado, permitindo múltiplas aproximações, mas as que têm se destacado são aquelas que tratam especificamente das publicações voltadas para as questões educacionais. Este veio tem se mostrado excepcional para o aprofundamento das questões relativas à prática docente, aos métodos, e técnicas utilizados nas escolas em épocas distintas, as nuances da organização dos profissionais da educação, e também, em momentos mais recentes, dos debates em torno da laicização do

ensino e da reação de grupos ligados ao pensamento católico. (Carvalho; Inácio Filho, 2007, p. 54).

Com o intuito de elucidar a variada galeria de temas educacionais veiculados na imprensa periódica destacamos algumas publicações de diferentes jornais mineiros nas primeiras décadas da república.

A manchete de capa do jornal *Monitor Mineiro* de 16 de fevereiro de 1908 estampou o discurso feito pelo Dr. Pedro Saturnino, vice-diretor do Ginásio Musambinho em Conferência Literária por ocasião da instalação do primeiro Grupo Escolar de Guaranésia. Suas palavras pomposas exaltaram a educação com os mais grandiosos predicados. Os grupos escolares foram retratados ali como o “lábaro glorioso da civilização”, por meio dos quais a instrução traria um ensino prático e moderno com a educação moral, física e intelectual. O palestrante expressou claramente os princípios republicanos de educação e a crença em sua missão salvífica.

[...] a educação moral, conforme um dos mais notáveis escritores, deve compreender a educação cívica, que é o culto pelos heróis e o respeito às tradições de nacionalidade, que levam o homem ao sublime e absoluto amor: — o amor de pátria. Educação intelectual, ou mais propriamente, instrução, que é a hóstia redentora do puríssimo saber, o pabulo santificado pelo bafejo espiritual, dos sacerdotes que são os mestres, ministrado carinhosamente a essas doces e pequeninas criaturas que são os fiéis desse templo incomparável – a Escola. [...] e a escola é o cadinho milagroso, onde se operam completas transformações no espírito juvenil. (*Monitor Mineiro*, 1908, s/p).

Além da visão expressa da nota jornalística citada acima sobre as concepções e representações dos Grupos Escolares, outro aspecto importante que pode ser observado é a influência religiosa nas escolas. O vocabulário religioso presente na expressão “hóstia redentora do puríssimo saber” indica de modo subjetivo as prevalências da Igreja Católica em detrimento às demais. A seguir, a Figura 6 noticia a Conferência Literária por ocasião da instalação do primeiro Grupo Escolar de Guaranésia e ilustra a importância do fato ocupando a primeira página quase em sua totalidade.

FIGURA 7. Publicação noticiando a Conferência Literária por ocasião da instalação do primeiro GE de Guaranesia.



FONTE: *Monitor Mineiro*, 16 de fevereiro de 1908. n. 307.

Sobre a questão do ensino religioso nas escolas, o jornal *Araguary* publicou em primeira página no ano de 1908 seu posicionamento discordante quanto à prioridade do ensino religioso católico nas escolas públicas.

Um grave erro, si não uma presumpção censurável e criminosa é o de alguns, que se doem por ser vedado, pela Constituição e leis secundárias, o ensino religioso nos estabelecimentos publicos escolares. Digo presunção, porque aquelles que aspiram o ensino religioso nas escolas só cogitam do ensino catholico, como se o catholicismo tivesse encampada a consciencia nacional, o que não é verdade, si levarmos em linha de conta os elementos livre pensador e as diversas confissões religiosas do paiz que occupam tres quartas partes da população brasileira. (sic.) (*Araguary*, 1908, p. 1)

Dentro desse universo ricamente diversificado pela imprensa de notas sobre os assuntos educacionais a obrigatoriedade escolar foi defendida pelo jornal *Gazeta de Uberaba* em uma publicação de 1901.

Acham-se atualmente matriculados na referida escola 32 alumnos com uma frequência media de 25, dando isso prova de que os srs. paes de familia desejam instruir seus filhos, comquanto haja algum delles ou tutor, refractarios ao cumprimento dos seus deveres para com seus filhos ou tutelados. Para estes chamamos a atenção dos poderes competentes, pois se não houver execução da lei da obrigatoriedade do ensino primário, cuja lei pune os infractores com multas, ficarão sem motivo plausível, muitos coitados nas trevas da ignorância. (sic.) (*Gazeta de Uberaba*, 1901, p. 2)

O elo entre imprensa e educação está posto na coparticipação da imprensa na dinâmica social. Se a primeira se ocupa de propagações das produções culturais a segunda é produtora de uma prática social e cultural. Essa participação da imprensa na dinâmica social guardava relação também com o campo político e suas ações na educação.

O *Minas Geraes*, jornal oficial do estado, publicou uma nota do jornal *A Sentinella*, que fez uma apreciação da mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Salviano Brandão, enviada ao Congresso Mineiro em 15 de junho de 1899, que apresentou um balanço da situação mineira em diferentes áreas e as medidas tomadas para solucionar os problemas.

No que se tratava da instrução pública a mensagem informou a ocorrida suspensão do ensino de 338 escolas sem frequência em cumprimento à lei n. 41, de 3 de agosto de 1892. “A lei foi cumprida, sendo suspenso o ensino em 338 escolas sem frequência; por outro lado não julguei de bom conselho prover cadeiras com professores provisórios, que incontestavelmente têm sido uma das causas do lastimoso estado em que se acha o ensino primário.” (MENSAGEM, 15 jun. 1899, p. 44). Tais considerações feitas por Silviano Brandão gerou insatisfação de alguns órgãos de imprensa, conforme nota do jornal *A Sentinella* publicada em 06 de julho de 1899 no jornal oficial *Minas Geraes*.

Um dos mais interessantes capítulos da Mensagem é o que se refere à instrução publica primaria e secundaria, a qual mereceu do sr. exc. algumas considerações que não têm agradado a alguns órgãos da imprensa mineira, que vêm nisso uma desconsideração à distincta classe do professorado, já de si desprotegida pelos poderes públicos. Entre as causas que o s. Presidente enumera como actuando na decadência do ensino, ha algumas que carecem de reparo; entretanto na sua maioria ellas são reaes, muito embora os proprios governos tenham concorrido para tal estado de cousas [...] (sic.) (*Minas Geraes*, 1899, p.5).

Na mesma publicação a nota do jornal *A Sentinella* demonstrou a participação ativa da imprensa quanto aos assuntos educacionais. Não somente expôs seu posicionamento descontente, conforme mencionado acima, em relação aos professores, mas também chamou a atenção dos deputados para o necessário despertamento do interesse de todos quanto à importante questão que abrange todo o estado, a reforma da instrução. Em tom de advertência foi dado o aviso expresso de que as ações dos legisladores seriam examinadas.

O estudo sobre a reforma da instrução publica vae levantar no Congresso Mineiro, grande celeuma e todos estão convencidos de que, colocada a questão no ponto em que está, o interesse deve ser despertado entre todos os deputados, porque não se trata de uma questão local, porém de todo o Estado. Em breve, pois, teremos de analysar a attitude dos nossos

legisladores deante de assumpto de tanta magnitude. (sic.) (*Minas Geraes*, 1899, p.6).

A imprensa tem seu lugar na construção histórica da compreensão do campo educacional para a historiografia e tem se configurado como importante fonte de pesquisa, que, face a múltiplos olhares, permite a constituição do retrato de um tempo.

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da História da Educação significa trabalhar com um conceito mais abrangente do que o conceito de educação escolar. Trata-se de uma concepção de educação associada à ideia de cultura que enxerga o “processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos” (Manacorda, 1989, p. 6).

É nesse entendimento, que se enquadra a seção seguinte, no conjunto dos muitos aspectos que permeiam a cultura de um povo, nos elementos fundantes da história e cultura da cidade de Juiz de Fora, *locus* de estabelecimento do Jornal *O Pharol*.

1.3 A Imprensa em Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora é fruto do processo mineiro de expansão geográfica e diversificação econômica que ocorreu ao longo do século XIX e levaram ao surgimento de novos núcleos urbanos em Minas Gerais. A cidade fazia parte do principal núcleo urbano da Zona da Mata que teve como início de seu povoamento a abertura do “caminho novo” que ligava as regiões auríferas ao Rio de Janeiro. Nascida às margens de um caminho e dando início à urbanização local, Juiz de Fora tinha como elemento fundamental para seu desenvolvimento, as estradas.

Inicialmente, o "caminho novo" servia como uma rota de transporte de mercadorias e ligação entre as regiões produtoras de ouro e o porto do Rio de Janeiro. Esse caminho, “Quase retilíneo, ligava diretamente o porto do Rio de Janeiro à Vila Rica (hoje, Ouro Preto), em 515 quilômetros, facilitando o escoamento dos minerais extraídos do interior do estado e encurtando de três para um mês o trajeto.” (Barbosa, 2017, p.26). Essa movimentação comercial impulsionou a necessidade de infraestrutura e serviços ao longo do caminho, o que contribuiu para o estabelecimento de pequenos povoados, como o que deu origem à Juiz de Fora. Em 1850 a povoação foi elevada à categoria de Vila de Santo Antônio do Paraibuna, e desmembrada do município de Barbacena. Poucos anos mais tarde, por conta da Lei Provincial n.º 759, de 02 de maio 1856, a vila foi elevada à categoria de cidade, passando a se denominar simplesmente Cidade do Parahybuna. Nome que foi alterado na década seguinte,

pela Lei Provincial n.º 1.262, de 19 de dezembro de 1865, onde a Cidade do Parahybuna passou a denominar-se Cidade do Juiz de Fóra. (Oliveira, 1966).

Com o tempo, as estradas foram se expandindo e se tornaram fundamentais para a integração regional e nacional. A cidade se beneficiou da Estrada União e Indústria, inaugurada em 1861, que ligava Petrópolis, no Rio de Janeiro, a Juiz de Fora. Essa estrada abriu novas oportunidades comerciais e impulsionou o desenvolvimento econômico da região. Além disso, a estrada de ferro também foi um fator determinante para o crescimento da cidade, permitindo o escoamento da produção local e a integração com outros centros urbanos. A constituição do sistema de transporte corroborou de modo direto para a expansão da produção cafeeira e de modo indireto para o desenvolvimento comercial, industrial²⁰ e da urbanização da cidade.

O sistema de transporte, principalmente, a partir da construção da rodovia União & Indústria, criou as condições para o surgimento do trabalho assalariado, que impulsionou a urbanização de Juiz de Fora. [...] criou os principais instrumentos para que a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse se desdobrar num processo de diversificação urbano-industrial, que transformou Juiz de Fora, além do principal eixo de entroncamento do sistema viário, na capital regional da Zona da Mata, pois centro de armazenagem e comercialização daquela produção. À medida que Juiz de Fora se consolida como o principal centro urbano da região (e de Minas Gerais), o capital cafeeiro encontrará espaço propício não só para a reprodução de sua estrutura agroexportadora, bem como, para inversões em outros setores, tais como bens e serviços, bancos e indústria. (Paula, 2006, p.182).

O desenvolvimento de Juiz de Fora como um centro urbano e econômico também foi impulsionado pela diversificação econômica. Inicialmente, a economia da região era baseada na produção agrícola, principalmente no cultivo de café. “Juiz de Fora se estruturou como cidade a partir do crescimento da cafeicultura oitocentista, ligada à capital do país, vivendo um processo mais intenso de implantação do capitalismo e da industrialização.” (Goodwin Junior, 2007, p.13).

O impulso do café na Zona da Mata fora resultado da grande quantidade de terras virgens propícias ao seu cultivo e a disponibilidade de mão de obra escravista.

²⁰ Sobre o desenvolvimento industrial, a industrialização, de Juiz de Fora, vide, GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora: Editora da universidade Federal de Juiz de Fora. EDUFJF, 1988.

O processo de incorporação produtiva da região, tendo o café como seu principal produto, transformaria a Zona da Mata no grande centro aglutinador de mão de obra cativa, especialmente com a retração da atividade mineradora que liberava parcela significativa desse contingente a aplicação em diferentes atividades. Ao mesmo tempo, o tráfico interno e interprovincial de escravos, inundava a região de braços necessários à expansão da nova atividade. Não seria um erro afirmar que a cidade nasceu escravista, tendo em vista que a elite local era prioritariamente formada por fazendeiros [...]. (Cordovil, 2013, p.159-160).

A cidade de Juiz de Fora, principal produtor de café da região, concentrava grande parte da população cativa da Zona da Mata. Em 1853 essa população somava 16.428 pessoas, correspondente a 2/3 da população total do município. (Guimarães, 2006). Em 1872, conforme dados do recenseamento deste mesmo ano, a população total de Juiz de Fora era de 37.886, destes, 23.518 eram livres e 14.368 era a soma da população escrava que representava 37,92% da totalidade. Nota-se a diminuição da representatividade da população cativa²¹ se comparados aos números censitários de 1853. Essa alteração de ordem estrutural pode ser explicada por um conjunto de fatores, dentre eles, a proibição do tráfico negreiro em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871, além das alforrias e das pressões dos movimentos sociais. (Cordovil, 2013). Esses números permitem observar que,

[...] o fim do tráfico de escravos a partir de 1850 repercutiu na Zona da Mata, provocando queda de aquisição da mão-de-obra mancipia. Neste sentido, segundo ele, após 1850, há uma gradativa eliminação do trabalho escravo e sua substituição pelo trabalho livre, o qual permitiu a elevação da massa salarial, abrindo perspectiva para criação de um mercado consumidor de produtos manufaturados. (Paula, 2006, p. 181).

Nesse contexto, a imigração teve importante papel na dinamização tanto econômica quanto social de Juiz de Fora. Os primeiros imigrantes a chegarem na cidade foram os Alemães que vieram para a construção da Estrada Rodovia União e Indústria. “Chegaram, em 1858, arquitetos, engenheiros, artífices e agricultores, entre outros. O total de imigrantes alemães que chegam à cidade neste ano foi pouco mais de 1.160 colonos. A maioria morando na colônia D. Pedro II e trabalhando nas obras da Companhia.” (Barros, 2008, p.3). A execução e manutenção da rodovia foi o passo decisivo para a criação de um mercado de trabalho, pois dependia de mão de obra livre e qualificada, que se alargaria para a criação de indústrias em Juiz de Fora.

²¹ Sobre a análise do crescimento populacional de Juiz de Fora baseada nos censos de 1853 e 1872, ver: LACERDA, Antônio H. D. *A Evolução da População Escrava e o Padrão das Manumissões em Juiz de Fora*. (1844/88). Núcleo de Estudos em história demográfica – NEHD, Acervo Digital; São Paulo: USP.

[...] a divisão social do trabalho, baseado em funções técnicas específicas, sob o predomínio do trabalho assalariado, que criaram as “condições sociais da industrialização”. Ao utilizar mão-de-obra livre e assalariada através da importação de imigrantes europeus, estes abasteceram, a partir do término da construção da rodovia, a cidade de trabalhadores qualificados, os quais foram importantes para a fundação de estabelecimentos industriais. (Paula, 2006, p.183-184).

Imigrantes de outras nacionalidades também fizeram parte do adensamento demográfico da cidade e “[...] a partir de 1887, as elites locais organizaram a Sociedade Promotora de Imigração, viabilizando a chegada de imigrantes italianos, portugueses, austríacos, espanhóis entre outras nacionalidades numericamente menos expressivas.” (Marins, 2010, p.44).

A economia local, ora centrada na produção de gêneros primários e essencialmente rural se diversificou paulatinamente para atividades de indústria e comércio. Urbanizava-se Juiz de Fora e em sua dinâmica urbana alguns fatores a destacava das demais localidades da Zona da Mata, as quais não apresentaram o mesmo nível de desenvolvimento.

[...] a dinâmica urbana observada em Juiz de Fora é resultado de uma confluência de fatores que se implicam e se correlacionam: a acumulação de capital agrário; a existência de uma eficiente rede de transportes que coloca a cidade na posição de principal entreposto comercial da região; a inversão de capitais e diversificação econômica para os setores do comércio, indústria e serviços; a atração urbana e crescimento demográfico; e o surgimento de um sistema financeiro-bancário regional que além de financiar o setor agrário, estimulou a abertura de empreendimentos urbanos. (Carvalho, 2022, p. 57-58).

A diversificação econômica mencionada pelo autor condiz com a publicação do Almanaque de Juiz de Fora de 1898 que listou grande contingente e variedade de indústrias e comércios em funcionamento na cidade, dentre as quais mencionamos algumas, quais sejam, indústrias de calçados a vapor, de carroças e veículos, de cerâmica, de cerveja e águas gasosas, de chapéus, de fogões, de ladrilhos, de tecidos, de tapeçaria, telhas e tijolos, vassouras, de sabão, de produtos químicos, fundições de ferro e bronze, e ainda uma extensa lista de profissionais de diferentes áreas. (Almanach de juiz de fora, 1898).

Juiz de Fora nessa época já ostentava o título de “Manchester Mineira”, epíteto que fazia alusão à conhecida cidade industrial britânica Manchester.

Nenhum dos títulos conferidos a Juiz de Fora por personalidades ilustres que a visitaram e admiraram o seu progresso, desde os primeiros anos de sua existência com foros de cidade, lhe calhou tão bem como o de “Manchester Mineira”, a ela atribuído, logo se vê, em virtude do seu extraordinário desenvolvimento industrial. De fato, já muito antes da República não havia em Minas cidade que a ela se equiparasse sob qualquer aspecto, e principalmente sob o aspecto industrial. (Oliveira, 1966, p. 218).

A *Manchester Mineira* foi destacada com entusiasmo na matéria de Heitor Guimarães²² publicada no *Pharol* em 1909 por sua vocação industrial, comercial e intelectual.

No discurso que proferiu por ocasião de ser inaugurado o teatro de Juiz de Fôra, em 1888, o visconde de Ouro Preto, cognominou esta cidade, princesa de Minas, Arthur Azevedo, annos depois, elevou-a à cathegoria de Rainha e, não satisfeito de haver cingido a fronte com uma coroa real, disse, entre outras amabilidades, que Juiz de Fôra era um ninho de poetas, a Athenas de Minas. Antonio Salles deu-lhe o título menos heraldico e menos literário de Manchester mineira, o que constitui também uma especie de realeza industrial e comercial. [...] Quanto à nossa promoção à Manchester e Athenas creio podermos acceitar o elogio, sem grande offensa à modestia. Note-se que somos apenas a Athenas mineira, a Manchester de Minas, Juiz de Fôra é a cidade mais commercial e industrial do Estado. A que conta em seu seio o maior numero de artistas, escriptores, estabelecimentos de ensino e publicações diarias e periodicas. Por seu commercio e sua industria é Manchester, Athenas por seu progresso intelectual. Á hora em que estas linhas forem lidas estará fundada a Academia Mineira de Letras, com séde nesta cidade. (sic.) (*Pharol*, 26 dez. 1909).

Os predicados virtuosos da cidade, expressos nas linhas de Heitor Guimarães — ou somente H.G., codinome por ele utilizado para assinar seus artigos — exaltavam o progresso juiz-forano. A fundação da Academia Mineira de Letras com sede na cidade engrossava seu progresso intelectual.

A AML, fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909, é fruto do esforço de doze intelectuais, sendo eles, em sua maioria, indivíduos que exerciam regularmente as funções de inspetores de ensino, professores e/ou jornalistas. Os primeiros fundadores residiam na cidade, mas logo depois foram acrescidos outros integrantes provenientes de outras localidades de Minas Gerais, até que se totalizassem 40 imortais.” (Kappel, 2019, p.13).

²² Reconhecido como um intelectual de Juiz de Fora, Heitor Guimarães foi redator do *Pharol* nos anos de 1899 e 1909, redator chefe do *Jornal do Comércio*, redator literário do jornal *Correio de Minas* nos períodos de 1896-1899 e de 1904-1909, foi professor nas cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro, inspetor municipal de ensino da cidade, diretor da secretaria da Câmara Municipal, Fundador da Biblioteca Municipal e integrante do seletto grupo dos doze literatos da cidade que fundaram a Academia Mineira de Letras (AML). (Kappel, 2019).

Dentre os doze intelectuais que fundaram a AML, somente dois não eram colaboradores do jornal *Pharol* naquele momento, quais sejam, José Rangel que ocupava o cargo de Diretor do 1º e 2º Grupo Escolar e Estevam de Oliveira que desempenhava a função de Inspetor Técnico do Ensino e era proprietário e redator chefe do jornal *Correio de Minas*. Mais que uma agremiação de literatos a AML era a representação do moderno e também do progresso intelectual de Juiz de Fora, do qual o *Pharol* foi um destacado propagador das ideias, pois dos doze literatos fundadores da academia dez compunham o rol de editores do jornal. “O decorrer do ano de 1909 mostrou-se profícuo aos literatos integrantes do jornal o *Pharol*, com ampliação de espaço para crônicas e poesias e maior exaltação aos escritores mineiros.” (Kappel, 2019, p. 176).

Nesta mesma seara, outro feito de destaque que indicava a influência de colaboradores do jornal *Pharol* na sociedade juiz-forana foi a criação da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora sob a responsabilidade de Heitor Guimarães, da qual foi diretor e fundador.

Em 1896 foi publicada a Resolução nº 369, de 20 de Maio, a qual, depois de criar no art. 1º a Biblioteca Municipal, autorizou no art. 2º as despesas necessárias à instalação da mesma no edifício do Forum ou onde reconhecer mais conveniente. Então, já devia ela possuir uns 500 volumes, conforme esclarece Heitor Guimarães, encarregado de sua organização, em relatório apresentado a 1º de Outubro. (Oliveira, p. 168)

Antes de sua criação oficial a biblioteca iniciou em 1888 com o movimento de angariar doações de obras para a organização do seu acervo. Destacamos a participação do *Pharol* no apelo para que a sociedade contribuísse com as doações para que esse importantíssimo melhoramento.

O dr. Fernando Lobo Leite Pereira offereceu à intendencia municipal varios exemplares de diversas obras que servirão para formar-se nesta cidade uma bibliotheca publica. Applaudimos esse começo de realização de um melhoramento importantissimo que, sem duvida, deve merecer o apoio geral. De nossa parte concorremos de boa vontade para que em breve praso esteja constituída de modo satisfactorio a nossa bibiotheca municipal, não só contribuindo com alguns volumes, como solicitando de homens de letras o valioso contingente de suas produções. Esperamos que o publico comprehendendo o elevado alcance desse empreendimento corresponderá ao apello que lhe dirigimos auxiliando-nos com obras ou offertas pecuniarías que serão empregadas na aquisição de livros. Já é tempo de se fazer desaparecer uma lacuna que Juiz de Fóra apresenta aos olhos dos que a visitam contrastando com as variadas manifestações de progresso e adiantamento que aqui se observam e que a todos impressionam de modo favoravel a esta cidade. (sic.) (*Pharol*, 28 nov. 1890).

A matéria publicada em primeira página demonstrava grande interesse em colaborar com a aquisição de obras para a criação da biblioteca e deixa explícito que a inexistência desta representa uma lacuna no progresso da cidade.

Quanto ao progresso material, no que diz respeito aos melhoramentos urbanos, a inauguração da Companhia elétrica na Manchester Mineira foi um empreendimento notável de modernidade que colocou a cidade na vanguarda das cidades brasileiras e ainda concorreu para sua prosperidade industrial. A inauguração oficial da luz elétrica deu-se em 05 de setembro de 1889, “[...] empreendimento realizado por Bernardo Mascarenhas, importante industrial e fundador da Companhia Mineira de Eletricidade, foi projetado para atender às suas indústrias têxteis e fornecer eletricidade à iluminação pública da cidade, antes alimentada a gás.” (Blay; Kallás, 2010, p.137).

A energia elétrica²³ foi um grande avanço para a cidade que era iluminada apenas em noites de luar com lamparinas acesas manualmente uma a uma. Ainda que restrita à parte central da cidade, a iluminação pública mudou os traços da cidade. O moderno sistema elétrico primeiro iluminou as ruas e depois as casas e ainda possibilitou a futura criação de bondes elétricos que contribuiu para uma maior urbanização da cidade, pois servia de transporte coletivo para os juiz-foranos. (Barbosa, 2017).

A valorização da eletricidade como um sinal de progresso foi pauta presente no *Pharol* anos antes de sua efetiva chegada. Em apoio ao Sr. Bernardo Mascarenhas e a favor do progresso da cidade, em 1987 o jornal publicou uma matéria cobrando da Câmara Municipal de Juiz de Fora mais agilidade na concessão do fornecimento de energia elétrica.

Sabemos que o Sr. Bernardo Mascarenhas espera somente a solução da nossa Camara municipal sobre a reforma do seu contracto para a illuminação elétrica e transmissão de força nesta cidade a fim de dar o comêço à organização de uma companhia [...] O Sr. Mascarenhas há muito que é entusiasta da electricidade, de que tem feito, como simples amator, serics estudos a guisa de descobrir-lhe os mysterios. Acompanhando de perto os progressos que tem feito a electricidade nos Estados Unidos. [...] A camara municipal, patriota e ilustrada como é, deveria auxiliar o Sr. Mascarenhas, facilitando-lhe a execução de seu plano certa de que qualquer sacrificio será em proximo futuro recompensado. (sic.) (*Pharol*, 12 nov. 1887).

²³ Sobre a eletricidade como elemento de modernização em Juiz de Fora vide, BARROS, Cleyton Souza. *Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915)*. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, MG, 2008.

O *Pharol* retratava a instalação da eletricidade como fator de promoção do progresso da cidade. Em nota destacou o desenvolvimento do México em razão do emprego da eletricidade. Aliás, era comum o jornal publicar notícias de escopo mundial que muitas vezes tinha a intenção de demonstrar ações e fatos que poderiam servir de modelo para própria localidade.

A electricidade tem hoje tão numerosas, diversas e importantes applicações, que alguns paizes do mundo prosperam de maneira consideravel, graças ao emprego que delas fazem em suas industrias, na exploração de suas riquezas, aos resultados que dela tiram na vida economica. O Mexico tem sido um dos paizes que mais tem progredido. Favorecido por numerosas quedas de agua, algumas das quaes já actualmente utilizadas, poderá transformar a força dessas quedas em electricidade, fazer mover seus teares, prelos, engenhos de perfuração das rochas, etc., poderá abrigar a grande e nova força moderna que o homem conquistou a servil-o submissamente, produzir a riqueza, a trabalhar para o bem estar de um grande numero de seus habitantes. (sic.) (*Pharol*, 19 out. 1889).

Dentre as muitas publicações em defesa dos melhoramentos urbanos com essa temática, aquelas encontradas pela pesquisa, destacamos uma matéria publicada vinte anos antes da criação da Companhia Mineira de Eletricidade. O texto reclamava às autoridades competentes ações e ideais que interessavam ao progresso e ao adiantamento da cidade.

Contrista confrontar a existencia que levamos com a vida activa e benefica com a outra parte da America. Aqui tudo é timido e irresoluto, nada fecundo e exequivel: vivemos de utopias e palavrões estrepitosos, sem norte certo, sem fins determinados, sem idéias fixas. Lá, o movimento, as grandes concepções, a realisação imediata, a palavra que fructifica, o pensamento convertido em factos, o progresso rapido com a electricidade, produtor de inovações esplendidas de resultados infalíveis. (sic.) (*Pharol*, 06 set. 1877).

Conforme as notas mencionadas, vale observar que o *Pharol*, ainda que em distintos períodos políticos e diferentes proprietários, mostra-se defensor do progresso e do avanço da cidade.

O crescimento econômico e urbano de Juiz de Fora foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura e serviços, como escolas, hospitais, teatros e instituições culturais. Em 1891 a cidade contava com dois teatros, Theatro Novelli e Theatro União Recreativa, conforme publicação no Almanaque de Juiz de Fora do ano de 1891. Em sua edição do ano de 1899, além dos dois teatros citados, o Almanaque informava a existência de quatro bibliotecas na cidade: a da Academia de Comércio; a da Escola Normal; uma na Loja

Maçônica; outra na sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa; e a Biblioteca Municipal, já mencionada anteriormente. (Carvalho, 2022).

Quanto à educação Juiz-forana — temática que especialmente nos interessa e será tratada a seguir — estavam em funcionamento no ano de 1899, 30 escolas públicas estaduais (8 na cidade e 22 nos distritos), além de outras 20 escolas públicas municipais, mantidas pela Câmara Municipal ou pelos respectivos Conselhos Distritais. Também consta em funcionamento para o mesmo ano na cidade de Juiz de Fora, a Academia de Comércio, a Escola Normal, além de 13 colégios, 5 externatos e outras 7 escolas particulares. (Almanach de Juiz de Fora, 1899).

Ainda sobre o desenvolvimento econômico juiz-forano, é devido mencionar que este estabeleceu estreita relação com o desenvolvimento jornalístico, conforme afirma (LANDIM, 2013, p. 11), “O dinamismo cultural e o fervor econômico trouxeram para a história da imprensa juiz-forana ingredientes fundamentais, para que as tipografias da cidade se tornassem um verdadeiro polo de desenvolvimento do fazer jornalístico.”

Pela quantidade de jornais e revistas em circulação, Juiz de Fora foi chamada de “capital intelectual do Estado de Minas” (Oliveira, 1966, p. 24), pois, enquanto na capital do Estado se produzia três jornais diários, em Juiz de Fora, editavam-se sete e nenhum deles era inferior. A cidade possuía outros títulos que remetiam ao seu protagonismo jornalístico e ao seu desenvolvimento econômico. Artur Azevedo batizou-a como “Athenas”, Coelho Neto chamou-a “Princesa de Minas” e Rui Barbosa de “Barcelona”, outros a aclamaram de “Princesa da Mata”, “Princesa do Paraibuna” e o título que permaneceu “Manchester Mineira” — dado por Mr. Morrit, fundador da primitiva fábrica dos ingleses — pelo fato de que em Juiz de Fora ter se concentrado o grosso da indústria têxtil em Minas Gerais. (Oliveira, 1966).

A singularidade de Juiz de Fora em ser apontada como centro cultural do Estado de Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX, seja pelo seu número de jornais e teatros, ou pela expressão de suas escolas e instituições culturais, está relacionada à sua proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro. Segundo Christo (2000, p. 128), “[...] a proximidade com o Rio de Janeiro favorecia o dinamismo cultural da cidade, atestado pelo número de jornais, teatros, escolas e instituições culturais, distanciando-a da mineiridade”. Tais características fazem parte de um projeto de modernização.

Faz parte de um projeto de modernização patrocinado pelos fazendeiros e industriais, que visa satisfazer à necessidade de um maior controle sobre o espaço urbano e a população. É indispensável um plano de modernização que forneça uma infra-estrutura capaz de suscitar o desenvolvimento industrial. Neste momento, os jornais, as escolas, os teatros, as instituições culturais... têm o papel de, além de formar os trabalhadores e quadros burocráticos, incutir na opinião pública o desejo de “civilizar-se”. (Christo, 1994, p.1. grifos do autor.).

Os jornais corroboraram com o discurso de modernidade, que se pretendia na época, para a construção do processo civilizatório. A esse respeito o historiador James Willian Goodwin Junior em seus estudos sobre a imprensa Juiz-Forense afirma que “As páginas dos jornais servem a uma dupla função: apresentam aos habitantes de uma cidade a imagem de uma “cidade civilizada” a ser atingida enquanto reelaboram constantemente essa representação, incorporando elementos do contexto local.” (Goodwin Junior, 2007, p.12).

QUADRO 4. Imprensa jornalística em Juiz de Fora antes de 1930

ANO DE FUNDAÇÃO	QUANTIDADE	PERIÓDICO
1866	1	O Pharol
1870	1	O Imparcial
-	1	O Comercial
-	1	O Constituinte
1878	2	A Luz, O Pirlampo*
-	1	Gazeta de Juiz de Fora
1879	1	O Mineiro
1881	1	A Bússola
1882	2	O Laborum, Eco do Povo
1885	3	O Democrático, Correio de Juiz de Fora, O Busca-pé
1886	7	O Aspirante , A Democracia, A Propaganda, Metodista Católico, Nossa Gente Pequena, O Bilontra, A Aurora,
Entre 1886 e 1888	7	O Papagaio, O Tentamen, O Ator, O Palco, O Comercial, Juiz de Fora, O Progresso.
1888	1	Diário de Minas
1889	14	O Pirlampo**, Pariá, Comercio de Juiz de Fora, A Estrela, Passa Tempo, Riso da Mocidade, O Brinde, Juiz de Fora, O Bonde, A Regeneração, O Sol, Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia, A Lua, A Gazeta da Tarde.
1890 a 1900	32	O 15 de Novembro, O Domingo, Gazeta da mata, Minas Livre, Juiz de Fora, Araldo d'Itália, Atualidade, O Intrudo, A Reparação, Gato Preto, Holofote, A Leitura, A Cruz, Revista Mineira, O Bandolim, O Piche, A Bisnaga, A Ordem, O Filhote, O Natal, O Pobre, O Atletas, O Jasmim, Frou- Frou, A Bala, O Aspirante, O Agricultor, Fidelidade Mineira, Fôlha Nova, O Bicho, A Esperança, O Mimo, Diário da Mata
1893	2	Jornal da Tarde, Novidades
1894	1	Correio de Minas
1896	1	Jornal do Commercio
1898	1	Diário da Tarde

1911	1	Diário do Povo
1912	1	Diário Mercantil, O Lince
-	3	O Alicate, O Tempo, O Cine Paz
1915	1	Lar Católico
1916	1	O Dia
-	1	A Tarde
1922	1	A Batalha
Total	90	

FONTE: OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. Revista do IHG de JF, Juiz de Fora, ano 2, n.2, p.20-29,1966.

* *O Pirilampo* foi substituído pelo Gazeta de Juiz de Fora no mesmo período.

**Reaparece o nome do jornal *O Pirilampo*, contudo, não há informações sobre ser este o retorno do primeiro jornal.

O Quadro anterior mostra uma quantidade expressiva de jornais criados na cidade de Juiz de Fora, conforme a publicação de Paulino de Oliveira em 1966. Destacamos a primeira década do período republicano com 32 jornais criados e de modo especial o ano de proclamação da República com 14 jornais. O momento político possivelmente impulsionou a criação de muitos jornais. Vale mencionar a efemeridade dos jornais criados nessa época, pois, a Tabela 6 apresenta apenas três jornais de Juiz de Fora em Funcionamento até o ano de 1930.

Nesse período Juiz de Fora foi considerada uma espécie de centro jornalístico do estado²⁴. A cidade possuía, em 1922, um total de seis jornais diários: *O Pharol*, *Correio de Minas*, *Jornal do Commercio*, *O Dia*, *A Tarde* e *Diário Mercantil* e *O Lar Católico* semanal. (Lys, 1922, p.64). Dos jornais mencionados, o principal foi *O Pharol*, completo em sua variedade de assuntos, os quais eram relevantes para toda comunidade Juiz-forense com forte aceitação pela “boa sociedade” e também junto às elites agrárias. Era veículo de informação importante, pois trazia notícias de diferentes partes do mundo.

Ao final da segunda metade do século XIX, diversos jornais foram publicados em Juiz de Fora. O principal entre estes foi sem dúvida o jornal *Pharol*, uma das "folhas de tradição nas comunidades em que são publicadas, de larga aceitação pela 'boa sociedade' local e de forte penetração junto às elites agrárias, como diz Hebe Maria Mattos de Castro. Durante décadas esse jornal tornou-se ponto de referência obrigatório para qualquer pessoa ou instituição. Anúncios comerciais, questões políticas, sociais ou científicas, notícias de diferentes partes do mundo: tudo isso e muito mais encontrava-se nas páginas do *Pharol*. (Goodwin Junior, 1997, p.196, grifos do autor).

²⁴ Sobre a expressividade de Juiz de Fora no campo jornalístico, a publicação do Almanaque de Juiz de Fora do ano de 1899 informou a existência de “[...] mais de 90 jornais editados na cidade, sendo 12 deles com publicação diária.” (Almanach de Juiz de Fora, 1899, p.263).

De cunho político e noticioso, conforme o próprio jornal se qualificou em sua publicação no dia 09 abril 1870, o *Pharol* se comprometia com a verdade e o bem público.

PHAROL. Periodico politico e noticioso. Publica-se em Juiz de Fora duas vezes por semana. Apostolo da idéia liberal tem este periodico desde sua fundação (1866) pugnado pelos princípios deste partido. Quanto às notícias do estrangeiro e do império é constantemente publicado um extracto dos factos importantes. Suas columnas estão francas para qualquer escripto relativo ao bem público ou a interesses de qualquer municipio ou do paiz em geral. Apenas se nega à discussão da vida privada. (sic.) (Goodwin Junior, 2007, p.82).

As publicações de caráter político e a boa aceitação do jornal o colocavam em relevo face aos demais, de modo que nenhum outro,

[...] exerceu tamanha influência sobre a mentalidade dos habitantes juiz-foranos, especialmente sobre os membros de sua elite, como o *Pharol*. Durante anos foi o órgão oficial de publicação das atas das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, através de contrato firmado entre a Municipalidade e George Charles Dupin. (Goodwin Junior, 1997, p. 197).

George Charles Dupin, um dos principais “homens de imprensa” do século XIX mineiro, foi um dos primeiros redatores do jornal *Pharol*, ainda em Parnaíba do Sul, local onde foi fundado em 1866. Sua projeção como “homem de imprensa” e seu contato com a Câmara Municipal de Juiz de Fora viabilizaram o acordo nas publicações oficiais das atas das sessões da Câmara Municipal, fato que colocou O *Pharol* em posição favorecida. (Goodwin Junior, 2007).

Na redação do jornal por doze anos em 1875 Dupin tornou-se proprietário e logrou transformá-lo no mais influente órgão de informação e opinião da cidade e região. Nesse sentido, cumpre observar a participação do *Pharol* como agente de promoção do progresso na medida em que este influenciou na organização de ações para a melhoria da produção agrícola; um fato notório foi formação de um Club da Lavoura em 1881. Mais do que portavoza de artigos e matérias sobre os mais diversos assuntos de grande relevância para o município, o jornal buscava assumir o papel de “guia” para a construção de uma Juiz de Fora moderna.

Juiz de Fora é apresentada como cidade voltada para o progresso, núcleo urbano em franco desenvolvimento, alvo presente também nos artigos e editoriais concernentes à agricultura. Artigos sobre melhorias agrícolas, notícias sobre a valorização do café juizforano em outras cidades, e do café

brasileiro no exterior, formação de Clubs e outras agremiações de fazendeiros, eram a forma do jornal convencer os fazendeiros a tomar medidas para a melhoria da produção agrícola, base da riqueza nacional. Dupin tinha ideias claras sobre como fazê-lo. Os fazendeiros eram convocados a investirem na lavoura para continuar o desenvolvimento do município; eram chamados de "classe formada de homens cultos", que devem agir em conjunto. Seus esforços finalmente foram coroados, com a formação de um Club da Lavoura em 1881. Dupin acreditava que os fazendeiros da região de Juiz de Fora deveriam, também, diversificar sua produção. (Goodwin Junior, 1997, p. 200).

O *Pharol*, durante décadas, utilizou sua privilegiada posição para transmitir aos juizes o “entusiasmo pelo progresso e a modernização.” (Goodwin Junior, 1997, p. 217).

O reconhecimento da importância do *Pharol* na imprensa mineira foi registrada tempos depois em uma matéria intitulada, Evolução da Imprensa em Minas, do jornal *Correio da Manhã* da cidade do Rio de Janeiro em 1957, que relatou a história do jornal, sua fundação, mudança de proprietário, mencionou seus redatores e ao final o enalteceu. “O Farol foi um dos mais prestigiosos jornais de Minas até a uns trinta anos atrás, com ressonância em outros Estados da Federação.” (*Correio da Manhã*, 10 ago. 1957, p.16).

A materialidade do papel impresso e a força simbólica das ideias e palavras que circulavam no jornal, de algum modo o colocam como agente histórico. Os leitores eram de alguma forma, receptores e também retransmissores de seus conteúdos.

No ensejo de construir interpretações acerca da relação entre imprensa e instrução pública serão apresentadas a seguir as veiculações do jornal *Pharol* com as temáticas, Igreja Católica, Ensino Religioso e seus liames com a educação subjacentes às representações de progresso e civilidade.

CAPÍTULO 2 – FÉ, ORDEM E PROGRESSO: A QUESTÃO RELIGIOSA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM JUIZ DE FORA NAS PÁGINAS DO PHAROL

*Religião da família do meu pai: ser de muito Deus
e pouco padre, muito céu e pouca igreja, muita
prece e pouca missa.*

— Pedro Nava, 1972

O memorialista juiz-forano, Pedro Nava²⁵ retrata nesta menção o comportamento religioso em Juiz de Fora que se difere das rígidas práticas do catolicismo à moda mineira. A epígrafe citada elucida sumariamente a pluralidade religiosa presente nesta cidade, tema que será abordado neste capítulo. Para a compreensão da questão religiosa em Juiz de Fora e seus liames com o ideário republicano de progresso presentes no jornal *Pharol* percorremos a historiografia local e as publicações veiculadas no jornal no período proposto pela pesquisa.

A forte presença do protestantismo em Juiz de Fora, proveniente dos imigrantes alemães, marcou o desenvolvimento industrial da cidade e foi, dentre outros, elemento que influenciou o seu progresso. As tensões que circundaram a questão religiosa em Juiz de Fora provocaram intensos debates na imprensa. Nas páginas do *Pharol* estão presentes as ações de intolerância contra os protestantes e suas práticas de fé por parte da Igreja Católica; a separação entre Estado e a Igreja foi amplamente repudiado pelas vozes católicas que associavam o laicismo à desordem e as controvérsias entre sobre o ensino religioso nas escolas públicas.

2.1 Progresso e religião: catolicismo e protestantismo nas páginas do *Pharol*

A questão religiosa da cidade de Juiz de Fora se diferiu das demais do estado, pois enquanto nestas a religião professada era essencialmente católica, em Juiz de Fora o catolicismo dividia espaço com o protestantismo e o espiritismo. Deste modo ao passo que as cidades mineiras constituíram-se em meio à tradição religiosa católica, a população de Juiz de Fora teve sua vida “normatizada pelos sinos das fábricas de estilo neoclássico e o bater dos

²⁵ O importante e reconhecido memorialista de Juiz de Fora Pedro Nava, nasceu em 05 de junho de 1903. Médico e escritor, Nava foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros. Autor de seis obras biográficas, dentre elas, a primeira, Baú de Ossos, que resgata a memória de sua família e aborda questões que estiveram presentes na sociedade juiz-forana e brasileira no período de 1870 a 1930. (VALE, 2009).

tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades” (Christo, 1994, p. 10). Este fato relacionou a religião na cidade com o movimento imigratório.

Conforme já exposto no capítulo anterior, a imigração foi um elemento que impulsionou a industrialização na cidade. Dentre as diferentes nacionalidades dos imigrantes que foram para Juiz de Fora, os alemães constituíam a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros contratados para construção da estrada, a qual teve início no ano de 1856. Segundo os estudos de Luiz Antônio Valle Arantes, 43,07% das indústrias instaladas em Juiz de Fora entre 1858 e 1912 pertenciam a imigrantes germânicos de filiação protestante. (Arantes, 2000). Nessa perspectiva, o movimento imigratório em Juiz de Fora estabeleceu as relações entre religião e progresso. A esse respeito, os estudos de Max Weber apresentou as vocações que influíram nos comportamentos no seio das religiões.

No passado, diferentemente dos protestantes, os católicos não passaram por nenhum desenvolvimento econômico proeminente durante os períodos em que eram perseguidos, ou no máximo tolerados [...] Por outro lado é fato que os protestantes, [...] independentemente de figurarem como classe dominante ou dominada, como maioria ou minoria, apresentaram uma tendência especial ao desenvolvimento de um racionalismo econômico que não pode ser observado nos mesmos termos entre os católicos [...] (Weber, 2013, p. 37).

Ademais o Império Brasileiro tinha como oficial a religião Católica e a chegada desses imigrantes protestantes criou na província de Minas Gerais um problema até então desconhecido: o religioso. (Stehling, 1979).

As relações entre os grupos de diferentes crenças não eram amistosas. Eram numerosas as notícias de jornais que “[...] relatavam ataques de populares, insuflados pelos padres, inclusive com a participação direta deles, contra pastores protestantes. Suas casas eram depredadas, eles sofriam ferimentos e até eram atirados em rios. Os assistentes de suas pregações tinham idêntico destino.” (Cunha, 2017, p. 441). O Jornal *The Rio News*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria sobre ataques contra pastores batistas em Juiz de Fora e aconselhou os imigrantes protestantes a refletirem sobre a sua vinda para essa região. A publicação provocou descontentamento por parte do *Pharol* que prontamente contestou o jornal com uma extensa matéria intitulada, Liberdade de Consciência.

Eis como exprime nosso colega: “Somos também informados de que o pastor da igreja Baptista em Juiz de Fora tem visto mais de uma vez apedrejado pela população o edifício onde se celebra seu culto religioso e é

frequentemente vaiado nas ruas pela gentalha — e tudo isso se dá não obstante residirem nas proximidades daquela cidade muitos Alleães Protestantes. Em vista da hostilidade e da inercia das autoridades, que deixam os Protestantes à mercê de uma plebe ignorante e brutal, será bom que os emigrantes Protestantes reflitam maduramente antes de aportar as estas plagas.” Não há absolutamente razão para o amargo conselho que o collega dá aos emigrantes de religião differente da maioria dos brasileiros nem a um ou outro excesso praticado pela intolerancia religiosa, pode ser emprestado caracter de tamanha importancia. É natural que nas camadas menos cultas da população se hajam despertados sentimentos de hostilidade contra os que não commungam nas mesmas crenças, mas, se alguma vez taes sentimentos fizeram explosão, em todos os espiritos esclarecidos brotou reprovação tão eloquente que se viram coagidos a se abster dos seus condemnaveis manejos que tentavam açular as paixões populares. [...] um ou outro fato isolado que em nenhum paiz pode ser evitado, não dá direito a que se diga que os emigrantes protestantes deixarão de encontrar aqui as garantias para suas seitas religiosas. (sic.) (*Pharol*, 10 out. 1889).

É notório o esforço do *Pharol* em minimizar as ações agressivas contra os protestantes, os apedrejamentos e vaias não deveriam ganhar tamanha importância, já que o jornal quantificou tais ações em “um ou outro excesso” e ainda “fato isolado”. Possivelmente o conselho para que os imigrantes não católicos repensassem sobre as vantagens de vir para a região foi preocupante para o jornal, pois o mesmo comungava da ideia de que os estrangeiros protestantes foram impulsionadores do progresso em Juiz de Fora. O apreço do jornal pelos imigrantes, aqui de modo específico os alemães, ficou evidente em uma publicação no alvorecer do ano de 1901.

Um elemento que contribuiu eficazmente para o rápido progresso de Juiz de Fora foi a colonização allemã, promovida pelo commedador Mariano Procopio, em geral honrados, inteligentes, ordeiros e operosos, os alemães tornaram-se desde logo estimados da população, dando aos operarios nacionaes exemplo de amor ao trabalho. (*Pharol*, 01 jan. 1901).

Antônio Gasparetto Júnior também destacou o jornal *Pharol* como simpatizante dos imigrantes alemães, que conforme dados mencionados anteriormente de maioria protestante,

[...] estavam inseridos no crescimento da cidade e eram respeitados por suas iniciativas fabris. O jornal O *Pharol*, por exemplo, publicou um artigo no dia 11 de setembro de 1911 ressaltando a importância da colônia alemã para a cidade. No ano seguinte, o mesmo jornal indicou, inclusive, Altivo Halfeld, importante industrial e farmacêutico de origem germânica, para o cargo de vereador em Juiz de Fora. (Gasparetto Júnior, 2013, p.56).

A presença dos imigrantes protestantes em Juiz de Fora foi marcada pela intolerância religiosa, fato que não impediu que estes contribuíssem com o progresso da cidade. “[...] os imigrantes protestantes conseguiram importantes resultados econômicos e, sem dúvida alguma, foram em parte responsáveis pelo título de “Manchester Mineira” que recebeu a cidade, apesar de enfrentarem vários tipos de hostilidade.” (Arantes, 200, p.116, grifos do autor).

É interessante observar que a matéria publicada mencionada anteriormente associou a intolerância religiosa, na forma de ataques, às camadas menos cultas da população e que a reprovação às hostilidades “brotavam nos espíritos esclarecidos”. A mensagem que ficou implícita foi que o jornal reprovava a intolerância, já que os seus redatores e proprietários eram intelectuais envolvidos com causas culturais na cidade, a exemplo da criação da Biblioteca Municipal e da fundação da Academia Mineira de Letras.

A tensão entre católicos e protestantes ganhou contornos de disputa na imprensa local entre *O Pharol* e *Jornal do Commercio*. A discussão causada por discordância nas pautas relacionadas aos temas doutrinários, como a transubstanciação, ao predomínio da igreja romana sobre as demais, e a inquisição. O debate arrastou-se por mais de um ano. No *Pharol* a publicação do campo católico, liderado pelo Padre Mathias; e o campo protestante, agora nas páginas do *Jornal do Commercio* sob a pena de E. Escobar Junior do Colégio Granbery, e do Reverendo W.B. Lee. (Goodwin Junior, 2007).

Quando a discussão religiosa entre padre e pastor já estava concluída, o *Jornal do Commercio* publicou no dia 1º de fevereiro de 1901, um editorial ofensivo aos católicos. Após oito dias o *Pharol* dedicou uma página inteira na coluna “Publicações a Pedido” para a transcrição da matéria rival e publicação da resposta católica. O *Jornal do Commercio* assim escreveu:

A historia, na sua verdade eloquente está repleta de factos odiosos e cruéis, que são sempre o resultado de taes debates anodynos e da exaltação inevitável que a elles sucede. [...] Por um acaso foi este o jornal preferido pelo adversario da religião catholica, apostolica e romana, cujos artigos foram insertos na parte ineditorial, mediante a contribuição devida. Não nos arrependemos de haver aberto ao pastor methodista a porta das nossas columnas ineditorias. [...] A intolerância é o fanatismo, e o fanatismo é uma planta nefasta, é um mal social, como bem poucos possam existir no cortejo de resultados abomináveis. [...] Se nossa consciencia de catholicos, apostólicos e romanos, não se ofendem com o procedimento que tivemos, a nossa consciencia de democratas se alegrou e se engrandeceu. A democracia é outra religião cujos princípios precisam ser respeitados. (sic.) (*Pharol*, 09 fev. 1901).

Em nota o *Jornal do Commercio* se declarou católico apostólico romano por consciência e democrata por posicionamento político. Declaração que “soava bem”, se levado em consideração o momento político daquele período, a recém-chegada República. As palavras faziam referência às hostilidades praticadas pelos católicos e enquadra tal intolerância como mal social produtora de resultados abomináveis. Foi grande o desagrado católico, e este, respondeu de modo categórico.

Encaremos a questão no seu verdadeiro terreno, o da injúria, que entendemos nos ter imputado o *Jornal do Commercio*. Confundir o desaforo e o apodo com a discussão nobre e elevada; o raciocínio, o argumento e a lógica com a inventiva, a zombaria, a mácreação; confundir a tolerância com a provocação directa a grande parte da população, das famílias catholicas é recesavelmente, ou inopia ou astucia. Nunca; nunca fomos hostis à tolerancia religiosa, nem catholicos, como somos, poderíamos proclamar o ódio, a perseguição, a guerra aos dissidentes da nossa religião. O que sempre entendemos é que por todos os titulos tinhamos o direito a sermos respeitados, acatados em Juiz de Fora, no exercício pacifico da nossa religião, como de facto sempre o fomos, emquanto o *Jornal do Commercio*, desta cidade, leviaamente não emprestou suas colunas para longos e insípidos aranzéis, onde um methodista pretendia discutir religião e chamar a contas o procedimento dos catholicos que commungam. [...] Se o *Jornal do Commercio* tivesse noções fundamentais e principios nitidos de religião e politica, não confundiria liberdade religiosa com agressão às crenças alheias, nem a liberdade de imprensa com a licença para expor no jornalismo produções offensivas ao pudor e delicadeza das famílias. [...] Como o jornal lamenta que haja impostores em religião, nós lamentamos que, além desses, haja tambem no jornalismo. É certo que para ser catholico correcto e respeitavel é mister certo conjunto de qualidades, mas innegavelmente tambem para ser director de jornal é mister muito criterio circumspecção e prudencia. Nem todos estão à altura de devotos de Christo. Nem todos tambem estão à altura de directores de opinião. (sic.) (*Pharol*, 09 fev. 1901).

A resposta católica evidenciou sua insatisfação quanto à presença de outra religião na cidade e principalmente com espaço na imprensa para expor seus princípios doutrinários divergentes e também fazer críticas ao procedimento dos católicos. A resposta católica alegou que a discussão no *Jornal do Commercio* tinha tom de zombaria e malcriação, enquanto que no *Pharol*, a discussão era nobre e elevada.

Os dois veículos de comunicação se divergiam nesse período não somente no campo religioso, mas também político. Enquanto que no *Jornal do Commercio* a democracia foi um princípio mencionado para a adoção das publicações protestantes, no *Pharol* o princípio primaz era o progresso. Já que os preceitos da democracia não condiziam com um jornal de cunho monarquista, posicionamento político dos redatores do *Pharol* nessa data.

Outro problema no campo da religião, presente nas páginas do *Pharol*, foi a questão do cemitério. Considerado lugar sagrado para o descanso dos filhos da Igreja Católica, o enterro daqueles que pertenciam a outra religião era considerada uma profanação. A intolerância católica foi materializada, dentre outras situações, no controle das decisões de permissão para enterro que fazia distinção entre os mortos considerados sagrados, os católicos, e aqueles considerados hereges, todos os demais.

Era tal a intolerância da Igreja Católica, que o velho vigário, Padre Tiago Mendes Ribeiro, reclamando contra o sepultamento de um indivíduo de nome Ismael, no cemitério do Poço Rico, depois de encomendado pelo ministro metodista, chegou a escrever à Câmara: “Para quem não abjurou suas crenças e se preza de ser filho da Igreja Católica, este fato é grave, revela um acinte feito aos católicos e vai de encontro às determinações da Igreja Católica nas exéquias de seus filhos, porquanto ministro algum de qualquer seita dissidente da Igreja Católica pode exercer seu ministério nos lugares consagrados por aquela Igreja. Se o finado, segundo consta-me, não pertencia à seita metodista, quem autorizou ao ministro dessa seita a invadir o cemitério católico usurpou jurisdição paroquial, encomendando o cadáver de um velho que não pertencia-lhe, profanando destarte um lugar destinado para o repouso dos que morrem no grêmio da Igreja Católica”. (Oliveira, 1966, p.138).

Em resposta às reclamações contra o vigário, em 7 de janeiro de 1889, o vereador Dr. Joaquim Elói de Andrade levou à Câmara Municipal de Juiz de Fora a indicação para secularização dos cemitérios.

Considerando que na morada dos mortos deve haver a mais perfeita igualdade e que não é só injusto, mas também iníquo que se puna no morto a liberdade de pensamento; considerando a dificuldade que vai haver na conservação dos atuais cemitérios e na construção nos novos de lugares reservados aos protestantes, enterrando-se muitas vezes fora dos muros e expondo assim o cadáver às profanações e mutilação por cães, corvos, etc., a Câmara Municipal resolve oficial reclamando da Assembléia Geral uma lei sobre a secularização dos cemitérios. (Oliveira, 1966, p.138).

Considerado um equipamento urbano, o cemitério constituía uma demanda da modernidade. O projeto de construção de um cemitério público na cidade foi incluído no rol de melhoramentos que representavam o progresso em uma matéria publicada pelo *Pharol* em 1882. A nota tratava do discurso do Sr. João Penido²⁶ na Câmara dos Deputados por ocasião

²⁶ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), “João Nogueira Penido nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 28 de janeiro de 1862. Chefe político de grande influência em Juiz de Fora, seu pai foi deputado-geral no Império e deputado federal de 1894 a 1899. Diplomado médico em 1883 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia da cidade. De 1895 a 1897, foi presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora e agente executivo

de uma petição para o estabelecimento de uma fazenda modelo para o cultivo do café e da cana de açúcar por meio mecânico. Sua petição foi sustentada pelo enaltecimento do progresso em Juiz de Fora.

A cidade de Juiz de Fora marcha a passos largos para o progresso. A esforços da iniciativa particular é aquella cidade uma das mais populosas e melhor organizadas de Minas. Á custa do município, allí existem um fórum, uma igreja, uma linha de bonds, que está dando o mais lisongeiro resultado. Há em perspectiva uma companhia de gaz e outra para o abastecimento d'agua à cidade e um cemiterio publico da camara municipal. (sic.) (*Pharol*, 29 abr. 1882).

A construção de um cemitério público que pudesse atender a todos os sepultamentos, independente do credo religioso serviria ao propósito do progresso, pois a secularização deste espaço tradicionalmente religioso fazia parte do conjunto de mudanças que se pretendia efetivar com as reformas republicanas. Esse entendimento está presente em uma publicação no *Pharol* em dezembro de 1889.

O dominio da Egreja Romana entre nós é a morte. Abram as portas do Brasil ao estrangeiro que quer repartir conosco seu trabalho, a sua industria e proclamemos para isso a mais plena liberdade de cultos e a comndenação de uma Egreja do Estado. Venha, pois em vez do que hoje nos atraza, o casamento civil, a secularisação dos cemiterios, a liberdade de cultos em toda a sua plenitude, sem o obice de uma Egreja official e privilegiada, e, sem duvida o estado moral do nosso paiz há de melhorar consideravelmente. Com essas medidas já tão reclamadas pelo paiz, e já tão indeclináveis o patriotismo renascerá, a immigração affluirá para o Brasil, a riqueza publica se consolidará e poderemos então ser contados entre os povos que tem attingido à maior civilisação. (sic.) (*Pharol*, 26 dez. 1889).²⁷

Além de incluir a secularização dos cemitérios entre as medidas reclamadas pelo país juntamente com o casamento civil e a liberdade de cultos em toda a sua plenitude, de modo bastante contundente, a matéria assinada por J. R. de Carvalho, o qual não foi possível identificar, fez a associação entre o domínio da Igreja Romana e o atraso do país. Em

(prefeito) da cidade. Introduziu no município diversos melhoramentos, entre os quais o abastecimento de água potável e a organização da higiene pública e privada. Foi também Jornalista redator do Paraibuna e Democracia, órgãos liberais de Juiz de Fora, nos últimos anos da Monarquia. Juntamente com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, fundou em sua cidade natal os periódicos, Diário Mercantil e Jornal do Comércio. Ainda no mesmo município, foi um dos fundadores da Companhia Mineira de Eletricidade, responsável pela instalação da primeira usina hidrelétrica da América do Sul.” Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENIDO,%20Jo%C3%A3o%20Nogueira.pdf>

Acesso em: 01 abr. 2024.

²⁷ Nota completa no Anexo 2.

contrapartida, “Os metodistas acreditavam que o catolicismo, com sua fé nos dogmas da Igreja Romana, era responsável pelo atraso do país e que só a religião protestante poderia conduzir ao progresso.” (Yazbeck, 1999, p.56).

Ainda sobre a matéria ora citada, nota-se o seu posicionamento favorável quanto à imigração. A confluência entre os imigrantes — de modo específico os alemães — de fé protestante e o progresso em Juiz de Fora foi mencionada por (Arantes, 2000, p.117), “Enquanto a aristocracia escravista, enriquecida com os negócios do café, entrava em processo irreversível de decadência, a nova elite industrial, liderada em grande parte por estes protestantes, emergia para dar uma feição progressista ao município.” Noutra menção, o mesmo autor apresenta a grande quantidade de industriais alemães protestantes registrados na cidade no período de virada do século XIX para o século XX. “Dos 26 industriais registrados no período que pesquisamos 24 são comprovadamente protestantes e, entre estes, os mais fervorosos.” (Ibidem, p.114).

Outro campo de tensão entre católicos e protestantes na cidade foi o da instrução. “Não há dúvida de que o catolicismo continuava sendo a opção religiosa majoritária na cidade, assim como se encontra documentada a reação de grupos católicos conservadores aos processos de mudança em curso.” (YAZBECK, 1999, p.55). Nestes processos de mudança pode-se incluir a influência protestante não somente na economia, mas também na educação Juiz-forana.

Juiz de Fora foi uma escolha bastante adequada para a instalação de uma escola metodista. A cidade era um centro republicano e, com o acelerado processo de urbanização, a burguesia e a classe média locais requisitam uma formação, moderna para seus filhos, com a intenção de prepará-los para as mudanças políticas e sociais em curso no país. (Yazbeck, 1999, p. 34).

Contudo, a instalação de uma escola protestante não foi facilitada conforme se pode observar no relato feito pelo Reverendo da Igreja Metodista J. W. Wolling por meio de uma carta enviada ao jornal Metodista nos Estados Unidos em 28 de setembro de 1889. O teor da carta cumpria com o propósito de comunicar a realidade hostil vivida na cidade e descrever a natureza das dificuldades de se proceder com a instalação de uma escola metodista naquela localidade devido a persistente oposição ao protestantismo.

Há alguns anos atrás, logo que nosso trabalho se iniciou aqui, o sacerdote investia amargamente contra nós, entre outras coisas, dizendo que nossa Bíblia era o próprio livro do demônio e que a maldição de Deus cairia sobre cada casa em que fosse achada uma Bíblia. Através de autoridade confiável, fui informado de que todas as bíblias da cidade foram queimadas ou

rasgadas e jogadas nas ruas. Estima-se agora que não se podem encontrar seis bíblias na totalidade de casas desta cidade pertencentes aos seguidores do Protestantismo. Você se lembra de que uma pequena apropriação feita pelo Conselho para que fosse aberta uma escola neste lugar? Sob o direcionamento do Bispo fui até o local para alugar uma casa, mas logo que se soube que desejávamos abrir uma escola na qual a bíblia seria ensinada, não nos deixaram ter a casa. Na realidade, não se podia fazer muito em matéria de ensino até que se tivéssemos nossa própria propriedade. (Ferreira, 2010, p.122).²⁸

Apesar das tentativas de impedimento de se criar uma escola protestante e de todo o clima de intolerância religiosa, em 1890 foi instalado o renomado Colégio Americano Granbery, da Igreja Metodista, primeira escola protestante em Minas Gerais. A escola contava com três departamentos, o primário, o ginasial e o teológico. “As missões protestantes instalaram-se no Brasil com a missão de civilizar a população brasileira, por intermédio da educação e da evangelização, pretendendo alcançar a elite e o povo.” (Yazbeck, 1999, p.56).

O Granbery figurava importante instituição de ensino, pois, sua filosofia “[...] não se pautava prioritariamente nos ideais evangelizadores, mas nos libertários, com a cultura do pensamento livre e a formação moral dos sujeitos. Essas características agradavam à elite econômica da época, que procuravam o estabelecimento com o intuito de educar seus filhos.” (Kapell, 2019, p.63). A proposta de uma educação moderna empreendida pelos protestantes justificava o apoio ao colégio por parte de conservadores motivados pelo ideal de modernidade e progresso.

Espelhadas nas escolas americanas, as escolas protestantes, em confronto com as escolas católicas, se apresentavam como representantes de uma nova pedagogia, com novos métodos de ensino, um currículo mais abrangente, científico, contando, nos grandes colégios, com recursos didáticos diferenciados e modernos laboratórios e museus, o que chamou a atenção de muitos políticos, liberais, republicanos e de parte da elite nacional, que motivados pelo ideal de modernidade e progresso do país, embora conservadores na prática, apoiaram o trabalho protestante, principalmente, a criação de escolas. (Muniz, 2020, p. 64).

Em reação à criação de um colégio protestante, em 1891 foi criada pela elite de empresários fabris católicos, a Academia do Comércio, primeira instituição católica da

²⁸ O texto se refere à tradução da carta original feita pela autora e constante nos anexos de seu trabalho. O recorte da publicação da carta no jornal faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Museu Granbery, o qual a autora teve acesso.

cidade²⁹. A constante dificuldade em se equilibrar receitas e despesas, devido ao baixo número de matrículas e do capital insuficiente investido pelos acionistas, a Congregação do Verbo Divino assume o empreendimento, e, em 1906, cria o 1º Curso Superior Comercial Noturno do Brasil. (Musse, 2007).

No entanto, a competição entre diferentes orientações religiosas impôs desde muito cedo uma atitude menos tradicionalista e mais aberta à inovação por parte das instituições católicas. A trajetória da Academia do Comércio, sob a direção de uma ordem religiosa, de forma alguma se assemelha a um padrão conservador e tradicionalista. O comportamento dos católicos não é diferente à ação dos metodistas, traduzindo por vezes uma reação ao que constituía uma efetiva ameaça ao seu predomínio. (Yazbeck, 1999, p. 56).

Nesse período, final do século XIX, a cidade de Juiz de Fora tornou-se objeto de preocupação das autoridades eclesiásticas que associavam o progresso à insubmissão do seu povo. (Christo, 1994). Lideranças católicas de caráter mais conservador, a exemplo do arcebispo Dom Silvério, advertiam a população quanto aos perigos de se matricular os filhos em escolas protestantes alegando ser uma traição contra Deus e contra a pátria.

A imprensa periódica foi palco de debates dos diferentes posicionamentos e interesses religiosos. “Em 1891, o jornal *Lar Católico*, além de veicular matérias doutrinárias, desenvolve uma incisiva campanha contra a matrícula de filhos de famílias católicas no Colégio Granbery.” (Yazbeck, 1999, p. 58).

Já o jornal *Pharol* serviu como instrumento de comunicação entre a comunidade Juiz-forana e o Colégio Granbery, pois, veiculava avisos de eventos realizados pelo colégio, datas de matrículas e início de ano letivo, datas de exames finais e resultados destes exames. Com o intuito ilustrativo a publicação referente à figura abaixo foi amplamente divulgada no jornal. A nota informava a população da cidade sobre as datas de início e fim do ano letivo, os valores de mensalidades e ressaltava o tipo de ensino oferecido, “instrução moderna e educação esmerada”. Nota-se também no anúncio a menção da questão higiênica — tema que será discutido no capítulo 3 — que era um problema sanitário da época em razão das epidemias de varíola, cólera, tifo, febre amarela e tuberculose. O colégio afirmou que nunca teve um aluno gravemente doente e que seu diretor estudou a medicina e sabia prestar os

²⁹ Sobre a oposição católica aos colégios metodistas conferir a tese, *Metodismo e Educação no Brasil: as tensões com o catolicismo na Primeira República*, de Ana Lúcia Meyer Cordeiro, especialmente a discussão do capítulo 7. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3363>.

primeiros socorros da doença, a febre amarela. Com tais palavras o colégio pretendia tranquilizar as famílias e se destacar frente aos demais institutos de educação.

FIGURA 8. Publicação noticiando datas e valores de matrículas do Colégio Americano Granbery.

Collegio Americano Granbery
 2, RUA DO COMMERCIO, 2
 JUIZ DE FORA MINAS GERAES
Internato e externato
INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA

Preços por trimestre escolar:

Internos	175\$000
Externos primarios.....	25\$000
Externos, do Gymnasio.....	40\$000
Lavagem de roupa.....	18\$000
Joia de entrada	25\$000

Livros e objectos de escriptorio, conforme o gasto.
 Fundou-se em 1890, e tem recebido alumnos dos Estados de Minas, Rio, S. Paulo, Espirito Santo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte.

O collegio está nas condições de prestar bons serviços aos respeitaveis paes de familia que desejem instrução moderna e educação esmerada para seus filhos.

O anno lectivo começa no dia 28 de agosto e encerra-se aos 17 de junho de 1900.

Nunca tivemos um alumno gravemente doente. O director estudou a medicina, e sabe prestar os primeiros socorros em doença. Na occasião da febre passada, o collegio funcionou com toda a regularidade, encerrando-se com brilhante festa no dia de costume.

O matriculando deve estar presente no dia da abertura, porque as aulas funcionarão em regra no dia seguinte.

Para novo regulamento e mais informações, dirijam-se ao directo

J. M. LANDER.

FONTE: *Pharol*, 12 de julho de 1899. N. 10.

O espaço utilizado para anúncios de teor informativo e propagandístico eram pagos ao jornal. Porém, não somente avisos, mas outros tipos de publicações sobre o colégio também foram encontradas no jornal. Em tom de entusiasmo o evento foi descrito detalhadamente e publicado em lugar de destaque, na primeira página.

Efectuou-se ante-hontem, como estava annunciada, a sessão magna escolar d'aquelle estabelecimento de ensino, de que é digno director o sr. J. M. Lander. Estiveram presentes ao acto varias pessoas gradas, fazendo-se ouvir a banda musical da sociedade Principe de Napoles, que executou uma brilhante ouverdura. Em seguida foram proferidos por alumnos do estabelecimento varios discursos, que versaram sobre theses interessantes. Falou em ultimo lugar o sr. Lander que fez uma exposição dos trabalhos do estabelecimento durante o anno letivo findo. O digno director do estabelecimento e seus auxiliares foram, merecidamente, cumprimentados pelo grau de adiantamento revelado por seus alunos. (*Pharol*, 02 dez. 1892).

Em 1909, por ocasião do encerramento do ano letivo do Granbery, O redator do *Pharol*, Heitor Guimarães, literato que sempre destacava a pujança da cidade, em sua coluna “Hebdomada” e sem deixar de mencionar a vocação industrial e comercial da cidade como

fonte originária de seu progresso, incluiu o elemento intelectual como a imprensa e depois as instituições de ensino na marcha da conquista do “pão intelectual”, o alimento da inteligência. O Colégio Granbery foi muito elogiado e a solenidade foi o assunto de maior interesse na sociedade juiz-forana naquela semana.

A industria e ao commercio, que foram e continuam a ser a força material impulsionadora de nosso evoluir, juntou-se em breve o elemento intellectual, a principio revelado na imprensa e mais tarde nos estabelecimentos de ensino. Juiz de Fora sem deixar de ser Manchester passou a ser Athenas. Ao lado das grandes fabricas encimadas por enormes chaminés fundaram-se academias, junto às officinas encaram-se as escolas. E as escolas do trabalho, as officinas do pensamento multiplicaram-se num esforço fraternal e nobre, marchando para a conquista do pão material espiritual. São os operarios do bem os legionarios da luz que hão de conquistar o mundo entoando a hosanna do trabalho. O Granbery é uma das muitas oficinas do pensamento que dão vida à nossa cidade, devendo-lhe esta a cooperação efficaz para a difusão do ensino gymnasial em nosso meio e manutenção dos cursos de pharmacia e odontologia. Não pretendo dizer o que seja e o que vale o Instituto Granbery como elemento de progresso para a Juiz de Fora. Seria preciso, para ser justo, citar a Academia do Commercio e ocupar-me também do Instituto Polytechnico. Quero referir-me apenas às solemnidades com que o Granbery encerrou seu anno lectivo e que constituíram o assumpto culminante da semana. Juiz de Fora ouviu pela primeira vez a palavra arrebatadora de Olavo Bilac. É o terceiro homem de letras illustre que nos visita a convite dos gymnasianos granberyenses. Depois de Coelho Neto e Alberto de Oliveira o grande poeta da *Via Lactea*. A Athenas de Minas vae assim creando, aos poucos, o habito que e tornará em tradição de ser visitada pelos homens de letras mais notaveis do Brasil. (sic). (*Pharol*, 19 dez. 1909).

Embora Heitor Guimarães não tenha qualificado o Colégio Granbery como elemento de progresso, é notório o prestígio conquistado pelo instituto, pois a seu convite Juiz de Fora pela primeira vez recebeu ilustres homens de letras. O discurso proferido por Olavo Bilac expressava sua simpatia especial pelo Granbery,

[...] onde se aplicam com escrúpulos rigorosos as normas de educação moderna, segundo o critério adotado nos Estados Unidos da América, normas que podem resumir deste modo: no curso primário, a formação do espírito da criança, sem prejuízo da sua individualidade, no curso secundário, a formação do espírito do homem, dando-lhe equilibradamente a cultura das aptidões imaginativas e o conhecimento da vida prática, e inspirando-lhe sobretudo confiança em si mesmo, base e ponto de partida de toda iniciativa individual. (Yazbeck, 1999, p. 38).

As aproximações pedagógicas do Granbery com o modelo de educação americano parecia ser o mais adequado para a elite local que se preocupava mais com o progresso do que com a fé.

Do ponto de vista religioso, a tensão no campo educacional ocasionada pela rivalidade ente a Academia do Comércio, instituição católica, e o Colégio Granbery, Metodista, “descortinou” um pluralismo religioso na vida cultural da cidade em um momento político de recentes mudanças dentro da órbita fé e progresso, postulados na separação entre Estado e Igreja e no debate sobre a laicidade no ensino; temas que serão abordados nas seções seguintes.

2.2 A Instrução Pública e a Igreja Católica

A instalação do regime republicano demarcou uma mudança nas relações de privilégio do catolicismo. Momento histórico de triunfo das ideias liberais. A posição de prestígio da Igreja Católica é reafirmada na Constituição do Império de 1824 em seu artigo 5º, “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.” Em 23 de novembro de 1841 foi publicada a Lei n. 234 que trata da criação de um Conselho de Estado, a qual fez destacada importância à preservação da Religião Católica.

Os Conselheiros, antes do tomarem posse, prestarão juramento nas Mãos do Imperador de - manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar a Constituição, e as Leis, ser fieis ao Imperador, aconselha-lo segundo suas consciencias, attendendo sómente ao bem da Nação. (sic.) (Brasil, 1841, s/p).

O juramento que representou um ato de promessa solene inclui de modo equivalente conservação da fé católica à observação da Constituição e Leis e até mesmo à fidelidade ao Imperador.

A aliança entre Estado e Igreja foi firmada na Constituição de 1824 por interessar a ambos. Para o Estado lhe era assegurado o apoio de um setor com grande colocação numa sociedade maciçamente católica, já que não puderam contar com o apoio popular para legitimar o novo regime, pois, as elites políticas mantinham a escravidão e a exclusão dos homens livres e pobres. Para a Igreja interessava a garantia das rendas e dos serviços que

passou a prestar para ao Estado, quais sejam, controle de nascimentos, casamentos, óbitos, eleições, etc. (Gonçalves Neto, 2010, p. 199).

A fase regalista³⁰ da igreja terminou com a chegada do período republicado. “A articulação entre a fé e a lei teve um programa de intenções na Primeira República. As relações entre os dois atores – Igreja e Estado apresentaram divergências, aberturas e integração.” (PASSOS, 2002, p. 183). A separação entre Estado e Igreja foi determinada em 7 de janeiro de 1890, ainda no Governo Provisório, pelo Decreto 119-A.

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. [...] Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas intuições, recursos e prerogativas. (sic.). (Brasil, 1890, s/p).

Não obstante o rompimento ter ocorrido via decreto em 1890, os conflitos entre Estado e Igreja já se manifestavam desde os tempos imperiais.

Durante as quase sete décadas dessa aliança, no entanto, vários conflitos foram manifestando-se, dificultando as relações entre as duas instituições, sendo o mais conhecido o que se denominou “Questão Religiosa³¹”, ocorrido na década de 1870, que redundou no julgamento, condenação e prisão de dois bispos brasileiros, azedando de vez a parceria entre a Igreja e o Estado. (Gonçalves Neto, 2010, p. 200 grifos do autor).

Antes mesmo que fosse implantado o Governo Provisório e decretada a separação entre Igreja e Estado, o *Pharol* publicou em 6 de julho de 1987 uma nota do jornal *Gazeta de Notícias* — o jornal da capital brasileira, Rio de Janeiro — do dia anterior que relatou os debates ocorridos em sessão do Centro Militar sob a presidência de Marechal Deodoro da

³⁰ Sobre o regalismo, Cunha (2017, p. 26) explica que, “A exacerbação da interferência estatal na Igreja, no regime do padroado, foi chamada acusatoriamente de regalismo, como a que teria existido no reinado de José I, exercida por seu ministro marquês de Pombal. A mesma acusação foi feita pela Igreja Católica e seus agentes políticos ao Estado brasileiro na segunda metade do século XIX.”

³¹ A denominada “Questão Religiosa” (1872-1875) foi uma reação protagonizada pelos bispos de Olinda e do Pará por discordarem de parte dos termos do padroado, “[...] não de todo ele, pois jamais os prelados contestaram a manutenção material do clero pelo Estado, nem o monopólio quebrado no plano legal, mas ainda desfrutado, na prática, pela Igreja Católica no Brasil. [...] A insustentabilidade da situação política, revestida de religiosa, até então camuflada, se escancarou. Os bispos se diziam subordinados apenas ao papa, não reconhecendo a prevalência do Estado, nem mesmo sobre as irmandades criadas por ato governamental. O Estado, particularmente o imperador, não abriu mão do seu poder constitucional de censurar os documentos pontifícios e de dirimir questões em que as dioceses estivessem envolvidas.” (Cunha, 2017, p. 142).

Fonseca e teve como pauta a organização da chapa militar dos candidatos ao Senado do Rio de Janeiro. Em nota, Benjamim Constant fez considerações sobre a importância de todos ouvirem a opinião do General Deodoro — já aclamado como candidato — sobre as ideias que mais agitavam o espírito público, as da abolição, e das franquias provinciais e municipais, as do casamento civil, da separação da Igreja e do Estado e da secularização dos cemitérios.

O General Deodoro ao fazer uso da palavra sustentou que a candidatura não deveria ter espírito partidário, mas representar exclusivamente grande soma de interesses públicos abandonados e declara que “não só de hoje, mas de há muitos anos é adepto das ideias anunciadas pelo dr. Benjamim Constant. Que aceita aquele programa e que não está ligado a nenhum partido político e que nem os compreende em sua modalidade atual.” (*Pharol*, 06 jul. 1887).

A mencionada nota publicada pelo *Gazeta de Notícia* e no dia seguinte pelo *Pharol* traz o interesse de ambos jornais com questões importantes que decidiriam os rumos políticos e sociais do Brasil. “Se tal programa, tal candidatura, tal proclamação, trazem alguma seriedade, representando efetivamente o espírito e a opinião do exército, o nosso país está em vésperas de acontecimentos importantes. Ou a dissolução do exército ou a ditadura militar.” (*Pharol*, 06 jul. 1887).

Foram muitas as publicações que antecederam a criação do decreto que separou Igreja e Estado. Às vésperas do decreto, no final do mês de novembro e durante o mês de dezembro de 1889, o *Pharol* trouxe em suas páginas várias notícias com este tema, como se quisesse preparar os leitores para o que viria. No dia 27 de novembro de 1889 comunicou que o governo tinha a intenção de decretar a separação entre as instituições, mas que conservaria a vitaliciedade dos eclesiásticos que exerciam cargos de nomeação do governo. Em 11 de dezembro de 1889 publicou que na 1ª conferência de ministros haveria uma tomada de decisão definitiva relativa à liberdade de culto e separação a Igreja e do Estado. Em 12 de dezembro de 1889, que o ministro da agricultura já tinha pronto o projeto de separação da Igreja e do Estado. No dia seguinte publicou que o projeto do decreto de separação da Igreja e do Estado estava concluído e que nele se declarava que a República se baseava na mais completa liberdade de espírito.

O *Pharol* além de publicar matérias de sua própria redação, publicava também notas que julgava pertinente de outros jornais e ainda, por meio da coluna Publicações a Pedido, espaço aberto a qualquer pessoa que com autoria revelada, pagasse e se responsabilizasse pelo conteúdo. Com a finalidade de dar voz aos diferentes posicionamentos políticos e ideias, em 17 de dezembro de 1889, na coluna Publicações a Pedido, com o subtítulo “Intolerancia” e

tendo como autor o Padre Hyppolito Campos, foi publicado um artigo em defesa da igreja que ocupou grande parte da página com continuação nas edições seguintes.

O texto publicado definiu a intolerância civil e a tolerância civil. A intolerância civil é uma restrição legal aplicada à liberdade de cultos, quer seja a favor da verdade, quer a favor do erro. Já a tolerância civil é uma disposição das leis que permite o livre exercício de todos os cultos e até oferece a eles proteção, tanto ao verdadeiro como para o falso. O padre colocou a tolerância civil como contrária ao direito natural e divino, pois há um dever em proteger a verdade contra o erro, a virtude contra o vício e a ordem contra a desordem. E essa obrigação é direito natural. A exposição afirmou que a verdade é católica e que o legislador está obrigado a proteger a verdadeira religião e reprimir o erro. O padre finalizou o artigo outorgando o poder da ordem e da moralidade à igreja.

Quando um paiz se acha na posse da verdade, isto é, quando é catholico, as leis devem ser catholicas [...] Num paiz mixto, no qual a verdade Catholica é a religião dominante, ella deve ser favorecida [...] Num paiz mixto, no qual o erro domina, a lei não póde proscreever nem pôr obstaculos à verdade Católica [...] Nos paizes totalmente infieis, hereticos ou pagãos, a autoridade civil não tem direito de obstar de que a verdade Catholica se propague. O rei ou o presidente da república infiel é obrigado, como qualquer creatura humana, a procurar conhecer a verdade. [...] Se o Estado nada tem que ver com as cousas religiosas, como autoridade, não está por isso desobrigado de occupar-se dos interesses dos religiosos como poder proctetor da ordem e moralidade. (sic.) (*Pharol*, 17 dez. 1889).

Em resposta ao artigo pró Igreja, no dia 19 de dezembro de 1889, ocupando quase uma página inteira do *Pharol*, na mesma coluna, Publicações a Pedido, de autoria de J. R. de Carvalho, o qual não foi possível identificar, deu início a um embate entre este e o Padre Hyppolito Campos que seguiu com publicações nesta mesma coluna nos números seguintes no jornal.

Pois bem, senhores defensores do romanismo deixem de tantos sofismas, pois o bom senso e razão nos dicta o melhor partido. E como se vê, a maior parte dos brasileiros querem a separação da igreja e do Estado, querendo que haja a plena igualdade de cultos. [...] Vamos demonstrar, porém, de modo o mais conveniente que a religião catholica não é a fé da maioria dos brasileiros e que ela representa apenas a crença de um pequeno grupo desta população de 14 milhões de habitantes. Poderíamos calcular o grande numero de crentes que já tem as numerosas igrejas evangélicas brasileiras; poderíamos unir a esse número a grande quantidade daquelles que seguem as doutrinas positivistas, materialistas e espiritistas; poderíamos ainda juntar a grande parcela dos indiferentes, que excede muito ao numero de todos os catholicos, e então teríamos um número respeitável, muito superior ao

número de todos os verdadeiros crentes da religião do Estado. (sic.) (*Pharol*, 19 dez. 1889.)

A nota questionou sobre a maioria dos brasileiros não professarem a fé católica e aponta tal defesa como a antiga prática sofista, mera retórica. Outro argumento usado no debate foi descredenciar aqueles que se dizem católicos e não praticam os deveres e preceitos da igreja, quais sejam, ouvir a missa inteira nos domingos e festas, confessar ao padre ao menos uma vez por ano, comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição, jejuar, pagar os dízimos. “Aquelle porém que se chamar catholico e defensor da egreja do Estado mas não se importar com estes deveres e preceitos da egreja, nós não o podemos classificar senão como um hyprocrita ou refinado velhaco.” (sic.) (*Pharol*, 19 dez. 1889).

Em publicação do mesmo autor em 21 de dezembro do mesmo ano, outra razão favorável à separação Igreja e Estado foi expressa no jornal além da necessária liberdade de culto. “Tendo pelo meu ultimo artigo provado a menoria dos verdadeiros catholicos romanos nesse paiz, vemos que é desnecessária uma religião de Estado que só serve para tornar-se pesada aos cofres públicos e sem proveito algum.” (sic.) (*Pharol*, 21 dez. 1889).

De fato a constituição republicana não estava disposta em beneficiar financeiramente nenhuma igreja. Em 1891 a Constituição Federal em seu artigo 72, § 7º confirma a independência entre a sociedade religiosa e sociedade civil. “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança com o Governo da União, ou o dos Estados.” (sic.). (Brasil, 1891, s/p).

Foram muitas as publicações sobre a Igreja e o Estado. Havia tantas que defendiam a separação quanto outras que eram contrárias, como se o jornal estivesse “alimentando” os debates e as oposições. Apesar das discordâncias o ajustamento da nova ordem social não foi traumático. As primeiras duas décadas do novo regime foram de calma nos meios católicos brasileiros. A acalorada oposição entre católicos e liberais, católicos e positivistas vai cessando de maneira progressiva. (Nagle, 2009, p. 71-72).

Concorda com tal análise Carlos Jamil Cury, que pontua o viés de interesse da Igreja pelo rompimento com o Estado.

O rompimento desta simbiose não significou um abalo muito profundo nas relações entre ambos poderes. O Padroado não permitia uma margem muito grande de atuação por parte da Igreja. Já a separação oficial permite que a Igreja Católica reestruture na área religiosa os quadros eclesiásticos, seja na sua formação, seja na sua ampliação e mesmo moralização. Os laços com a Sé Romana começam a se tornar mais e mais fortes. (Cury, 1984, p. 14).

Em conformidade com o mencionado, a publicação do Jornal *O Pharol* do dia 02 de março de 1890, em primeira página apresentou a reação católica frente à nova fase. “O Governo Provisorio decretou a separação a Igreja e do Estado, sem que tivessem aparecido protestos, mesmo dos representantes do culto catholico, que era a religião official do paiz.” (sic.) (*Pharol*, 02 mar. 1890, p. 1).

Dois meses após a publicação do decreto que previa o fim do Padroado Régio o *Pharol* apresentou em primeira página, sob o título “A Igreja e o Estado”, a notícia de uma conferência ocorrida no dia 23 de fevereiro de 1890 no Palácio Episcopal em São Paulo. Participaram os bispos de São Paulo, Olinda e Pará. O assunto da conferência foi o conteúdo da carta dirigida pelo bispo Antônio do Pará ao jornal *Correio Paulistano*, publicada em seu número 25 e também na íntegra pelo *Pharol*.

O episcopado brasileiro vae dirigir-se a igreja toda do Brasil por meio de uma pastoral collectiva. Vae levantar voz solemne, calma, cheia de sabedoria, na altura da evolução histórica que atravessa nosso paiz, voz vibrante ao mesmo tempo de fé e de patriotismo. Mantendo a doutrina catholica sobre a união dos dois poderes; lamentando a separação, que a ambos é penosa, mas de muitos maiores damnos para o Estado; não ofertando os interesses permanentes da religião às vicissitudes de políticas dynasticas; pairando em alturas serenas, onde não reinam os odios, as hostilidades, os interesses mesquinhos dos partidos, o episcopado mostrar-se-ha digno de sua augusta missão. Livre das peias do regalismo, ele entra animoso e confiado em Deus no novo regimen da liberdade; encara sem desmaio as dificuldades da presente situação, prompto a todos os sacrificios, cada vez mais empenhado na diffusão do evangelho, que é o sangue arterial que mantém a vida no corpo das grandes nações prosperas. (sic.) (*Pharol*, 01 mar. 1890).

Apesar do teor da carta de tom pacífico manifestar certo ânimo com a “evolução histórica” em razão do novo regime e afirmar o patriotismo como um poder ao lado da fé, é notória a apreensão quanto à separação das instituições relativas a esses poderes, Estado e Igreja.

As discussões na imprensa sobre a separação das instituições, Estado e Igreja ganhou contornos de acusação por parte da Igreja, que dizia ser o Estado, desde então, ateu. Nesse sentido, a publicação citada a seguir argumenta sobre não ser possível promover a separação do Estado da Igreja sem que este se torne ateu.

Os que expeliram o culto a Deus da nossa Constituição mostram ignorância do seu valor social, sectarismo, porque se poderia separar a administração da Igreja da do Estado, sem fazer o Estado ateu, inépcia, porque nas

democracias sem religião não há força moral nas leis, nem o povo pode amalas. (sic.) (*Pharol*, 06 mar. 1907).

O uso das expressões “expeliram o culto a Deus” e “Estado ateu” soavam fortemente como apelo ao sentimento cristão presente na sociedade mineira. Desse modo a “[...] Igreja buscará incrementar um discurso que aproximava a escola sem ensino religioso e ateísmo, bem como a possibilidade da formação de gerações descompromissadas com a ordem e a pátria.” (Gonçalves Neto, 2010, p. 206).

A correlação do Estado ateu à separação da Igreja se configurou um problema para a emigração.

Diz um telegrama de Paris que o Dr. Martinho Prado³² acaba de chegar da Itália àquella capital, muito desanimado a respeito da emigração para o Brasil, a qual encontra forte oposição da parte do governo e dos homens políticos por causa da lei contra a naturalização. Os padres nas povoações do campo pregam contra a emigração, dizendo que o governo brasileiro é ateu, devido à lei de separação da Igreja e do Estado. (sic.) (*Pharol*, 25 mai. 1890).

No entanto, é devido assinalar que o Estado laico não postula um posicionamento antirreligioso e o termo leigo não é sinônimo de incrédulo. A laicidade advoga pela liberdade e igualdade religiosa de modo que não privilegia uma igreja em detrimento das demais, por menor representação que possa ter.

Estado leigo, que quer significar o contrário de Estado confessional, isto é, daquele Estado que assume, como sua, uma determinada religião e privilegia seus fiéis em relação aos crentes de outras religiões e aos não crentes. É a esta noção de Estado leigo que fazem referência as correntes políticas que defendem a autonomia das instituições públicas e da sociedade civil de toda

³² Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), “Martinho da Silva Prado Júnior, também conhecido como Martinico, nasceu na cidade de São Paulo em 17 de novembro de 1843 de abastada e tradicional família paulista. Em 1878, foi eleito pelo PRP, deputado à Assembleia Provincial para a legislatura 1878-1879. Como fazia desde os tempos de estudante, defendeu, agora no plenário, exemplos europeus para as reformas políticas que entendia serem indispensáveis no Brasil. Discursou da tribuna acusando a monarquia de responsável pela escravidão no Brasil, “cancro horrível que arrasta a nossa sociedade para um abismo”. Além de defender o fim da escravidão, fez campanha em prol da vinda de imigrantes, notadamente europeus. Foi de sua iniciativa a criação, em 2 de julho de 1886, da Sociedade Promotora da Imigração, da qual foi escolhido presidente. No início de 1887, em nome da entidade, embarcou para a Itália, após acordo com o governo daquele país, para cuidar pessoalmente do recrutamento e do embarque de trabalhadores para São Paulo a partir do porto de Gênova, estabelecendo um serviço definitivo para as futuras partidas. Durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana apresentou meia dúzia de emendas ao capítulo relativo à área econômica. A princípio demonstrou confiança nos novos destinos do país, mas, diante da pressão sobre os constituintes de militares ligados ao chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, acabou se desiludindo e não assinou a nova Carta Magna brasileira promulgada em 24 de fevereiro de 1891.” Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Martinho.pdf>. Acesso em: 05 de ago. de 2023.

diretriz emanada do magistério eclesiástico e de toda interferência exercida por organizações confessionais; o regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja; a garantia da liberdade dos cidadãos perante ambos os poderes. (Zanone, 1986, p.670).

Do mesmo modo o termo leigo, no campo da instrução, no que se refere à tentativa católica de equiparar laicidade e ateísmo, foi abordada por Luiz Antonio Cunha balizando as interrelações dos grupos envolvidos nos embates políticos, religiosos e educacionais, que embora distintos em suas correntes de pensamento, por vezes também convergiam.

Ao adjetivar o ensino público, leigo queria dizer sem religião no currículo. Nada de ensino anti-religioso ou ateu, como temiam ou alardeavam os católicos. Se havia maçons anti-clericais, a maioria deles não pensava assim, tampouco os liberais, muitos deles católicos. Nem mesmo os positivistas defendiam um ensino anti-religioso, pois para estes a “emancipação teológica” das massas deveria ser feita de maneira espontânea, não cabendo ao Estado nenhuma providência no sentido de acelerá-la, a não ser a supressão dos privilégios detidos pela religião oficial da Monarquia, o Catolicismo (Cunha, 2017, p.387).

Pode-se dizer que o jornal *Pharol* configurou-se como um veículo importante de comunicação das questões políticas e sociais da época, dentre eles os debates em torno da separação entre Estado e Igreja, veiculando tanto notícias emitidas pela Igreja Católica quanto pelos defensores das mudanças no Estado.³³ Após o decreto que consagrou a separação entre as duas instituições, no mesmo ano veio a conhecimento público um primeiro projeto da nova Constituição. No que diz respeito à Igreja Católica o seu teor não agradou, qual seja, sujeição da igreja às leis civis, instituição do casamento civil, laicização total do ensino público, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a qualquer culto religioso, proibição de abertura de novas comunidades religiosas e inelegibilidade para o poder legislativo de clérigos. (Pratta, 2002, p. 105).

A nova ordem que previa a liberdade de culto e a laicização do ensino público, configura-se para a Igreja Católica uma problemática que vai além da perda da influência política e dos subsídios financeiros, mas no enfraquecimento de seu alcance junto à população, pois, “Desvinculada do padroado régio, houve um esforço da liderança católica para que a fé cristã continuasse a ser um dos elementos constitutivos do Estado. Dessa forma, continuaria a influenciar no processo de formação das futuras gerações e da sociedade brasileira.” (Passos, 2002, p. 183).

³³ As inclinações quanto aos preceitos religiosos do jornal serão apresentadas no decorrer desta discussão.

A laicização do ensino público prejudicaria a formação das crianças na fé católica e consequentemente na manutenção e aumento do seu número de fiéis. “[...] com a supressão do conteúdo religioso no interior das escolas públicas, afunilava-se mais ainda o caminho para que a Igreja chegasse ao coração dos seus futuros fiéis.” (Gonçalves Neto, 2010, p. 206).

A igreja ainda via minguar “[...] seus espaços de influência e o privilégio da exclusividade [...] A nova ordem é não apenas de tolerância, mas de liberdade para todos os cultos, que passam a disputar os fiéis em condições de igualdade ou, pelo menos, sem coibições legais.” (ibidem, p. 201). A escola pública passou a ser leiga, assunto muito discutido desde então e que será abordado na próxima seção.

2.3 A Instrução Pública e o Ensino Religioso

Inaugurada a nova fase — onde as instituições de ensino estatais foram liberadas da tutela religiosa e o ensino deveria ser pautado nos pressupostos científicos — a liberdade religiosa e o ensino leigo se tornaram temas polêmicos que geraram um movimento pró e contra. Destarte, em primeira página, o *Pharol* publicou uma matéria favorável à proposta republicana, de autoria do intendente municipal em Juiz de Fora, Luiz Arthur Detsi³⁴ intitulada “Instrução Pública”, com subtítulo “Estado e Igreja”. O artigo era parte de sua tese que foi dividida em subtemas e publicada nas edições seguintes do jornal.

A separação da Igreja e do Estado no ensino acha-se concluída no decreto geral, porque não se compreende o ensino religioso nas escolas do governo, uma vez que ele não tem religião. Nada pois restaria a acrescentar acerca da laicidade da educação popular, si não fossem os escrúpulos dos espiritos meticulosos e mal preparados. A fé do pobre, exclamam eles, é a salvaguarda dos gozos do rico. Si aquelle não espera compensação no outro mundo, não tendo nada, quererá possuir e gozar neste: eis a fonte das mais perigosas revoluções sociaes. Mas, porventura a escola leiga quererá dizer

³⁴ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Luís Artur Detsi nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 16 de maio de 1863, filho de João Detsi e de Maria Ana Detsi. Em sua cidade natal fez os estudos secundários. No Rio de Janeiro, então capital do Império, foi aluno da Escola Politécnica, mas diplomou-se em 1886 pela Faculdade de Direito. Recém-formado, transferiu-se para o município mineiro de Juiz de Fora, onde deu início à sua trajetória profissional como professor e diretor escolar. Ingressou na política logo após a proclamação da República (15/11/1889), como intendente municipal em Juiz de Fora. No governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894), foi nomeado secretário do então ministro da Justiça e Negócios Interiores Fernando Lobo Leite Pereira. Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Constitucional com mandato até 1896. Foi reeleito para a legislatura seguinte, mas faleceu no exercício do mandato, em 15 de julho de 1898. Ao longo de sua trajetória profissional participou ativamente da criação da Academia de Comércio de Juiz de Fora. No mesmo município foi colaborador dos periódicos Diário de Minas, Farol e Jornal do Comércio. CAM. DEP. Deputados brasileiros (p.174); Monteiro, N. Dicionário (v. 1, p. 217). Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DETSI,%20Lu%C3%ADs%20Artur.pdf>. Acesso em: 05 de ago. de 2023.

proibição do ensino religioso? [...] O que se trata apenas de firmar é que a ciência se ensina na escola e que religião se ensina no templo. [...] Enquanto uma crê na experiência e na observação, a outra preocupa-se da revelação e do milagre; uma procura descobrir as leis naturaes que regulam os fenômenos, a outra só quer saber das causas primárias. [...] A missão principal da escola é formar cidadãos, o trabalho da religião é fazer eleitos do céu. [...] Em outro capítulo indicarei o resumo do programma da educação moral. Dispensando-me de buscar exemplos nos paizes mais civilizados, por um estudo puramente racional concluo a favor da escola leiga. (sic) (*Pharol*, 02 mar. 1890).

Luiz Detsi em sua exposição favorável à escola leiga e, portanto, racional, declarou que o Estado não possuía uma religião e que a escola deveria se ocupar do ensino da ciência e da formação dos cidadãos como missão prioritária. Quanto à religião se ensina nos templos, nas igrejas.

O regime escolar público deveria oferecer um ensino pautado em pressupostos científicos, sem interferência de elementos religiosos. Contudo, outra publicação intitulada “Liberdade Religiosa” — sem autoria declarada, a nota pode ser oriunda da própria redação do jornal — noticiou a suspensão da capelania das escolas e sugeriu a permanência do ensino religioso pelo fato de que o Estado não ser ateu e, portanto, não rejeita a Deus, mas defende o direito individual de crença e culto.

Consta que, em complemento ao decreto que separou a Igreja do Estado, deixando ao cidadão o livre exercício da sua religião, qualquer que ella fosse, o governo da república resolveu suprimir os logares de capellães nos estabelecimentos de ensino. Por não ter religião, que é compromisso da creatura para com seu creator, o estado não é ateu, e assim é muito provável que o ensino religioso não seja nem abandonado, nem desprezado. O ensino religioso continuará a ser feito e de modo a não constringer a consciência e as convicções de nenhum cidadão. (sic.) (*Pharol*, 28 mar. 1890).

A matéria mencionada anteriormente demonstrou a expectativa do que se acreditava de fato ocorrer em relação à suspensão do ensino religioso nas escolas públicas, que ele continuaria a ser feito, porém de modo a não constringer a consciência e as convicções de nenhum cidadão e ainda reafirmou a visão do grupo católico, conforme cita Cury (1984, p. 52) “[...] mesmo que a religião católica não seja a religião oficial do Estado, ela é a religião nacional”.

De modo a corroborar com a afirmação na matéria citada anteriormente a qual mencionava que possivelmente o ensino religioso não fosse abandonado, o *Pharol*, em 21 de abril de 1903, em sua coluna intitulada “Os Municipios”, publicou uma determinação do

inspetor escolar suplente do município de Pitangui, Sr. Luiz Carlos Pereira, “antigo educador e republicano histórico”, que ordenava o ensino religioso nas escolas públicas.

FIGURA 9. Publicação noticiando a determinação do ensino religioso nas escolas públicas de Pitangui.



FONTE: *Pharol*, 21 de abril de 1903. n. 554.

O princípio da laicidade do ensino foi pauta de muita discussão. Houve até mesmo oposição ao ensino leigo no âmbito do ensino oficial, conforme relata Cury (2010, p. 20) “[...] o deputado sergipano Coelho e Campos se opõe a ‘religiosidade católica da nação’ à ‘irreligiosidade do Estado’ e, por isso, o laicismo é nefasto ao corpo social, pois é ele a antessala dos ‘delictos’, ‘da paixão do goso e da desobediência e rebeldia contra a auctoridade’.”

O Congresso Nacional Constituinte, foi firme e manteve o dispositivo da laicidade. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada, em 24/02/1891 assegurava em seu Art. 72. § 6º “Que será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.” Contudo, no âmbito regional, segundo (Cury, 1993, p. 25) Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina foram unidades federativas que, mantiveram ou reintroduziram o ensino religioso. É o lado da flexibilização, conforme pode ser observada na Constituição Mineira.

Promulgada em 15 de junho de 1891, “Em nome de Deus Todo-Poderoso”, a Constituição mineira não incluiu a questão do ensino laico. Seus legisladores, respeitando as raízes católicas do povo mineiro, estabeleceram, no artigo 3º, § 6º, que “O ensino primário será gratuito e o particular exercido livremente” (Minas Gerais, 1891). Dessa maneira “Fica claro que a laicidade no ensino e nos estabelecimentos públicos e que a liberdade no ensino não seria atingida” (Cury, 1993, p. 24).

Os grupos insatisfeitos com a garantia de laicidade no ensino, decretada na Constituição Federal, continuaram a fazer uso da imprensa — importante meio de comunicação e também de formação de opinião — para apresentarem diferentes situações em que a escola sem Deus poderia levar o país a anarquia e a problemas de ordem moral, pois defendiam que,

Não é destruindo o passado de uma nação cristã, protegida pelos braços da Cruz e banhada pelos princípios de Jesus Cristo que se obterá o espírito revolucionário. Jesus Cristo é o símbolo da nacionalidade brasileira e a volta a Ele salvará o país da anarquia, iniciada com a Velha República. (Cury, 1984, p. 52).

Para ampliar a problemática da escola sem Deus, o jornal publicava constantemente notícias de outros países, especificamente europeus, como se quisessem alertar para um devir “catastrófico” do ensino leigo também no Brasil.

Uma arma constantemente usada pela Igreja em defesa do conteúdo religioso no interior das escolas públicas era a imprensa, por onde fazia circular textos de autores estrangeiros, notadamente europeus [...] em vários momentos é oferecido um discurso atemorizador, que não só defende a presença do ensino religioso como responsabiliza os professores e outros profissionais da educação pelos resultados catastróficos dessa escola sem Deus sobre a formação dos jovens. (Gonçalves Neto, 2010, p. 206).

Nesse sentido, numa publicação do jornal em novembro de 1900, um deputado italiano atribuiu assassinatos³⁵ e inúmeros crimes como consequência do ensino leigo. Atribuiu ao ensino religioso o único meio capaz de domar os maus instintos do homem e promover a ordem moral na sociedade.

O deputado italiano M. Pompeo Mólmenti, apavorado pelo execrado assassinato de Humberto, e por inúmeros outros crimes que se têm dado na Itália, em consequência do ensino leigo, notificou ao presidente da camara que interpellaria o governo para saber se naquelle paiz não se julgaria necessario restabelecer o ensino religioso nas escolas publicas afin de inculcar nas casas de educação, o sentimento religioso, unico capaz de domar o máos instinctos do homem e ensinar-lhe os que abonam e salvaguardam a ordem moral na sociedade. (sic.) (*Pharol*, 22 nov. 1900).

Em outra publicação intitulada “Escola sem Deus” foi narrada uma história de um jovem de apenas 17 anos, estudante de uma escola leiga, que estava sentado no banco dos

³⁵ Outra nota publicada pelo *Pharol* em 1912 associou a criminalidade ao analfabetismo e ao ensino leigo com argumentos de experiências na França. Vide anexo 4

réus, pois a havia assassinado e furtado pequena quantia. A matéria não identificava o lugar específico e nem data do ocorrido, o que sugere ser uma história para ilustrar a problemática das consequências da exclusão do ensino religioso.

Em um tribunal do jury, em França, achava-se no banco dos réos um joven estudante da escola leiga e que contava apenas 17 annos de idade.

O presidente interroga-o:

— Moço, o senhor matou a velha Rosa e furtou dela um mil réis; o senhor esperava maior somma não?

— Não sei, respondeu o réo.

Isso revolta até os próprios selvagens; onde aprendeu o senhor esses crimes?

— O crime nasce e cresce por si mesmo, sr. presidente.

— O réo então confessa o crime e as circunstancias de que é acusado?

— Sr. Presidente, que mal faz ao mundo uma velha de mais ou de menos? Por conseguinte eu faço tanto caso dos srs. como da primeira camisa que vesti.

O defensor levanta-se:

— Srs., não venho defender o réo, porque não vejo meios de alcançar misericórdia.

A justiça pede-lhe contas e eu também peço contas à mesma justiça.

Se ele é culpado, ha alguém mais culpado ainda; esse culpado senhores, sois vos, verdadeiros representantes da sociedade que civilizou as escolas.

Eu avisto ali na parede a imagem do Christo, Elle está aqui, neste pretório, em cuja barra comparece hoje o joven assassino. Porque não se acha o Christo igualmente na escola, onde chamais o menino para educa-lo?

Porque castigais sob o olhar de Deus o menino educado longe desse olhar?

Se nos bancos de sua escola os mestres lhe mostrassem o Christo, o joven hoje não estaria no banco dos réos. Porque não lhe ensinaram o decalogo? O respeito de Deus e do próximo? Deixaram-no crescer entregue aos máos instinctos, como uma besta fêra no deserto, entregue a homens que vão hoje ferir o tigre quando na hora propicia deviam te-lo domado, com a sciencia e a religião!

Eu accuso aos pretensos civilizados que no carro do triumpho arrastam pelas praças publicas o positivismo e a imoralidade.

Uma salva prolongada de palmas responde a essas nobres palavras do advogado. O jury entra para a sala secreta e volta após trazendo a sentença de morte do joven criminoso.

— Deus julgará os juizes, disse o advogado apontando para o Christo do jury. (sic.) (*Pharol*, 23 mai. 1897).

A extensa nota, mencionada aqui na íntegra, tem como objetivo oportunizar a sua leitura completa para melhor compreensão da força apelativa em prol do ensino religioso nas escolas. A participação do jovem réu no diálogo demonstra com naturalidade sua indiferença sobre seu crime, o que fez com que o defensor se levantasse e de certo modo impedisse a continuidade da participação.

A presença da imagem de Cristo no tribunal remetia a afirmação mencionada anteriormente que Ele era o símbolo da nacionalidade brasileira e que a religião católica era a

religião nacional, mesmo não sendo oficial. Por esses exemplos pode-se ver que a imprensa reverberava a dualidade entre o grupo que defendia o ensino religioso e aqueles que apoiavam a escola leiga. E nesta última nota jornalística o discurso do advogado atribui à educação leiga oferecida ao jovem como responsável por uma formação irracional, “uma besta fera no deserto” e que a ciência e a religião poderiam tê-lo “domado”. Ademais,

[...] pode-se afirmar que, na visão do grupo católico, as manifestações da crise no mundo e no Brasil vão do moral ao econômico em ordem de importâncias, mas a raiz do mal é intelectual, [...] A paz de Jesus Cristo, capaz de sanar os males do mundo e do Brasil, só será possível se a raiz intelectual ruim for curada pela implantação e difusão de um intelectualismo cristão e católico. (Cury, 1984, p. 53).

Apesar dos posicionamentos contrários à escola leiga em Minas Gerais, em 30 de setembro de 1906 a publicação do Decreto n.º 1.947, que aprovou o Programa do Ensino Primário no governo de João Pinheiro da Silva, alinhou os princípios educacionais mineiros em relação à laicidade da educação à Constituição Federal de 1891.

Oficialmente suprimido o ensino religioso nas escolas estaduais por meio do programa, a disciplina de Instrução Moral e Cívica era destinada a dirigir a conduta do menino nos preceitos de moral e dever cívico e de modo a inspirar-lhe bons hábitos. (Minas Gerais, 1906, p. 110). Esta disciplina viria cumprir com o ensino da moral, da boa conduta nos moldes republicanos da laicidade.

No entanto, “[...] ao fazer Minas alinhar-se com a Constituição Federal, Pinheiro, governador reformista que acreditava firmemente no secularismo, iniciou um desafio para uma Igreja que lutava então para reconstruir-se.” (Wirth, 1982, p. 143). Um caminho utilizado pela igreja para a reconstrução do alcance do ensino religioso católico foi a fundação de escolas gratuitas ao lado das do governo, o que ocasionou o fechamento de escolas públicas por falta de frequência, conforme retratado pelo jornal em 06 de novembro de 1906.

Para não ir mais longe lembrarei que mesmo nesta cidade a falta de frequência nas escolas suspensas, foi devida à abertura de diversas escolas catholicas gratuitas que desviaram dos cursos públicos muitos alumnos por motivo de religião, por espírito de novidade ou por justificável aversão à promiscuidade de classes. [...] E o Illustre sr. Carvalho Britto andarà bem se ordenar reabertura dessas escolas, cuja frequencia diminuiu momentaneamente por motivo especialissimo, mas que ainda era bastante numeroso para justificar a permanencia desses cursos de que estão privados os alumnos que não podem pedir instrucção às escolas catholicas. (sic.) (*Pharol*, 06 nov. 1906).

O jornal fez um apelo aberto ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior do governo João Pinheiro, sr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto para que determinasse a reabertura das escolas que foram suspensas “por motivo especialíssimo”, expressão que pode sugerir a saída de alunos para outra escola por causa do “espírito de novidade” de caráter supostamente momentâneo.

Na mesma nota o jornal se posiciona firmemente contra a ação do governo sobre a suspensão das escolas — fato que não se justifica por ainda haver grande número de alunos frequentes — que ocasionou na aplicação da disposição regulamentar de suspensão das cadeiras das professoras. “Seja como for, é necessário que se saiba que a falta de frequência nas escolas que se fecharam nesta cidade não corre por conta das distintas professoras que se viram privadas de suas cadeiras por aplicação intempestiva da disposição regulamentar.” (sic.) (*Pharol*, 06 nov. 1906). A nota ainda argumentou que tal feito poderia abrir caminhos para futuras perseguições e manifestação contrárias ao regime.

Do mesmo modo, qualquer inimigo do professor publico pode desviar da escola alguns alumnos para algum curso particular e com pequeno dispendio forçar a suspensão da mesma escola. É, pois, necessario muito criterio na applicação da alludida disposição para não servir ella de capa de perseguições ou de manifestações contrarias ao regimen. (sic.) (*Pharol*, 06 nov. 1906).

Conforme Wirth (1982), após o Decreto n.º 1.947 de 1906, a Igreja reagiu vigorosamente a João Pinheiro com a realização de diversos congressos de âmbito estadual a partir de 1910 e com uma campanha na imprensa. Nesse sentido, o *Pharol* publicou em 05 de novembro de 1909 uma matéria sobre a realização do 1º Congresso Católico Mineiro em janeiro de 1910 na cidade de Juiz de Fora. O texto de Dom Silverio Gomes Pimenta³⁶, Arcebispo de Mariana, apresentava o regulamento, as teses e informações sobre o congresso. Em informações iniciais justificava a decisão da realização do primeiro Congresso Católico proposto por “Catholicos distinctos” reunidos em janeiro de 1909 em Juiz de Fora para “Exercicios espirituaes” com a finalidade de,

³⁶. Conforme (WIRTH, 1982, p. 143, grifos do autor), “A Igreja no ‘estado brasileiro mais católico’ estava agora muito mais forte, graças à questão da educação e aos talentos de organizador de Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), o Arcebispo de Mariana. Preto nascido em condições humildes, a ascensão de D. Silvério na hierarquia da Igreja levou-o quatro vezes a Roma. Foi incumbido de tornar Minas novamente católico. Com ele, a Igreja depois transformou-se de uma dependência fraca no Império em uma organização autoconfiante, de multicamadas já na época da Primeira Guerra Mundial. [...] Dom Silvério foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1920, ocupando a cadeira de um famoso livre-pensador. À Dom Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana foi dado o reconhecimento pelo fortalecimento do catolicismo em Minas Gerais no período estudado.”

[...] estudarem os meios de arraigar a fé e desenvolver as obras de Religião, caridade, educação, bem como para se occuparem das questões sociaes que interessam o povo e em particular as classes desfavorecidas de fortuna, segundo os principios do Evangelho e ensino do Pontífices Romano, vigario de Jesus Christo.” (sic.) (*Pharol*, 5 nov. de 1909).

A pauta de discussão do Congresso foi organizada por assuntos e nomeada de teses. A II Tese tratava das questões sobre educação e instrução católica e somava nove itens que foram construídos em forma de pergunta.

O primeiro e o segundo propunham que fossem estabelecidos cursos de filosofia racional e moral, não só para complementar os estudos de humanidades, mas também pra premunir a mocidade contra as falsas doutrinas e questionava o local para a realização de tais.

O terceiro item colocava em análise qual seria a melhor maneira de organizar o ensino religioso e ainda acusava o ensino leigo de ateu e hostil. O ensino “[...] ministrado nas escolas publicas em vez de leigo é francamente ateu e contrario e hostil a todas as religiões.” (sic.) (*Pharol*, 5 nov. de 1909).

O quarto item expos a necessidade de — onde não houver escolas paroquiais e em concordância dos vigários e autoridades eclesiásticas — que os católicos auxiliassem os professores particulares católicos que dessem em suas escolas o ensino de caráter moral e religioso, ensinassem o catecismo e aceitassem a inspeção da autoridade eclesiástica. Este item não deixa claro sobre quais escolas o ensino católico deveria ser ministrado, contudo, fica claro que a Igreja teria o poder para inspecionar o ensino.

O quinto item abordou o catolicismo no campo familiar e imputa aos pais a tarefa de vigiar o ensino nas escolas públicas, já que este que não está ao alcance da inspeção da Igreja.

Convirá que os paes de familia catholicos no uso de seus direitos exerçam a mais severa vigilância sobre o ensino que for dado a seus filhos na escola publica, quer por professores, quer por encarregados da inspecção das escolas, reclamando energicamente contra qualquer noção ou conceito tendente a destruir no espirito das crenças a fé nas verdades da ordem religiosa e moral, nos mandamentos da lei de Deus e da Igreja. (sic.) (*Pharol*, 5 nov. de 1909).

Nota-se, portanto, que a igreja agia para reconstruir-se e marcava presença na imprensa com a campanha antilaico e com o intuito de mobilizar “a religiosidade latente dos mineiros”. (Wirth, 1982, p. 143).

Ao lado do espaço ocupado pela matéria católica, o jornal *Pharol* publicou com destaque a foto de Rui Barbosa por ocasião de seu aniversário e o saudou com os seguintes dizeres, “Ruy Barbosa, o eminente brasileiro, cujo aniversário hoje se festeja. O *Pharol* saúda-o respeitosamente.” (*Pharol*, 5 nov. de 1909). É inevitável a observação do encontro de oposições e deixa visível o posicionamento do jornal, que no decorrer deste estudo tem se mostrado aberto a vozes de diferentes posicionamentos.

FIGURA 10. Em primeira página divulgação do 1º Congresso Católico Mineiro a realizar-se em janeiro de 1910 e ao lado felicitações de aniversário a Rui Barbosa.



FONTE: *Pharol*, 5 de novembro de 1909. n. 261.

O posicionamento que contrapõe — o “eminente brasileiro”, assim mencionado pelo *Pharol*, — Rui Barbosa ao Grupo Católico está na sua defesa da separação entre Estado e Igreja e na neutralidade do ensino público. Contudo Rui Barbosa não coadunava com o espírito da irreligião e nem da antirreligião, mas com a liberdade religiosa.

[...] se reúnem, na América do Norte, os prófugos da perseguição ultramarina e as coletividades religiosas se desenvolvem, tranquilas, prósperas, frutificativas, sem a mais ligeira nuvem no seu horizonte. Na melhor cordialidade os prelados romanos e os membros do sacro colégio se sentam à mesa de Roosevelt, o protestante, que, não falta um só domingo no templo em seu culto, aos deveres do serviço divino. Foi esta a liberdade religiosa que nós escrevemos na Constituição Brasileira. Esta exclui do programa escolar o ensino da religião. Mas não consente que o ensino

escolar, os livros escolares, professem a irreligião e a incredulidade, nem obsta, quando exigido pelos pais, ao ensino religioso pelos ministros da religião, fora das horas escolares no próprio edifício da escola. (Barbosa, 1910, p. 61).

Tais palavras de Rui, contidas em sua plataforma apresentada em sessão pública, no Pollytheama Bahiano na noite de 15 de janeiro de 1910, contribuiu com a dinâmica da flexibilização do ensino religioso, por não se contrapor realizá-lo no próprio edifício da escola, porém, fora do horário escolar. O resumo da plataforma de Rui Barbosa foi publicado em primeira página do *Pharol* apenas seis dias após sua apresentação na Bahia.

FIGURA 11. Manchete divulgando o Resumo da Plataforma de Rui Barbosa.



FONTE: *Pharol*, 21 de janeiro de 1910. n. 17.

A flexibilização do ensino religioso já se ensaiava em Juiz de Fora. Em 07 de dezembro de 1909, a coluna “Gritos de Liberdade” e matéria intitulada “Governo Intolerante” registrou a queixa sobre a suspensão do ensino religioso no Instituto João Pinheiro.

O fato contristou corações, pois todos estavam convencidos de que seria permitido aos ministros de qualquer culto penetrar no estabelecimento, em horas apropriadas, para, por sua conta particular, fornecerem o ensino religioso às crianças que espontaneamente o aceitassem. Essa liberdade dos ministros é consagrada pela Constituição, tanto quanto a das crianças aprenderem a religião que lhes approuver. O governo para não annullar essa liberdade e não pisar esse direito tem o dever constitucional de destinar um salão onde possam reunir-se aquelles que desejam receber a instrução religiosa, desde que ha quem lh’as queira ministrar. (sic.) (*Pharol*, 7 dez. de 1909).

Pensando desse modo, o Arcebispo de Mariana em visita ao sr. Wenceslau Braz, presidente do estado, expôs a situação e pediu providências para que o ensino fosse oferecido aos internos do Instituto. O pedido foi negado depois de muito falar sobre a Constituição. O

colaborador do jornal que redigiu o texto, o qual assinou somente com a letra “A.” prosseguiu com a matéria dando vista a todos de sua hostil indignação e seu duro posicionamento contra o governo num tom de convocação a uma unidade para a construção de uma oposição católica advinda do povo.

Não nos é licito permitir que esta Terra do Cruzeiro fique fatalmente condemnada arrastada de devastação em devastação. Fadada a brilhante futuro querem-na desviar da rota gloriosa os abutres da impiedade e do atheismo, os inimigos de toda a liberdade. Estamos, pois, adstrictos ao dever sagrado de expulsar a corja e defender os destinos de nossa patria cuja prosperidade depende do esforço de cada cidadão, da energia de cada catholico. Dos catholicos, sim! Porque elles constituem a maioria e portanto encerram a maior soma de responsabilidades. A elles especialmente compete a missão regeneradora para que fique irrefragavelmente provado ser o patriotismo muito mais fecundo, muito mais solido, quando alimentado pelo sacrossanto lume da fê christã! [...] Ha homens que assaltaram o poder e agora vão assaltando todas as liberdades. São os vossos tyrannos, ó povo! Escolhei: ou aluta contra a tyrannia ou a escravidão completa! A luta será a gloria, a dignidade, a vida! A. (sic.) (*Pharol*, 7 dez. de 1909).

Outra queixa presente na mesma nota e posta debaixo da capa da intolerância ao ensino religioso por parte do governo foi a ação de proibição das professoras da cidade de Sete Lagoas que resolveram por deliberação espontânea ensinar o catecismo na capela todos os domingos. Mesmo não ocupando salas do governo e nem dia e horário reservados à escola, o Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto ao tomar ciência emitiu um ofício de proibição. O *Pharol* levantou importante reflexão sobre a desobediência à Constituição. “Não sabemos em que fundamentou o pyramidavel estadista a sua proibição; sabemos somente que não a quis publicar em órgão oficial para evitar a critica. (sic.) (*Pharol*, 7 dez. de 1909).

O Jornal *Pharol* era um importante veículo de comunicação para o estado mineiro. Sua notável representatividade motivou o interesse de resposta do Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto, via carta enviada à redação do jornal, em defesa das acusações de governo intolerante, tirano e inimigo da liberdade dirigidas diretamente ao secretário pelo colaborador do jornal.

Espero da fidalga gentileza de v.s. agasalho para as linhas que se vão seguir: Não pode, effectivamente, em respeito à organização legal que nos preside, ser ministrado o ensino de religião nos estabelecimentos officiaes, e por via de consequencia, também no Instituto João Pinheiro. Nelle, porém, se pretende habitar os asylados à pratica, da maxima liberdade de pensamento e de acção, sendo inteiramente livre aos que manifestarem tal desejo, frequentar, sem prejuízo dos serviços internos do estabelecimento os officios

e os ensinamentos religiosos nas Igrejas e Escolas Parochiaes. (sic.) (*Pharol*, 11 dez. de 1909).

A fala do Secretário do Interior reafirma o esforço do governo mineiro para com o cumprimento dos preceitos da Constituição e defesa da “máxima liberdade”. E na sequência, quanto ao caso das professoras da cidade de Sete Lagoas, a figura a seguir mostra o trecho da carta escrito em letra maiúscula — destaque que indicava um apelo em sua defesa — que registrava o desconhecimento do governo quanto ao ensino do catecismo e por essa razão nega ter expedido um ofício de proibição.

FIGURA 12. Resposta do Secretario do Interior Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto

Quanto ao caso de Sete Lagoas illudiram seu collaborador na informação que lhe prestaram.

ATÉ A LEITURA DO COMMUNICADO D'O PHAROL, NENHUMA NOTICIA TIVERA A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA DELIBERAÇÃO DAS PROFESSORAS DE ENSINAR CATHECISMO AOS DOMINGOS, e, por este fundamental motivo, não poderia expedir (como não expedi) nenhum acto, verbal ou escrito, de prohibição.

Esta secretaria não prohibe aos professores do Estado que, fora das horas das aulas e sem prejuizo do ensino que lhes é encarregado, se dediquem ao ensino particular, renumerado ou gratuito, de quaesquer outras disciplinas, inclusive as religiosas.

Com a publicação destas linhas, em bem da verdade e da justiça, fará v. s. assignalada fineza e seu admirador e constante leitor --- *Estevam Leite de Magalhães Pinto*.

FONTE: *Pharol*, 11 de dezembro de 1909. n. 293.

A carta foi finalizada com um pedido de publicação para o “bem da verdade e justiça” e com a menção do secretário ser um admirador e leitor constante do jornal.

Por esse embate ocorrido entre o correspondente do *Pharol* e o Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto era notório o engajamento e a importância política do jornal.

Sobre a perspectiva da flexibilização do ensino religioso “A Revisão Constitucional de 1925-1926 será o momento escolhido para a reversão dos dispositivos de laicidade.” (CURY, 2010, p. 23). Nesse contexto o *Pharol* noticiou em 12 de agosto de 1925, a reunião da

Comissão para a Reforma da Constituição que iniciou após o recebimento das emendas. Sobre as questões religiosas advogou acréscimo e substituição no texto anterior.

[...] ao § 7º do art. 72 Acrescente-se: Comquanto reconheça que a Igreja Catholica é a religião do povo brasileiro sua quase totalidade. Ao § 6º do art. 96 Substitua-se: Comquanto leigo, o ensino com caráter obrigatório ministrado nas escolas officaes, não exclui das mesmas o ensino religioso facultativo. (sic.) (*Pharol*, 12 ago. de 1925).

Houve grande onda de apoio e recusa da sociedade civil. Essas emendas conseguiram o que outras não haviam obtido, que foi interessar a opinião geral. As emendas não foram recusadas pela Comissão Especial e foram à votação. A emenda do ensino religioso não foi aprovada porque parecia estar associada à emenda que propunha o reconhecimento da Igreja Católica ser a religião do povo brasileiro, que praticamente associava Igreja Católica ao Estado. (Cury, 200, p. 24).

Ao que consta do mesmo autor, apesar dos entreveros, a crise do final dos anos 20 entre economia, política e sociedade e ainda a Revolução de 1930 colocou de volta a Igreja Católica no palco político. O governo Provisório de Vargas, ciente de sua instabilidade, via no possível apoio da Igreja como vantajosa estratégia para o regime.

Nesse sentido, o decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que dispunha sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal, agradou parcialmente a Igreja, que discordante do Art. 11º, lutou para que ele não constasse na redação do texto da Constituição.

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam os alunos o cumprimento exato de seus deveres religiosos.

Art. 8º A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art. 10º Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, afim de dar à consciência da família todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art. 11º O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar. (Brasil, 1931).

A reintrodução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas pelo Decreto do Governo Provisório representou uma justiça em relação ao caráter religioso presente nos mineiros que, por conta da campanha antilaico promovida pela Igreja desde a instauração da República e na esfera de Minas Gerais desde o decreto de João Pinheiro em 1906 possibilitou que a geração nascida após 1889 fosse muito mais católica que seus pais racionalistas. (Wirth, 1982).

O posicionamento “imparcial” do *Pharol* sobre essa temática — ao menos no conjunto de notas jornalísticas publicadas no período e localizadas pela pesquisa — no que diz respeito à veiculação de matérias referentes aos diferentes posicionamentos a respeito do ensino religioso e da laicidade denotou um aparente esforço em ser um porta-voz de todos os grupos, o que não quer dizer que o jornal não tivesse viés político. Tal observação pode ser notada no trecho inicial de uma matéria do correspondente do *Pharol* na cidade de Ouro Preto, que trata sobre as eleições que serão realizadas no mês seguinte à publicação.

Sabem os leitores d’O Pharol que elle, o mais autorizado orgam da imprensa mineira por sua vetustade e rigorosa imparcialidade com que expõe os factos e lhes faz a critica, mantém perfeita neutralidade nos dominios da politica, estranha aos seus litigios e, no seu correspondente nesta capital, lá vae para um anno, temos à *propos*, consoante aos desejos dos patrões mantido equal procedimento correcto — *hors ligne*. (*Pharol*, 20 out. de 1894 grifo nosso.)

No texto da nota citada o correspondente se esforçou para deixar explícito que o jornal apesar de possuir seus litígios políticos, e que mesmo fazendo crítica aos fatos, ele se mantinha neutro e imparcial. Conforme já mencionado, o *Pharol* assentado nos princípios liberais desde sua fundação, no período de 1891 a 1901 tornou-se propriedade de uma sociedade anônima organizada por Antônio Ferreira Lage, monarquista. (KAPELL, 2019).

Nesta década o jornal tornou-se monarquista conforme também afirma Goodwin Jr.

(2007) em seus estudos. A publicação acima datada do ano de 1894 deixa evidente o viés político assumido pelo jornal naquele momento, diferente do então regime republicano brasileiro.

A afirmação de imparcialidade ou neutralidade poderia estar vinculada à construção de uma confiabilidade do jornal, que compromissado com os fatos, sendo porta-voz da “verdade” seria considerado como boa imprensa.

A boa imprensa, digna, honesta, moralizadora, é aquela — segundo as idealizações correntes — que se pautela pela busca da verdade, que pregue a conciliação, a ordem e o respeito à lei. É aquela que publica a verdade dos fatos. A imagem construída pelos jornais define-a como uma instituição imparcial e portadora da verdade. A essas idealizações uma outra é ainda acrescida: a de intermediário entre a população e o poder público. (Barbosa, 2000, p. 121).

Consoante à mencionada imagem construída ou que se queria construir dos periódicos, em 14 de janeiro de 1909, foi publicada uma matéria intitulada “*O Pharol*”, por ocasião de mudança de propriedade em 09 de janeiro de 1909. João Evangelista da Silva, novo proprietário, expôs no texto as diretrizes de trabalho, a qual chamou de programa e compromissos da folha com a sociedade. A imparcialidade, a ordem e o progresso engrossaram o conteúdo da nota³⁷.

O actual proprietário d’O Pharol bem como aquelles que elle honrou com sua confiança, convidando-os a trabalharem nesta casa, não trazem para aqui ódios, animadversões e antipathias, e, pois, não têm, felizmente, contas a ajustar, podendo, sem embaraços cumprir o seu dever com a mais completa imparcialidade. Prestigiar e aconselhar a autoridade, em bem da ordem, della reclamando medidas que interessem ao progresso e à civilização. (sic.) (*Pharol*, 14 jan. de 1909).

Em linhas gerais, sobre o posicionamento do jornal diante da temática laicidade e ensino religioso, o movimento identificado nos debates presentes nas matérias sinalizaram prevalência na defesa da religião, o qual, por vezes, foi indicado como único capaz de ensinar a ordem moral e conter os maus instintos no homem. “Seja qual for a opinião dos dogmas religiosos, todavia é necessário reconhecer com a verdade elementar de sociologia, que as religiões são um freio moral de primeira ordem.” (*Pharol*, 19 de out. 1912).

³⁷ Nota completa no anexo 3.

Em busca de elucidar a tendência do jornal quantificamos as temáticas relacionadas à denominada “Questão religiosa” conforme pode ser observado no quadro a seguir.

QUADRO 5. Publicações sobre a “Questão religiosa” no jornal *Pharol*, nas décadas referentes ao recorte da pesquisa

Temáticas	NÚMERO DE MATÉRIAS POR PERÍODO					Total
	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1919	1920-1929	
Ensino Religioso	4	13	29	13	1	56
Escola Leiga	-	2	2	3	-	7
Estado e Igreja	-	1	5	2	-	8

FONTE: Dados da pesquisa

O destacado número de publicações que continham o termo ensino religioso em detrimento dos demais sugere que a preocupação com o ensino de base cristã era presente no jornal. Após analisar cada uma das 56 matérias encontradas, identificamos que 42 delas, ou seja, 75% tiveram um discurso favorável ao ensino religioso nas escolas públicas. E a grande maioria o defendia com fins de forjar o homem civilizado, conforme já citado, de domar os maus instintos e salvaguardar a ordem moral na sociedade. Logo, observamos que eram prevalentes as representações de que o ensino religioso poderia regular comportamentos e seria útil para no processo civilizatório, nesta perspectiva.

Ainda que, de modo sutil em algumas publicações ou mais direta em outras, as veiculações do *Pharol* revelaram tendências favoráveis à permanência do ensino religioso mesmo em tempos de diferentes posicionamentos políticos do jornal por conta de mudança de proprietário, redatores e colaboradores.

Os anseios pelo progresso e o republicanismo que animou o jornal principalmente a partir da propriedade de Cesário Alvim em 1901 não foram impeditivos para o entrecruzar de ideais que circulavam no *Pharol* divulgando concepções católicas e republicanas.

A despeito da “imparcialidade” sempre anunciada pelo jornal, a religiosidade presente na história da cultura mineira incidiu nos debates expostos principalmente nas décadas de 1900 a 1919 com a defesa do ensino religioso nas escolas. Intitulada “Vida Mineira” uma publicação de 08 de novembro de 1914 noticiou o encerramento do mês do Rosário com os eventos deste, procissão, missão para a renovação das promessas do batismo e uma palestra do padre José Maria Parreira Lara, que lecionara o catecismo para grande número de meninos para a primeira comunhão. A solenidade foi encerrada com uma palavra do padre que dispôs ao catolicismo a resistência belga por ocasião da invasão dos Alemães, que marcou o início a

primeira Guerra Mundial. Logo a seguir na mesma matéria foi mencionada com entusiasmo a comemoração de um ano de instalação da energia elétrica da cidade.

O Revmo. padre Parreira arrebatou ao numeroso auditorio com sublimes conselhos sobre a necessidade do ensino religioso, cujo valor está mais uma vez demonstrado com a heroica resistencia dos belgas à invasão dos Allemães, sendo aquele heroico povo catholico em sua totalidade. [...] Neste dia, primeiro anniversario da installação da luz electrica nesta cidade, organizou-se uma soberba illuminação na usina distribuidora sendo colocado no centro o retracto do eminente administrador dr. Caetano Marinho, entre bandeiras de diversas nacionalidades e o escudo do municipio. Foi uma bella festa comemmorativa. (*Pharol*, 08 nov. de 1914).

As duas passagens em uma mesma nota sob o título “Vida mineira” é um indicativo da importância do progresso e da religião representadas no jornal. Na década seguinte, 1920 a 1926, recorte final da pesquisa foi encontrada somente uma publicação com essa temática, já citada neste texto, em 1925, sobre a reunião da Comissão para a Reforma da Constituição, uma possível flexibilização para o ensino religioso nas escolas públicas.

As idas e vindas do ensino religioso na educação, especialmente a popular, foi resultado dos muitos embates entre católicos e republicanos. Esse debate foi publicizado pelo Jornal *Pharol* não só registrando as notícias dos acontecimentos políticos e sociais relacionados ao ensino religioso nas diferentes perspectivas de interesse, mas também possibilitando que o leitor tivesse acesso à informação, aos argumentos e posicionamentos que, em certa medida colocava o jornal como uma espécie de “tribuna” de mediação de representação e percepções. “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990, p.17).

A conjugação imprensa e educação do ponto de vista da circulação de ideias no Jornal *Pharol* no período temporal concernente a esta pesquisa apontou outros desdobramentos temáticos que dialogam com a instrução pública além do ensino religioso e que serão abordadas no próximo capítulo, quais sejam, as veiculações sobre a questão do analfabetismo e o higienismo na educação, elementos que constituíram a amálgama das representações sobre a instrução pública presentes no *Pharol*. Como suporte contextual também será apresentado o cenário da educação e sociedade mineira na primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 3 – INSTRUÇÃO PÚBLICA E CIVILIDADE NAS PÁGINAS DO *PHAROL*

A escola, campo específico da educação, é uma instituição variável em função do grau de desenvolvimento de cada sociedade e limitada em sua ação pela pluralidade e diversidade de forças que concorrem no movimento das sociedades. Esta relação leva à rejeição de um ideal concebido como absoluto. A filosofia, a moral, a educação, dependem, pois, do tipo de sociedade que se tem em vista.

— CURY, 1984

A escola, instituição influenciada pelo contexto social, político e econômico no qual está inserida, onde diferentes interesses e perspectivas estão em movimento, expressa uma determinada visão de mundo em determinado período histórico. Nestas concepções estão imbricados projetos educativos que estão relacionados ao “tipo de sociedade que se tem em vista”. Essas premissas permearam as relações entre educação e sociedade.

Nesse interim, o cerne deste capítulo é balisar as convergências entre a Instrução Pública e a civilidade — presente nas páginas do *Pharol* — no enfoque de temas de grande importância para o processo civilizatório da nova ótica republicana, analfabetismo e a higiene escolar.

3.1 O cenário mineiro na primeira metade do século XX: educação e sociedade

A sociedade mineira dos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX ainda preservava uma vida majoritariamente rural.

Em 1920, apenas 11% viviam em sedes de município e o restante na zona considerada rural. Nelson de Sena disse que Minas era “o estado onde o urbanismo é menos manifesto”. E se as cidades com menos de 5.000 habitantes não forem levadas em conta, a população urbana cai para 5%. [...] As pequenas cidades apreciavam suas identidades, muitas delas originárias dos séculos XVIII ou XIX. No entanto, quase todas essas aglomerações com menos de 5.000 habitantes não se diferenciavam o suficiente da zona rural, para manter um estilo de vida realmente urbano. (Wirth, 1982, p. 63. grifos do autor).

As pequenas cidades com população inferior a 5.000 habitantes, mencionadas pelo autor, estavam voltadas para a zona rural que as serviam, reflexo de uma sociedade de raízes agrárias e caráter pouco urbanizada. A urbanização³⁸ — elemento importante a ser levado em conta por seus efeitos sociais, econômicos, culturais e educacionais — provocava um número cada vez maior de moradores do campo a estabelecerem residência nas cidades em busca dos melhoramentos e da “vida civilizada” que se podiam encontrar nas cidades, quais sejam, escolas, centros de saúde, serviços burocráticos, etc.

Fazendeiros mais importantes, que desde os tempos coloniais, mantinham casas nas cidades para participarem de eventos religiosos e eventos cívicos, descobriram novos motivos para manter a residência urbana. Os que podiam pagar, frequentemente transferiam suas famílias para a cidade quando as crianças chegavam à idade escolar. (Wirth, 1982, p. 128).

Os motivos pelos quais os fazendeiros mantinham casas nas cidades também estava relacionada à preferência em matricular os filhos em escolas urbanas, pois estas possuíam melhor estrutura e eram consideradas melhores.

Conforme a Diretoria Geral de Estatística os censos dos anos de 1890, 1900 e 1920 registraram o movimento de criação de municípios mineiros e aumento da população mineira.

TABELA 7. Média geométrica de crescimento anual da população em Minas Gerais, 1890–1920

PERÍODO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE AUMENTO	POPULAÇÃO TOTAL	PERCENTUAL DE AUMENTO
1890	117	-	3.184.099	-
1900	124	5,98%	3.594.471	12,88%
1920	177	42,75%	5.888.174	63,81%

FONTE: (IBGE). Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil 1890; 1900; 1920.

Em 1890 Minas Gerais possuía 117 municípios. Em uma década foram registrados o aumento de apenas 7 municípios. Em contrapartida, ainda que em um intervalo de tempo de vinte anos, no ano de 1920, 53 novos municípios foram contabilizados, que em números percentuais significa um aumento de 42,75 %. Do mesmo modo pode-se observar o destaque no aumento populacional no mesmo período, dos anos de 1900 para 1920 o quantitativo se elevou em 63,81%.

³⁸ Sobre as origens da constituição da estrutura urbana de Minas Gerais; a complexa e diversificada economia mineira, a organização da vida política e cultural do estado, elementos que marcaram o projeto civilizatório mineiro, consultar PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

O crescente número de novos municípios em conjunto com os elementos de melhoramento urbano, vão se traduzindo no processo de urbanização que vai aos poucos modificando a feição das cidades como um prolongamento do campo. As cidades figuravam verdadeiras “oficinas de civilização”, expressão cunhada por Jorge Nagle (2009) para retratar a transformação do estilo de vida próprio do sistema de vida rural para a elaboração de uma vida urbana. A presença ampla e marcante da dimensão rural na constituição das Minas Gerais não pode negar sua vocação “semeadora de cidades”. Conforme o censo de 1890 o estado ocupava o segundo lugar em quantidade de municípios, com 117 e o primeiro com larga distância em distritos, com 744, os quais naturalmente caminhavam para uma emancipação e formação de novos municípios. São Paulo, o estado com maior número de municípios, com 136, neste mesmo ano censitário, possuía 215 distritos, menção que se faz com o intuito de dimensionar a dita “vocação”.

Culturalmente a sociedade mineira possuía uma ética distintamente urbana, o que significa dizer que a urbanidade conferia aos cidadãos urbanos privilégios em detrimento dos moradores do campo, a começar do sentimento de superioridade do “povo da cidade”.

Para a elite, havia escolas secundárias (geralmente seminários) e escolas normais que alimentavam os valores humanistas ocidentais. Os homens das letras das localidades contavam com grande prestígio. Para as massas, havia festivais que recordavam as tradições coloniais — concertos de bandas nos dias de mercado — todos repletos de movimento, aquela qualidade tão apreciada no interior. (Wirth, 1982, p. 120).

Educação para a elite e entretenimento para as massas. Esse entendimento presente na menção acima, ainda que, retratando um estado do país, Minas Gerais, mostra uma realidade histórica³⁹ da educação no Brasil que priorizava a elite e as áreas urbanas. O termo elite

³⁹ A educação elitista remonta o século XVI com o ideário pedagógico do *Ratio Studiorum* conforme relata Dermeval Saviani “O Plano contido no Ratio era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com que os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial.” (SAVIANI, 2013, p. 56). Alguns séculos adiante, nas primeiras décadas da República, ainda que, noutra formato e contexto a educação prestigia a formação da elite. Corroborar com a dita realidade histórica expressa no presente texto, a separação entre a formação da “elite” e a formação do “povo” sob as condições de oportunidade distinta de escolarização “[...] limitados pela conservação dos padrões tradicionais de ensino e cultura da escola secundária, bem como pela posição desta última no sistema escolar em vigor; era através dessa instituição que se mantinha a separação entre “elite” e “povo”. (NAGLE, 2009, p. 133, grifos do autor.) Ainda nessa perspectiva, o mesmo autor destaca que “os padrões pedagógicos do ensino secundário objetivam apenas encaminhar para os institutos superiores os que

sugere sua associação a um grupo social detentor de privilégios decorrentes de maior capacidade econômica, níveis mais elevados de escolarização e influência política, fundamentados principalmente na constituição da tradicional família mineira. “A TFM era uma útil rede de parentesco que sustentava o poder social e econômico. Através desse parentesco, um homem ganhava informações privilegiadas e acesso privado a todas as instituições em termos de município, zona ou estado.” (Wirth, 1982, p. 120). Nesse sentido e conforme mencionado anteriormente a elite aqui mencionada, relacionada à Juiz de Fora era principalmente formada por fazendeiros.

A sociedade tradicional mineira refletia os valores conservadores de uma sociedade estável e agrária formada no clássico molde ibérico, desenvolvida sob a égide da ordem social centrada no clã formada na segunda metade do século XIX — por ocasião da transição de uma economia de mineração para uma economia agropecuária — que perdurou na identidade social mineira após a República materializada nas linhagens familiares de prestígio econômico e financeiro. Wirth valeu-se da definição de Cid Rebelo Horta para explicar a influência dos clãs, “[...] os sistemas de clãs se estendiam além de suas bases municipais para formar grupos de poder por zona, fechados por laços de parentesco.” (Wirth, 1982, p. 121).

Esse sistema de clãs contribuiu para a construção da força do nexo família-comunidade que em conjunto com um forte senso de lugar e a identidade pouco cosmopolita das cidades mineiras, tipificaram a ordem social com valores amplamente aceitos como legítimos. Do mesmo modo que a imprensa mineira, os influentes políticos eram localistas e apregoavam em defesa das tradições constitutivas da identidade mineira. Alceu Moroso Lima⁴⁰, ilustre personalidade política mineira, assim se dirigiu ao povo:

A vossa filosofia de vida é a única digna de vosso amor e de vossa vida. E com ela é que continuareis a ser alguma coisa no Brasil e no mundo. Há uma missão de Minas no Brasil, como há uma missão de Minas no mundo. Ela é a de ficardes fiéis à filosofia mineira de vida. E um dos seus postulados é o

devem compor a “elite de letrados”, a elite intelectual” do país, ainda que deixem à margem mais de 90% de adolescentes. (idem, 2009, p. 165 grifos do autor.).

⁴⁰ Alceu Amoroso Lima, pseudônimo, Tristão De Athayde (1893-1983), filho de pai industrial e comerciante, pertenceu a uma família tradicional e elitista, recebeu o ensino primário em casa — prática educativa considerada na época distintivo de posição social — titulou-se em Direito no ano de 1914, período em que foi editor da revista *A Época*, tornou-se crítico literário de O Jornal em 1918, ocasião em que criou o pseudônimo Tristão de Athayde, exercendo grande influência nos meios literários de modo que foi considerado um dos grandes críticos literários do modernismo brasileiro nos anos 1920. Aos poucos, Alceu, na busca de ampliar seus conhecimentos acerca do homem e suas verdades, foi aproximando-se do ideal católico, ideal que posteriormente, marcará sua produção intelectual. Opunha-se tenazmente à laicidade no ensino público. Sua posição no debate pedagógico brasileiro, sobretudo nos anos 30, é de um severo combate aos princípios filosóficos da Escola Nova. (CURY, 2010, p. 12-17).

respeito ao passado, a fidelidade aos pontos fundamentais, às linhas de força de vossa tradição. (Lima, 1983, p. 30).

A unidade mineira do ponto de vista educacional somente ocorreu em 1906 com a formulação de uma proposta que unificava a instrução pública por meio da adoção da modalidade dos Grupos Escolares. A busca por um “modelo” unificador que atendesse a instrução popular mineira teve início com a Constituição mineira de 1891 e a lei de instrução pública de 1892. O caráter estadual das iniciativas voltadas para a organização da instrução pública adveio da omissão do Estado Brasileiro, por ocasião das poucas referências no campo da educação presente na Constituição Federal de 1891. A ausência de iniciativas nacionais com vistas à implantação de um sistema de ensino unificado, consequência da autonomia concedida aos estados para a organização da instrução pública, retratam as diferentes realidades educacionais dos estados brasileiros. Corrobora com o exposto as palavras de Wenceslau Gonçalves Neto:

Aos estados, dentro do espírito federativo que imperava no início da República, é repassada a incumbência de organizar a instrução popular nos limites de suas fronteiras. Essa responsabilidade foi assumida das mais diferentes formas, sendo os resultados também os mais variados e, na maioria dos casos, pouco significativos para a alteração da situação de analfabetismo e ignorância vigorantes à época. (Gonçalves Neto, 2009, p. 162).

O primeiro estado a promover a reforma da instrução pública foi São Paulo na década de 1890, a qual instaurou a modalidade dos Grupos Escolares, modelo que se irradiou por todos os estados da federação em diferentes datas, quais sejam: no Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia, no Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916) e Piauí (1922). (Vidal, 2006).

Com o intuito de demonstrar o “retrato” da Instrução Pública Primária Mineira no período que interessa a esta pesquisa serão apresentados e discutidos dados estatísticos escolares. A Tabela 8 apresenta o cenário quantitativo de escolas de Ensino Primário Público (Estadual) nos Estados da Federação no ano de 1908.

TABELA 8. Quantitativo de escolas de Ensino Primário (Estadual) segundo Estados da Federação, 1908

SEDE DAS ESCOLAS (ESTADOS)	ESCOLAS ESPECIAIS				ESCOLAS COMUNS ⁴¹			
	ESCOLAS COMPLE-MENTA-RES	ESCOLAS MODELO	GRUPOS ESCOLARES	TOTAL	DO SEXO FEM.	DO SEXO MASC.	MISTAS	TOTAL
Alagoas	-	-	2	2	220
Amazonas	2	-	-	2	213
Bahia	21	-	1	22	185	179	207	571
Ceará	-	-	1	1	73	75	166	314
Espírito Santo	-	1	1	2	95
Goiás	-	-	-	-	28	28	26	82
Maranhão	-	1	3	4	52	48	33	133
Mato Grosso	3	-	-	3	83
Minas Gerais	-	-	22*	22	641	552	170	1.363
Pará	-	-	27	27	115	56	57	228
Paraíba	-	1	-	1	49	47	3	99
Paraná	-	-	-	-	69	38	132	239
Pernambuco	-	-	-	-	66	70	-	136
Piauí	-	-	-	-	40	39	22	101
Rio de Janeiro	-	-	-	-	115	86	188	389
Rio G. do Norte	-	-	-	-	52
Rio G. do Sul	-	-	-	-	450	132	562	1.144
Santa Catarina	-	-	-	-	49	42	53	144
São Paulo	-	1	80	81	517	442	163	1.122
Sergipe	-	-	-	-	57	57	78	192
Total	26	4	137	167	2.506	1.891	1.860	6.920

* Conforme nota explicativa da Estatística da Instrução de 1908 existem atualmente no Estado 37 Grupos Escolares em funcionamento.

FONTE: Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo. Estatística da Instrução — 1908. p.177

O estado de Minas Gerais se destacou no cenário quantitativo das escolas públicas primárias estaduais no ano de 1908 ocupando o primeiro lugar com um total de 1.363 escolas de diferentes tipificações. Ainda possuiu o maior número de escolas do sexo feminino e do sexo masculino. Conforme nota explicativa presente no texto da Estatística da Instrução (1908, p.177), o total de Grupos Escolares existentes no estado mineiro era de 37, — não foi mencionado o motivo da não inclusão de 15 Grupos Escolares no quadro da estatística oficial. Fato comum na época era o funcionamento sem a instalação oficial da instituição — número que o coloca em segundo lugar nessa nova modalidade de ensino primário com apenas dois anos de implantação deste modelo escolar. A modalidade Jardim de Infância, que compunha o

⁴¹ Elementares e Isoladas.

conjunto de Escolas Especiais não foi incluído na tabela. Nesse período existia somente dois, um em São Paulo e outro no Paraná.

Quanto à matrícula e frequência a Tabela 8 apresenta o descompasso entre ambas.

TABELA 9. Ensino Público Primário (Estadual) – Matrícula e Frequência segundo Estados da Federação, 1908

SEDE DAS ESCOLAS (ESTADOS)	MATRÍCULAS	ALUNOS FREQUENTES	PERCENTUAIS DE ALUNOS MATRICULADOS FREQUENTES
Alagoas	10.407	8.921	85,72%
Amazonas	4.102	3.355	81,77%
Bahia	28.120	19.235	68,40%
Ceará	13.035	10.558	80,99%
Espírito Santo	3.375	2.529	74,93%
Goiás	3.158	2.053	65%
Maranhão	7.988	5.479	68,59%
Mato Grosso	4.253	3.828	90%
Minas Gerais	88.701	47.399	53,43%
Pará	13.847	12.161	87,82%
Paraíba	5.398	3.671	68%
Paraná	10.661	8.316	78%
Pernambuco	7.667	5.367	70%
Piauí	5.115	3.944	77,10%
Rio de Janeiro	19.650	12.591	64,08%
Rio G. do Norte	3.091	2.804	90,71%
Rio G. do Sul	46.166	33.634	72,85%
Santa Catarina	6.080	4.703	77,35%
São Paulo	60.893	45.857	75,30%
Sergipe	6.620	4.285	64,72%
Total	348.327	240.690	69,09%

FONTE: Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo. Estatística da Instrução — 1908. p.178

Se na Tabela 8 Minas Gerais se destacava positivamente quanto ao quantitativo de escolas, na Tabela 9 os resultados mineiros são contrastantes e revelam o estado com a pior frequência referente aos matriculados registrada na estatística com 53,43%. Em contrapartida Rio Grande do Norte é o estado da federação com o melhor índice de frequência, 92,71% e na sequência com 90% registra-se Mato Grosso. À semelhança de Minas Gerais, São Paulo que possuía o maior número de Grupos Escolares e ocupava o terceiro lugar em número de escolas oficialmente em funcionamento, no que diz respeito à frequência dos alunos, está no décimo lugar. Minas Gerais é o estado com maior número de matrículas escolares com 88.701, mas somente 53,43% desses alunos são frequentes, o pior índice de frequência de todos os estados.

Os dados quanto ao número de escolas, matrículas e frequência referentes ao total do Ensino Primário Público (Estadual e Municipal) e Particular informados nesse mesmo boletim Informativo da Diretoria Geral de Estatística do ano de 1908, p. 181, apresentavam um total de 11.147 escolas, 565.922 alunos matriculados e 391.188 frequentes. Minas Gerais possuía 2.178 escolas que somavam as estaduais, municipais e particulares com 119.613 alunos matriculados e 66.232 frequentes, 21,13% do total nacional de alunos matriculados. Do mesmo modo que no quadro específico do Ensino Público Estadual, São Paulo é o segundo estado com maior número de institutos de Ensino Primário estaduais, municipais e particulares, com 1.708 escolas, 82.089 alunos matriculados e 61.066 frequentes. Em números percentuais, São Paulo mantinha uma melhor frequência, 74,39% e Minas Gerais 55,37%, índices que não têm significativas alterações se observados aqueles que contabilizam somente as escolas estaduais. Poder-se-ia argumentar que as causas geográficas do Estado seriam responsáveis pelos baixos índices de frequência, pois, as grandes distâncias até as escolas e a população em sua maioria rural, possivelmente interferiam na frequência escolar.

As questões que envolvem matrícula e frequência representam apenas alguns dos elementos que estão relacionados à eficácia do aparelho didático⁴², conforme análise de Oziel Bordeaux Rego, chefe da 4ª seção da Diretoria Geral de Estatística, sobre os resultados do ano de 1916.

A matrícula e frequência não bastam, porém, para julgarmos com segurança a eficácia do aparelho didático. É necessário ainda o conhecimento de um terceiro fator de real importância, a população escolar. [...] em todo o Brasil, de 1.000 indivíduos em idade de cursar escola primária, 137 apenas estavam matriculados, e deles, somente 96 frequentavam as escolas. (Monarcha, 2016, p. 186).

Na Estatística Escolar de 1916, p. CCVIII, a população mineira em idade escolar⁴³ era de 885.840, destes, apenas 124.634 estavam matriculados e 71.914, eram frequentes, ou seja, somente 8,11% daqueles os quais poderiam receber a instrução, face à perspectiva etária, estavam de fato frequentando a escola. A frequência dos alunos em Minas Gerais não evoluiu

⁴² Terminologia técnica que nomeava o conjunto das “escolas comuns” e “escolas especiais”. (MONARCHA, 2016).

⁴³ Sobre idade escolar é devido mencionar que, “No Brasil, por óbvias razões, nunca houve, na verdade, obrigatoriedade escolar, embora desde o extinto regime, algumas províncias já tenham estabelecido disposições legislativas a esse propósito. Assim, o que designamos aqui por idade escolar não é absolutamente o período de frequência compulsória, senão apenas o que nos afigura mais próprio para a assimilação normal do primeiro grau de ensino intelectual [...]. E é por isso que damos por balisas a esse período os 7 e os 15 anos.” (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Estatística da Instrução. 1916, p. CCIX).

significativamente em oito anos. Em 1908 a frequência escolar era de 53,43% e em 1916 aumentou 4,27 pontos percentuais, totalizando 57,70%.

TABELA 10. Número de Escolas de Instrução Primária e alunos por escola – 1920

SEDE DAS ESCOLAS	ESCOLAS COMUNS	POPULAÇÃO ESCOLAR	ALUNOS MATRICULADOS	%	ALUNOS POR ESCOLA
Alagoas	528	192.074	16.059	8,36	30
Amazonas	232	56.426	8.249	14,62	36
Bahia	1.695	557.955	68.782	12,33	41
Ceará	697	225.247	31.671	14,06	45
Distrito Federal	680	172.467	112.955	65,49	165
Espírito Santo	365	76.641	16.537	21,58	45
Goiás	245	84.259	9.679	11,49	40
Maranhão	415	144.400	21.043	14,57	51
Mato Grosso	232	44.457	8.961	20,15	39
Minas Gerais	3.694	1.318.365	254.446	19,30	69
Pará	620	239.684	31.154	12,99	50
Paraíba	439	204.524	19.816	9,68	45
Paraná	723	134.544	27.625	20,53	38
Pernambuco	1.290	341.048	52.445	15,37	41
Piauí	226	110.875	8.571	7,73	38
Rio de Janeiro	1.076	250.093	58.852	23,53	55
Rio G. do Norte	337	85.758	16.330	19,04	48
Rio G. do Sul	3.244	470.123	136.599	29,05	42
Santa Catarina	884	183.164	46.984	25,65	53
São Paulo	3.757	732.081	289.291	39,51	77
Sergipe	369	77.168	13.400	17,36	36
Total	21.748	5.704.393	1.249.449	21,90	-

* Nota-se que o censo não detalha a tipificação das escolas, se públicas, estaduais, municipais ou particulares.

FONTE: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil.— 1929. p.VII

Na década de 1920 das 21.748 escolas de ensino primário existentes no Brasil, 34,26% estavam localizadas em São Paulo e Minas Gerais. O estado mineiro que liderou o quantitativo de escolas em 1908, 1916 e ocupou o segundo lugar com 3.694, conforme a Tabela 10.

Quanto à matrícula, os números põem à vista a realidade deficitária em todos os estados da federação, exceto o Distrito Federal que se destacava com 65,49% de sua população em idade escolar matriculada. Minas Gerais era o estado com maior população escolar e somente 19,30% estaria matriculada, índice não muito distante em relação ao de todo o Brasil, 21,90%.

O estado mineiro constava entre os três com maior número de alunos por escola, 69. Se levado em conta o número de população em idade escolar, ou seja, população escolar, esse coeficiente seria de 357 alunos por escola. As médias de alunos encontradas para as escolas dos vários estados evidenciam, desde logo, a capacidade que deveriam ter tais

estabelecimentos para comportar tão grande quantidade de educandos, situação que demandaria investimento em criação de mais escolas, questão que envolve a discussão da obrigatoriedade.

Para efeito de demonstração dos percentuais de frequência de Minas Gerais nos anos finais da Primeira República construímos a tabela 11 a partir dos dados presentes na mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ao Congresso Mineiro em 01/08/1929, a qual se refere às instituições de ensino primário⁴⁴ que enviaram seus documentos informativos para a secretaria do interior.

TABELA 11. Ensino Público Primário de Minas Gerais – Matrícula e Frequência – 1926-1929

ANO	MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA
1926	239.868	142.240	59,26%
1927	252.688	155.734	61,63%
1928	344.236	229.182	66,54%
1929	335.298	230.697	68,80%

FONTE: (Andrada, 1929, p.59)

Os percentuais de frequência do ano de 1926 não tiveram um aumento significativo em relação ao ano de 1908 (vide Tabela 9), houve um aumento de 5,83%. Ao passo que nos três anos seguintes em aumento gradativo, em 1929 o coeficiente de melhora nos índices de frequência foi de 9,54% em relação a 1926.⁴⁵

A relação entre educação e estatística está posta na importância da coleta e organização de dados que possam viabilizar a governabilidade. A leitura da realidade a partir de categorias configura a estatística como um fundamental mecanismo de governo para a elaboração de ações políticas que aqui nos interessa o campo educacional. O aumento da população escolar em Minas Gerais produziu um novo impacto na política escolar.

⁴⁴ “Relativamente ao ano letivo de 1929, receberam-se documentos completos de 206 grupos urbanos, com 2.574 classes, 34 distritais, com 259 classes, 38 escolas anexas, com 154 classes, 6 reuniões de escolas urbanas, com 36 classes, 21 reuniões de escolas distritais, com 128 classes, 1 reunião de escolas rurais, com 5 classes, 133 escolas singulares urbanas, 905 escolas distritais rurais e 1.436 escolas singulares rurais.” FONTE: (ANDRADA, 1929, p.57). Muitas instituições de ensino não informaram seus documentos com os dados informativos sobre matrícula e frequência por classe, aprovação, etc. Tomando por base o quantitativo de Grupos Escolares existentes no período de 1929 e aqueles que enviaram seus documentos, 25 estabelecimentos não estão inseridos na Tabela 10, já que no ano de 1929 o total de Grupos Escolares que estavam em funcionamento era de 265 e o total de Grupos Escolares urbanos e distritais que enviaram os documentos foi de 240, conforme a mensagem do Presidente de Minas 20. Fato que ocorreu também nos anos de 1926 a 1928.

⁴⁵ É devido mencionar que esses dados eram sempre muito difíceis de serem coletados dadas as limitações da época, as distâncias e recursos materiais.

Nesse aspecto, é importante discutir as relações dos serviços estatísticos educacionais implementados no Estado mineiro com a população escolar. A dinâmica de criação de serviços educacionais baseava-se permanentemente no interesse de aumentar o alcance do processo de escolarização. Para que isso ocorresse, foi necessário implantar uma política voltada para o recenseamento da população escolar. Percebe-se, dessa maneira, a importância da escolarização definindo o próprio Estado moderno em Minas Gerais. Assim, as relações da escola com a população determinam uma escolarização pautada em alguns critérios, como, por exemplo, o número de crianças matriculadas ou em idade escolar e o número de crianças que frequentam a escola. Pode-se aventar que a política escolar tem como base os dados demográficos e escolares, por isso entender como os mesmos são produzidos é fundamental. (Caldeira-Machado; Biccias; Faria Filho, 2014, p. 642).

Nesse sentido, a nítida relação entre educação e estatística pode ser atestada na menção de Nelson C. de Senna⁴⁶ sobre a obrigatoriedade escolar e o nexo causal entre população em idade escolar — 60.000 crianças que residiam dentro do perímetro das cidades, Vilas e distritos; 800.000 crianças que correspondem à soma de toda a população escolar do estado — e o orçamento que incidia sobre o custeio da organização escolar do Estado.

O calculo proporcional das 800 mil creanças correspondentes aos 4 milhões de habitantes abrange todo o Estado de Minas, e para dar escolas a esse numero de creanças é que seria precisa uma verba de 30 mil contos de réis ; mas isso seria impossível com o numero actual de cadeiras creadas, porque então a lei teria de obrigar as creanças a caminhar 50 e mais kilometros para freqüentarem as escolas: taes são, em diversos municipios, as distancias de muitos sitios, aldeias e bairros á sede das cadeiras. A obrigatoriedade do ensino, pois, não deve estender-se a toda a população escolar do Estado (800.000): más tão somente, conforme as circunstâncias financeiras, á população do perímetro das localidades providas de escolas (60.000). (sic) (Anuário Estatístico Ilustrado de Minas Gerais.1906, p. 147-148)

Ainda na perspectiva da apresentação dos coeficientes relacionados à Instrução Primária em Minas Gerais tomamos por base a modalidade dos Grupos Escolares.

Em 1908 — dois anos após a Lei n° 439 que propunha a Reforma do Ensino e estabelecia a implantação do novo modelo escolar em Minas Gerais — constavam oficialmente em funcionamento 22 Grupos Escolares no estado mineiro (vide Tabela 8). Após 10 anos da referida lei, a quantidade de estabelecimentos criados já somavam 186⁴⁷ e no final dos anos de 1929 Minas Gerais este número já era 265, conforme consta na mensagem do

⁴⁶ Advogado, responsável pela direção e publicação do Anuário Estatístico Ilustrado de 1906.

⁴⁷ FONTE: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Decretos de criação de Grupos escolares (1907 a 1917).

Presidente do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ao Congresso Mineiro em 01/08/1929.

O mineiro Francisco Campos, secretário do interior na década de 1920, promoveu iniciativas em prol de questões educacionais que atentaram não somente para o aumento do número de escolas, mas para a melhoria da educação primária.

Em 1926, Campos convocou um congresso estadual sobre métodos de ensino e problemas administrativos em nível primário. Os professores foram retreinados por educadores contratados na Europa, enquanto o número de escolas mais do que duplicou. Presos no entusiasmo de pós-guerra em relação à inovação pedagógica no mundo atlântico, Campos e sua equipe foram líder da campanha nacional para focalizar a atenção na educação; isto é, “construir uma opinião pública para apoiar a educação”. Esse foi o principal tema do Segundo Congresso Nacional de Educação, dois anos mais tarde, em Belo Horizonte. (Wirth, 1982, p. 142. grifos do autor).

O movimento mineiro de reformas educacionais, principalmente na mencionada década de 1920, colocou o estado em coerência com os objetivos republicanos de modernizá-lo, pois, apresentou uma estrutura administrativa complexa. A renovação da educação face às inovações pedagógicas e administrativas visava tornar o sistema educacional mais eficaz. O quadro a seguir apresenta a criação de diretorias, inspetorias e implementação de programas e métodos de ensino primário que fizeram parte do processo de reorganização da instrução pública mineira.

QUADRO 6. Reforma Educacional do Ensino Primário de Minas Gerais — 1927

Decreto n. 7970A – 1927 – Regulamento do Ensino Primário		
Criação de Diretorias e Cargos	Inspecção de Ensino	Organização Pedagógica
<p>Determinou que a direção superior do ensino compete ao Presidente do Estado e ao Secretário do interior e de seus auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> -A inspetoria geral, -O Conselho superior e as -Federações escolares. <p>A Inspetoria Geral da Instrução Pública compõe-se de três inspetorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> -a técnica, -de educação física, -de assistência médica e -odontológica. 	<p>A inspecção do ensino se divide em administrativa e técnica.</p> <p>A Inspecção Administrativa será exercida por Inspectores Escolares municipais e distritais.</p> <p>A Inspecção e Assistência técnica serão exercidas por Presidentes da Federações Escolares e pelos assistentes técnicos. Os assistentes técnicos terão a função de dar instruções para melhor desenvolvimento dos programas, inspecionar os professores registrando tudo por meio de relatórios.</p>	<p>A escola primária tem por fim não somente a instrução, mas sobretudo a educação que auxilie no desenvolvimento físico, mental e moral.</p> <p>O programa de ensino primário das escolas urbanas e grupos escolares compreende desenho, leitura escrita, língua materna, aritmética, cálculo mental e noções de geometria, noções de <i>cousas</i> em torno dos interesses infantil, geografia geral, do Brasil e especialmente de Minas Gerais, principais fatos da história pátria com particularidade da de Minas, noções de educação moral e cívica e de urbanidade, rudimentos de ciências naturais e de higiene, canto, exercícios físicos e trabalhos manuais somente para os Grupos Escolares.</p> <p>As matérias do programa não devem ser ensinadas como se fossem fim em si mesmas, mas, como meios de desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa das crianças, oferecendo-lhes oportunidade de exercer o seu poder da observação, de reflexão e de invenção e de aplicar as noções adquiridas.</p> <p>O professor deve procurar conciliar a instrução coletiva com os interesses e particularidades de cada criança.</p>

FONTE: Elaborado pela autora com base no Decreto n. 7970A de 15 de outubro de 1927 e Decreto n. 8094 de 22 de dezembro de 1927.

A nítida racionalidade, conceito que será debatido no capítulo 4, presente na legislação educacional estadual dos anos finais da Primeira República — ao que se pode notar na complexa estrutura administrativa criada — e proposto progresso “das gentes” via escolarização — expresso na finalidade da escola primária de prover a instrução e, sobretudo a educação que auxiliasse no desenvolvimento físico, mental e moral, — constituem o ideário presente no “republicanismo educativo” que “[...] teve uma característica reformista intensa, pois seus esforços se voltam para a reforma das instituições e para a ideia do seu potencial reformador dos indivíduos e da sociedade, pensamento esse que esteve, por exemplo, na origem da estruturação dos grupos escolares.” (Veiga, 2011, p. 155).

Apesar do idealismo e das ações educativas que atentaram para a ampla demanda pela “eficácia do aparelho didático”, as escolas mineiras foram deficitárias e não educaram suficientemente a população, as poucas instituições de qualidade eram bastiões de privilégio. Aproximadamente dois terços dos mineiros com mais de sete anos de idade eram analfabetos após 1930. (Wirth, 1982, p. 142).

É dentro desse contexto de anseio por escolarização da população e também por alfabetização que se estabeleceu a imprensa mineira como um veículo difusor e participante dos principais debates sobre a educação, tema que será abordado na seção seguinte.

3.2 A questão do analfabetismo em Juiz de Fora expressa no *Pharol*

O mote central do “republicanismo educativo” — termo bastante utilizado por Monarcha (2016) — consoante ao momento inicial da República, a instrução como elemento formativo do cidadão completo e a alfabetização das massas como panaceia para a ordem e o progresso da nação foi assunto com tônica de reivindicação do *Pharol*.

Ao distinto dr. governador do estado de Minas. O recenseamento da população acaba de confirmar a existência de analfabetos neste districto; para conseguir-se boa ordem e progresso necessitamos da criação de cadeiras para a instrução primaria, e não suprimi-las; nessa mesma freguezia em diversas povoações, como sejam: a estação Dias Tavares, a estação Ewbank da Camara Barreira do Triunpho um arraial antigo, cito mais na fazenda do tenente Julio Cezar de Castro, que compõe um quarteirão, que conta cento e muitos analfabetos. Sendo de muita justiça o que alego e por ser amante do progresso, peço-vos auxiliar-nos para attingirmos este fim. (sic) (*Pharol*, 31 de jan. 1891).

A nota assinada por Joaquim Aleixo Rodrigues Braga, membro efetivo do Conselho Distrital⁴⁸ de Chapéu d’Uvas e dirigida ao governador do estado, se deu em resposta ao officio remetido à Intendência Municipal de Juiz de Fora pela Secretaria da Inspeção Geral de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais em 15 de janeiro de 1891 que comunicava a suspensão do ensino da cadeira do sexo masculino da freguesia de Chapéu D’uvas, por falta de frequência legal.

Evocando os ideais de ordem e progresso, tão caros para o republicanismo, o conselheiro solicitou a criação de cadeiras de ensino primário para atender a demanda de alfabetização dos “cento e muitos analfabetos” das localidades sob os cuidados do Conselho Distrital de Chapéu d’Uvas.

Era muito presente nas páginas do *Pharol* a preocupação com a questão do analfabetismo, sempre visto como impedimento para o progresso da cidade e também do estado mineiro. “Vê-se que de muito patriotismo carecem os dirigentes a terra mineira para nos livrarem da verdadeira calamidade que, sob a forma do analfabetismo tanto nos prejudica o desenvolvimento, tanto nos impede o caminho do progresso a que aspiramos e a

⁴⁸ Sobre a organização dos municípios, em resumo funcionava do seguinte modo, “O governo dos municípios estava entregue à Câmara, cujo número de vereadores variava de 7 a 15, com vereadores de distritos e vereadores gerais, votados em todo o município, estes, e só nos distritos, aqueles, o que já de si é uma ideia federalista. O distrito possuía um conselho de três membros, ditos conselheiros distritais. A fixação do número de vereadores e de conselheiros de distritos era de competência da Câmara.” (Torres, 2017, p.179).

que temos direito.” (sic.) (*Pharol*, 24 de set. 1911). O salto temporal⁴⁹ de vinte anos entre esta publicação do jornal e a mencionada anteriormente, janeiro de 1891 — que também consorciava o analfabetismo ao atraso do progresso — demonstra o engajamento do jornal no debate educacional e na defesa dos ideais de progresso.

Do mesmo modo, a reivindicação por criação de escolas foi um reclame perene no jornal. Nesta mesma nota citada, de 24 de setembro de 1911, o autor nominado “G. de A.” fez duras críticas à realidade da instrução em Minas e Juiz de Fora.

As estatísticas escolares em Minas ainda são desoladoras: o seu resultado contrasta mostrando a exiguidade de crianças que se instruem nos estabelecimentos publicos de ensino. Pelos dados officiaes existentes, publicados em relatórios annuaes da secretaria do Interior, pode-se affirmar sem temor do erro que nem a oitava parte da infancia analphabeta do Estado recebe instrucção presentemente. É para desanimar, tanto mais quanto não ha indícios de que a frequencia das escolas se eleve ao menos ao dobro, dentro de uns dez annos. Tudo indica que o reduzidissimo numero de alumnos continuará ainda por muito tempo sem uma sensivel alteração de augmento. Todas as rendas estadoaes, se se destinassem apenas ao custeio da instrucção publica, não bastariam para que esse serviço se fizesse em ordem, com o numero necessario de estabelecimentos e de professores. Dito isso, que é a verdade mais limpida, fica bem patente a impossibilidade quase absoluta de um progresso rapido do ensino em nossa terra. Juiz de Fora, cujo município é o mais adeantado de Minas, fornece uma prova de nosso considerável e tristador atraso em matéria de instrucção. [...] É lastimavel. Na propria cidade, onde abundam relativamente os estabelecimentos de educação literaria, bairros existem populosos, como os da Tapera, do Botanagua, do Alto dos Passos e de S. Matheus, que não têm uma escola publica, apesar das reclamações já endereçadas ao governo em tal sentido. Se isso acontece neste municipio, que é o mais culto, imaginem o que vae ahi pelo interior de Minas, onde se apresentam zonas inteiras, extensas de muitas leguas, sem um professor do Estado! [...] Carvalho Britto, em documento publico, quando secretario do interior, afirmou existirem no Estado novecentas mil crianças em idade de escola, estando apenas recebendo instrucção mais de cem mil. Tal declaração foi publicada ha quatro annos, mais ou menos. Hoje o facto, então apontado pelo auxiliar de João Pinheiro, é o mesmo ainda, pois não houve modificação nenhuma para melhor. (sic.) (*Pharol*, 24 de set. 1911).

Embora extensa, a citação acima forneceu uma variada gama de queixas sobre a situação da instrução pública no período, quais sejam, a infância analfabeta, o problema da frequência escolar, o insuficiente número de escolas públicas e de professores. Também não foi poupada a crítica ao governo pelo não atendimento aos pedidos por escolas endereçados a

⁴⁹ É devido mencionar que há um número bastante expressivo de publicações sobre a questão do analfabetismo e progresso nesse intervalo de vinte anos, e que a menção deste trecho de uma notícia de outro período cumpriu com o objetivo de ilustrar a permanência da temática no jornal.

ele. O autor da matéria mencionou o contraste entre a adiantada cidade de Juiz de Fora e sua situação na esfera da instrução, especialmente pública, dando o tom de cobrança por providências no combate ao analfabetismo.

A “causa da instrução pública”, tão presente nas páginas do *Pharol*, esteve na ordem do dia para os dirigentes locais em Juiz de Fora, conforme demonstrado nos resultados dos estudos recentes de Bruno Bernardes Carvalho (2022)⁵⁰. “A corporação municipal, de fato, não se eximiu de concorrer esforços em prol da educação: criou e manteve escolas, contratou e remunerou professores, destinou verbas para instrução pública etc. (Carvalho, 2022, p.166).

Os esforços com a oferta educativa municipal compuseram um conjunto de elementos analisados na tese ora mencionada que qualificaram a cidade de Juiz de Fora na categoria “município pedagógico”.

O município educativo é um complexo histórico formado por unidades educativas, culturais, institucionais, socio-geográficas, literárias. A investigação histórica do município educativo toma o município-pedagógico como conceito operatório e meta-historiográfico, possibilitando, entre outros aspectos, monografias municipalistas, a periodização e a integração desta história do local e do município numa história regional e numa história nacional, organizada por complexos histórico-educativos que constituem uma diacronia conjuntural. (Magalhães, 2020, p.7-8)

O termo “município pedagógico” conforme elucidado Justino Magalhães (2020) é compreendido não somente por suas iniciativas no provimento da instrução pública local, mas por um complexo histórico formado por unidades, que dentre as quais, a mencionada “literária” que retrata a qualidade do município letrado. Esta unidade dá sentido à participação do jornal nesse conjunto constitutivo de Juiz de Fora na qualidade de município educativo. O jornal *Pharol* era um difusor e participante dos debates educacionais que visavam o avanço do progresso da instrução na cidade.

As queixas sobre a deficiência de oferta educativa por parte do governo estadual reclamadas no jornal sinalizavam que,

As limitações orçamentárias do governo estadual reforçavam a sua disposição em compartilhar, ou mesmo transferir as responsabilidades e os encargos da educação pública. A preocupação do governo mineiro era que a escolarização avançasse, mas com custos que não onerassem

⁵⁰ CARVALHO, Bruno Bernardes. A descentralização política, administrativa e educacional: análise da organização da instrução pública a partir da Câmara Municipal de Juiz De Fora, Minas Gerais. (1889-1915) 274 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia, MG, 2022.

demasiadamente as disponibilidades do estado [...] A participação das municipalidades⁵¹ nos negócios da instrução se adequava perfeitamente a esses propósitos. (Carvalho; Gonçalves Neto, 2019, p.6)

Em continuidade, a análise da participação do *Pharol* no debate educacional, em dezembro de 1906, sobre a Reforma do Ensino, na primeira publicação sobre o decreto nº 1960 foi pontuado sobre o analfabetismo que apresentaria números ainda piores, não fossem as ações da iniciativa particular.

O *Minas Gerais* de hontem publicou o decreto n. 1960 que aprova o regulamento da instrução primaria e normal do Estado, do qual damos hoje um resumo publicando-o amanhã na integra. Quanto ao ensino divide-o em particular e official. O governo entende que deve estimular o ensino primario espontaneo, filho da iniciativa particular, ao qual deve-se muito, pois sem elle seria muito maior o analphabetismo o nosso Estado. (sic.) (*Pharol*, 18 de dez. 1906).

O *Pharol* registrou em agosto de 1907, o conteúdo do ofício enviado pelo Secretário do Interior, Carvalho Brito, a todos os inspetores técnicos de ensino sobre os esforços do governo estadual em estimular o ensino primário particular.

Mais de uma vez tem o governo declarado que está em seu plano estimular o ensino primario particular que, para honra do Estado, por ahi se exerce de modo considerável; e, consagrando essas idéas, o Regulamento da Instrucção Publica em vigor, estabeleceu no capitulo II que o Estado estimulará e auxiliará o ensino primário realizado em domicilio particular por iniciativa das familias, e indicou a maneira de se realizar assistencia publica nessa materia. Meu empenho nesse sentido jamais foi tão forte e, convencido de que a medida precisa deixar todos os proveitos, urge que a inspecção technica do ensino se desdobre de maneira a que os designios do governo sejam cumpridos. Deveis chamar a attenção dos interessados para as respectivas disposições regulamentares, desenvolvendo-as com clareza, propagando-as com decisão, uma vez que, não olvidando a iniciativa particular no combate ao analfabetismo, o governo quer ampara-la e premia-la nas proporções permitidas. (*Pharol*, 12 e 13 de ago. 1907).

Devido aos poucos recursos do governo para os investimentos necessários ao avanço do ensino primário e ao combate do analfabetismo, o decreto n. 1960 de 1906 preceituou no Art. 9º que “O ensino primário pode ser livremente ministrado no Estado por particulares e

⁵¹ O governo estadual não somente incentivava, mas também corresponsabilizava os municípios na tarefa de instruir, conforme pode ser averiguado no § 2º do artigo 331, da Lei nº 41 de 1892: “A designação das cidades, villas e districtos onde tenham de se realizar essas construções precederá accôrdo com a respectiva câmara municipal, que deverá contribuir com a metade da despesa a fazer-se com esse serviço e aquisição da mobilia necessaria a cada escola [...]” (sic.) (Minas Gerais, 1892)

associações, ficando estes apenas sujeitos à fiscalização do governo no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística.” (Minas Gerais, 1906, p.157), e ainda no seu artigo 12 menciona que promoverá os recursos conforme sua possibilidade. “O Estado estimulará e auxiliará o ensino primário realizado em domicílio particular, por imediata iniciativa das famílias, promovendo na medida de seus recursos a assistência domiciliar nessa matéria.” (Minas Gerais, 1906, p.157). Observamos que o Estado transferia a responsabilidade da instrução para as famílias, igrejas e instancias municipais para não arcar com as custas de investimentos.

Nesse mote, o da difusão do ensino primário e sua correlação com os investimentos, se encontrava a Caixa Escolar, que estava inclusa no rol de mecanismos de financiamento da educação. Mencionada como fundo escolar, a Reforma do Ensino de 1906 propôs a organização desse dispositivo em seu Art. 27, “Logo que for possível, será organizado o fundo escolar instituído pela Constituição Política do Estado de Minas Gerais.” (Minas Gerais, 1906). Criada para prestar assistência aos menos favorecidos, a Caixa Escolar era uma estratégia para cooptar os alunos com menor poder aquisitivo e impulsionar a frequência nas escolas.

Os recursos, por sua vez, eram adquiridos através de algumas fontes peculiares, quais sejam: as jóias e subvenções pagas pelos sócios; o produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, etc.; donativos espontâneos e legados; gratificações às quais não fariam jus os professores licenciados ou faltosos, que deviam ser solicitados pelo diretor à Coletoria local; e inalmente, com o produto líquido das multas do art. 414 n.10.9 Eventualmente, as c,maras municipais destinavam recursos para as Caixas Escolares. (Carvalho; Bernardo, 2012, p. 147).

As páginas do *Pharol* registraram as discussões desse importante instituto para a assitência a alunos pauperizados desde as primeiras iniciativas⁵² empreendidas na cidade de Juiz de fora.

O regulamento em vigor prevê a fundação da caixa escolar que terá por fim favorecer aos alumnos pobres; roupa, calçado e livros. Em tempo oportuno fará esta directoria à população da cidade um apelo, no sentido de se habilitar a alludida caixa com recursos necessários para o fim a que se destina. (sic.) (*Pharol*, 20 de jan. de 1907).

⁵² Dentre as inciativas empreendidas pela sociedade juiz-forana sobre as caixas escolares, o *Pharol* publicou em 26 de janeiro de 1908, uma nota em que o diretor da higiene municipal instituiu a assistência médica aos alunos pobres e doações de medicamentos para os mesmos por meio da Caixa Escolar. Vide matéria completa no anexo 5.

Retomando a discussão sobre os problemas assinalados de falta de recursos, os quais impactavam diretamente nas ações relacionadas ao ensino primário, de manutenção e criação de escolas, ações com a finalidade de combater o analfabetismo, o jornal publicou uma matéria, conforme figura a seguir, que retratava a realidade precária em São Sebastião da Chácara, um dos bairros da cidade de Juiz de Fora.

FIGURA 13. Nota sobre o problema da difusão da instrução primária e o atraso de um ano do pagamento de uma professora.



FONTE: *Pharol*, 18 de abril de 1907.

A nota apresentou a realidade da escassez de recursos para financiamento da instrução pública ao relatar a situação da única escola existente no bairro São Sebastião, com 54 alunos matriculados sendo a frequência legal, onde a professora está a mais de um ano sem receber seus proventos. O jornal primeiramente enfatizou a situação precária relacionando-a ao perigo

de fechamento da escola por desistência da professora, cujas “[...] consequências lamentáveis pesarão sobre as pobres crianças condenadas à noite do analfabetismo.” (sic.) (*Pharol*, 18 de abr. de 1907). Na sequência, após evidenciar o cenário da escola o jornal requereu a criação de uma escola mixta “[...] mantendo-se na sua regencia a mesma professora que tem dado provas bastantes de sua competencia e zelo.” (sic.) (*Pharol*, 18 de abr. de 1907). A falta de escolas no bairro se arrastava desde os anos de 1893. Neste ano o bairro S. Sebastião da Chácara contabilizava duas cadeiras estaduais de instrução primária, uma para o sexo feminino e outra para o masculino. (Carvalho, 2022). Dez anos depois havia somente uma cadeira assumida pela municipalidade que criou a verba de 50\$000 mensais para o pagamento da professora, porém os valores não saíram do papel.

As páginas do jornal configuravam espaços importantes para a difusão de notícias, valores e opiniões. A exemplo desta publicação de 1907 citada anteriormente nota-se a imagem de um ensino primário precário pela ausência de escolas e a conservação do analfabetismo como consequência. Tais veiculações permitem serem resgatadas e utilizadas como documento na construção de interpretações históricas, pois, por meio da imprensa se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. (Gonçalves Neto, 2002).

Destarte, um dos horizontes teóricos que informa este estudo é a concepção das representações de progresso, que no campo da instrução apontava o analfabetismo como grande opositor. Nesse entendimento,

O jornal torna-se, portanto, um veículo de divulgação rápida de notícias, de ideias, de programas, etc. E a insistência continuada em determinadas temáticas acaba por criar a adesão ao que é proposto. Sem contar a autoridade que toma a notícia escrita, especialmente numa sociedade pouco letrada, ainda mais se vier assinada ou respaldada por alguma “autoridade” portadora de título acadêmico ou do reconhecimento social, como políticos de expressão, professores ou advogados. (Gonçalves Neto, 2002, p. 206, grifos do autor.).

Exemplo da mencionada força da notícia escrita, principalmente se assinada por uma “autoridade”, é a publicação em primeira página da visita de Olavo Bilac em Juiz de Fora assinada por L.G. um dos pseudônimos de Lindolpho Gomes, redator do jornal *Pharol*. Lindolpho foi um importante literato e intelectual de Juiz de Fora, inspetor Técnico de Ensino, organizou e dirigiu grupos escolares em diversas localidades do Estado, membro do Conselho Estadual de Educação e Assistente Técnico do Ensino de Minas Gerais, atuou como professor da Escola Normal Oficial da cidade de Juiz de Fora e na Academia de Comércio e foi também autor da letra do hino de Juiz de Fora, dentre outras ocupações de destaque

cultural na cidade. (Kappel, 2019). Por sua profícua atuação na cidade e considerando os apontamentos do pesquisador Wenceslau Gonçalves Neto caracterizamos a matéria a seguir no conjunto de tantas outras publicadas como expressão do ideal civilizatório e de progresso apregoado pelo *Pharol*.

A decantada Princesa de Minas de galas se veste, exulta de um júbilo insigne e supremo recebendo a honra da visita do excelso príncipe da poesia, da arte nacional. O palácio é modesto demais, todavia, nem por isso, menos hospitaleiro para dar condigna hospedagem ao visitante illustre. O calor das ovações, o entusiasmo que flue de todas as almas, a admiração de domina todos os espíritos, as homenagens dos homens cultos e da mocidade sempre justa e vibrante nas suas expansões, denotam bem o cunho de sinceridade e orgulho com que o povo mineiro na sua mais adeantada cidade acolhe o brasileiro glorioso, cuja palavra pôde-se dizer evangelisadora, se dignou traçar-nos a luminosa doutrina da educação e da evolução dos povos modernos. Sempre admiramos o ardoroso empenho, a dedicação inimitável com que Olavo Bilac vem, bravamente, servindo à causa patriótica da disseminação do ensino primário em nosso paiz, onde o analfabetismo se fez legião para entorpecer, retardar a marcha ascendente do nosso progresso, de nossa cultura, da nossa formação moral e social, do nosso modo de ser definitivo e insuflador do verdadeiro patriotismo. [...] Se o Brasil contasse uma dezena de homens como Bilac, doutrinadores que em comícios taes ensinassem ao povo as normas e os rumos do progresso com seu verbo inflamado e vencedor e os despertassem da apatia enervante em que jaz, a cifra desalentadora do analfabetismo deixaria de ser nosso maior opprobrio deante das civilizadas nações, inclusive as do continente a que pertencemos. (sic.) (*Pharol*, 18 de dez. 1909).

O conteúdo da matéria, inflamado em louvores e elogios ao discurso de Bilac e também por seu patriotismo, aqui mencionado a causa da disseminação do ensino primário, contrastava com a imputação de “apatia” àqueles que deveriam lutar contra o analfabetismo no país. O redator colocou firmemente o analfabetismo como a abominação da nossa nação e ainda o responsável por “[...] retardar a marcha ascendente do nosso progresso, de nossa cultura, da nossa formação moral e social [...]” (*Pharol*, 18 de dez. 1909).

A expressão utilizada por Lindolpho Gomes “[...] luminosa doutrina da educação e da evolução dos povos modernos [...]” (*Pharol*, 18 de dez. 1909) — para se referir ao progresso da instrução, da cultura, da formação moral e social; ou seja, se referir ao processo civilizatório e modernizador do país que não seria possível sem a alfabetização do povo — reportou à metáfora das Luzes, inerente ao discurso iluminista⁵³, traduzindo a aquisição de conhecimento como elemento de liberdade, conseqüentemente, de modernidade.

⁵³ “O termo Iluminismo indica um movimento de ideias que tem suas origens no século XVII (ou até talvez nos séculos anteriores, nomeadamente no século XV, segundo interpretação de alguns historiadores), mas que se

E continuavam engrossando as páginas do *Pharol* as preocupações com o analfabetismo⁵⁴, chagas que levavam o Brasil a uma condição “[...] de inferioridade vergonhosíssima em face de outros países. O Estado estava diante de uma magna obra de patriotismo”. (Relatório do Secretário ao Presidente do Estado, 1909, p. 20).

Preoccupa a todos os espiritos, nos dias que correm, agitando a opinião atravez de suas múltiplas manifestações intellectuaes, o magno problema do combate ao analfabetismo em nosso paiz considerado com razão, como dos maiores, entre os males que affectam profundamente o organismo nacional entorpecendo-lhes robustas energias. [...] Combater a ignorancia do nosso povo é questão primordial que interessa intimamente os destinos da nossa terra, que, só pela disseminação profusa do ensino popular, se poderá nivelar condignamente com as grandes democracias dos tempos contemporaneos. (sic.) (*Pharol*, 29 de set. 1912).

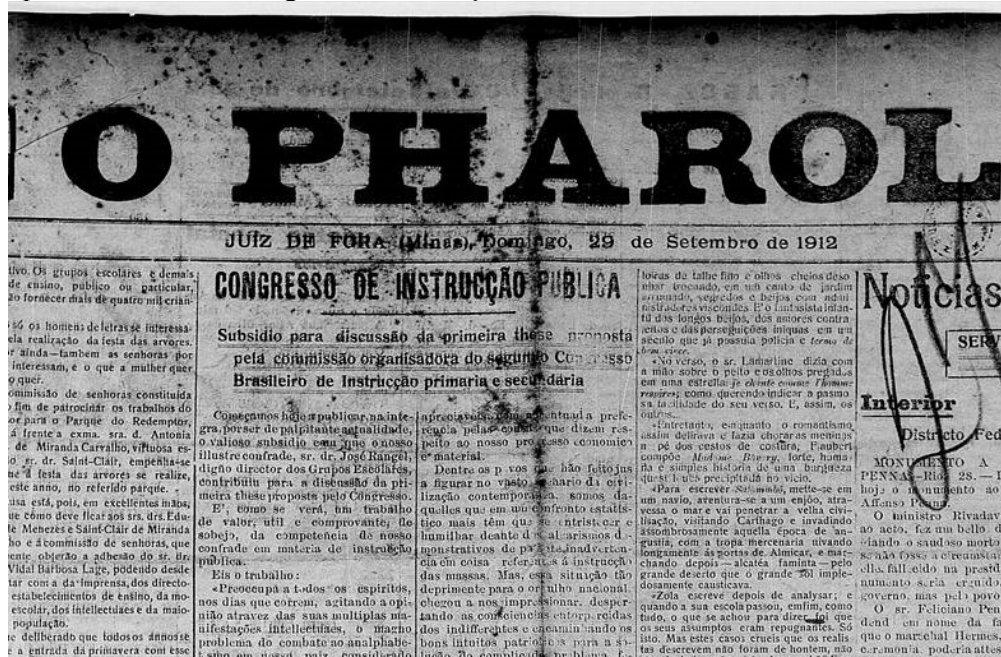
Este trecho trata-se das considerações iniciais do texto escrito por José Rangel⁵⁵ que serviria como subsídio para discussão da primeira tese proposta pela comissão organizadora do segundo Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária.

desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o "século das luzes". Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da "luz" contra as "trevas". Daí o nome de Iluminismo, tradução da palavra alemã Aufklärung, que significa aclaração, esclarecimento, iluminação. O Iluminismo é, então, uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998 p.605). Em 1784, Kant definia que “O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo” (KANT, 1989, p. 11. Grifo do autor).

⁵⁴ Os altos índices de analfabetismo neste período estavam relacionados principalmente à falta de escolas para atender a demanda de ingresso em idade escolar, o que se difere do analfabetismo em outros períodos.

⁵⁵ José Rangel foi um destacado intelectual e literado de Juiz de Fora. Foi colaborador do jornal *Pharol*, redator do *Jornal do Comércio* e sempre contribuía para Correio de Minas com artigos sobre educação. Ocupou o cargo de 1º suplente de substituto de Juiz Federal em Juiz de Fora, de delegado de ensino (comissionado) e inspetor extraordinário de Ensino, diretor do primeiro grupo escolar do Estado, diretor da Escola Normal, professor na Academia do Comércio, professor durante cerca de vinte anos no curso secundário e superior do Colégio Granbery; dentre outras atividades. (KAPPEL, 2019).

FIGURA 14. Manchete que discute assuntos sobre a Instrução Pública que serão apresentadas no 2º Congresso de Instrução Pública.



FONTE: *Pharol*, 29 de setembro de 1912.

Nesse interim, nas palavras de José Rangel “[...] economicamente, nada mais oneroso que o analfabetismo; [...] um povo inculto só produz imprevidentemente, pelo trabalho descontínuo e sem estímulos, o necessário para a satisfação de suas necessidades imediatas. É um peso quase morto de sobrecarga social.” (sic.) (*Pharol*, 29 de set. 1912).

Nessa lógica, a reinvenção do sujeito social seria materializada pela instrução e preparação para o trabalho. O projeto republicano para “regenerar” a sociedade supunha uma revolução nos costumes, pois “As inteligências incultas são indiferentes às concepções do civismo e dos preceitos da moral incapazes de apreenderem as noções subjectivas do altruísmo, [...] inapto para realizar corajosos surtos de desprendimento a favor da causa colectiva.” (sic.) (*Pharol*, 28 de set. 1912).

Nesse cenário, a campanha patriótica pelo ensino popular, presente há alguns anos nos discursos de Olavo Bilac, conforme já citamos, sinalizava a ideia de nacionalismo, cujas manifestações iniciais apareceram de “[...] maneira mais sistemática e mais influenciadora no campo da educação escolar, com ampla divulgação de livros didáticos com conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica.” (Nagle, 2009, p. 56-57).

O magno problema do analfabetismo corria pela pena dos jornalistas do *Pharol* conjugado ao vandalismo. “O que é admirável é que no meio da garotada diabólica encontram-se rapazes pertencentes a algumas das mais distintas famílias da cidade, de

envolta com os perdidos, enfezados fructos do analphabetismo e da vadiagem.” (sic.) (*Pharol*, 28 de set. 1905). A matéria publicada na coluna “Scenas e Factos” assinada por L. outro pseudônimo utilizado por Lindolpho Gomes, republicano, redator do jornal que neste período exercia a função de inspetor escolar municipal, o que dava certo destaque e crédito ao seu posicionamento exposto de que por meio da instrução instituir-se-ia a “boa sociedade”.

Nas cidades moravam o perigo das multidões. Era onde se encontrava a influência malsã dos pobres, dos vagabundos, de um povo com tendências à degeneração, suscetível a todos os males. Portanto, constituía o espaço em que deveriam ser tomadas medidas urgentes de disciplinarização e regeneração social. A escola foi uma das instituições responsabilizadas por essa missão. (Souza, 1988, p.92).

Esse entendimento, de promoção da civilização das massas para homogeneização intelectual, cultural, articulava com o espírito de formação do caráter moral contido no projeto de formação do cidadão republicano. A instrução tinha essa missão, conforme a autora mencionada. Sobre a disciplinarização social a matéria jornalística em análise cobrava da polícia medidas de contenção de tais “anomalias”.

A cidade está entregue inteiramente à sanha desenfreada da garotagem, já não valendo o reclamo incessante da imprensa, as queixas dos chefes de família, impellidos por legítimos sentimentos de revolta, as representações officiaes, etc. A policia não se move, ou se tem providenciado, as suas providencias não são verdadeiramente inócuas, pois a bella Juiz de Fora que se caracteriza por seu adeantado gráo de civilização está ao dispor do *grupo do arrebenta* da pequenada infrene que já tendo percorrido todos os tramites do vicio, desde a vagabundagem até ao jogo reúnem-se os magotes pelas esquinas desafiando a bohemia das autoridades e afrotando as graçolas e ardis as familias e os cavalheiros respeitaveis. Nesses congressos do vicio arman-se bancas de jogo às escancaras, nas calçadas publicas, apedrejam-se as arvores do embellezamento urbano; insulta-se os transeuntes; collocam-se calhãos nos trilhos de bondes; promovem-se distúrbios.[...] (sic.) (*Pharol*, 28 de set. 1912, grifos do autor).

Ao longo dos anos a imprensa difundia o pensamento ilustrado da época, que “[...] as pessoas deviam se ocupar com atividades que moldassem o espírito culto, propício a vivência civilizada [...]”. (Goodwin Junior, 2007, p.256). O vandalismo e os maus costumes denunciados pelo *Pharol* fragilizavam a ordem social requerida no novo mundo de civilidade e progresso e, sobretudo, a imagem da adiantada Juiz de Fora apregoada pelo jornal, a mais civilizada cidade mineira.

Que é isto então? Porventura Juiz de Fora deixou de ser a mais civilizada das cidades mineiras; porventura habitamos uma aldeia de cafres; porventura já se fecharam todas as escolas primárias à infância desvalida; porventura alguns paes de familia já não compreendem a sua nobre missão de educar a prole, porventura, finalmente, não temos autoridades? Não, este regimen de dissolução que lavra na alma bruta da creança, em quem as patrias depositam as suas mais vividas esperanças, não pode continuar. (sic.) (*Pharol*, 28 de set. 1912).

Prevaleceu na nota a crença no poder civilizador da escola e na alfabetização como solução dos males concernentes aos “distúrbios” e “anomalias” sociais. Numa visão mais alargada, a instrução primária representava fator-chave para o desenvolvimento social e ocupava na ordem republicana, com seu ideal civilizatório, lugar primordial, que reconhece nela “[...] instrumento a ser utilizado para a produção de uma determinada ordem, para a disseminação de um conjunto de valores.” (Gonçalves Neto, 2002, P. 203).

Nesse conjunto de valores pode-se incluir a questão da higiene como importante elemento de progresso e modernidade, já que a higiene e a instrução constituem no constructo social sinais visíveis de uma cidade civilizada e que estampava as páginas do *Pharol* como artefato de conformação social. É nessa perspectiva que se insere as reflexões da seção seguinte.

3.3 Instrução e Higiene em debate nas páginas do *Pharol*

Instruir e higienizar eram palavras de ordem para o processo civilizatório da nova ótica republicana. Os preceitos de sanitarismo e higiene⁵⁶ assinalavam uma cultura de vivência urbana onde as cidades “[...] prestavam-se ao papel de vitrine, pois ali se encontravam sinais visíveis da civilização: a remodelação do espaço, os melhoramentos sanitários, o ambiente escolar, os equipamentos e aparelhos tecnológicos, a cultura da civilidade.” (Goodwin Junior, 2007, p.45).

O almejado progresso para civilizar e modernizar Juiz de Fora “[...] encontrava obstáculo nas frequentes epidemias de varíola, cólera, tifo e febre amarela advindas das deficiências sanitárias, da falta de habitações populares, do analfabetismo, da fome e do desemprego que nuançavam o quadro social juiz-forano.” (Vargas, 2020, p. 34).

⁵⁶ Definida como “[...] ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência [...] ramo que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social.” (GONDRA, 2000, p. 521).

A preocupação com a salubridade da cidade de Juiz de Fora ganhou palco na imprensa assumindo importante frente de batalha, ora cobrando do governo municipal, do governo provincial, posteriormente estadual, para que fossem tomadas as medidas de sanitarismo, higiene pública, segurança e controle social.

Perante algumas pessoas gradas de nossa cidade, a Sociedade de Medicina e Cirurgia resolveu ante-hotem, em sessão, que fosse nomeada uma comissão para indicar as medidas necessarias ao saneamento d'esta cidade, apresentando um relatorio que sirva de base aos projectos de saneamento em estudo e a outros que venha disputar a concorrência. Compreende a idéa o estudo da hygiene particular a esta cidade, devendo ser analysadas todas a questões de salubridade publica e compendiadas em relatorio, à imitação do que fez o Congresso Medico do Rio de Janeiro quando se occupou com o saneamento d'aquella capital. O relatorio, uma vez organizado, deverá ser apresentado, por meio de uma representação à Câmara Municipal a fim de que esta corporação promova a execução das medidas que forem indicadas. [...] Na mesma sessão resolveu a Sociedade officiar à camara municipal sobre a conveniência de se proceder à desinfecção rigorosa das casas em que hospedaram doentes de febre amarella vindo de fora, de conformidade com o regulamento já applicado para com os variolosos, a fim de acautelar-se com a possivel domiciliação daquella febre nesta cidade. (sic.) (*Pharol*, 14 de mar. 1982).

Em primeira página, a publicação da matéria Saneamento de Juiz de Fora, apresentou um cenário de preocupação com a salubridade da cidade e assinalou a grande participação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora no movimento higienista da cidade. Dentre os membros nomeados para a comissão estavam engenheiros e pessoas da sociedade. Estava em pauta os problemas com a infraestrutura da cidade que era associada às mazelas da insalubridade. Por ocasião da solenidade de inauguração da SMCJF em 20 de outubro de 1889, às vésperas da implantação do regime republicano, o Dr. João Penido, seu 1º presidente, abordou a questão da infraestrutura da cidade.

O calçamento da nossa cidade é máo e as ruas nem são varridas, nem irrigadas. Durante o verão são os habitantes de Juiz de Fóra quase suffocados pelo pó que a menor aragem levanta em turbilhões e que penetra no logar mais recondito das habitações, em nossos olhos e na cavidade de nossos bronchios, sendo causa de bronchites, pneumonias e ophtalmias e produzindo nos individuos predispostos o desenvolvimento do bacillo tuberculoso pela irritação constante do tecido pulmonar pelos corpusculos estranhos acarretados pela respiração. (Penido, 1891, p. 9).

A classe médica desejava cooperar com o bem estar coletivo e prestar serviço ao país, à província e a Juiz de Fora com “questões de palpitante atualidade”. Nesse sentido, nota-se em outro momento do discurso, a adoção de responsabilidades para a recém-criada SMCJF.

Zelar, sob o ponto de vista da hygiene, as condições de salubridade de qualquer localidade que tenha relação com alguns de seus membros, quer no municipio, quer na provincia, ou algures, especialmente, as relativas á cidade de Juiz de Fôra, sede da sociedade. Investigar as causas de sua insalubridade permanentes ou transitoria, discutir os meios de resolvel-as do melhor modo scientifico e pratico, propor aos poderes publicos as medidas próprias para garantir a sua salubridade e protestar contra as que forem reputadas inconvenientes. Em uma palavra: a sociedade constitue-se guarda avançada da salubridade publica. (sic.) (Penido, 1891, p. 6).

As questões sanitárias e sobre hygiene foram amplamente debatidas na imprensa, temas como campanhas de medidas de prevenção das doenças foram recorrentes. Em 1905 o redator Lindolpho Gomes em sua coluna *Scenas e Factos do Pharol* publicou uma elogiosa matéria sobre a iniciativa da Liga Mineira contra a tuberculose de se criar uma revista.

Venho trazer meus parabens à Liga Mineira contra a tuberculose pela excellente idea, apresentada pelo seu dedicado presidente sr. dr. Eduardo de Menezes, de se fundar, nesta cidade, como vehiculo de propaganda da humanitaria instituição uma revista scientifica e litteraria, no genero de tantas que pullulam no estrangeiro; e como não há ainda nenhuma no Brasil, onde raros são os que lêm, visto que nossa patria infelizmente é o mais prospero reino do analfabetismo. O programa da revista, que será magistralmente illustrada, visa a instrucção popular pela divulgação de preceitos contra o terrível morbus e de artigos, escriptos em linguagem simples e desataviada, o que não obsta de ser primorosa, de geito a se tornar accessível a comprehensão de todas as intelligencias. (sic.) (*Pharol*, 15 de nov. de 1905).

A criação de uma revista para instrução popular contra a doença em um país que conforme dito ser “o mais prospero reino do analfabetismo” é de certo modo contraditório. Apesar da situação educacional do país, a criação da revista reproduziu uma prática já presente em outros países, fato que por vezes impeliu o Brasil na adoção de experiências internacionais que vislumbrassem o progresso.

Na mesma matéria, Lindolpho Gomes, que foi Inspetor de Ensino, sempre envolvido com a causa da educação e tendo contribuído com o debate educacional na imprensa, sugeriu que a revista fosse inserida nas escolas.

Acho que a revista da Liga deve ter entrada nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas, nos lares, nas casas commerciaes. E bom seria que os professores e directores de collegios fizessem aos alumnos leituras repetidas dos artigos que visassem a propaganda contra a tuberculose, obrigando-os a

se habituarem a ter medo dessa moléstia, como da peste, da fome e da guerra. (sic.) (*Pharol*, 15 de nov. de 1905).

O movimento higienista no viés da educação sanitária via a escola como instrumento de promoção da civilidade e do progresso. A crença no poder da instrução para a salvação da nação das mazelas sociais elevou a escola “[...] à condição de lugar de produção de um sujeito sadio e, por extensão, de uma sociedade curada/higienizada; e, outras palavras, de uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar, assim inventada pelos médicos.” (Gondra, 2004, p. 479).

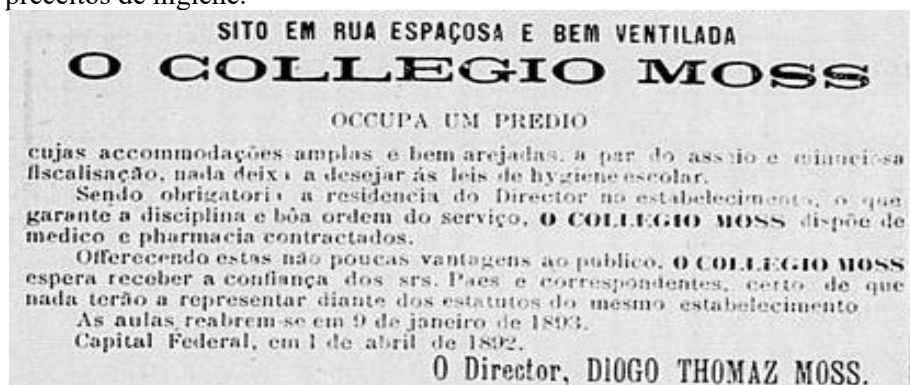
O saber médico em busca de uma maior legitimação social expandiu-se para diversas áreas, dentre elas a da educação. “A agenda médica ao longo do século XIX, no Brasil, reservou um lugar especial para os problemas da ordem social, incluindo-se aí a questão da formação sistematizada das novas gerações, isto é, da educação escolar.” (Gondra, 2000, p. 521).

O discurso médico sanitário na Primeira República acreditava que os preceitos higienistas no âmbito escolar deveriam atender aos propósitos civilizatórios os quais concorriam para a construção de uma sociedade moderna. Para tanto, o projeto higienista,

[...] apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais. (Gondra, 2000, p. 527).

Higienizar as práticas escolares apontava a priori para os aspectos relacionados ao espaço escolar. A esse respeito, os anúncios de instituições escolares publicados na imprensa informando o retorno às aulas, período de matrículas, etc., observavam a importância dos elementos higienistas, conforme podem se identificados abaixo.

FIGURA 15. Publicação de propaganda do Colégio Moss com ênfase nos preceitos de higiene.



FONTE: *Pharol*, 04 de janeiro de 1893. n. 03.

A nota colocou em destaque a localização do colégio, em rua espaçosa e bem ventilada, e a seguir menciona as “[...] acomodações amplas, bem arejadas, a par do asseio e minuciosa fiscalização, nada deixa a desejar às leis de hygiene escolar.” (sic.) (*Pharol*, 04 de jan. 1893). Dada a importância do tema higienista, as instituições escolares o utilizavam como forma de atrair os pais e ganhar sua credibilidade.

O mesmo apelo estava presente na publicação do Colégio Mineiro-Americano conforme figura a seguir.

FIGURA 16. Publicação de propaganda do Colégio Mineiro-americano mencionando os preceitos de higiene.⁵⁷

COLLEGIO MINEIRO-AMERICANO

JUIZ DE FORA :- MINAS GERAES

PARA MENINAS E MOÇAS

EDUCAÇÃO PHYSICA, MORAL, INTELLECTUAL

INTERNATO Fundado em 1891, é um dos mais antigos e conceituados institutos de ensino do **ESTADO DE MINAS** **EXTERNATO**

O Collegio Mineiro tem por fim ministrar as suas alumnas, verdadeira educação christã e conhecimentos completos, theorico e pratico, pelos mais modernos processos pedagogicos, das materias que constituem os cursos de instrução primaria e secundaria.

Situado num dos pontos mais centraes d'esta bella e prospera cidade, funciona hoje em predio proprio, num magnifico e vistoso palacete, onde encontram as alumnas todas as condições de conforto physico e de hygiene. Dispõe de boas salas de aulas, claras e convenientemente arejadas; recreios espaçosos e arborizados. O seu corpo docente é formado de professores proveitos, habituados ao arduo mister de ensinar. O systema de instrução adoptado é o Norte-Americano, um dos mais perfectos e completos.

É de 210.000 a pensão por trimestre das alumnas internas. O ensino de musica obedece ao programma do Conservatorio de Musica do Rio, e é cobrado em separado.

Uma das vantagens d'este instituto é preparar a alumna de modo a lhe ser possivel estudar, independentemente, depois de deixar de frequentar as aulas do Collegio.

O anno lectivo começa em 1 de Março e termina em 15 de Dezembro.

CORPO DOCENTE

Miss L. A. Shaffer - Historia Sagrada, Historia Geral, Inglez
 Miss Daisy E. Pyles - Mathematicas, Sciencias Naturaes e Inglez - Miss Paula Hebe - Francez, Allemão, Historia, Geographia
 Miss Katharina Scurlock - Curso intermediario - Miss Julia Scurlock - Curso primario
 Miss Caroline Laxder e D. Mercedes Barbosa - Auxiliares do ensino
 Prof. Dilermando Cruz e Prof. Oscar Paros - Portuguez, Francez, Historia do Brasil e Literatura
 D. Eugenia Braga - Piano - Prof. Attilio Bicchí - Pintura e desenho.

Numero de alumnas matriculadas, 136 Estatutos e mais informações com a
 DIRECTORA
 Miss L. A. Shaffer

FONTE: *Pharol*, 11 de setembro de 1909. n. 214.

Dentre todos os atrativos expostos, quais sejam, uma “verdadeira” educação cristã, modernos processos pedagógicos, conhecimento teórico e prático completo, o viés higienista foi detalhadamente descrito.

Situado em um dos pontos mais centraes d’esta bella e prospera cidade funciona hoje em predio próprio, num magnifico e vistoso palacete, onde encontram as alumnas todas as condições de conforto físico e hygiene. Dispõe de boas salas de aula, claras e convenientemente arejadas: recreios espaçosos e arborizados. (sic.) (*Pharol*, 11 de set. 1909).

A Academia de Comércio também utilizou o jornal para informar sobre “O novo compartimento de accordo com todas as regras de hygiene [...] é bem ventilado, dotado de luz sufficiente”. (sic.) (*Pharol*, 7 de janeiro de 1904).

⁵⁷ Para melhor visualização descrevemos a seguir o trecho da publicação que menciona os preceitos de higiene. “Situado num dos pontos mais centraes d’esta bella e prospera cidade, funciona hoje em predio proprio, num magnifico e vistoso palacete, onde encontram as alumnas todas as condições de conforto physico e de hygiene. Dispõe de boas salas de aulas, claras e convenientemente arejadas: recreios espaçosos e arborizados.” (*PHAROL*, 11 de set. de 1909).

FIGURA 17. Matéria sobre as reformas no prédio da Academia de Comércio considerando a questão da higiene.



FONTE: *Pharol*, 07 de janeiro de 1904. n. 774.

A ênfase na questão da higiene observada nos anúncios sinalizava a importância dada ao tema nas primeiras décadas da República, fator também identificado nas ações administrativas em Juiz de Fora, pois, os gastos com a higiene no período de 1898 a 1907 foi o dobro daqueles direcionados à educação.

TABELA 12. Investimentos da Câmara Municipal de Juiz de Fora com Higiene e Educação, 1898–1907

ANO	HIGIENE	EDUCAÇÃO
1898	8.43	1.75
1899	5.95	3.65
1900	7.66	3.09
1901	7.73	3.65
1902	6.34	5.08
1903	5.18	2.95
1904	4.60	3.35
1905	4.28	2.63
1906	6.50	2.23
1907	6.50	2.67
Média	6.31	3.11

FONTE: (Resende; Gonçalves Neto, 2009, p. 376)

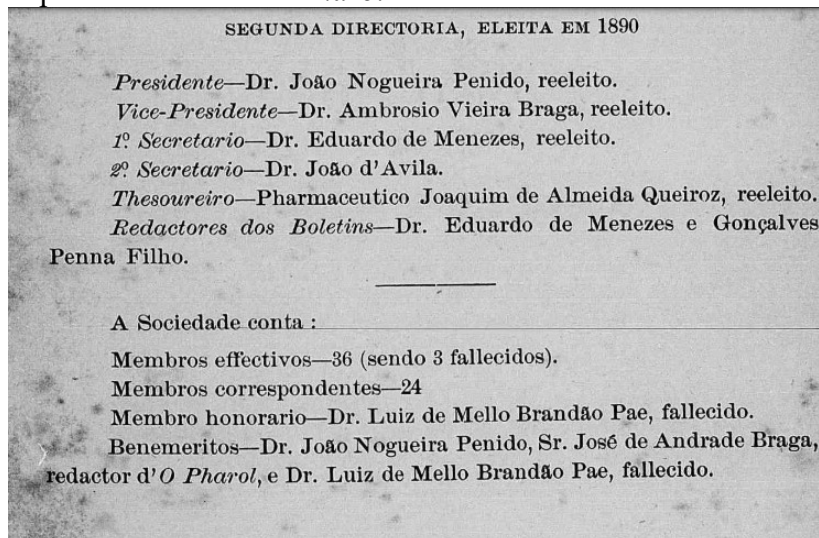
Por meio das resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora nos anos de 1898 a 1907, os autores compilaram os valores gastos com limpeza pública e particular, subvenção à Santa Casa e Asilo de mendigos e órfãos, pagamento de funcionários da Inspetoria de Higiene para o cálculo dos percentuais resultantes da coluna higiene e as verbas referentes à instrução pública, subvenção à Escola Normal, pagamento de professores e funcionários da Inspetoria de Instrução Pública para os resultados da coluna educação. (Resende; Gonçalves Neto, 2009).

A atuação política municipal foi bastante influenciada por instituições médico-sanitárias, de modo específico, citamos a SMCJF, que “[...] se constituiu no espaço político através do qual os homens de ciência se impunham ao poder público” (Christo, 1994, p. 27). Essa relação da SMCJF com os fins políticos se deu pelo fato de que alguns membros da sociedade ocuparam cargos públicos, quais sejam, Dr. Penido que foi vereador da Câmara Municipal, o Dr. Duarte de Abreu que foi vice-presidente da Câmara Municipal e senador, o Dr. Ambrósio Braga que foi prefeito, o Dr. Azarias de Andrade que foi deputado, o Dr. Elói de Andrade e o Dr. Ernesto Braga que foram vereadores, dentre outros. (Vargas, 2020).

A participação política de membros da SMCJF viabilizou a criação e implantação de medidas sanitárias importantes. “A intervenção política e social da SMCJF, dentre as inúmeras medidas e obras empreendidas, destacamos a Inspetoria de Higiene, criada em 1892. Também fora instituída uma polícia sanitária e medidas afins, que a nosso ver, são indícios de um projeto médico-sanitarista na cidade.” (Barroso, 2005, p. 2).

Os princípios médico-sanitaristas ganharam palco nas páginas dos jornais. Contudo foi o jornal *Pharol* que ganhou o destaque e a apreciação da SMCJF figurando como membro benemérito na pessoa do redator José de Andrade Braga, conforme descrito na publicação do primeiro tomo do Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora em 1891 dos trabalhos realizados no período de 20 de outubro de 1889 a 20 de outubro de 1890.

FIGURA 18. Composição da SMCJF em 1890 – A representatividade do *Pharol* dentre os beneméritos



FONTE: Boletim da SMCJF, Tomo primeiro -1891

A participação ativa do *Pharol* no movimento higienista na cidade de Juiz de Fora observado por sua representatividade na SMCJF, também pode ser apontada em razão das recorrentes publicações referentes ao tema em suas páginas, o configurando como importante veículo de difusão dos preceitos de higiene. O jornal foi um recurso útil para a construção de consensos, pois,

A doutrina da higiene, forjada nos ambientes de formação e de articulação político-científica da ordem médica, não ficou a eles circunscrita, pois a aquisição da legitimidade desejada só foi possível pelo emprego eficaz de estratégias de difusão de seus princípios, o que foi feito com o recurso à imprensa, folhetos, literatura, parlamento, círculos mais ou menos privados e também à escola, ao longo do século XIX e princípios do XX. (Rocha; Gondra, 2002, p. 499).

Retomando a questão da higiene no âmbito escolar, o *Pharol* publicou uma matéria nomeada “Hygiene Escolar” requerendo a atenção dos “poderes” para além dos limites das discussões sobre a mobília escolar e a cubação do ar, mas que fosse implementada uma pedagogia sanitária nas escolas, que de acordo com o jornal poderia prevenir a imunidade da criança para certos males que poderiam prejudicar seu pleno desenvolvimento. A nota publicou o texto do Dr. José Mendonça, membro da SMCJF que discutiu tais questões.

É notório que o novo programa do ensino primário, posto em execução pelo sr. dr. Carvalho Britto, não exige, ao contrario do que se observa em toda parte, attestado de vaccina e de boa saude para admissão à matriculas nas

escolas. Como consequência desta original inovação, não só desaparece a oportunidade de melhor garantir a imunização de inconscientes crianças contra o flagello da varíola, abrindo assim o mais franco campo à sua disseminação, como, ainda, ficam entregues, a todos os riscos, a todos os perigos de fácil contágio de umas tantas molestias, especialmente ao da tuberculose, essas mesmas crianças que pelo facto de se acharem aglomeradas em grande numero, como ora acontece nos chamados “Grupos Escolares”, têm inconstestavel direito a uma proteção excepcional, tanto mais assidua, tanto mais vigilante, quanto mais jovem forem, e, por conseguinte mais aptas a contrahirem o mal. Nem ao menos nos é dado contar com a providencia da inspecção medica. Esta medida de indiscutivel necessidade, de capital valor, hoje imposta e observada em todos os países civilizados, foi também despresada com egual frieza de animo. (sic.) (*Pharol*, 01 de abr. de 1909).

Incorporar medidas sanitárias e de higiene nas escolas significava colocar o país na trilha dos países civilizados. Em sua exposição, na mesma matéria, o Dr. José Mendonça colocou os interesses da saúde frente aos da instrução, o que sugere um posicionamento que alcançou os poderes municipais, conforme verificado na tabela 12. “Recebendo um alumno o director de um estabelecimento de instrução, seja do Estado seja particular, não só se obriga a educar-o como a proteger-lhe a vida e a saude. Antes mesmo da instrução, deve-lhe a preservação da saude.” (sic.) (*Pharol*, 01 de abr. de 1909).

Em síntese, a SMCJF pretendeu intervir frente ao governo de Minas solicitando medidas de grande necessidade, “[...] apresentação de attestado de vacina e de boa saude para admissão à matrícula de todos os estabelecimentos de instrução; a inspecção medica escolar e a mudança de horario para os Grupos Escolares que funcionam pela manhã com prejuizo de hora para o almoço das crianças.” (sic.) (*Pharol*, 01 de abr. de 1909).

Corroborava com esta publicação do jornal, que defendeu a necessidade do país se alinhar às nações civilizadas também pelo viés da higiene conjugada à instrução, a análise de José Gonçalves Gondra.

Nesse sentido, para assegurar que o Brasil acompanhasse o movimento geral do progresso, a educação deveria ser regida pela higiene, ou ao menos incorporar sua ordem, o que ocorreria com a divulgação dos princípios higiênicos junto às principais classes do país e, ao mesmo tempo, a determinação dos agentes responsáveis pela implementação dessas práticas na sociedade e nas escolas, de modo que a mesma fosse colocada na ordem do dia, sendo essa uma estratégia de combate ao estado em que se encontrava a infância, sobretudo pelos altos índices de mortalidade verificados na estatística oficial. (Gondra, 2004, p. 303).

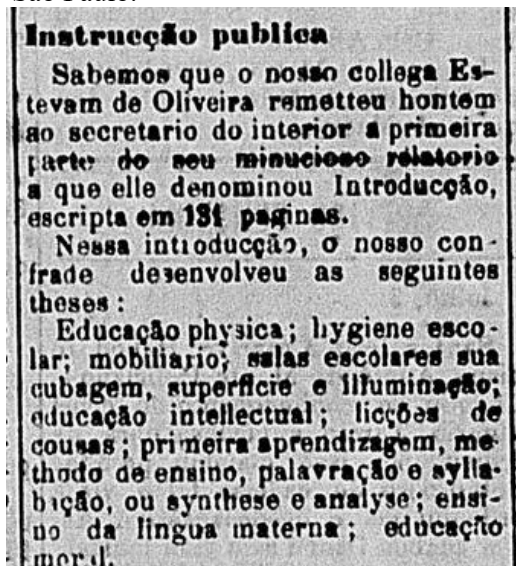
A inspeção médico-escolar estava na ordem do dia dentre as matérias sobre higiene publicadas no *Pharol*. No entendimento da iluminação adequada como um quesito para melhor saúde dos olhos e do corpo, a matéria escrita pelo O Dr. Emilio Loureiro e intitulada “A intervenção do médico nas casas de ensino” defendia que a inspeção médica dos olhos seria uma fonte de grande benefício.

Em nosso paiz escolas se multiplicam, palacios sumptuosos se erguem, Grupos Escolares se decretam e, nesta guerra ao analfabetismo, plataforma eleitoral de presidentes e deputados, é letra morta a ideia mais simples, fonte perenne de grandes beneficios — a inspeção dos olhos e dos ouvidos. Os directores das escolas exigem, meras formalidades administrativas, attestado de ausencia de molestias infecciosas e contagiosas nos discentes. Não indagam os professores se os alumnos ouvem bem ou mal as lições. Se vêm ou não o que está escripto no quadro negro. Os disciplulos são collocados a esmo, ao capricho da sorte, longe ou perto dos professores. Muitas vezes os que têm vista normal ficam proximos do docente e longe os que são myopes. (sic.) (*Pharol*, 07 de dez. de 1911).

A SMCJF promoveu uma campanha na imprensa para chamar a atenção sobre a inspeção médico escolar e, apesar de possuir uma revista para esse fim julgou importante o uso das páginas do *Pharol*, o que indicava a influencia do jornal na sociedade juiz-forana. “A inspeção medica escolar, objeto desta util e proveitosa campanha deve-se anexar a inspeção ocular e auricular. A xipografia das inspecções medica e ocular e auricular deve ser medida que se impõe aos poderes públicos, pois, a saude ocular das creanças é factor de prosperidade [...]” (sic.) (*Pharol*, 07 de dez. de 1911).

A preocupação com a boa iluminação e saúde dos alunos foi observada anos antes no relatório produzido por Estevam do Oliveira, comissionado pelo governo mineiro para estudar a organização do ensino público paulista, o qual sobre o tema higiene e saúde alegou o adequado “[...] posicionamento das janelas nas salas para uma melhor iluminação sem causar danos às vistas e posturas dos alunos” (Braga, 2009, p. 118).

FIGURA 19. Publicação sobre o relatório técnico produzido por Estevam de Oliveira por ocasião das visitas em estabelecimentos de ensino primário de São Paulo.



FONTE: *Pharol*, 12 de dezembro de 1901. n. 139.

Outro aspecto importante sobre a higiene escolar, também discutido no *Pharol* foi sobre o mobiliário. “Vê-se, assim, a parte importante que a mobília representa na complexidade da hygiene escolar que, em sua evolução, impõe rigorosos deveres para com a saúde dos alumnos; e disto é que o governo mineiro não deve esquecer”. (sic.) (*Pharol*, 31 de ago. de 1907).

Em outra publicação, com o subtítulo, “O problema da escolha de um mobiliário apropriado ainda não foi resolvido”, o jornal continuou cobrando medidas sobre o assunto.

Com o critério verdadeiramente scientifico que, dia a dia, vão tomando, por processos experimentaes, todas as questões de ensino e educação, com o rigor, todas as questões sociaes da nossa época, o problema da escolha de um mobiliario apropriado ao uso das escolas já devera ter, ha muito, conseguido a solução definitiva que os educadores e higienistas vêem, há tanto tempo reclamando. Não é isso, porém, infelizmente, o que acontece.(sic.) (*Pharol*, 11 de nov. de 1910).

A matéria escrita por Franco Vaz apresentava uma ampla discussão que se baseava nas ideias de Aimé Riant, médico francês e professor de hygiene e do dr. Roland, o qual, enumerou cinco consequências danosas de um mobiliário inadequado nas escolas e expôs no 1º Congresso de hygiene escolar e pedagogia phisyologica realizado em Londres.

A primeira é a compressão do thorax pela aresta posterior da estante, contrariando os movimentos da respiração, a expansão do pulmão e favorecendo o deposito de ar impuro, das poeiras, do bacillo de Koch, na região do pulmão que respira menos. A segunda é a flexão lombar, a inclinação lateral, impedindo os movimentos do estomago e do intestino, perturbando a indigestão, augmentando a tensão abdominal, congestionando o cérebro e os órgãos da bacia. A terceira é o apoio sobre os cotovellos, de que resulta, muitas vezes, a cyphose, o dorso arredondado, ou o que nós chamamos vulgarmente de ‘corcunda’, a deformação asymetrica da bacia. A quarta consequência, produzida pelo apoio sobre o cotovello esquerdo, determina a scoliose esquerda, a bossa costal, o estreitamento, a obliquidade da bacia. Resulta dessas quatro consequências da attitude viciosa em que os alumnos se conservam nos trabalhos de leitura e escripta, um enfraquecimento parcial ou total de nutrição, a que em pathologia escolar se dá o nome de cephalalgia escolar ou ‘papeira de Guilherme’, além de outras moléstias do systema nervoso, autophysação do crescimento, chlorose, escrophulose, etc. Em se tratando de meninas, estas são as consequencias principaes: dysmenorrea, esterilidade, dystocia, diminuição da natalidade etc. A quinta consequencia, finalmente, apresentada pelo illustre congressista provém da approximação exaggerada dos cadernos e livros, produzindo a myopia, a dilatação antero-posterior dos olhos, a diminuição de resistência da retina e, consequentemente, a diminuição da acuidade visual e a myopia. E para avaliar os graves inconvenientes desse mal, elle refere que, desde 1872, a myopia tem dado logar a mais recusas no serviço militar do que a tuberculose.(sic.) (*Pharol*, 11 de nov. de 1910).

A proposta para um novo mobiliário escolar visava prevenir doenças e disciplinar posturas corporais dos alunos. Essa nova demanda contribuiu para o emergir de um mercado consumidor. Diferentes modelos higiênicos de carteiras foram propagados principalmente pelos Estados Unidos e países da Europa.

A comparação entre os diversos modelos, no sentido de estabelecer qual deles atendia melhor os preceitos de higiene, era uma estratégia para a conquista do mercado consumidor. Portanto, a carteira circula nas grandes feiras universais não somente pelo valor higiênico, mas também comercial. Esses valores se imbricavam nas propagandas de mobiliário escolar, fazendo das carteiras objeto de desejo e de necessidade para a escola moderna. (Alcântara, 2014, p. 80).

Juiz de Fora não poderia deixar de buscar o progresso também no âmbito do mobiliário escolar. A adoção desses novos modelos interessou ao poder público municipal que ofereceu auxílio com o custo até mesmo aos estabelecimentos de ensino particulares, conforme pode ser verificado na nota publicada em setembro de 1906.

Communica nos o sr. dr. Duarte de Abreu, digno presidente da camara municipal, que – no intuito de facilitar a introdução nos estabelecimentos de ensino particulares do mobiliario escolar aconselhado pela moderna

hygiene, se promptifica a fornecel-os pelo custo, devendo os pretendentes depositar previamente a importancia das respectivas encomendas na directoria de fazenda municipal. (*Pharol*, 16 de setembro de 1906).

Além do debate de cunho higiênico e educacional da mobília escolar, as ações comerciais também estiveram nas páginas do *Pharol*, que anunciou uma nova cadeira fabricada dentro dos preceitos de higiene propostos pelo médico Dr. Vieira de Mello.

De accordo com os trabalhos sobre hygiene escolar publicados pelo sr. dr. Vieira de Melo, acaba de ser fabricada e exposta na livraria Laemmert, é rua 15 de novembro em S. Paulo, uma nova cadeira, para uso da infância que cursa as aulas. A nova invenção obriga os alumnos, quando sentados, a ser manterem em posição correcta impedindo que se curvem, que tenham os hombros baixos, cahidos, ou que tomem uma posição inconveniente já para sua constituição physica, já para que se habituem a manter uma certa linha mais própria nas aulas e mesmo nos passeios. (*Pharol*, 7 de junho de 1902).

Conforme apresentado, o padrão higiênico, de um modo geral, embasava as discussões educacionais no período estudado, pois ao longo do século XIX o saber médico interviu na vida social e sob o manto da higiene na vida educacional, a começar pelo espaço físico. Nesse sentido, “A decisão de instalar escolas encontra-se visceralmente ligada às condições físicas do lugar em que deveria funcionar, isto é, as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas.” (Gondra, 2000, p.527-528).

As preocupações com a higiene colocaram os recém-criados Grupos Escolares nos holofotes da imprensa.

[...] iniciando-se o trabalho pela edificação dos grupos escolares urbanos e ruraes de modo se colloquem os preceitos do bello na construção. Não basta a solidez: a esthetica, a philosophia da arte, a sciencia do bello, deve se aliar á hygiene, a sciencia das relações sanitarias do homem com o mundo exterior e dos meios de fazer contribuir estas relações á viabilidade e ao aperfeiçoamento do individuo e da especie. A complexidade da questão da idéa exacta do vulto de sua magnificencia. (sic.) (*Pharol*, 16 de agosto de 1904).

Conjugadas as necessidades de higienizar e educar como condição para o progresso de uma sociedade dentro dos princípios da razão para o aperfeiçoamento do indivíduo, a higiene foi mencionada como contributo à missão de civilizar.

Procurando encerrar esta seção, contabilizamos expressiva quantidade de matérias que discutiam o tema da higiene e saneamento de um modo geral, no período de 1885 a 1926,

1.044 notas. No campo específico da escola, contingente de maior interesse deste estudo, 73 notícias estiveram presentes nas páginas do *Pharol* no mesmo período. Baseado no elevado número de publicações verificadas e o teor favorável aos preceitos sanitários e de higiene é notório o engajamento do *Pharol* no debate social, afinado com os preceitos de modernidade, progresso e civilidade. Nesse rol de elementos que constituíram o debate educacional na imprensa, nos preceitos mencionados, enquadram-se os Grupos Escolares, principais representantes da escolarização republicana, tema que será discutido a seguir.

CAPÍTULO 4 – O IDEAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PELAS LENTES DO *PHAROL*

Satisfaz, honra-nos o estado de desenvolvimento e de progresso que se vae notando nos domínios da instrucção primaria em todo Estado sendo modelar o da Capital. [...] a escola de hotem – o terror das creanças e a escola de hoje – o jardim predilecto e attrahente que as encanta e seduz.
(sic)

— PHAROL, 1914

O projeto educativo republicano compunha uma conjuntura de mudanças propostas pelo novo regime político, que dentre elas, o progresso, a formação do novo homem, civilizado, disciplinado e ordeiro constituía o ideal de construção de uma nação moderna. “Reinventar” a escola estava na ordem do dia para superar o modelo de Ensino Primário do período monárquico tido como, velho, retrógrado e atrasado, ou seja, “a escola de hontem”. A modalidade dos Grupos Escolares representavam “[...]a escola de hoje – o jardim predilecto e attrahente que as encanta e seduz.” (sic) (*Pharol*, 13 de dez. 1914) e por essa razão é a temática que inicia o debate sobre o ideal de Instrução Pública.

A proposta de análise do ideal de Instrução Pública veiculada pelo jornal refere-se, em linhas gerais, ao conjunto de princípios, objetivos e valores que orientavam a educação oferecida pelo Estado no contexto político e social do período proposto. Nessa perspectiva, os Grupos Escolares, a questão da nacionalidade, a qualidade do ensino e o insistente problema do analfabetismo foram temas destacados nas publicações do *Pharol* e serão discutidos nessa seção.

4.1 Grupos Escolares Signos do Progresso

Proclamada a República sob o manto da “ordem e progresso”⁵⁸ que se baseava na ideologia positivista⁵⁹ de Augusto Comte⁶⁰, na figura do povo soberano e sujeito de direito, da

⁵⁸ Concernente à divisa “Ordem e Progresso”, esta, rendeu algumas críticas e divergências de opiniões as quais foram expressas em notas jornalísticas. O *Diário do Comércio* “[...] acusou o governo de adotar um símbolo que se prestava ao ridículo e que refletia a posição de uma seita religiosa, não convindo, portanto, como símbolo nacional. Teixeira Mendes retrucou pelo *Diário Oficial* do dia 26, num artigo irritado e dogmático. Insiste em que a divisa “Ordem e Progresso” não implica adesão ao Positivismo, trata-se de aspiração universal, de aspiração de todo o povo brasileiro.” (Carvalho, 1998a, p. 114). Nisbet (1985) descreve a posição de Auguste Comte frente às relações dependentes de ordem e progresso na física social, “Nenhuma verdadeira ordem pode

democracia, da trindade republicana, igualdade, liberdade e felicidade, concretizado sob a reunião de diversas frações ideológicas, cada qual a expor sua doutrina, quais sejam, republicanos radicais, positivistas, maçons e liberais, dá-se o *start* para o projeto “modernizador” e “civilizatório” da nação.

Ainda que não caracterizado como um evento político de participação popular, o enredo republicano trazia a esperança de mudança, esta, para um futuro melhor do que o que se encontrava naquele presente. Discussões de mudança vinham ocorrendo ao longo de quase vinte anos, desde a fundação do Partido Republicano⁶¹ em 1870. Presente nas discussões, além da crítica ao poder centralizador do Império, os privilégios — privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, os quais arbitrariamente criam na sociedade civil e política a superioridade de alguns sobre muitos — o modo de organização política e a apresentação de propostas para transformação social, política e

ser estabelecida e tampouco pode durar se não for perfeitamente compatível com o progresso, nenhum grande progresso pode ser realizado se não levar à consolidação da ordem. [...] As ideias de ordem e de progresso são, na física social, tão rigorosamente inseparáveis quanto a ideias de organização e de vida na biologia.” (NISBET, 1985, p. 261).

⁵⁹ Por alguns conceitos pode-se vislumbrar a definição e entendimento do positivismo. “O primeiro conceito é o de positivo. Significa o real, o útil, o certo, o preciso e o contrário de negativo. É também o relativo, porque já não existe conhecimento absoluto. Este conceito define a sã filosofia que se liberta dos vícios da ontologia e de suas deturpações. Daí que o positivismo é uma filosofia adogmática, um guia para a ação, responde a um “que fazer”, para regenerar a sociedade.” (BERGO, 2024, p. 51-52). “O Positivismo significou, para vários pensadores, uma resposta adequada para a vida humana e a organização social. [...] veiculou a fé na ciência e no progresso histórico, apostando na razão positiva para promover a prosperidade econômica e moral.” (CARVALHO, 1999, p.78). Sobre a influência de ideias positivistas no Brasil, no período da Primeira República, vide, LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

⁶⁰ Sobre Augusto Comte (1798-1857) francês, matemático que tornou o positivismo uma escola filosófica, vide: Comte, A. (1998). Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁶¹ Conforme dados do Arquivo Nacional, “O Partido Republicano foi criado no RJ, em 1870, quando dissidentes da ala radical do Partido Liberal organizaram, em 3 de novembro, o Clube Republicano e lançaram, um mês depois, o jornal “A República”, no qual divulgavam seu manifesto político, pregando o fim do regime monárquico e a implantação de uma República Federalista. Como resultado da ativa propaganda republicana, o partido começou a receber adesões significativas, organizando-se e começando a crescer nas diversas províncias, tendo-se fundado, até o advento da República, 74 jornais e 237 clubes republicanos, espalhados por todo país e dotados de autonomia política. No decorrer de sua trajetória, houve várias tentativas, por parte dos republicanos, para unificar e fortalecer o partido em nível nacional. Em 1873, no Congresso Provincial Republicano, realizado no Rio de Janeiro, foi apresentado um plano para criação da União Republicana Federal, congregando os clubes e outras organizações políticas republicanas e mantendo a independência de cada unidade nas questões locais. O Congresso Republicano Nacional, convocado em 1837, tentou, em vão, unificar o movimento em torno do malogrado Partido Republicano Brasileiro. A pretendida unificação também não se concretizou com a eleição do jornalista Quintino Bocaiúva como chefe nacional do partido, em maio de 1889, continuando o partido ideologicamente dividido no plano nacional, com cada agremiação política provincial seguindo uma política independente.” BRASIL. Arquivo Nacional. Diretório Brasil de Arquivos - Dibraq. Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/partido-republicano-brasileiro-2;isad?sf_culture=fr Acesso em 01 de set. 2023. Ainda sobre o Partido Republicano vide, George Boehler, *Da Monarquia à República*. História do Partido Republicano no Brasil, 1870-1889. Rio de Janeiro, 1954.

econômica, neste último, incluía-se os problemas com a educação, os altos índices de analfabetismo.

Publicado em 1878, Os Programas dos Partidos e o 2º Império, traziam a exposição de princípios de partidos políticos. A seção, Manifesto Republicano, deu voz à causa do Partido Republicano, o progresso e a grandeza da Pátria fundamentada em uma legítima democracia, que rejeitava o servilismo de uma “democracia monárquica”.

Em um regimen de compressão e de violencia, conspirar seria o nosso direito. Mas, no regimen das ficções e da corrupção em que vivemos, discutir é o nosso dever. As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, posto ao serviço de uma convicção sincera, no nosso entender, para a victoria da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa patria. A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repelle, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma de patriotismo e não de exclusivismo, e, acceitando a comparticipação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses illegitimos.” (sic.) (Melo, 1878, p. 60).

Apesar do discurso do Partido Republicano conceber o povo brasileiro como sujeito de direito, os mais de 80% de analfabetos, conforme recenseamento do ano de 1872, eram excluídos da vida democrática por não estarem aptos ao voto. Em tese o novo regime fulgurava uma república democrática e social — igualdade na forma de liberdade e a soberania popular pela representação política — uma nação laica e igualitária, uma federação harmoniosa e progressiva.

A historiografia apresenta algumas questões que promoveram uma crise no Segundo Reinado e levaram ao processo de proclamação da República, quais sejam, a questão religiosa por conta da prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco que indispôs a coroa com uma extensa camada da população, a questão da abolição que colocou os fazendeiros contra o regime, levando-os a adesão em massa ao republicanismo e por último a questão dos militares, que estavam insatisfeitos com o tratamento a eles dispensados e que foi agravado na Guerra do Paraguai. (Costa, 1999.)

Dentre as muitas “interpretações”⁶² presentes na historiografia da República, a versão que explica a “causa do progresso” presente no discurso republicano é que,

⁶² Sobre as tensões, motivações e contexto da Proclamação da República vide, LYRA, Heitor. - História da queda do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

A Proclamação da República é o resultado, portanto de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização contribuíram para minar o edifício monárquico. (Costa, 1999, p. 325).

Dentro do movimento republicano às vésperas da Proclamação da República, a reforma eleitoral era considerada por muitos uma conquista democrática e após a proclamação da República, o voto deixou de ser censitário, ou seja, baseado na renda, e passou a ser universal, aumentando a participação de setores da sociedade no processo eleitoral. Contudo, instituído o voto direto não obrigatório, os impedimentos para o alistamento eleitoral eram muitos.

O Decreto nº 200-A, de 8 de Fevereiro de 1890, que promulgou o regulamento eleitoral, estabeleceu que poderiam alistar-se como eleitores os cidadãos maiores de 21 anos no gozo dos direitos civis e políticos, desde que soubessem ler e escrever e quanto aos menores de 21 anos poderiam votar somente os casados e os alunos de escolas militares ou superiores. O alistamento eleitoral era vetado para os mendigos, analfabetos, religiosos em regime de claustro e por fim desconsiderava o voto da mulher.

Nesse sentido afirma (Monarcha, 2016, p. 136) que “[...] no transcurso da Primeira República, os coeficientes de votantes e taxas de comparecimento nas eleições seriam reduzidos, de outro modo estava ausente o símbolo da democracia, qual seja o sufrágio universal e seu livre exercício”.

O sufrágio universal, símbolo da democracia, não representava, neste período inicial da Primeira República, a consolidação de um direito individual com função social — face ao baixo comparecimento nas eleições e de arranjos políticos — antes, porém, servia a uma “Oligarquia Republicana”.

O sistema político instaurado pela constituição de 1891 parecia anômalo na América Latina, até mesmo anacrônico à luz das tendências centralizadoras do México, da Colômbia, da Argentina. E, todavia, uma república descentralizada servia melhor aos interesses de poderosos grupos orientados para a exportação; e o antigo sistema de protetor-cliente encontrou sua expressão na chamada ‘política dos governadores’, de 1900. Esse sistema dirigido pelo presidente da república e pelos presidentes de São Paulo e de Minas Gerais, era um arranjo segundo o qual as elites dirigentes de todos os níveis apoiavam-se reciprocamente. Com uma população predominantemente rural e baixos níveis de participação política (só 1 a 3% da população votava nas eleições federais, antes de 1930), prevalecia, no interior, o coronelismo. (Wirth, 1982, p. 29).

Retomando o elemento dito ser a causa do Partido Republicano, o Progresso, este, animou mudanças no comportamento e na formação da mentalidade da chamada classe dominante da sociedade brasileira da época, que se empenhava por assemelhar com os seus contemporâneos dos países tecnicamente mais adiantados do que com seus pais e avós do tempo do Império, refletindo de modo prático na educação, — com o envio dos filhos para estudarem no estrangeiro, engenharia, comércio, medicina, odontologia, zootecnia, agronomia, também em escolas norte-americanas, fundadas por missionários protestantes — nas inovações pedagógicas, na técnica administrativa e de estilo literário adotadas no Brasil dos fins do século XIX e início do século XX.

A República nos libertara de um dos nossos "arcaísmos vergonhosos": a forma de governo. Mas o Brasil precisava de se impor à consideração dos povos contemporâneos excedendo-os em adiantamentos técnicos [...] E dando ao seu progresso um caráter essencialmente prático. (Freyre, 1949, p.683).

O caráter prático do progresso ocupava prioridade na pauta das ações republicanas, o direito ao voto e a difusão da instrução com vistas a alfabetizar o povo. O momento de chegada da República — “Quando o século XIX estava por terminar e o século XX apenas começava, o mundo viveu um desses momentos em que os ponteiros do relógio da História parecem andar mais depressa” (Neves; Heizer, 1991, p 13) — foi denominado por *Belle Époque*⁶³, iniciado na França, traduzido por “bela época” ou a “era do ouro”, por retratar esse momento histórico marcado por transformações urbanas, econômicas, políticas e sociais no mundo e no Brasil.

Seus ecos influenciaram nos costumes, na ciência, na tecnologia e também no que se pode dizer de “caráter prático do progresso” na perspectiva da formação do “novo homem” adequado aos novos tempos, à modernidade e ao avanço que se pretendia instaurar.

[...] a educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles (republicanos) como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que

⁶³ Descrita por (SILVA, 2005, p. 1) como um “[...] deslumbramento do moderno, de sua tecnologia e de todas as modificações introduzidas no cotidiano de milhares de pessoas” a Belle Époque em Juiz de Fora ocorreu de forma gradual por um período de aproximadamente 30 anos. A mesma autora afirma que diferente do Rio de Janeiro, que os investimentos no processo foram pelo poder público com o intento de modificar as estruturas urbanas e moldá-la ao propósito republicano de modernidade, em Juiz de Fora o agente transformador foi a elite local. É devido mencionar alguns exemplos de cidades brasileiras que mais se destacaram nesta busca por modernidade, quais sejam, Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. (SILVA, 2005).

formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornariam o súdito em cidadão ativo. (Hilsdorf, 2003, p. 60).

A passagem de um governo central e autocrático para um federalismo democrático, a República, tem seus atos inaugurais que culminam com a legitimação do governo Presidencialista por meio da promulgação da Constituição em 1891, a reforma do código penal, a reinvenção de símbolos e armas nacionais, a separação Estado e Igreja por pressão e influência dos positivistas, fato que encaminha a instrução pública para a neutralidade confessional e a laicidade.

O fim do Padroado, a separação entre Estado e Igreja, consolida a ideia de emancipação humana da religião com pretensão de novos arranjos sociais e políticos, materializa as novas perspectivas republicanas pautadas nos princípios dos direitos de liberdade, este, em específico, liberdade de culto religioso. Momento importante no Brasil para a fundamentação do discurso da modernidade atravessado pelo o discurso científico moderno, oriundo do Iluminismo, com predomínio da razão, das luzes sobre a fé.

[...] Tal narrativa remonta aos contornos ‘iniciais’ da modernidade e é fundamentalmente baseada na oposição entre o anciên régime e a sociedade moderna, sendo a religião uma representante destacada do primeiro campo. Dessa narrativa deriva a ideia de: (i) uma insuperável resistência colocada pela religião à auto-afirmação do ‘homem moderno’; (ii) um vínculo natural entre a religião e o sancionamento da ordem estabelecida, ou, em outros termos, entre a religião e a integração social; (iii) uma tendência ao fim da religião [...] (Burity, 2007, p. 20, conforme o original).

Nesse sentido, o consórcio entre a liberdade, a consciência e a formação do “novo homem”, o “homem moderno”, mencionado anteriormente, e suas relações com a educação, após o movimento iluminista, esta, ganha uma tônica de emancipação e melhoramento do indivíduo, “Os iluministas compreendiam que a instrução conduzia não apenas a um acréscimo de conhecimento, mas também à melhoria do indivíduo que se instrui.” (Boto, 2003, p. 739).

Do mesmo modo afirmava um dos redatores do *Pharol* em 1909 que também era inspetor municipal de ensino, Heitor Guimarães. “A vida moderna exige novos conhecimentos, oriundos do progresso intellectual e do desenvolvimento material da civilização.” (sic.) (*Pharol*, 19 abr. de 1909).

A melhoria do indivíduo por meio da educação, da instrução popular, constitui no ideário republicano a edificação da ordem social e do progresso, isto é, a instrução como

sumo civilizatório e disciplinador, importante para a construção de hábitos de higiene e de um modo de vida mais urbano e integrado às novas aptidões requeridas. Na década de 1920, quase 30 anos após a chegada da República, conforme (Wirth, 1982, p.142) “Quase 80% da população vivia fora das áreas urbanas, de forma que a distância e a dispersão eram problemas básicos [...]” para este “republicanismo educativo” propulsor do progresso e do desenvolvimento social e econômico, na visão de Caetano de Campos, neste novo papel da instrução popular “nada é mais urgente do que cultivar-lhes o espírito, dar-lhes a elevação moral de que precisam, formar-lhes o caráter para que saibam querer” (Monarcha, 1997, p. 105). Destarte,

De certa forma o progresso acabou sendo o parâmetro para se qualificar o grau de civilidade dos homens que viviam em uma “sociedade civilizada”, definida como aquela cujos membros possuíam algum conhecimento geral de ciências, certo grau de instrução formal e elementos básicos de “cultura”. (Rodrigues, 2012, p.2. grifos do autor).

Em concordância com o posicionamento de Caetano de Campos sobre a necessária instrução para a autonomia, Popkewitz (2015) apresenta a adoção da agência humana como condição para o devir ancorado no progresso.

O novo planejamento social não tinha em vista apenas as condições da sociedade. Incorporou narrativas de salvação a respeito da realização do futuro e dos seus tipos de pessoas. O mundo anterior da divina providência e do status social herdado foi substituído por noções da agência humana, progresso e cultura cívica direcionada a mudar o presente, tendo em vista o futuro. Esse “futuro” era chamado de progresso em vez de busca pela salvação na preparação de uma vida póstuma. (Popkewitz, 2015, 319).

A relação entre a ideia de aperfeiçoamento do homem e o progresso alinhava a educação como suporte para operacionalizar tal busca. Durante o período da Primeira República “a escolarização é concebida como ilustradora, isto é, como senda luminosa para o progresso e para a civilização. Nessa direção as referências às nações mais adiantadas tratam de alinhar a importância da instrução escolar para a evolução dos povos.” (Araújo, 2008, p. 99).

Ideias correlatas à menção foram publicadas em 16 de agosto de 1904. O teor da matéria foi um chamamento para a necessidade de atenção ao ensino público primário que deveria abandonar os restos monárquicos e adotar um ensino que ilustrasse o “porvir esplendoroso da Pátria republicana”.

A nobre, elevada e digna arte de instruir a mocidade contemporanea anda infelizmente mal cuidada dos poderes publicos. O pouco que se possui — resto do naufragio monarchico — em instrucção, representa apenas uma nonada do que deveria ser em dias de plena Republica. Si ha assumpto que deva prender a attencção do povo, dos legisladores, em uma palavra, desde o proletariado até à classe dos afortunados que se alçapremaram às altas posições de dirigentes do Estado, exigindo meditação, bôa vontade, altruismo — é o que se refere ao Ensino Publico Primario. O porvir esplendoroso da Patria republicana, forte e ativa, querida e respeitada, grande e magnanima, no concerto das outras nações e, muito em especial, no seio das suas co-irmãs da America, depende directamente do presente. [...] Diz a sabedoria dos antigos, se deve começar pelo principio. Sob auspicios da razão e da experiencia, como têm feito os povos occidentais que se encontram na vanguarda da civilisação iniciando-se os trabalhos com a edificação dos grupos escolares urbanos e ruraes de modo que colloquem os preceitos do bello nas construções. Não basta a solidez: a esthetica, a philosophia da arte, a sciencia do bello, deve se aliar a hygiene, a sciencia das relações sanitarias do homem com o mundo exterior e dos meios de fazer contribuir essas relações à visibilidade e ao aperfeiçoamento do individuo e da espécie. (sic.) (*Pharol*, 16 ago. de 1904).

O jornal colocou os Grupos Escolares no epicentro das ações para a construção da esplendorosa pátria republicana, forte e ativa, querida e respeitada, grande e magnânima, conforme o modelo das nações mais civilizadas.

Foi notória a presença do discurso da “mentalidade da época: combinar o progresso material com o progresso das mentes” (Veiga, 1997, p. 104). A afirmação coloca que, além do processo de modernização da sociedade em sua materialidade também seria necessário moldar o novo homem nos princípios de civilidade, de modo que este representasse o novo sujeito social almejado pela perspectiva republicana. (Gatti; Inacio Filho; Gatti Junior, 2015, p. 146).

O termo “progresso das mentes” expressa a ideia de aperfeiçoamento das faculdades humanas que constitui o escopo do projeto republicano na perspectiva da educação. Reforça tal afirmativa o trecho a seguir, “Nós que vemos na instrucção publica a base para a construcção do edificio social e progresso intelectual de uma nação, fazemos votos para que a intelligente professora continue a prestar tão relevante serviço à causa da instrucção.” (sic.) (*Pharol*, 05 set. de 1906).

O ideário Republicano de modernidade coloca no centro das questões de escolarização deste período, os Grupos Escolares, estes, como pregoeiros do progresso. A política educacional republicana no Brasil fez-se calcada na necessidade de democratização do ensino com vistas à elevação do povo analfabeto, dito como elemento “pernicioso” no seio da nação, para o *status* de povo civilizado.

A educação apontada como causa do atraso brasileiro foi advogada também como a solução para os problemas nacionais. Ela foi vista como elemento

propulsor do desenvolvimento econômico-social e do progresso, instrumento indispensável para a consolidação do regime republicano e como meio para assegurar a ordem social e a democracia. Em suma, caberia à escola primária a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral – entendida como educação física, intelectual e moral, o que implicava não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social (obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades), virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade. (Souza, 2009, p. 262)

Ainda, de acordo com a mesma autora, as escolas graduadas, o Grupo Escolar, considerado como “templo de civilização”, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso, roga uma larga atenção ante as muitas mudanças na escola primária para que sejam condizentes com a nova conjuntura política e social.

Extractar todo o sentido da escola graduada como templo de civilização requer um olhar atento para as múltiplas dimensões da pedagogia política implementada pelo Estado republicano. A democratização do ensino, a construção da nacionalidade, a formação do cidadão, a educação moral fundada na perspectiva política e social, bem como a estatização da escola e a renovação pedagógica são faces de um mesmo processo político e cultural [...] (Souza, 1988, p. 284).

A institucionalização⁶⁴ da escola primária na modalidade dos Grupos Escolares na Primeira República teve início com a reforma paulista na gestão de Bernardino de Campos, pela lei n.8 de 8 de setembro de 1892 — considerada a viga-mestra das reformas do sistema escolar pelo país, a qual foi antecedida pela reforma da Escola Normal em 1890⁶⁵ — que reorganiza o ensino público sob as seguintes bases: o ensino público será dividido em ensino primário, ensino secundário e ensino superior; o ensino primário compreenderá dois ciclos, um preliminar e outro complementar; o ensino preliminar é obrigatório para ambos os sexos até a idade de 12 anos com início aos 7; nas localidades com 20 a 40 alunos matriculáveis haverá uma escola preliminar; serão criadas tantas escolas, quantas sejam necessárias na proporção de 40 alunos para cada escola.

⁶⁴ Definida por Castanho (2007, p. 39-40) “Institucionalização, como o próprio nome denotativo de ação deixa entrever, é um processo social, algo que se desenrola no tempo e no espaço de uma sociedade. Trata-se do processo pelo qual se formam ou se desenvolvem instituições sociais. [...] Este termo tem-se aplicado na prática teórica dos educadores, em especial na dos historiadores da educação, com o sentido próprio de lugar social especializado na função educativa e também com o sentido derivado de unidade ou estabelecimento educacional”.

⁶⁵ Sobre a gênese dos estabelecimentos de ensino para preparação de professores, as Escolas Normais, vide (Araújo, 2008b).

A formação de professores compunha a amálgama de importantes medidas para o processo de renovação da escola nos moldes republicanos. As primeiras iniciativas republicanas com vistas à formação de professores ocorreram com “as Reformas de Benjamim Constant (1890 a 1892) que tentaram um modelo de formação arrojado na Escola Normal da Capital e idealizaram o *Pedagogium* um "centro propulsor de reformas e melhoramentos" - que tinha a finalidade de auxiliar os professores.” (Villela, 2000, p.117). O decreto número 407 de 17 de maio de 1890, regulamentou a Escola Normal da capital sob a expectativa de que a “formação intelectual, moral e prática aos alunos-mestres regeneraria progressivamente a escola pública de instrução primária. De óbvia orientação enciclopédica, isto é, sob a dependência lógica das ciências [...]” (Monarcha, 2016, p. 151).

Com a morte de Benjamim Constant, os objetivos dessa experiência se desfiguraram. O modelo mais acabado das Escolas Normais se encontraria na reforma Caetano Campos em 1890 e na Escola Normal de São Paulo sob sua gestão.

O traço marcante da reforma de Caetano de Campos não residia, certamente, no currículo enciclopédico e de forte conotação cientificista (já que, aliás, foi tendência da década oscilar entre as cadeiras clássicas e as científicas e terminar por amalgamá-las). O que mais nos chama a atenção é a sua concepção do que seja uma instituição formadora de professores. Nada que lembre os "pardieiros" anteriores, prédios emprestados, móveis adaptados, pobreza de material didático. Para Caetano de Campos era necessário pensar grande e projetar no espaço do futuro aquela que seria uma verdadeira escola normal. Mas não só arquitetônico era o seu projeto; a prática pedagógica seria a sua pedra angular e para tal criou as escolas-modelo, dirigidas por duas experientes pedagogas, Miss Browne e dona Maria Guilhermina, ambas com formação nos Estados Unidos. Elas colocariam os alunos-mestres em contato com o que havia de mais atualizado no exercício da prática cotidiana escolar. (Villela, 2000, p.118).

Outra dimensão da nova conjuntura política e social republicana requeria atenção consoante ao debate da obrigatoriedade escolar — mencionados aqui alguns exemplos de estados/províncias que legislaram aplicando este princípio — presente na lei paulista mencionada anteriormente, também no Regulamento da Instrução Pública do Pará de 07 de maio de 1890, no Maranhão presente no Decreto n. 94, de 01 de setembro de 1891, em Minas Gerais na Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892, nota-se o contraditório e as discordâncias face a esse princípio. Para o comtista, Raimundo Teixeira Mendes⁶⁶, e demais sectários da religião

⁶⁶ Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), o filósofo e matemático foi um dos principais apóstolos do positivismo no Brasil e sectário da “Religião das Humanidades” que juntamente com Miguel Lemos procurou seguir integralmente a doutrina de Augusto Comte no cenário brasileiro. Teixeira Mendes se posicionava contrário à obrigatoriedade escolar antes dos 14 anos de idade alegando ser uma ação “[...] coerciva dos poderes

da Humanidade, a tutela da família é apanágio insubstituível materno na formação moral e altruísta de seus filhos, ensinamentos estes, necessários à regeneração da humanidade. Em um tom de crítica social Teixeira Mendes contraditava afirmando a escola primária como dissolvente da família. Posicionamento que se justifica pela singular dogmática positivista, qual seja, “No modo da Religião da Humanidade, o comtismo exalta as figuras da mulher e da família, pilares da ordem afetiva e doméstica, a sua vez, pilares da ordem pública.” (Monarcha, 2016, p. 164).

Noutra perspectiva, (Monarcha, 2016, p. 137) assinala que as convicções pautadas nas liberdades individuais, no princípio da pessoa como responsável por si mesma e por seu destino, proposição já discutida anteriormente, contrapõem-se aos princípios da gratuidade e da obrigatoriedade escolar propostos pela escolarização republicana.

O enredo republicano nega a “liberdade de persistir na ignorância” e postula a obrigatoriedade como o “[...] arrimo das instituições sociais e políticas, figura-se a escola primária de Estado como crisol da consciência civil.” (ibidem, p. 119). E ainda “[...] sem o preparo intelectual nenhum povo está apto para as conquistas do progresso, como nenhum homem está armado para as lutas do trabalho.” (Reis Filho, 1995, p.61).

Seria lógico considerar que a implementação da obrigatoriedade na prática demandaria a oferta de vagas suficientes nas escolas primárias, a universalização, o que também colocaria em questão o financiamento da educação. No entanto, o *Pharol* publicou em 21 de janeiro de 1890 o parecer do presidente da Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, o republicano dr. Ambrosio Vieira Braga, que afirmou não ser o maior dos problemas a oferta de vagas, mas sim a frequência. Por meio de longa exposição direcionou suas reflexões sobre as questões para ele interligadas, dos investimentos, da obrigatoriedade e frequência.

Certamente que a instrução primaria difundida em profusão por todas as camadas sociaes merece applausos e louvavel deve ser todo esforço capaz de conseguir tal desideratum. Aos governos, porem, assiste a principal tarefa e entre nós, tenho como certo, que mesmo os recursos fornecidos pelo governo, não são aproveitados pela população. Não é a falta de escolas que

públicos na vida familiar anula a função materna na formação da moral altruísta da prole. Tutelada pela mãe, a educação das primeira e segunda infâncias deve ser estética. No modo da Religião da Humanidade, o comtismo exalta as figuras da mulher e da família, pilares da ordem afetiva e doméstica, a sua vez, pilares da ordem pública. Pois bem aos olhos dos sectários da Religião da Humanidade, ao usurpar os direitos maternos, a instrução pelo Estado embarga a liberdade espiritual.”(MONARCHA, 2016, p. 163). Assim como os demais positivistas ortodoxos, Teixeira Mendes se opunha à criação de uma universidade brasileira, pois, “[...] tal instituição não respondia aos problemas mais urgentes do Brasil no final do século XIX, como o da emancipação dos escravos e o da promoção de uma educação básica destinada à população em geral.” (PINHEIRO, 2022, p. 819). Conforme o mesmo autor, Teixeira Mendes também participou ativamente da abolição à escravatura, lutou pela consolidação do regime republicano, foi autor de um projeto trabalhista, defendeu firmemente a laicidade por meio da separação entre o Estado e a Igreja, combateu o militarismo, belicismo e o autoritarismo sanitário.

deixa engrossar a massa dos analfabetos, é sim a falta de medidas que consigam tornar obrigatorio o ensino primário, secundadas pela criação de sociedades philantropicas ou por verbas especiaes nos orçamentos municipaes e do Estado, que facilitem ao menino pobre os objectos de primeira necessidade para regular frequencia das escolas. Fui delegado de instrucção publica deste circulo e tive de assistir ao fechamento de escolas por causa de frequência de 20 alumnos durante um semestre. (sic.) (*Pharol*, 21 jan. de 1890).

A complexidade da problemática ficou evidente na exposição do dr. Ambrosio. Segundo a alegação não falta de escolas, ou falta de vagas, mas sim ausência de medidas eficazes para cumprir a obrigatoriedade, pois a falta de frequência concorreu para o fechamento de escolas. Nota-se que importante observação foi feita com relação aos meninos pobres. Estes poderiam regular a frequência e para tal necessitavam de subsídios financeiros. A afirmação de que os meninos pobres eram infrequentes colocou em questionamento outra afirmativa, que “instrução primária era difundida em profusão por todas as camadas sociais”. A publicação, ainda que retratando uma situação local indicava alguns dos problemas da instrução pública.

A educação federalizada e, portanto, descentralizada conforme a Constituição Federal de 1891, outorga aos Estados vastos poderes legais e a responsabilidade pela instrução popular de prover o ensino primário. Desse modo o Poder Central se eximia da obrigação de legislar sobre políticas educacionais e de criar escolas.

A implantação da escola da República e para a República, os Grupos Escolares, tiveram assim sua difusão por todo o país a começar pela província de São Paulo em 1890 e se estendeu pelas demais províncias nas décadas seguintes. Esse novo modelo de organização do ensino primário buscou ser:

[...] mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (Souza, 2003, p.35).

O escopo do modelo de escola na modalidade dos Grupos Escolares alicerçado na racionalidade e na cientificidade incorporou elementos de organização à semelhança dos processos fabris e seria a marca da escola moderna no Brasil no período republicano, diferente do modelo do Império, considerado “atrasado e ineficaz”.

Essa racionalidade que marca a escola, à semelhança da manufatura, pressupõe agentes especializados (os professores, que, mesmo podendo ser religiosos em sua confissão, são laicos em sua função [...] procedimentos próprios (a didática, que para Comênio era a “arte universal de ensinar tudo a todos”), recursos instrumentais pertinentes (especialmente o manual didático), além do espaço adequado. (Castanho, 2007, p.42).

Inserida no movimento de crescente racionalização do mundo e suas relações sociais, a escola tem suas aproximações com o movimento fabril. A esse respeito tem-se a seguinte afirmação:

Parece-nos que a organização do trabalho fabril, menos que modelo a ser transposto para a organização do trabalho escolar, serviu com símbolo de uma “modernidade” [...] é preciso que fiquemos atentos aos processos de racionalização que ocorrem no mundo social em geral — e no mundo da produção fabril em particular —, e sua relação com aqueles que ocorrem no “mundo escolar”. Ou seja, em alguns momentos, a escola não apenas recriou ou readaptou teorias e métodos de organização e controle adventícios, mas criou verdadeiramente novas racionalidades, sensibilidades, temporalidades, conhecimentos, dentre outros, que foram “impostas” ao conjunto social. (Faria Filho, 2014, p.46-47).

Nesse sentido, o jornal *Pharol* demonstrou entusiasmo em noticiar o lançamento de cadernos de escrita que seriam adotados nos Grupos Escolares. As relações de racionalidade, do ponto de vista dos métodos, progresso como o “mundo escolar” podem ser identificadas na publicação.

O nosso distinto conterraneo sr. dr. Accacio Teixeira, conhecido professor e adeantado industrial acaba de publicar a sua colleção de cadernos para o ensino da escripta nas escolas primarias. A apreciação dos cadernos foi feita pelo competente e talentoso confrade, nosso colaborador Mario de Lima. “Methodo de escrita vertical do adeantado industrial e conhecido educador dr. Accacio Teixeira, residente em Juiz de Fora onde dirige a Lithographia e Estamparia Mineira acreditado estabelecimento que é o unico no genero, no Estado, recebemos uma serie de cadernos de calligraphia vertical, novo methodo de escripta de phraseação, organizado de accordo com o programma de ensino dos Grupos Escolares e Escolas Publicas Primarias de Minas e com o Decreto n. 3405, de 15 de janeiro de 1912. [...] No *Mare Magnum* de publicações inúteis, o novo methodo do dr. Accacio é uma das excepções brilhantes, pela racionalidade e cunho pratico do sistema adoptado. [...] Nesses cadernos só o papel não é mineiro. É uma recommendação a mais, merecedora, seguramente, dos estimados poderes públicos, aos quaes cumpre o dever de amparar iniciativas dessa ordem que reflectem a tempo o grau do nosso desenvolvimento, em materia de ensino primario e o nosso progresso industrial.” (sic.) (*Pharol*, 19 jan. de 1913 grifos do autor).

O colaborar do jornal não conteve os elogios e louvores aos cadernos, pela racionalidade, ao professor e industrial dr. Accacio, pela iniciativa e também procurou elevar o estado mineiro no que se refere ao ensino primário e ao progresso.

Nesse entendimento, as novas racionalidades e outros elementos de modernidade reportam os Grupos Escolares como signos de progresso.

A defesa dos Grupos Escolares como o lugar de realização, no mundo da educação, da forma capitalista de conhecer o organizar o trabalho — principalmente o fabril — e a identificação do movimento que institui os grupos com o progresso, com a superação do atraso, aparece em boa parte dos relatórios dos Secretários do Interior, principalmente em torno do ano de 1908. (Faria Filho, 2014, p.42)

A nova forma escolar sintetizou em suas expectativas uma pluralidade de substantivos, os quais também definiram o início de um novo século, quais sejam, racionalidade, materialidade, modernidade e civilidade com o propósito de estabelecer uma nova ordem e o progresso social. Nesse sentido Carlota Boto menciona a interseção entre civilidade e a escola moderna.

A construção da escola moderna terá a marca de tal matriz civilizadora. A escola que ensina o ler, escrever e contar pretende, acima de tudo, civilizar — ou seja, conferir prioridade à transmissão sistemática e institucional de formas de se comportar. Tornar civilizada uma sociedade supõe ampliar sistematicamente o raio da racionalidade no trato. (Boto, 2010, p.47).

A civilidade como artefato de conformação social pretende polir as maneiras, transformar hábitos, disciplinar os corpos, moldar as mentes com a finalidade de estabelecer uma moral reguladora do espaço público, por exemplo, o espaço urbano. Nessa perspectiva a mesma autora afirma que:

A civilidade estrutura-se como estratégia de formação; e, portanto, como fator de coesão e persuasão social. A civilidade — reportando-se, ainda que indiretamente às acepções de polidez, urbanidade e cortesia (e verifique-se que todas essas palavras têm um prefixo derivado de instâncias políticas do convívio coletivo: cives, polis, urbes e corte) — agrega valor a conhecimentos que ilustram parâmetros de conduta. (Boto, 2010, p.42).

Civilizar é uma maneira de levar o indivíduo ao ritmo de vida urbano. Civilidade em sua complexidade conceitual e contextual não se aplica somente às normas sociais de comportamento, mas estabelece uma conexão com a compreensão de urbanidade.

Cidade e civilidade têm uma raiz etimológica comum. Civilidade é tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social. A cidade é o estabelecimento humano no qual os estranhos

devem provavelmente se encontrar. A geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civilidade. (Sennett, 1988, p.323).

Na lógica de civilidade não como um estado, mas como um movimento de construção de um “cosmopolitismo”, a escola é a instituição que se dá a ver como lugar de ensinar saberes e civilizar o povo a fim de torná-lo participante da vida política e também do trabalho.

[...] a escola popular é terra de missão civilizadora, compreendendo-se por civilização, como dito noutra lugar, não apenas no abrandamento de costumes, como se sabe civil e civilidade estão da origem do vocábulo, mas também elevação dos espíritos, progresso das artes, melhoramentos no comércio, indústria, agricultura e conforto material.” (Monarcha, 2016, p.145).

A mencionada missão civilizadora da escola popular foi também conteúdo do discurso de instalação do Grupo Escolar de Bicas feito pelo dr. José Eduardo da Fonseca, da Academia Mineira em nome do Governador do Estado,

É preciso educar o povo. A Educação Popular só ella, robustecendo a consciencia cívica, norteadando idéas, sentimentos e actos em rumo da ordem, do direito, da liberdade, do dever, da solidariedade, nos dará, no banquete universal, o alto logar que nos pertence e que um tenebroso scepticismo, imobilizador da intelligencia, aniquilador da vontade e enregelador do coração nos quer tirar. Está instalado o Grupo Escolar de Bicas. (sic.) (*Pharol*, 11 set. de 1910).

Assim, a afirmação da escola popular moderna pressupunha ser uma escola civilizadora e urbana. Na perspectiva republicana somava a nova concepção de cidade, escola e de sujeito social ao propósito imputado aos Grupos Escolares. Nesse sentido,

[...] o Grupo Escolar não é, entretanto, apenas tomado como instituição modelar que sintetiza expectativas pedagógicas e políticas de racionalização e modernização social e educativa. Ele também é signo e dispositivo de conformação de uma cultura urbana; cultura esta que é, por sua vez, também signo e estratégia de configuração de uma nova ordem republicana no Estado de Minas Gerais. Assim, o Grupo Escolar aparece como peça central do investimento republicano traduzido como estratégia de marcar o advento do novo regime [...]. (Faria Filho, 2014, p. 11).

Essa nova concepção de escola urbana, moderna e de melhor qualidade fazia parte de um conjunto de melhoramentos na cidade, conforme enumera Rosa Fátima, e que por esta razão torna-se elemento de disputa política.

[...] transformações das cidades que se verificaram nas últimas décadas do século XIX e início do século XX — crescimento urbano, desenvolvimento do comércio, melhoramentos como saneamento básico, água, iluminação, transportes públicos, ferrovias, ajardinamentos, jardins públicos — são denotativas deste desenvolvimento. O grupo escolar fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos tornando-se denotativo de progresso de uma localidade. (Souza, 1998, p. 91).

Muito embora, neste período Inicial da Primeira República, grande parte da população brasileira fosse rural, — em Minas Gerais nos anos de 1920, os percentuais de pessoas que viviam fora das áreas urbanas era de 80% (Wirth, 1982) — os Grupos Escolares, não podendo ser universalizados eram um privilégio das populações urbanas. As precárias escolas isoladas, chamadas pela historiografia como a escola do império, coexistiam com os grupos e tinham sua inquestionável importância para a instrução pública — já que os grupos seriam implantados em cidades de maior volume de população — mas pareciam de escassez de materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores. A escola isolada era a única solução possível em lugares de população rarefeita.

A escola urbana enviada por um jogo de interesses políticos servia de propaganda para o novo regime republicano e era “símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos — a cultura escrita.” (Souza, 1998, p. 91).

Araújo (2007) atribui às escolas a coparticipação em projetos históricos, na produção e reprodução da cultura entre os educandos, que configuram projetos educativos que expressam uma visão de mundo. Nesse sentido, o projeto republicano de educação configura uma conformação de atividades educativas e intencionalidades com intuito de forjar o novo cidadão. Na perspectiva de que as instituições escolares não são ilhas “cabe compreender que a denominada cultura escolar — cuja realização cabe às instituições escolares — é dialeticamente, um afluente, bem como um defluente, da própria cultura e não apenas um manancial de onde jorra uma cultura.” (Araújo, 2007, p. 95).

A existência material e simbólica dos Grupos Escolares nas cidades traduzia um projeto cultural de valorização da educação moral e cívica de modo que as pessoas precisavam ser escolarizadas e civilizadas para cidade moderna. Essa estreiteza entre as práticas urbanas e escolares reafirmam sua monumentalidade.

[...] a escola tornou-se um lugar simbólico de garantia de aquisição de saberes para a nova civilização urbana. Respalhada pela ciência moderna, instituiu-se como passaporte para a participação na sociedade/cidade. [...] esse caráter de monumentalidade da escola esteve presente nos aspectos

simbólicos e culturais que ela assume à medida que retratada como marco divisório do mundo culto e do mundo bárbaro. (Veiga, 1997, p.109).

O projeto civilizador buscava cultivar o espírito e formar o caráter do cidadão. Para intelectuais e reformadores essa missão de construção desse projeto cultural deveria ser operacionalizado pelas escolas primárias urbanas, os Grupos Escolares, e também deveria ser levada em conta a diferenciação entre educar e instruir. Conceitos que se diferem em suas concepções.

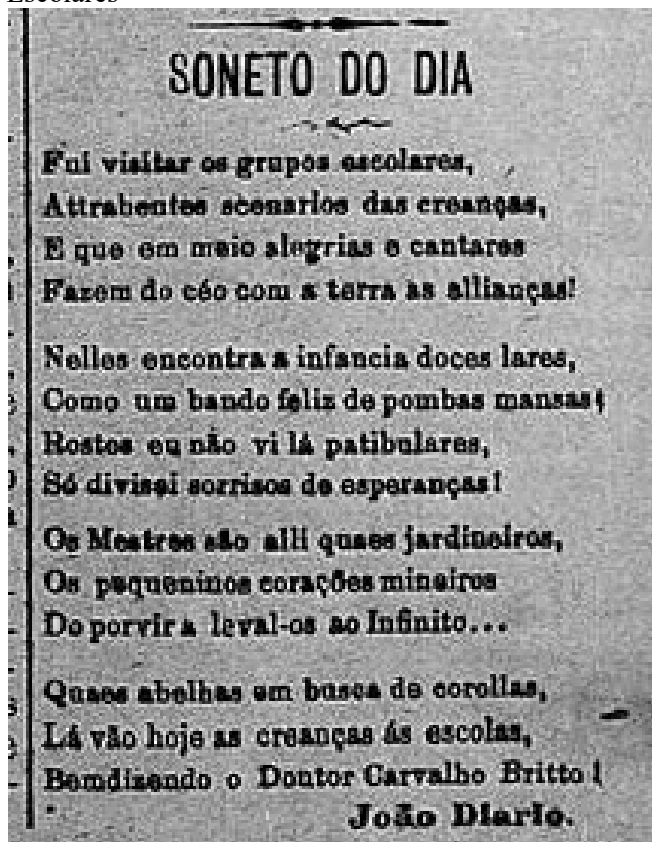
[...] educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social — obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores ético-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. (Souza, 2014, p. 119).

Educar para uma vida urbana civilizada estava diretamente relacionada às finalidades sociopolíticas e culturais atribuídas ao ensino primário. Este projeto cultural e educacional republicano se difundiu por todo o país a partir do primeiro modelo instaurado em São Paulo.

O Brasil nessa nova ordem republicana buscava seu lugar na modernidade do mundo no compasso de seu projeto civilizador que tinha como pedra angular a alfabetização, acrescentando-se a esta, a formação do leitor, em vista disso, a imprensa jornalística teve papel destacado como espaço de visibilidade dos “tempos eufóricos” do novo regime, difundindo muitas vezes a conjuntura política, econômica e educacional vivida pelo país.

A “Escola da República”, os Grupos Escolares, nos primeiros anos em que foram instituídos em Minas Gerais, conforme as páginas do *Pharol* eram exaltados e aclamados. Serviam de inspiração para os poetas que vislumbravam naquela nova modalidade escolar um lugar quase consagrado para as crianças.

FIGURA 20. Soneto⁶⁷ em exaltação aos Grupos Escolares



FONTE: *Pharol*, 12 de junho de 1907. n. 137.

Merece destaque a expressão do soneto que traduzia as expectativas com os Grupos Escolares, “fazem do céu com a terra as alianças”, que os colocava como o lugar do paraíso.

Contudo, após os “tempos de euforia” — em se tratando da criação dos Grupos Escolares, a primeira década de existência da nova modalidade em Minas — o problema da instrução primária foi temática de discussão no *Pharol* em 28 de dezembro de 1918. Os Grupos Escolares protagonizaram as queixas publicadas. Em 1908, doze meses após ter entrado em vigor a reforma “Pinheiro-Britto”, foi realizada uma exposição dos trabalhos realizados nos Grupos Escolares apresentadas por professores. Contavam com a presença de políticos e inspetores regionais. A impressão deixada foi a mais agradável possível, “a convicção de havia surgido para o Estado uma era promissora que bem justificava a phrase de João Pinheiro, quando parodiando um dos personagens da Revolução Francesa: *Minas é um povo que se levanta.*” (sic.) (*Pharol*, 28 dez. de 1918, grifo nosso). Na sequência, a nota

⁶⁷ Não encontramos informações sobre o autor do soneto, João Diário. Nenhum registro se este nome seria um pseudônimo de algum redator do jornal. Somente identificamos outros 3 sonetos de sua autoria, sendo todos no ano de 1907 com temas não relacionados à instrução.

mencionou que após a morte de João Pinheiro em outubro de 1908, o governo passou por sensível transformação e instrução primária entrou num período de desorganização.

Os Grupos Escolares tiveram à frente de sua direção homens que não tinham a precisa envergadura para o cargo. Ainda em consequência de lutas políticas, deram-se no magistério primário remoções de professores e directores de grupos, com flagrante prejuizo do ensino. De todos os pontos do Estado chegam frequentemente à Secretaria do Interior noticias de desaquisados entre professores e directores de grupos. Ja não existe, entre os membros do magisterio primario a harmonia de vistas e o desejo de trabalhar. Os inspectores technicos então removiveis semestralmente passaram a não ter data determinada para a mudança de circumscrição. Para o numero delles entraram os afilhados politicos. Quase todos porem, sem o necessario tirocinio do magistério primário. (sic.) (*Pharol*, 28 dez. de 1918).

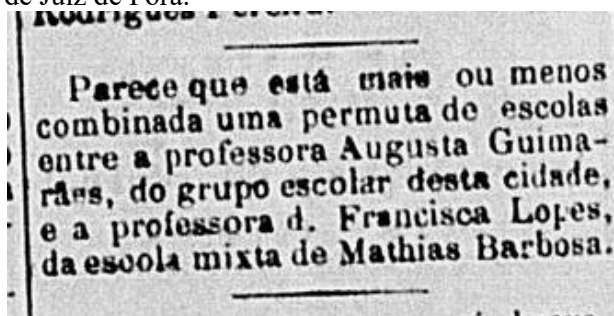
O jornal veiculava notas de importante teor sobre a temática da instrução pública e de especificamente sobre os Grupos Escolares do mesmo modo. Comunicava as expectativas, fazia menções positivas, mas também expunha as questões que a julgamento dos “homens de imprensa” do *Pharol* deveriam ser melhoradas.

A imprensa, espaço privilegiado de informação e representação de um determinado local e período revelam elementos importantes que possibilitam a compreensão da História da Educação. “A vida é breve, os homens passam e as idéas ficam — quando essas idéas representam alguma coisa.” (sic.) (*Pharol*, 11 set. de 1910). A frase citada do jornal manifesta, com certa sutileza e subjetividade, as intenções de projetar suas ideias na sociedade e de se estabelecer como guia e agente de propagação e construção de representações. Nessa perspectiva, a seção seguinte buscará identificar quais eram as representações e questões relativas às principais veiculações no *Pharol* sobre os Grupos Escolares na “moderna e adiantada” cidade de Juiz.

4.2 Os Grupos Escolares na *Athenas Mineira*: as veiculações nas páginas do *Pharol*

Na adiantada cidade mineira de Juiz de Fora, antes mesmo da Reforma João Pinheiro ser instaurada em 1906, a qual, dentre outras medidas, instituiu a escola graduada, foram identificados os primeiros movimentos de funcionamento dos Grupos Escolares. Conforme pode ser observado em publicação sobre troca de professores entre a escola mista e o Grupo Escolar da cidade.

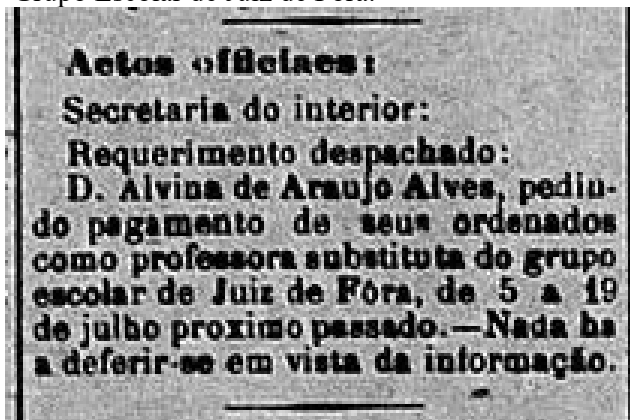
FIGURA 21. Publicação sobre permuta de professores entre a escola mista e o Grupo Escolar de Juiz de Fora.



FONTE: *Pharol*, 13 de julho de 1901. n. 11.

Outra menção sobre a instituição na cidade foi a publicação do requerimento de pagamento de ordenados da professora D. Alvina de Araújo Alves que trabalhou como professora substituta na escola em julho de 1901.

FIGURA 22. Publicação sobre o requerimento de pagamento de ordenados de professora substituta do Grupo Escolar de Juiz de Fora.



FONTE: *Pharol*, 12 de dezembro de 1901. n. 139.

Nota-se o atraso de seis meses no pagamento e, conforme resposta da Secretaria do Interior, nada foi deferido sobre a informação. Problemas em relação ao prédio foi também assunto no jornal.

O sr. Tenente José Luiz da Cunha Horta, inspector escolar, aceitando a nossa lembrança oficiou hoje ao sr. secretario do interior solicitando licença e verba para mandar pintar por completo o prédio em que funciona, nesta cidade, o grupo escolar. Esse predio acha-se em lastimavel estado de conservação e carecendo de promptos reparos. (sic.) (*Pharol*, 06 de out. de 1901).

No ano seguinte, na coluna Atos oficial, o jornal publicou a resposta à solicitação do inspetor escolar, via edital de convocação ao sr. Luiz Perry, empreiteiro, para comparecimento na inspetoria de obras, para assinatura do contrato.

Convido ao sr. Luiz Perry a comparecer nesta inspetoria dentro do prazo de dez dias a contar de hoje, afim de assignar termo de contracto para se encarregar dos concertos do prédio em que funciona o grupo escolar da cidade de Juiz de Fora. Inspectoria de Obras Publicas. O inspector, recemvindo, Rodrigues Pereira. (sic.) (*Pharol*, 27 de jul. de 1902).

O Grupo Escolar, funcionando em caráter experimental, iria dividir o espaço no prédio de seu funcionamento com uma repartição pública. “Parece que os baixos do prédio em que funciona o grupo escolar desta cidade, depois de convenientemente concertados, serão aproveitados para nelles ser installada uma repartição publica.” (sic.) (*Pharol*, 08 de out. de 1901). Contudo, o secretario do interior não consentiu tal aproveitamento, por se tratar de um escritório de polícia. “O sr. secretario do interior officiou ao sr. delegado de policia dizendo não poder consentir o funcionamento do escriptorio de policia no pavimento inferior ao prédio em que está installado o grupo escolar, por julgar isso incompativel com a boa ordem de uma e de outra repartição.” (sic.) (*Pharol*, 31 de out. de 1901.)

A pesquisa identificou diversas matérias que mencionavam a existência de um Grupo Escolar em Juiz de Fora mesmo antes da reforma que instituiu esta modalidade em Minas Gerais. O caráter experimental da instituição na cidade foi afirmado nos estudos de Cristiane Oliveira de Souza. “O Grupo Escolar experimental de Juiz de Fora foi inaugurado em 19 de janeiro de 1901, constituído pela junção de duas escolas isoladas do sexo feminino.” (Souza, 2013, p. 49).

Juiz de Fora foi precursora em Minas Gerais na implantação dos grupos escolares. O primeiro grupo foi criado pelo Decreto n. 1886 em 04 de fevereiro de 1907, tendo 470 alunos matriculados. Seu primeiro diretor foi José Rangel, colaborador do *Pharol*. “Por decreto de ante-hontem foi o nosso presado confrade, José Rangel nomeado para o cargo de director do grupo escolar desta cidade. (sic.) (*Pharol*, 08 de jan. de 1907). A inauguração do grupo foi noticiada com entusiasmo pela imprensa juiz-forana.

Realizou-se, hontem, com solenidade, às 11 horas do dia, a installação do grupo escolar desta cidade, o primeiro organizado em todo o Estado. A cerimonia de installação efectuou-se no vasto salão nobre do palacete Santa Mafalda; por essa ocasião foi cantado um bello himno escolar, letra do nosso confrade José Rangel e musica do maestro Carlos Alves. [...] O

director do grupo professor José Rangel, usando da palavra, pronunciou ligeira alocução e ao terminar deu por installedo o promissorio estabelecimento de ensino congratulando-se com o Governo do Estado e com Juiz de Fora pela realização desse melhoramento que, diz, está certo prestará os melhores serviços à instrução da infância da nossa cidade. [...] Sendo este o primeiro Grupo Escolar que se inaugura no Estado merece especial menção o crescido numero de alumnos matriculados, facto esse que deve constituir motivo de animação e confiança não só para o respectivo corpo docente como para todos, principalmente para os que se interessam pela educação e instrução dos entezinhos que lhes são caros. (sic.) (*Pharol*, 4 e 5 de fev. de 1907).

Após o discurso do diretor José Rangel discursou o presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, o Dr. Duarte de Abreu (1905-1907), que após fazer várias ponderações sobre o desenvolvimento do ensino público no município, prometeu apresentar à Câmara Municipal um projeto “[...] concedendo, a titulo de auxilio, certa quantia ao Grupo Escolar, para que os professores distribuam vestuários aos seus alumnos mais necessitados. As ultimas palavras do sr. Dr. Presidente da Camara foram cobertas por calorosa salva de palmas.” (sic.) (*Pharol*, 4 e 5 de fev. de 1907).

Por falta de vagas relativas ao número de crianças em idade escolar, e para atender a grande procura por matrículas no grupo, no mesmo ano, em 23 de março foi criado o segundo Grupo Escolar da cidade, que contou com 396 alunos, sob a direção também de José Rangel. Os dois grupos funcionavam no mesmo prédio em turnos diferentes, em local onde anteriormente acomodava a Escola Normal, de estilo neoclássico, denominado palacete Santa Mafalda. Em 1915 o primeiro grupo foi nomeado Grupo Escolar José Rangel e o segundo Grupo Escolar Delfim Moreira. Em razão de sua localização, em frente à catedral Metropolitana, numa área central, trecho urbano considerado nobre, na principal avenida da cidade, os grupos foram chamados de Grupos Escolares Centrais. (Yasbeck, 2003).

FIGURA 23. Fachada dos Grupos Escolares Centrais de Juiz de Fora - 1907



FONTE: (Braga, 2009, p.132)

O horário escolar praticado pelo primeiro grupo de Juiz de Fora foi alvo de discussões e embates na imprensa juiz-forana. No *Pharol*, pela pena de L.G. pseudônimo de Lindolpho Gomes, Inspetor Técnico de Ensino, em extensa nota em ampla defesa do horário matinal de funcionamento da instituição.

Escreve-nos a auctoridade escolar que se occulta sob as iniciais L.G. -Senhor redator – dirigindo-vos a carta que ha dias agazalhada nesta folha, não foi meu intuito estabelecer polemicas. Devo declarar com toda lealdade que não tive o prazer de ler o artigo que os illustres jornalistas do *Correio da Tarde* publicaram, reclamando contra o horário matinal, nem tampouco o que a respeito escreveu o *Correio de Minas*. Dessas publicações siquer tive conhecimento. Deram logar a que eu vos dirigisse aquella carta, as interpelações constantes que me eram feitas sobre o meu modo de pensar acerca do horario matinal e alguns commentarios que ouvi desfavoraveis às horas de aulas do grupo escolar desta cidade, que vai funcionar das 7 às 11 horas da manhã. Defendi a medida que autorizou tal horário, porque sou um convencido adepto do trabalho matinal e defendi-a documentando-a, fortalecendo-me na opinião dos mais competentes pedagogistas e na regulamentação escolar dos paizes mais civilizados. Assim sendo, não visei polemicas que procurei sempre evitar. Continuo, todavia, a pensar que a resolução sensatamente tomada pelo sr. Carvalho Britto referente ao alludido horario, para um dos grupos escolares desta cidade, consulta a todos os preceitos hygienicos e pedagógicos. (sic.) (*Pharol*, 10 de mar. De 1907).

O horário também estava de acordo com os mais reconhecidos higienistas, conforme afirmou L.G. “A esse respeito, entre todos os higienistas que tenho lido, não há opiniões discordantes. São todos unânimes em apregoar a necessidade de fazer com que crianças e adultos se levantem cedo.” (sic.) (*Pharol*, 10 de mar. De 1907).

A busca por uma equivalência aos ditos países mais civilizados sempre esteve presente nos discursos dos literatos do *Pharol*, e nesta matéria, tal adiantamento foi relacionado ao funcionamento matutino das escolas na Europa, lugar de inverno rigoroso e que mantinha o horário inicial das aulas às oito e no verão às sete horas, informações citadas em publicação anterior que provocou a dita “polemica”. “Em toda a Europa é simplesmente commum o regimen das aulas matinaes, que começam quasi todas às oito horas e vão até às 11 e ½ não obstante ao lima no inverno e a necessidade que há da alimentação ser feita em horas menos espaçadas.” (sic.) (*Pharol*, 07 de mar. De 1907). Na mesma matéria L.G. pondera que no Brasil o inverno é ameno sendo a saída ao ar livre “sempre agradável e sempre útil.”

O decreto n. 1.960/06 a respeito da reforma do ensino primário e normal de Minas Gerais, em seu artigo 97 prescrevia que o horário das aulas seria das 10 horas da manhã às 2 da tarde. (Minas Gerais, 1906, p. 170). O decreto buscava antender ao movimento da sociedade no período.

Estes horários constituem reflexos dos usos da época, pois são dispostos de forma que, em termos atuais, nem se caracterizam matutinos nem exclusivamente da parte da tarde. Estão de acordo com os costumes dos primeiros anos deste século, de se almoçar às nove da manhã e jantar pelas quatro da tarde. (Mourão, 1962, p.99).

Discordante com o horário previsto no decreto, a diretora Anna Guilhermina Cândida de Carvalho registrou sua queixa no relatório sobre os trabalhos do 3º grupo, de 18 de agosto de 1909 a janeiro de 1910 enviado à secretaria do interior e mencionado nos estudos de Irlen Antônio Gonçalves. “Em todos os meus relatórios, desde o começo do meu exercício, como professora da escola isolada, eu me manifestei contra o horário das 10 às 2 horas, por não estar de acordo com os costumes mineiros em relação às horas da primeira refeição.” (Gonçalves, 2004, p. 126).

Concorda com relato da professora, L.G. quanto ao horário proposto para o funcionamento das aulas ser conflitante com os horários de alimentação no cotidiano das famílias. “[...] raríssimos são os lares que não se almoça das 11 horas para o meio dia, tanto

mais que é commum, nas famílias brasileiras, o uso de uma primeira refeição de pão e café logo ao deixar o leito.” (sic.) (*Pharol*, 07 de mar. De 1907).

Estevam de Oliveira possuía um posicionamento contrário ao horário matutino de 7 às 11 horas e também fez uso da imprensa para “rebater” as publicações de L.G. no *Pharol*. Em 28 de março de 1907 nas páginas do *Correio de Minas*, jornal de sua propriedade, sobre o café da manhã alegou que, “Antes daquela hora, as seis ou seis e meia, por exemplo, não se faz em Juiz de Fora a distribuição de leite, primeiro dos alimentos para a idade infantil, como igualmente a de pão, complementar daquela.” (sic.) (*Correio de Minas*, 28 de mar. de 1907, p. 1 apud Souza, 2013, p. 87).

Outro argumento foi utilizado por L.G. para justificar o horário matutino.

As escolas publicas são principalmente creadas para as crianças pobres, para os filhos dos operários. Estes ao irem de manhã para as oficinas, para o trabalho, levarão os filhos à escola, gozarão deste gratissimo prazer. E às 11 horas, após a saída das aulas, muitas crianças pobres, feita a refeição, poderia ainda ganhar meio dia de trabalho nas oficinas, junto aos paes. (sic.) (*Pharol*, 07 de mar. de 1907).

O projeto de instalação dos Grupos Escolares, em uma Juiz de Fora que se firmava como uma cidade moderna de vocação industrial, “[...] percebia a escola como um espaço que deixa de ser apenas o local de racionalização do conhecimento para ser reconhecida como instrumento de mudanças, criadora de hábitos, voltada para instrução, formação e profissionalização, mediadora entre sujeitos sociais e a sociedade.” (Yazbeck, 2003, p. 102). O que concorda com o projeto republicano para o progresso no campo da instrução que propunha “[...] uma educação pelo e para o trabalho como forma mais adequada da escola contribuir com a “elevação” e/ou controle das camadas mais pobres da população.” (Faria Filho, 2014, p.236).

Os Grupos Escolares, como espaço público e simbólico da modernização imbuído da missão civilizatória, já assinalava mudanças no *habitus* social na dinâmica urbana da cidade e nutria expectativas promissoras para o trabalho, pois, “[...] teremos em vez de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão [...]”. (Faria Filho; Vago, 2000, p.41).

O caráter prático dos Grupos Escolares foi mencionado em nota pelo *Pharol* na coluna “Communicados”. A matéria escrita pelo diretor dos Grupos Centrais, José Rangel, tinha como objetivo chamar a atenção dos pais de família para o novo programa de ensino e demonstrar as vantagens do aprendizado primário sob as novas bases da remodelação.

Pela nova orientação, dada ao actual governo a esse ramo de serviço publico, o ensino primário além de consideravelmente ampliado é feito sob rigorosa fiscalização, e terá um character essencialmente pratico, offerrendo consideraveis vantagens aos que pretendem se dedicar às diversas profissões que exigem um preparo pratico, como sejam os candidatos às carreiras comercial, industrial e aos diversos officios que comprehendem a grande classe dos artifices. Um programma desses, bem executado e bem aproveitado pelo alumno habilita-o a enfrentar corajosamente a vida pratica para a qual vai aparelhado com um cabedal sufficiente. (*Pharol*, 20 de jan. de 1907).

O Jornal *Pharol*, além de ser um veículo de notória importância para a cidade e região, no que se refere à divulgação das notícias e informações, na promoção de debates, no apoio à causa do progresso, também prestou serviços com participação ativa frente aos assuntos educacionais. O jornal realizou uma campanha com o intuito de angariar ofertas que seriam direcionadas à premiação dos alunos pobres das escolas primárias, aqueles que se destacassem nos exames finais. A coluna intitulada “Premios escolares” registrou as contribuições arrecadadas pelo jornal.

Do sr. dr. João Nunes Lima recebemos um volume, encadernação de luxo dos Contos para infancia, de Guerra Junqueira. O premio, a que intitulamos — Dr. Leonidas Detsi — é destinado à melhor alumna do Grupo Escolar, regido pelas professoras exmas. sras. dd. Maria Kneip e Alanta Alves. O nosso colaborador Belmiro Braga também nos entregou, para o mesmo destino, um livro ricamente encadernado contendo uma collecção de poesias de varios autores, intitulada *Violetas poéticas*. A este premio, que será conferido à alumna que mais se distinguir nos exames da escola normalista senhorita Rita de Cassia de Souza Lima denominamos — Estevam de Oliveira. Do sr.dr. Rosa da Costa recebemos uma cedula de 5\$ para a compra de um premio. Da exma. sra. d. Maria do Carmo Sarmento, digna consorte do sr. Almeida Sarmento, importante negociante, recebemos, para premio, uma linda boneca que será entregue à menina mais aplicada do collegio dirigido pela professora sra. d. Maria do Carmo Goulart. A ofertante teve a gentileza, que muito agradecemos, de dar ao bello premio o nome do “Premio Azevedo Junior”. Do estimado sr. Affonso Colucci recebemos uma caixinha com diversos objetos de prata e coral. Sabemos que o premio que o sr. dr. Azarias de Andrade destina a uma das escolas desta cidade será de 100\$ e terá o nome de “Premio Bernardo Mascarenhas”. Encerrando hoje nosso peditorio relativamente ao assumpto, cumpre-nos agradecer às generosas pessoas que atenderam ao appello do *Pharol*, não deixando que fosse completo o nosso fiasco, faltando, em absoluto, premios para estimulo aos alumnos pobres das escolas primarias da cidade que mais se

esforçaram durante o anno lectivo. (sic.) (*Pharol*, 15 de nov. de 1903, grifos do autor).

O “peditório” não foi um sucesso, apesar de não terem alcançado grande número de doações, as recebidas foram suficientes para que o apelo do *Pharol* não fosse um “completo fiasco”.

Três dias após a publicação dessa matéria, em tom de descontentamento, outra publicação fez referência à falta de incentivo com as premiações e também à falta de interesse em proporcionar às crianças pobres um encerramento do ano letivo festivo e alegre.

Sem o menor encanto o encerramento das aulas publicas aqui em Minas! Ainda nesta cidade, graças à generosidade de poucos, embora, há para este ou aquelle alumno o estímulo; a alegria dos prêmios; mas por ahi além, apenas o cerimonial do exame, e... nada mais. Nenhuma voz fala à alma dessas creanças, ninguém lhes diz ao coração algo de suave, de enternecido, e sequer canticos festivos, decorações adequadas, trazem à solemnidade a seducção que faz com que o alumno tenha affecto à casa, onde aprendeu a ver essa luz, que, na phrase do poeta, sobrepuja à de todas as constellações... Pobres pequeninos! Filhos de desprovidos da fortuna, mal lhes vem a adolescência, eil-os deixando lousas e livros, porque preciso é que elles labutem pela vida. Escolares, negam-lhes o prazer da festa no dia em que elles exhibem os seus conhecimentos: a sala de aula tem o mesmo aspecto abhorrido e melancholico dos demais dias; a pobreza do professor não permite presentear os seus discipulos com algumas guloseimas. (*Pharol*, 18 de nov. de 1903).

O longo artigo assinado com o pseudônimo A., que inferimos ser da autoria de Albino Esteves⁶⁸, pois, o literato colaborou com o *Pharol* e outros jornais assim que retornou a Juiz de Fora no ano de 1900. Suas aproximações com a educação e seu histórico familiar que remetia à escassez e pauperização, conforme exposto em nota, nos permite apontar o jornalista como mentor da campanha e escritor da matéria que defendia os interesses dos “filhos desprovidos de fortuna”.

⁶⁸ Órfão de mãe aos 10 anos de idade mudou-se com a família para São João Del Rei, onde cursou a Escola Normal. Abandonado aos 13 anos pelo pai, Albino Esteves teve que buscar sua própria subsistência, deste modo, a orfandade e a escassez de recursos o levaram para a imprensa. Sua relação com a educação, além de sua formação inicial adveio com a nomeação para Inspetor municipal de ensino em 4 de setembro de 1904, função exercida até 1911. A valiosa obra de Albino Esteves, o livro, Álbum do Município de Juiz de Fora, foi o resultado de pesquisas nos anos de 1904 a 1915 e tem provido caras informações históricas sobre o município para vários pesquisadores. (KAPELL, 2019).

O anno passado⁶⁹, ainda possível me foi proporcionar às creanças desta terra um arremedo de festa infantil: este anno quasi nada consegui de prêmios, ficando, pois, inutilizados os meus esforços. Os filhos dos abastados têm quem lhes offereça bailes; têm os seus bondosos papaes que, agora pelo Natal, lhes dão presentes muito mimosos; não têm necessidade de trabalhar nas horas de folga da aula; mas... os filhos dos pobres não têm nada disso, e eis porque em nome deles eu pedi premios, e assim o fazia quando inspector escolar. (sic.) (*Pharol*, 18 de nov. de 1903).

Ao finalizar sua matéria A. fez discreta referência ao novo modelo de instrução pública, os Grupos Escolares, “escolas publicas installadas em magnificos predios”.

Citamos constantemente os paizes europeus; pois bem, lá, quer associações, quer municipalidades, instituem premios e o encerramento das aulas revestese de toda solemnidade. Está claro que não me refiro, à dos collegios, sim das escolas publicas installadas em magnificos prédios. (*Pharol*, 18 de nov. de 1903).

Queremos assim demonstrar além das expectativas com as escolas públicas primárias, especialmente aquelas instaladas em magníficos prédios, os Grupos Escolares, destacar a participação ativa dos intelectuais e jornalistas que fizeram parte do *Pharol* e que possuíam relações políticas e educacionais na cidade, o que assinalava certa influência do jornal.

Nesse interim, de reconhecimento da importância e alcance do jornal, as páginas do *Pharol* deu voz às manifestações de clamor por implantação de Grupos Escolares em diversas cidades. Destacamos aqui Ouro Preto, a antiga capital mineira, que nutria descontentamento e indignação por não haver ainda na cidade um Grupo Escolar.

Após a regulamentação que criou a modalidade dos Grupos Escolares em Minas Gerais, o *Pharol* noticiou a criação dessas escolas em várias cidades, a começar pelos Grupos Centrais de Juiz de Fora, os primeiros e na sequência foram mencionadas outras cidades, que dentre elas citamos algumas, Belo Horizonte, São João Nepomuceno, Sabará, Barbacena, São João Del Rei, Bicas, etc. Visto que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do estado estava ficando “para trás” no progresso da instrução pública, não se acanharam em protestar duramente a esse respeito.

Na edição de 29/30 de abril de 1907, na coluna, Municípios, foi publicada a pedido do correspondente de Ouro Preto, a matéria que abriria o áspero debate sobre a criação do Grupo Escolar desta cidade. Foi relatado que alguns vereadores da cidade de Ouro Preto, os quais

⁶⁹ Conforme nota publicada no *Pharol* em 25 de novembro de 1902, o número de prêmios distribuídos no referido ano foi de 126 e todas as crianças receberam brinquedos em uma festiva solenidade noticiada com muito entusiasmo.

constituíam oposição ao governo municipal requereram uma sessão extraordinária onde seriam aventados os meios adequados de que a municipalidade poderia lançar mão em cooperação ao Governo estadual para a criação de um ou dois Grupos Escolares na cidade, denominada no artigo como “[...] grande obra da remodelação do ensino, que constitui a nota vibrante, o rastro luminoso da administração do dr. João Pinheiro, secundado pelo dr. Carvalho Britto.” (*Pharol*, 29 e 30 de abr. de 1907). A sessão teria por fim deliberar sobre auxílios para a criação dos Grupos Escolares “[...] neste mal fadado município, infelizmente convertido em *pandemonium* da politicagem de campanário.” (*Pharol*, 29 e 30 de abr. de 1907).

Após a apresentação da proposta pelo vereador da oposição, João Velloso, o agente executivo da câmara respondeu com “[...] milhares de embargos, apelando para a lei com argumentos sofisticados.” (*Pharol*, 29 e 30 de abr. de 1907). O vereador reagiu acusando a casa de impatriótica e terminou com a afirmação de que a “Câmara esta convertida em um armazém dominado pelas ratazanas.” (sic.) (*Pharol*, 29 e 30 de abr. de 1907).

Na semana seguinte outra publicação em apelo por Grupos Escolares chamou a atenção para a necessidade da municipalidade em seguir o edificante exemplo de suas coirmãs que “[...] colocam a felicidade do povo no plano mais elevado de seus merecimentos, ao passo que a nossa chafurda, no tremedal da política, na fermentação pútrida do partidarismo, os nossos mais invioláveis direitos.” (*Pharol*, 04 de mai. de 1907). Desejosos para também obter o ensino moderno e indignados com a política de Ouro Preto a matéria foi encerrada no mesmo tom.

E nós medianeiros deste Povo grande pelo seu passado, sublime pela tolerância e resignação de sua índole cristã sopegando esmagadoramente os vampiros famélicos, oferecemos ao dr. João Pinheiro a palma da gratidão. Anathemas e maldições cuspiremos sobre os eternos inimigos deste torrão abençoado chamado simbolicamente a Jerusalém da República. (*Pharol*, 04 de mai. de 1907).

A “politicagem” em torno da criação de Grupos Escolares era uma prática usual. Mesmo sob os preceitos da legislação que previa prioridade “[...] às localidades que contribuíssem com terrenos e donativos para a instalação das escolas. [...] a autorização do Conselho Superior, tendo em vista o critério de prioridade, era subestimado, uma vez que a determinação da criação da escola constituía um ato do governo.” (Souza, 1998, p.93).

Além do exemplificado ocorrido com Ouro Preto, também foi expresso no *Pharol* em 1910 a promessa por criação de Grupos Escolares para ganhar a simpatia do povo. “O dr.

Wencesláo, querendo arranjar sympathias nos municipios continua a fazer toda especie de promessas, como sejam, construcção de estradas, pontes e grupos escolares, promessas que mesmo que quizesse, não poderia cumprir, até porque já não ha mais recursos no thesouro.”(sic.) (*Pharol*, 11 de jan. de 1910).

Conforme publicado na mesma matéria, ao norte de Minas Gerais havia um grande movimento reacionário contra as candidaturas à presidência e vice-presidência da República do Marechal Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás. Enquanto que quase a totalidade dos municípios da região mencionada apoiava a chapa de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins e Ruy Barbosa, razão pela qual foram feitas promessas por melhoramentos para “arranjar simpatias”.

A temática dos Grupos Escolares foi amplamente noticiada no *Pharol*, não só das questões em Juiz de Fora como em outras cidades mineiras e até mesmo paulistas, solicitações pela criação de Grupos Escolares, eventos de inauguração de estabelecimentos, datas de matrículas e exames finais e verbas para construção dos prédios foram alguns dos desdobramentos do assunto presentes no jornal.

Além da instituição dos Grupos Escolares a Reforma João Pinheiro em 1906 implementou importantes medidas de modernização no campo da instrução pública primária. O objetivo da seção seguinte é trazer a lume as principais discussões, sobre tais medidas, presentes no *Pharol* concernentes às mudanças no ensino primário público a partir da Reforma João Pinheiro.

4.3 O ideal de instrução pública na perspectiva das veiculações do *Pharol* a partir da Reforma João Pinheiro

Consideramos iniciar esta seção com uma matéria publicada 12 anos após a implantação da reforma de 1906, o que possibilitará observar, à luz do jornal, quão exitosas ou não foram as medidas. A extensa nota dedicou mais da metade de seus escritos colocando a reforma como baluarte robusto para o progresso da instrução em detrimento do antiquado e retrógrado modelo anterior.

Quando em setembro de 1906 assumiu a presidência de Minas o saudoso estadista d. João Pinheiro da Silva, o ensino primário no grande Estado central ministrado sob methods antiquados, retrogradados, reclamava a acção remodeladora de um governo que tivesse como principal objectivo o combate ao analfabetismo como pioneiro do progresso e da felicidade de

um povo. A instrução primaria em Minas era, então, ministrada em escolas isoladas, espalhadas pelos recantos do Estado, sem a necessaria e methodica fiscalização. Os edificios em que funcionavam as escolas, com rarissimas excepções, eram acanhados, anti hygienicos, sem luz, desprovidos do necessario material escolar. Tudo, enfim, era imperfeito. [...] A reforma instituiu Grupos Escolares, casas de ensino de apparencia agradável, em que professores gosam de relativo conforto. Como complemento logico da reforma radical operada na instrução primaria, o governo creou o corpo de inspectores regionaes ou technicos, destinados a levar aos professores dos mais longínquos recantos do Estado instrucções acerca dos novos methods de ensino, as condições hygienias das escolas, etc. (sic.) (*Pharol*, 28 de dez. de 1918).

No trecho apresentado foi notória a permanência da ideia de que o novo modelo de instrução havia superado o então existente, conforme dito no jornal, “tudo era imperfeito”. A publicação da nota foi motivada pelos rumores de uma nova reforma, momento adequado para a participação do jornal no debate social e educacional, assim como também para reivindicar as melhorias julgadas necessárias.

Vêm estas linhas a proposito do consta que já se annuncia, de uma reforma da instrução primaria em Minas. O presidente Arthur Bernardes, convencido de que ha imperfeições no departamento de instrução primaria, ao que diz está elaborando uma reforma no sentido de corrigir essas imperfeições. (sic.) (*Pharol*, 28 de dez. de 1918).

Por conseguinte, o jornal expressou sua preocupação com a reforma e criticou a prática política de implementação de novas medidas com fins de marcar tal governo e não de produzir reais melhorias.

Infelizmente, em nosso paiz, homens publicos, são dominados pelo dellirio das reformas. O governo que chega tem satisfação em reformar tudo quanto fez o governo que sae. E, não raro, as reformas, longe de corrigir os erros existentes, dão origem a erros ainda mais perniciosos. (sic.) (*Pharol*, 28 de dez. de 1918).

Na segunda metade da matéria o autor apontou questões que mereciam ser tratadas com as novas medidas.

Todavia, seja-nos permitido lembrar ao governo mineiro uma medida que suppômos deve merecer sua atenção, na confecção da reforma projectada. Esta, sem duvida a mais importante, é a que se prende à questão dos vencimentos. Os inspectores technicos ou regionais, os directores de grupos e os professores percebem, respectivamente, 540\$, 275\$ e 163\$000 mensaes, sendo que os primeiros, os inspectores, estão sujeitos às despesas de viagens. [...] Pelo regulamento em vigor, esses servidores do Estado não podem exercer outras profissões. Poderão elles viver decentemente, honestamente,

com os vencimentos exiguos que percebem? (sic.) (*Pharol*, 28 de dez. de 1918).

Dentre os problemas apontados, a falta de qualificação na nomeação de inspetores e diretores escolares e as remoções de professores foram mencionados.

FIGURA 24. Nota sobre a falta de qualificação na nomeação de inspetores e diretores escolares

A instrução primaria que, em Minas, como nos demais Estados da Federação é superintendida pelo departamento do Interior, a pasta politica por excellencia, entrou num periodo de desorganização.

Os inspectores technicos, então removíveis semestralmente, passaram a não ter época determinada para mudança de circumscripção. Para o numero delles entraram afillhados politicos, alguns dos quaes competentes, quasi todos, porém, sem o necessario tirocinio do magisterio primario, o que os impossibilitava de exercer a profissão com a proficencia reclamada por esta.

O grupos escolares tiveram á frente de sua direcção homens que não tinham a precisa envergadura para o cargo, concorrendo este facto para que em muitos delles desaparecesse a disciplina indispensavel a taes estabelecimentos. Ainda em consequencia de lutas politicas, deram-se no magisterio primario remoções de professores e directores de grupos, com flagrante prejuizo do ensino.

FONTE: (*Pharol*, 28 de dez. de 1918)

Nota-se a constante menção de “politicagem” que influenciavam prejudicialmente no desenvolvimento da instrução. No decênio seguinte, sobre a função dos inspetores escolares, o jornal destacou sua importância de modo bastante contundente.

A efficiencia e o progresso do ensino dependem de activa inspecção, acurada uniformização e optima orientação. O professor que trabalhar guiado por uma tal forma apresentará positivo resultado. Uma vez, porem, que isso lhe falte, os fructos colhidos não corresponderão à energia dispendida. (sic.) (*Pharol*, 17 de jul. de 1925).

Concernente ao contexto dos anos de 1920, este, transcorreu em clima de guerra civil. Importantes mudanças ocorreram do ponto de vista educacional como desdobramento político e social face e este fato histórico.

Se em 20 houve propostas “modernizadoras”, seu sentido não foi o de acenar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da “nacionalidade”, tais propostas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um particular projeto da sociedade. (Carvalho, 1998b, p.26, grifos da autora).

O *Pharol* não apagou suas luzes, mas, projetou seu foco em defesa da nacionalidade sinalizando o ideal de instrução pública que haveria de ser preconizado. Em 1918, ainda sob contexto de guerra, o jornal publicou uma matéria intitulada, “O ensino em Minas”, que discutiu amplamente sobre o “perigo da desnacionalização”.

Sabemos que, de antemão muitas das medidas reclamadas pela opinião civico patriótica dos brasileiros, que aqui em Minas reclamam contra a influencia da infiltração allemã, nacionalidade que nos impôs também o flagello da guerra [...] Não somos mata-mouros ou quixotescos, nem estamos a pedir coisas que nos venha crear embaraços internacionais para o futuro ao ser concluida a paz. Mas insistimos no pedido de acção mais energica por parte do governo estadual cujas intenções rectas, cujo patriotismo, enfim, seria injusto desconhecer ou contestar, no departamento do ensino primario e normal. [...] Pode-se controverter, na região das doutrinas, mais ou menos abstractamente se ha ou não um perigo nacional, mediato ou immediato, no facto de entregar o Estado, discrecionaria e oficialmente, a formação do professorado primário nacional nas mãos de congregações religiosas estrangeiras, embora o regimen de laicidade instituido para nossas relações civis internas. (sic.) (*Pharol*, 06 de jun. de 1918).

Conforme já demonstrado anteriormente, Juiz de Fora possuía um grande contingente de imigrantes alemães e nesse ambiente de guerra, possivelmente gerou o sentimento de ameaça também no âmbito local. A nota chamou a atenção para o princípio de laicidade instituído para nossas relações civis internas, que previa a liberdade de culto de qualquer credo sem imposição oficial de nenhum, e que, por outro lado, não incluía entregar “[...] o ensino primario com a magna tarefa de educar candidatos à função magisterial rudimentar a uma confissão de outros nacionaes.” (sic.) (*Pharol*, 06 de jun. de 1918).

A preocupação com o ensino da cultura, dos valores cívicos ou morais de outra nacionalidade àqueles que teriam a missão de ensinar os meninos configurava no

entendimento do redator um “erro gravíssimo”, pois suas inclinações promoveriam uma desnacionalização.

A matéria citou o exemplo de um instituto de ensino primário em Santa Catarina dirigido por freiras alemãs, isto é, “por nacionaes de um paiz inimigo” e que ousava em dias de festividade religiosa “arvorar o pavilhão de sua nacionalidade”. O hasteamento da bandeira alemã na fachada do instituto produziu grande indignação.

[...] a maior injuria, o mais audacioso desrespeito à nossa soberania de povo livre, a mais cruel affronta atirada à face da nação brasileira por aquelles que deveriam estar sujeitos a restricções em sua liberdade, como subditos de um paiz que nos impôs o estado de guerra. Só este audaz desrespeito, independente dos ensinamentos maus com que ali pretendam a desnacionalização de pequeninos inocentes compatricios, justificaria o acto, mero expediente administrativo, do governo, se ordenasse, desde logo, o fechamento do inconveniente estabelecimento. [...] Nem é crível que simples expediente administrativo, medida preventiva e de segurança, venha a crearnos embaraços internacionaes futuros. (sic.) (*Pharol*, 06 de jun. de 1918).

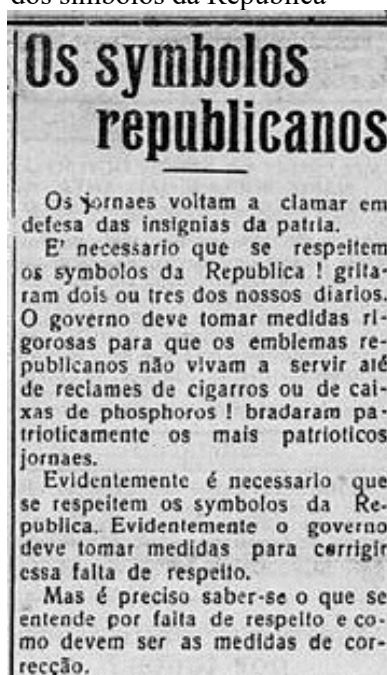
Diante da conjectura social e política dos anos de 1920, nas ideias de organização e progresso que subjaziam a instrução ganhavam “[...] importância nuclear a questão da formação cívica e moral, como base para o soerguimento de amplos quadros de nacionalidade.” (Nagle, 2009, p. 263). A esse respeito,

No esforço de outorgar identidade à vida coletiva, Wenceslau Brás, presidente da República, decreta o fechamento de centenas de escolas em áreas de colonização no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul por ensinarem em língua alemã. Passo seguinte, o Decreto n. 13.014, de maio de 1918, estipula a criação de escolas subvencionadas em núcleos de descendentes de imigrantes, ao todo, 404 unidades. [...] De par, Orestes Guimarães, professor paulista comissionado em Santa Catarina é nomeado inspetor escolar federal das Escolas Subvencionadas pela União. (Monarcha, 2016, p.224).

Algumas ações com fins de fortalecimento e afirmação da nacionalidade ocorreram nesse período. Em 1916 foi fundada a Liga de Defesa Nacional por iniciativa de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. Dentre os objetivos mais específicos da Liga, citamos alguns, quais sejam, manter a ideia de coesão e integridade nacional, difundir a instrução militar, desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no país, difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo e combater o analfabetismo. (Nagle, 2009).

O movimento cívico-patriótico na imprensa abrangeu publicações de cunho político e também educacional. De natureza política, foram fartas as matérias sobre os símbolos pátrios, comemoração de datas patrióticas, apelo ao culto das tradições ou cívico, etc. Nesse mote, em 1919 o *Pharol* publicou um apelo em defesa dos símbolos da república. O texto denunciou a irreverência e banalização no uso do hino nacional, “[...] que chegou ao ponto de ser trivial no Circos de Cavallinhos, todo o mundo sabia quando o palhaço ia pisar em scena. A entrada era avisada com dois ou três compassos do nosso hymno.” (sic.) (*Pharol*, 30 de mar. de 1919).

FIGURA 25. Apelo em defesa dos símbolos da República

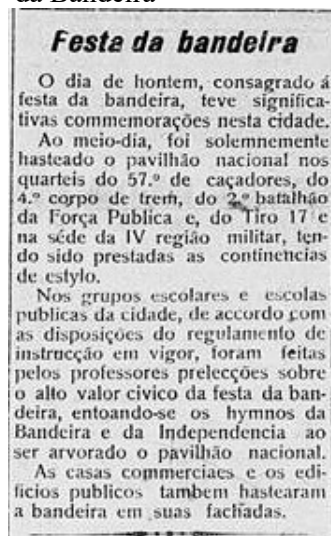


FONTE: (*Pharol*, 30 de mar. de 1919)

A campanha dos jornais, “os mais patrióticos”, foi profícua. “Nesta terra só se fazem as coisas quando os jornaes abrem campanhas. A grita da imprensa repercutiu no Congresso. Houve discursos, palavrórios, o diabo, e, quando cessaram os discursos e palavrórios, havia uma lei regularizando o hymno.” (sic.) (*Pharol*, 30 de mar. de 1919).

No mesmo ano em 26 de novembro, foi realizada a Festa da Bandeira, conforme figura a seguir, um tributo a este símbolo, um ato de chamamento cívico-patriótico para toda a sociedade a fim de evocar sentimentos de patriotismo e unidade.

FIGURA 26. Ato público cívico-patriótico, a Festa da Bandeira



FONTE: (*Pharol*, 26 de nov. de 1919)

Os atos cívico-patrióticos dos quais as escolas públicas participavam, as liturgias cívicas que precediam os eventos especificamente escolares — início e encerramento do ano letivo, exames finais, comemoração de datas patrióticas, todos estes ganhavam sempre atenção da imprensa e somavam grande número de notas jornalísticas — corroboravam para a realização do propósito de difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo, mencionado pela Liga de Defesa Nacional. Portanto,

[...] alardea-se o poder agregador da escola primária, instituição social essencial às instituições políticas, ao civismo, à saúde e ao rendimento econômico. Se se atribuía à escola a finalidade de homogeneizar as populações – a cada nova geração, seriam concedidos o domínio da língua na forma culta, noções de geografia e história pátria, folclore, civismo e moral; paulatinamente, as finalidades da educação constantes nos regulamentos e regimentos, “o fim da escola é alfabetizar”, “promover a educação física, moral e intelectual”, o “ensino de letras”, são substituídas por outra finalidade, o ideal de construção da identidade nacional. (Monarcha, 2016, p.225).

Além das discussões ora mencionadas, a preocupação com a qualidade do ensino foi tema que nutriu as páginas do *Pharol* no período final da Primeira República. Consoante a atmosfera dos anos 1920, ganharam relevo o movimento reformista e remodelador⁷⁰ da

⁷⁰ Sobre o movimento educacional brasileiro na década de 1920, vide estudos de CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de*

escola, sem deixar de considerar o problema do analfabetismo. Conforme se pode notar em publicação de setembro de 1923.

Quem acompanha a acção do sr. Mello Vianna, secretario do Interior, sente logo que, no que diz respeito à instrução publica, está agindo não só com energia, mas ainda com verdadeira inteligência, para que esse serviço – o mais importante de quantos o governo possa dar ao povo – resulte efficaz. Com effeito, para dar combate ao analfabetismo, não basta manter escolas por toda parte e augmentar sempre seu numero. Cumpre que taes escolas sejam boas e entregues a professores habilitados. Ora, nem sempre isso acontece. Em innumeradas escolas estaduais o ensino não offerece os resultados que eram de esperar, em vista da incapacidade ou da desidia de seus regentes, que não se esforçam no cumprimento de sua missão, desejando apenas fazer jús ao ordenado mensal com sua presença diaria nas salas de aulas. O sr. Mello Vianna, por intermedio dos inspectores e fiscaes, está exercendo severa e proficua vigilância nesse sentido buscando assim tornar proficuo o ensino em todos os estabelecimentos mantidos pelo Estado. Optima orientação é essa. Ella salvaguarda os interesses do povo, que terá instrução de verdade, e os do Estado, que não dispenderá dinheiro em pura perda, com escolas cujos alumnos não apresentam aproveitamento de especie alguma e cujos professores só visam o ordenado no fim de cada mez. A primeira vista a supressão de escolas, num paiz que tanto necessita delas, parecerá um abosurdo. Verificadas, porém, as causas da supressão, logo se vê ser ella justa e necessária. Para que o sacrificio de custear escolas em que o ensino não existe? O sr. Mello Vianna, fiscalizando o ensino com rigor, está prestando ao Estado um grande serviço. (sic.) (*Pharol*, 20 de set. de 1923).

A defesa feita pela qualidade do ensino se apoiou na ideia de que esta não seria possível sem professores habilitados e dispostos a cumprirem sua missão. Ficou evidente na perspectiva do autor que a quantidade de escolas não garantiria êxito contra o analfabetismo.

Dentre os apontamentos sobre os ideais de instrução pública na perspectiva do jornal, cumpre mencionar a questão religiosa, já discutida no capítulo dois, no ensino público. No ano de 1925, em evento público e noticiado pelo *Pharol*, a imagem de Cristo foi “entronizada” nos Grupos Escolares Centrais. A solenidade contou com o chefe do gabinete da presidência do Estado, Mario de Lima.

FIGURA 27. A entronização da imagem de Cristo nos Grupos Escolares



FONTE: (*Pharol*, 26 de jun. de 1925)

Procurando concluir, esta seção se ocupou em identificar os temas mais frequentes nos debates concernentes à instrução pública primária privilegiados nas publicações do jornal observados ao longo do período proposto, que foi estabelecido como ponto de partida a Reforma João Pinheiro em 1906, que instituiu a modalidade dos Grupos Escolares e que representou a proposta moderna de escolarização em Minas Gerais.

A partir desse levantamento foram apontadas as questões mais recorrentes, quais sejam, as discussões em torno dos inspetores escolares como agentes importantes para o alcance da eficiência e do progresso do ensino, as preocupações com a desnacionalização e, por conseguinte, a prática dos atos cívico-patrióticos como solução para o problema, a ênfase na qualidade da educação em detrimento da expansão de escolas e, por fim matérias que sinalizavam o retorno do ensino religioso nas escolas. O tema que permeou grande parte dos debates foi o do analfabetismo.

Alinhado aos movimentos políticos e educacionais, o *Pharol* veiculou as principais representações construídas na perspectiva da instrução pública primária dando nítida feição do ideal de instrução pública que deveria ser preconizada nas ações e reformas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não duvideis; erguei vossos olhos e dirigi vossas vidas para o horizonte do feliz futuro da civilização, da liberdade e do progresso e então vereis que é preciso uma nova era de governo, era da Republica Federal do Brazil. (sic)

— O PHAROL, 1888

Progresso e civilidade. Iniciamos e concluímos esta tese com estas palavras que com seus sentidos e significados marcaram o período histórico referido nesta pesquisa e constituíram o “fio condutor” para a interlocução entre as categorias consideradas pela pesquisa e os debates presentes nas publicações do Jornal *Pharol* sobre a temática central, a instrução pública. Em meio aos muitos questionamentos provocados pela pesquisa, destacamos o que é intuitivo para o periódico; O que o *Pharol* estava iluminando no período proposto? As luzes do *Pharol* guiavam a sociedade juiz-forana para o “feliz futuro” do progresso e da civilidade? Ainda que estas considerações finais apresentem algumas respostas, estas serão apenas uma medida de outras discussões que poderão ainda ser empreendidas, pois, no campo historiográfico, as conclusões são sempre provisórias.

A “adiantada” cidade de Juiz de Fora, modo comumente é retratada pelo jornal, recebeu alguns nomes que se referiam ao seu grau de adiantamento em diferentes setores. Chamada de *Athenas Mineira* por seu progresso intelectual, a cidade que possuía o maior número de artistas, escritores, estabelecimentos de ensino e publicações diárias e periódicas em relação às outras cidades mineiras, de *Manchester Mineira* por ser a cidade mais comercial e industrial do Estado e o título *Princesa de Minas* fazendo referência à realeza. O Jornal *Pharol* foi um entusiasta do progresso, suas publicações além de destacarem os virtuosos adiantamentos de Juiz de Fora nos setores, industrial, comercial e intelectual, também reclamavam medidas que interessavam ao progresso e à civilização.

Mais do que porta-voz sobre os mais diversos assuntos de grande relevância para o município, o jornal buscava assumir o papel de “guia” para a construção de uma Juiz de Fora moderna. Os editoriais concernentes à agricultura — a valorização do café produzido na cidade e suas perspectivas de exportação, ideias de criação de agremiações de produtores e seus benefícios — incentivaram os fazendeiros na formação de um Club da Lavoura em 1881.

O Prestígio do *Pharol* pôde ser observado no fato do jornal ter sido durante anos o órgão oficial de publicação das atas das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora durante a propriedade de George Charles Dupin. Também foi notória sua influência na cultura juiz-forana. Nesse sentido, sobre a fundação da Academia Mineira de Letras com sede na cidade, fator que engrossava seu progresso intelectual, dentre os doze intelectuais que a fundaram, somente dois não eram colaboradores do Jornal *Pharol* naquele momento. O literato redator do *Pharol*, Heitor Guimarães, foi fundador e diretor da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora. Os homens de imprensa do *Pharol*, proprietários, redatores e colaboradores, eram homens proeminentes, pois ocupavam posições importantes na sociedade juiz-forana. Dentre alguns destaques, mencionamos inspetores de ensino, diretor do primeiro grupo escolar da cidade, escritores e professores.

Além dos sinais de progresso já elencados sobre Juiz de Fora, é devido mencionar importante questão sobre a constituição histórica da *Athenas Mineira*, sua singularidade sob o ponto de vista religioso. A imigração foi um elemento que impulsionou a industrialização na cidade e influenciou no seu progresso. Dentre as diferentes nacionalidades dos imigrantes que foram para Juiz de Fora, os alemães, que constituíam a maioria dos trabalhadores da ferrovia eram também em sua maioria protestantes. Das indústrias instaladas em Juiz de Fora entre 1858 e 1912, 43,07% pertenciam a imigrantes germânicos de filiação protestante. A forte presença do protestantismo, fé professada pela maioria dos imigrantes alemães em Juiz de Fora marcou o desenvolvimento industrial da cidade e foi, dentre outros, elemento que influenciou o seu progresso, mas também deu origem a grandes tensões entre católicos e protestantes.

As constantes práticas de intolerância religiosa contra os protestantes ocorridas em Juiz de Fora, ganhavam destaques nas páginas dos jornais. O *Pharol* reprovava as hostilidades praticadas e alegava que assim deveriam proceder todos os “espíritos esclarecidos”. O posicionamento do jornal não o colocava em posição de defensor da religião protestante, mas sim dos princípios de civilidade condizentes com o progresso e a modernidade eurocentrados.

Além disso, o período referente ao recorte desta pesquisa foi bastante conturbado, pois foi quando ocorreu a separação entre Estado e Igreja. A denominada “Questão religiosa” foi amplamente debatida. O debate sobre a laicidade no ensino ganhou evidência nos jornais que foram palco de calorosas discussões. O movimento pró e contra o ensino religioso na educação, especialmente a popular, originou muitos embates entre católicos e republicanos. Apesar da frequente declaração pelo próprio jornal de imparcialidade e neutralidade, a pesquisa indicou as inclinações pró-ensino religioso do *Pharol*. Com base na análise das

matérias publicadas com a temática do ensino religioso⁷¹, 75% foram favoráveis ao ensino dos preceitos religiosos e defenderam a ideia de que por meio da religião nas escolas se poderia regular comportamentos e forjar o homem civilizado.

Do ponto de vista da civilidade, o jornal denunciava firmemente o vandalismo e os maus costumes, pois contradiziam a imagem da adiantada Juiz de Fora, apregoada pelo *Pharol*, a mais civilizada cidade mineira. Notas sobre o problema da *vagabundagem* e dos *vícios com jogatinas* foram amplamente publicadas e imputavam ao poder público, polícia e políticos, a responsabilidade na tomada de medidas disciplinadoras. A ordem social republicana perpassava pela mentalidade difundida na época sobre a formação do novo sujeito social que necessitava moldar o novo homem nos princípios de civilidade. Outrossim, a representação de civilidade como artefato de conformação social estampava as páginas do jornal.

Tratando então dos principais elementos veiculados no *Pharol* que constituíram a amálgama do debate educacional na Primeira República destacamos o problema do analfabetismo. Recorrente nas publicações do jornal no período referente a esta pesquisa o analfabetismo foi mencionado como *abominação*, *calamidade* e *opróbrio*, responsável por retardar a marcha para o progresso, para a formação moral e social. Também engrossavam as páginas do *Pharol* publicações sobre a realidade da escassez de recursos para financiamento da instrução pública e a imagem de um ensino primário precário pela ausência de escolas tendo como consequência a conservação do analfabetismo.

O combate ao analfabetismo foi um reclame perene no jornal observado em todo o recorte temporal proposto pela pesquisa, conforme exposto no texto. As páginas do jornal configuraram espaços importantes para a difusão de percepções e valores da época. A esse respeito as representações veiculadas no *Pharol* referentes ao analfabetismo o caracterizaram como grande opositor do progresso da nação e do processo civilizatório. “A campanha contra o analfabetismo é a sagrada causa nacional; contra ella e acima della, não há antepor nenhuma outra. A Patria precisa entrar na escola para nella illuminar-se e ser a intelligencia creadora.” (sic.) (*PHAROL*, 08 de jan. de 1919). A citação sintetizou, de certo modo, a problemática do analfabetismo à luz do *Pharol*, a prioridade e a emergência da causa.

Outra categoria conjugada à instrução pública constante neste estudo com grande discussão no *Pharol* foi o higienismo. Instruir e higienizar constituíram demandas de destaque para o processo civilizatório da nova ótica republicana. Os preceitos de sanitarismo e higiene

⁷¹ Vide quadro 4.

assinalavam uma cultura de vivência urbana necessários ao progresso da civilidade e da modernidade. As frequentes epidemias de varíola, cólera, tifo e febre amarela advindas das deficiências sanitárias eram obstáculo em Juiz de Fora para o alcance deste almejado progresso. O cenário preocupante de Juiz de Fora ganhou a atenção do *Pharol* que assumiu as questões sanitárias como frente de batalha cobrando do governo municipal, do governo provincial, posteriormente estadual, para que fossem tomadas as medidas de sanitarismo, higiene pública, segurança e controle social.

Inaugurada em 20 de outubro de 1889 a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora marcou com grande participação o movimento higienista da cidade. A representatividade do *Pharol* na SMCJF, por ocasião da inclusão de seu redator José de Andrade Braga no rol dos membros beneméritos da sociedade, aliás, o único jornal que recebeu a honraria, denotou sua participação ativa no movimento higienista na cidade de Juiz de Fora.

A SMCJF foi bastante influente em Juiz de Fora. O fato de que alguns membros da sociedade terem ocupado cargos políticos, quais sejam, vereador, presidente da câmara de vereadores, prefeito, deputado e senador, corroborou para uma notória influência na política municipal. Essa influência pôde ser observada nos gastos com a higiene no período de 1898 a 1907, que foi o dobro daqueles direcionados à educação⁷².

O saber médico em busca de uma maior legitimação social expandiu-se para diversas áreas, dentre elas a da educação. No âmbito da higiene escolar, foram veiculadas no jornal, nos anos de 1885 a 1926, um total de 73 notas sobre diversos temas, dentre os quais mencionamos os de maior reincidência, o mobiliário e iluminação das escolas, a apresentação de atestado de vacina e de boa saúde para admissão à matrícula de todos os estabelecimentos de instrução, a inspeção médica escolar e a mudança de horário para os Grupos Escolares que funcionam pela manhã com prejuízo de hora para o almoço das crianças. Conforme apresentado, o padrão higiênico esteve presente nas discussões educacionais empreendidas no *Pharol* no período estudado. A análise das matérias constatou sua participação ativa e assinalou seu engajamento no debate social e educacional afinado com os preceitos de progresso e civilidade.

O último elemento que será aqui exposto constante de um conjunto que buscou descortinar quais eram as representações de progresso e civilidade do ponto de vista da instrução pública, presentes no jornal *Pharol*, na verdade foi o primeiro a ser pesquisado, os Grupos Escolares. A intenção inicial da pesquisa seria priorizar as representações sobre os

⁷² Vide tabela 12.

Grupos Escolares no *Pharol*, contudo, após um período no exercício investigativo empreendido, outros fatos e movimentos foram se apresentando com bastante foco no jornal, e foram entendidos como essenciais no diálogo com a instrução pública primária na Primeira República. Não se pode negar que a institucionalização da escola primária na modalidade dos Grupos Escolares foi a representação do progresso e da modernidade da época.

Este projeto cultural e educacional republicano se difundiu por todo o país a partir do primeiro modelo instaurado em São Paulo em 1890. Em Minas Gerais, antes mesmo da Reforma João Pinheiro ser instaurada em 1906, a qual, dentre outras medidas, instituiu a escola graduada, na *Athenas Mineira* já estava em funcionamento em caráter experimental desde 1901 os Grupos Escolares. O primeiro grupo foi criado pelo Decreto n. 1886 em 04 de fevereiro de 1907, tendo 470 alunos matriculados. Seu primeiro diretor foi José Rangel, colaborador do *Pharol*. O jornal noticiou com grande entusiasmo a chegada desse melhoramento na cidade. Para atender a grande procura por matrículas no grupo, no mesmo ano, em 23 de março foi criado o segundo Grupo Escolar da cidade, que contou com 396 alunos, sob a direção também de José Rangel.

Os dois grupos funcionavam no mesmo prédio em turnos diferentes, situação que rendeu grandes embates na imprensa. Lindolpho Gomes, Inspetor Técnico de Ensino e redator do *Pharol* foi um defensor do funcionamento matutino de um dos Grupos Escolares com o argumento que o horário também estava de acordo com a opinião dos mais competentes pedagogistas e na regulamentação escolar dos países mais civilizados e também os mais reconhecidos higienistas que apregoavam a necessidade de fazer com que crianças e adultos se levantassem cedo. Destacamos que a equivalência aos ditos países mais civilizados sempre esteve presente nos discursos dos literatos do *Pharol*. A disputa pela validação das “opiniões” entre o *Pharol*, favorável ao horário matutino e os jornais *Correio da Tarde* e *Correio de Minas*, discordantes do horário ganhou contornos de competição, demonstrando qual jornal teria seu posicionamento efetivado, o que significaria prestígio e autoridade. No *Correio de Minas*, Estevam de Oliveira “rebatia” as publicações de Lindolpho Gomes.

Ademais, a temática dos Grupos Escolares foi amplamente noticiada no *Pharol*, não só das questões em Juiz de Fora como em outras cidades mineiras e até mesmo paulistas; solicitações pela criação de Grupos Escolares, eventos de inauguração de estabelecimentos, datas de matrículas e exames finais e verbas para construção dos prédios, reclames por melhorias, foram alguns dos desdobramentos do assunto presentes no jornal.

Salientamos que a participação ativa dos intelectuais e jornalistas que fizeram parte do *Pharol* e que possuíam relações políticas e educacionais na cidade assinalava a influência do

jornal e ainda, que ficaram explícitas as representações sobre os Grupos Escolares nas “luzes do farol”, quais sejam, que a modalidade era o símbolo de progresso e de modernidade e que somente por meio desse tipo de instituição seria possível empreender os melhoramentos para o ensino primário. Nessa perspectiva, o *Pharol* sintetizou qual seria o ideal de instrução pública ativado em temas contíguos e conexos entre si em um período perplexo pelo problema ainda vívido do analfabetismo.

Diante da conjectura social e política dos anos de 1920, transcorrido em clima de guerra civil, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, nas ideias de organização e progresso subjaziam a questão da nacionalidade. O jornal projetou seu foco em alerta para o perigo da desnacionalização, tema por ele defendido e muito debatido em suas páginas. Com fins de fortalecimento e afirmação da nacionalidade emergiu um movimento cívico-patriótico na imprensa abrangeu publicações de cunho político e também educacional. Foram fartas as matérias sobre os símbolos pátrios, comemoração de datas patrióticas, apelo ao culto das tradições ou cívico, medidas de combate aos imigrantes que ensinavam em suas escolas seus idiomas e costumes e ainda a ampla defesa pela formação cívica e moral nas escolas públicas.

Na feição projetada pelo *Pharol* para um ideal de instrução pública foram elencados, a melhoria da qualidade do ensino e seus desdobramentos, a formação de professores e as discussões em torno dos inspetores escolares como agentes importantes para o alcance da eficiência e o progresso do ensino. O aglomerado dessas discussões se entrecruza com um tema antigo e prevalente em todo o período estudado, o problema do analfabetismo.

Nos constantes deste estudo foi possível averiguar a crença na escolarização das massas como panaceia e a participação do *Pharol* na produção e reprodução de um imaginário de progresso e civilidade em Juiz de Fora que considerava a instrução pública como meio de melhoramento cultural e moral da população. Os “homens de imprensa” do jornal tiveram projeção e influência na sociedade juiz-forana, o que valorava ao *Pharol* credibilidade e notoriedade às suas publicações.

Nestes termos, finalizamos este percurso cientes da provisoriedade destas considerações. Outras proposições, análises e interpretações podem ser evocadas para responder à magna indagação, “O que as luzes do *Pharol* pretendiam iluminar?”

REFERÊNCIAS

Livros e Capítulos de livro

ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: *Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

_____, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: SAVIANI, Dermeval.[et al.], (orgs.) *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. P. 95-122.

_____, José Carlos Souza. O progresso como norteamento da educação e suas especificidades na imprensa de Uberabinha entre 1907 e 1910. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 91-105.

_____, José Carlos Souza. A gênese da Escola Normal de Uberlândia/MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008b. p. 321 - 240.

_____, José Carlos; SCHELBAUER, Analete Regina. (org.). *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

BARBOSA, Rui. Excursão Eleitoral. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. v. XXXVII, tomo I, 1910. Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>. Acesso em 20 de ago. 2023.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Yuri Amaral. Pequena geografia histórica de Juiz de Fora: O processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX. Juiz de Fora, MG: FUNALFA; Curitiba, PR: CRV, 2017.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de Papel: A Imprensa e a História de papel. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JUNIOR, Décio. (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 151-174.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

BLAY, Beatriz. KALLÁS, Ana Lima. Caminhos do Rio a Juiz de Fora: do século XIX ao XX. In: CARVALHO, Maria Cristina Wolff de (Coord.). *Caminhos do Rio a Juiz de Fora*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998b.

CARVALHO; Carlos Henrique de; ARAÚJO; José Carlos; NETO, Wenceslau Gonçalves. Discutindo a história da educação; a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JUNIOR, Décio. (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p.

_____, Carlos Henrique de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates Educacionais na Imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931). In: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza. *História da Educação pela Imprensa*. Campinas: Alínea, 2007. p. 53 – 84.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: Final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. et al. (Orgs.) *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2007. p. 39 – 49.

COBEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 103 – 130.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa; Bertrand Brasil: Difel, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “*Europa dos pobres*”: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. 160p.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República*. Rio de Janeiro : Edição do Autor, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

_____, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

_____, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso: retrato histórico de uma polêmica. In: *Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX*. / Carlos Henrique de Carvalho e Wenceslau Gonçalves Netto (orgs.)- Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. 11-50.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte, Governo de Minas Gerais, setembro de 2000.

_____, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JUNIOR, Décio. (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 133-150.

_____, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)*. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-376-9>

FREYRE, Gilberto. República. In: MORAIS, Rubens Borba de; BERRIEN, Willian. (Dir.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro. Record, 1949.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. A escola e a vida na cidade em dois tempos: O Ginásio Mineiro de Uberlândia entre as décadas de 1930 e de 2000. In: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JR, Décio. (Org.). *O que a escola faz?* Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015. 145-169.

GONÇALVES NETTO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. / José Carlos Araújo e Décio Gatti Júnior (orgs.)- Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 197-225.

_____, Wenceslau. A Secularização da Sociedade Brasileira: tensões e conflitos em Minas Gerais nos primórdios da República. In: *Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX*. / Carlos Henrique de Carvalho e Wenceslau Gonçalves Netto (orgs.)- Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. 223-244.

GONDRA, José Gonçalves. *Medicina, Higiene e Educação Escolar*. In: LOPES, Eliane Marte Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed., 2000, p. 519 - 550.

_____, José Gonçalves. *Artes de civilizar : medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2004.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-emancipação: Família, Trabalho, Terra e Conflito*. (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume: Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

HABERMAS, Jurgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de uma sociedade burguesa*. 2. ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 2003

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IANNI, Octávio. *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? (1784). In: KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LYS, Edmundo. A imprensa em Juiz de Fora. In: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. *Imprensa mineira: memória histórica*. Ed. comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Belo Horizonte: Typ.Oliveira, Costa & Comp, 1922. p. 63-75.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

_____, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 149 – 178.

MARINS, Paulo César Garcez. *Caminhos de gentes, estradas de fortunas: artérias da história entre Minas, Guanabara, África e Europa*. In: CARVALHO, Maria Cristina Wolff de (Coord.). *Caminhos do Rio a Juiz de Fora*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 23 – 44.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o 2º império*. Primeira parte: exposição de princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. 205 p.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo do século XIX*. Cotia: Ateliê Editorial. 2000.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez e USP-IFAN. 1997. p. 101-140.

_____, Carlos. A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil-séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-420-9>

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte, MG: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962

NAGLE, Jorje. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: USP, 2009.

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1972.

NEVES, Margarida; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.

NISBET, Robert A. *A história da ideia de progresso*. Tradução de Leopoldo José Collor Jobin. Brasília: Editora da UnB, 1985.

NÓVOA, A. A Imprensa de Educação e Ensino. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-31.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. (Premiada pela Câmara Municipal. Lei nº 345, de 29 de Setembro de 1950) 2ª edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PASSOS, Mauro. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes; XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, 2002. p. 183-196.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

POPKEWITZ, Thomas S. Reconhecendo diferenças e fabricando a desigualdade: ciências da educação, escolarização e abjeção. In: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JR, Décio. (Org.). *O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar*. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 317-343.

PRATTA, Marco Antonio. *Mestres, Santos e Pecadores: Educação, Religião e Ideologia na Primeira República*. São Carlos: Rima, 2002.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre História*. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2008.

REIS FILHO, Casemiro dos. *Educação e ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf> Acesso em: 07 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1966.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval. Et al. (Orgs.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 101 – 151.

_____, Rosa Fátima de. *Alicerces da Pátria*. História da escola primária no Estado de São Paulo (1890 -1976). Campinas/SP: Mercado das Letras, 2009.

_____, Rosa Fátima de. *Escola e Currículo*. Curitiba/SP: IESDE, 2003.

_____, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães*. Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Formação do Federalismo no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do Moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em Foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. *O mestre-escola e a professora*. In: LOPES, Eliane Marte Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed., 2000, p. 95 - 134.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

WIRTH, John. D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

YAZBECK, Lola. *As origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1999. 169p.

ZANONE, Valério. *Laicismo*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.

Teses e Dissertações

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874 -1914)*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-103754/pt-br.php>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRAGA, Marina Fernandes. *Arquitetura e espaço escolar na “Atenas Mineira”: os grupos escolares de Juiz de Fora (1907 – 1927)*. 2009. Dissertação (Mestrado em educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/18172>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CARVALHO, Bruno Bernardes. *A descentralização política, administrativa e educacional: análise da organização da instrução pública a partir da Câmara Municipal de Juiz De Fora, Minas Gerais, 1889-1915 / Bruno Bernardes Carvalho*. 2022. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.7002>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CORDOVIL, Wilton Dias. *Do Caminho Novo a Manchester Mineira: as dinâmicas sócioespaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata Mineira*. 2013. 244 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1197> Acesso em: 12 jan. 2024.

SOUZA, Cristiane Oliveira de. *O projeto educacional idealizado por Estevam de Oliveira em defesa das escolas graduadas. (1900-1908)*. 118 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/936/1/cristianeoliveiradesouza.pdf>. Acesso em 03 de jul. de 2024.

FERREIRA, Vanessa Barbosa Leite. *Granbery: um colégio americano no Brasil. A prática do modelo americano de ensino em Juiz de Fora. (1889-1930)*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2700/1/vanessabarbosaleiteferreira.pdf> Acesso em: 24 abr. 2024.

GASPARETO JÚNIOR, Antônio. *Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em juiz de fora (1872- 1930)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/ppghistoria//files/2013/03/Antonio-Gasparetto-J%c3%banior.pdf> Acesso em: 20 abr. 2024.

GOODWIN JUNIOR, James William. *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914)*. (Doutorado em História). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-105559/pt-br.php> . Acesso em: 03 mar. 2023.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)*. (Doutorado em Educação). Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-86PSJH>. Acesso em: 02 jul. 2024.

KAPPEL, Marília Neto. *Literatos, Jornalistas e Inspectores de ensino: Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)*. (Doutorado em Educação). Pós-graduação em Educação, Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2019/tMarilia%20Neto%20Kappel.pdf> Acesso em: 10 ago. 2023.

MUNIZ, Tamiris Alves. *Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos institutos Samuel raham – Jataí e Granbery – Pires do rio (1942-1963)*. 2020. 351f. Tese. (Doutorado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Educação, pela Universidade Federal de Uberlândia, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30154/1/EducacaoProtestanteGoias.pdf> Acesso em: 25 jul. 2024.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. ... *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a ‘Manchester Mineira’ que se transformou num “baú de ossos”*: História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 425 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.363681>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SOUZA, F. Gralha de. *A Belle Époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2922> Acesso em: 05 set. 2023.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. *A educação escolar frente aos imperativos da modernização* (Franca: 1961-1971). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, 2000.

VALE, Vanda Arantes do. Pedro Nava – cronista de uma época: Medicina e sociedade brasileira (1890-1940). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VGRO-82TMMMD>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VARGAS, Renata Correia. *Por uma Juiz de Fora moderna: educação e saúde no jornal O Pharol* (1889 – 1911). Tese (Doutorado) 202 f. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11624>. Acesso em: 20 out. 2023

Artigos

ALVES - MAZZOTTI, Alda Judith. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações a educação. *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169>. Acesso em: 10 set. 2023.

AZEVEDO, Laís Paula de Medeiros Campos; PESSOA, Lígia Silvia; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. A Hemeroteca Digital Brasileira: Fontes e possibilidades para a pesquisa em História da Educação. *Cenas Educacionais*, [S. l.], v. 2, n. Espec, p. 39–55, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/7361>. Acesso em: 23 set. 2023.

BARROS, Nicélio do Amaral. Etnia e proto-industrialização: história e historiografia da participação dos imigrantes alemães no desenvolvimento econômico de Juiz de Fora – 1856/1887. *Revista Agora*, Vitória, ES, n. 7, p. 1-14, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1922/1434>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. As doenças e o poder. Saúde e modernização em Juiz de Fora (1889-1920). In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. 23, 2005, Londrina, Anais [...] – História: guerra e paz, Londrina: ANPUH, 2005, p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_d84c03a9aaeed988338a27442046a13d.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

BERGO, Antonio Carlos. O Positivismo: caracteres e influência no Brasil. *Reflexão*, [S. l.], v. 8, n. 25, 2024. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/11776>. Acesso em: 10 set. 2024.

BOTO, Carlota. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. In: *Educ. Soc., Campinas*, vol. 24, n. 84, p. 735-762, setembro 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 26 setembro 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300002>

_____, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. In: *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 23, n. 2, p. 35-72. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37417086003> Acesso em 20 ago. 2021. <https://doi.org/10.21814/rpe.13986>

BURITY, Joanildo. Trajetórias da religião e da modernidade. In: *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235378>. Acesso em: 25 set. 2021.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria; BICCAS, Maurilane de Souza; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estatísticas Educacionais e Processo de Escolarização no Brasil: Implicações. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 639-658, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25031>. Acesso em: 7 jul. 2022. <https://doi.org/10.14393/che-v12n2-2013-16>

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro dos velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775/20305>. Acesso em: 20 set. 2023. <https://doi.org/10.4322/rbhe.2013.003>

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, [S. l.], v. 6, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/273>. Acesso em: 17 set. 2022.

CARVALHO, José Maurício de. Eclosão no Brasil das vertentes positivistas. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 13, n. 26, p. 77-87, jul/dez. 1999. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/766>. Acesso em: 10 set. 2024. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v13n26a1999-766>

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da Educação Primária. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 141-158, set 2011/fev 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/69365691/Caixa_escolar_Instituto_inestim%C3%A1vel_para_execu%C3%A7%C3%A3o_do_projeto_da_educ%C3%A7%C3%A3o_prim%C3%A1ria Acesso em: 10 set. 2024.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A fotografia através dos anúncios de jornais. Juiz de Fora (1877-1910). *Locus: Revista de História*, v. 6, n. 1, p. 127 –146. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20508>. Acesso em: 02 out. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 20-37, jun. 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n17/n17a04.pdf> . Acesso em: 18 ago. 2023.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O Município e a Educação em Minas Gerais: implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 159-185, Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GOODWIN JUNIOR, James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal *Pharol* nas décadas de 1870-1880. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 13, n. 17, p.195-218, Mar. 1997. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/edies/21lhakldpa9z98lfbfhu616d76mlb>. Acesso em 20 jul. 2023.

LANDIM, Pedro Henrique. O desenvolvimento da imprensa mineira no século XIX e o protagonismo dos jornais juiz-foranos. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013, Bauru, Anais [...] Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2013, p. 1-12. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1310-1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). In: XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2007, Juiz de Fora, Anais [...] Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Juiz de Fora: Intercom, 2007, p. 1-15. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do IHG de JF*, Juiz de Fora, ano 2, n.2, p.20-29,1966. Disponível em: http://www.ihgjf.com.br/revista_antiores.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

PINHEIRO, Maximiliano. Martins. Em busca da Universidade Social: a crítica de Raimundo Teixeira Mendes à Instituição Acadêmica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 814–832, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5091>. Acesso em: 20 ago. 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5091>

RESENDE, Luciana Araújo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906). *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3719>. Acesso em: 20 jun. 2024.

REZENDE, Darcilene Sena. A imprensa periódica como fonte documental. In: MORELLI, José Ailton (org.). *Introdução ao estudo de História*. Maringá-PR: EDUEM, 2012, p. 97- 106.

SCHWARTZMAN, Simon. “Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade” in *Estudos Avançados*, São Paulo/USP, vol.05, no.13, 1991, pp.49-60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300003>. Acesso em: 18 fev. 2023.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n.2, p.493-512, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10449>. Acesso em: 20 jun. 2024.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Reflexão sobre a ideia de progresso: a produção do saber e o controle dos comportamentos sociais no século XIX*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo, Anais [...], São Paulo: 2012, p. 1-19. Disponível em: https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1344209137_ARQUIVO_TEXTO13SEMINARIOSBHCTMARINETEERODRIGUES.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

SILVA, Máira Carvalho Carneiro. *Por Que Fazer uma Reforma Urbana: Juiz de Fora um caso peculiar*. In: I Colóquio do LAHES, 2005, Juiz de Fora, Anais [...], Juiz de Fora: 2005, p. 1-10. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a49.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VEIGA, Cynthia Greive. *Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 26, p. 103-112, dez. 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n26/n26a09.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

_____, Cynthia Greive. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, v. 11, n. 1, p. 143-178, jan./abr, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38510/20041>. Acesso em 10 jul. 2022.

YAZBECK, Lola. Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em juiz de fora, minas gerais. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 2, 2003. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/331>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da educação, fontes e a imprensa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 60-71, 2012.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806>. Acesso em: 28 jul. 2024. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639806>

Dossiês

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Dossiê Educação em Perspectiva Local/Municipal. Apresentação. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 3-8, 2019. DOI: 10.14393/che-v18n1-2019-1. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47606> Acesso em: 13 mai. 2024.

<https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-1>

Entrevistas

HONORATO, T.; NERY, A. C. B. História da Educação e Covid-19: crise da escola segundo pesquisadores africanos (Akanbi, Chisholm), americanos (Boto, Civera, Cunha, Kinne, Rocha, Romano, Rousmaniere, Southwell, Souza, Taborda, Veiga, Vidal) e europeus

(Depaepe, Escolano, Magalhães, Nóvoa). *Acta Scientiarum. Education*, v. 42, n. 1, p. e54998, 27 ago. 2020. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.54998>

MAGALHÃES, Justino. Entrevista: os Municípios na educação em Pauta. In: BELUSSO, Gisele; LUCHESE, Terciane Ângela. Entrevista com catedrático Justino Magalhães: os Municípios na educação em Pauta. *Revista História da Educação (Online)*, v.24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/96723> Acesso em: 13 mai. 2024. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/96723>

FONTES DE PESQUISA

ALMANACH DE JUIZ DE FORA. Organizado por Heitor Guimarães. Anno III. Mattoso & Medeiros Editores. Typographia Matoso: Juiz de Fora, 1898.

ALMANACH DE JUIZ DE FORA. Organizado por Heitor Guimarães. Anno IV. Olavo Mattoso Editor. Typographia Matoso: Juiz de Fora, 1899.

ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura*, 01 ago. 1929, 1929. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873381&pesq=grippe&pasta=ano%20191&pagfis=4560>. Acesso em 05 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do Recenseamento do Brasil 1890*. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Directoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento do Brasil 1900*. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Directoria Geral de Estatística. *Estatística da Instrução*. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25380.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Directoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1º ano (1908-1912). Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. Volume III: Cultos, Assistência, Repressão e Instrução. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf Acesso em: 22 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Directoria Geral de Estatística. *Estatística da Instrução*. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1916. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv15288.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Directoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento do Brasil 1920*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6463.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil 1920*. Volume IV: População - População do Brasil por estados e municípios segundo o grau de instrução por idade, sexo e nacionalidade. Typografia da Estatística, 1929. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em 02 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Departamento Nacional de Estatística. *Estatística da Imprensa Periódica no Brasil — 1929 a 1930*. Rio de Janeiro. Typografia do Departamento Nacional de Estatística. 1931. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25412.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MINAS GERAIS. *Anuário Estatístico Ilustrado do estado de Minas Gerais*. ANO IV- Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado, 1906-1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/212679/per212679_1907_00002.pdf. Acesso em: 02 de jul. 2022.

MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura*, 01 ago. 1929, 1929. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873381&pesq=grippe&pasta=ano%20191&pagfis=4560>. Acesso em: 05 jul. 2022.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura*, 15 jun. 1899, 1899. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873381&pasta=ano%20189&pesq=%20ensino&pagfis=376>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. Relatório do secretário ao presidente do estado, 1909.

PENIDO, João. Discurso de inauguração da SMCJF. In: SMCJF. 1º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889-1890), Juiz de fora, 20 de outubro de 1889 a 20 de outubro de 1890, 1891, p.5-11. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/815608/per815608_1891_00001.pdf acesso em: 12 jun. 2024

SMCFJ. 1º Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889-1890), Juiz de fora, 20 de outubro de 1889, 1891, 137p. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/815608/per815608_1891_00001.pdf acesso em: 20 jun. 2024

Fontes legais

BRASIL. *Lei n. 234, de 23 de Novembro de 1841*. Cria um Conselho de Estado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-234-23-novembro-1841-532611-publicacaooriginal-14883-pl.html>

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1841, Página 40 Vol. 1 (Publicação Original) Acesso em: 17 ago 2023.

_____. *Decreto n. 85-A, de 23 de dezembro de 1889*. Cria uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando-lhe as penas militares de sedição. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, Página 316 Vol. 1 (Publicação Original) Acesso em: 01 out. 2023.

_____. *Decreto n. 85, de 23 de dezembro de 1889*. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, Página 316 Vol. 1 (Publicação Original) Acesso em: 25 fev. 2022.

_____. *Decreto 119-A, de 7 de Janeiro de 1890*. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 10 Vol. 1 (Publicação Original). Acesso em: 01 agos. 2023.

_____. *Decreto 200-A, de 8 de Fevereiro de 1890*. Promulga o regulamento eleitoral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>

Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 255 Vol. 1 fasc. 1º (Publicação Original) Acesso em: 01 set. 2023.

_____. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891, de 24 de fevereiro de 1891*. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>

Diário do Congresso Nacional - 24/2/1891, Página 523. (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1891 (Publicação Original), Página 1 Vol. 1. Acesso em: 01 agos. 2023.

_____. *Decreto 19.941, de 30 de Abril de 1931*. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe>. Acesso em: 20 agos. 2023.

MINAS GERAIS [Constituição (1891)]. *Constituição Política do Estado de Minas Gerais, de 15 de junho 1891*. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/CON/1891/1891/> Acesso em: 01 agos. 2023.

_____. *Lei nº 41*, de 03 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução publica do Estado de Minas. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Arquivo Público Mineiro.

_____. *Lei nº 281*, de 16 de setembro de 1899. Dá nova organização à instrução publica do Estado de Minas. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Arquivo Público Mineiro.

_____. *Decreto nº 1960*, de 16 de dezembro de 1906. Aprova o regulamento da instrução primaria e normal do estado. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Arquivo Público Mineiro. Disponível em:
<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4711> Acesso em: 20 mai. 2024.

_____. *Decreto n. 7970A*, de 15 de outubro de 1927, que aprova o Regulamento do Ensino Primário. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p. 1.139 - 1.295.

_____. *Decreto n. 8094*, de 22 de dezembro de 1927, que aprova os Programas do Ensino Primário. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. III, 1928, p. 1.556 - 1.827. Disponível em:
<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4750>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Fontes Jornalísticas

ARAGUARY. *Cousas*. Araguay, MG, 12 de dezembro de 1908, ano XV, ed. n. 640.

GAZETA DE UBERABA. Uberaba, MG, 10 de dezembro de 1901, ano XXIII, ed. n. 1478.

MONITOR MINEIRO. Guaranésia, MG, 16 de fevereiro de 1908, ano VIII, ed. n. 307.

O PHAROL. *Collaboração*. Melhoramentos materiaes. Juiz de Fora, MG, 06 de setembro de 1877, ano XI, ed. n. 69.

O PHAROL. *Electricidade*. Juiz de Fora, MG, 12 de novembro de 1887, ano XXI, ed. n. 258.

O PHAROL. *Liberdade de Consciencia*. Juiz de Fora, MG, 10 de outubro de 1889, ano XXIII, ed. n. 236.

O PHAROL. *Electricidade*. Juiz de Fora, MG, 19 de outubro de 1889, ano XXIII, ed. n. 244.

O PHAROL. *Publicações a Pedido*. Intolerância II. Juiz de Fora, MG, 17 de dezembro de 1889, ano XXIV, ed. n. 295.

O PHAROL. *Publicações a Pedido*. A Igreja e o Estado. Juiz de Fora, MG, 19 de dezembro de 1889, ano XXIV, ed. n. 297.

O PHAROL. *Publicações a Pedido*. A Igreja e o Estado. Juiz de Fora, MG, 21 de dezembro de 1889, ano XXIV, ed. n. 299.

O PHAROL. *Publicações a Pedido*. 26 de dezembro de 1889, ano XXIII, ed. n. 303.

O PHAROL. *Universidade*. Juiz de Fora, MG, 18 de janeiro de 1890, ano XXIV, ed. n. 18.

O PHAROL. *A Igreja e o Estado*. Juiz de Fora, MG, 01 de março de 1890, ano XXIV, ed. n. 51.

O PHAROL. *Instrução Pública IV*. Escola Leiga. (continuação). Juiz de Fora, MG, 02 de março de 1890, ano XXIV, ed. n. 52.

O PHAROL. *Liberdade Religiosa*. Escola Leiga. (continuação). Juiz de Fora, MG, 28 de março de 1890, ano XXIV, ed. n. 74.

O PHAROL. *Imigração*. Juiz de Fora, MG, 25 de maio de 1890, ano XXIV, ed. n. 122.

O PHAROL. *Bibliotheca Municipal*. Juiz de Fora, MG, 28 de novembro de 1890, ano XXIV, ed. n. 292.

O PHAROL. *Chapéu d'Uvas*. Juiz de Fora, MG, 31 de janeiro de 1891, ano XXV, ed. n. 27.

O PHAROL. *Collegio Americano Granbery*. Juiz de Fora, MG, 02 de dezembro de 1892, ano XXVI, ed. n. 307.

O PHAROL. *Saneamento em Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG, 14 de março de 1892, ano XXVI, ed. n. 72.

O PHAROL. *Escola sem Deus*. Juiz de Fora, MG, 23 de maio de 1897, ano XXXI, ed. n. 41.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 22 de novembro de 1900, ano XXXV, ed. n. 61.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 01 de janeiro de 1901, ano XXXV, ed. n. 1.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 03 de janeiro de 1901, ano XXXV, ed. n. 2.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 09 de fevereiro de 1901, ano XXXV, ed. n. 27.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 13 de julho de 1901, ano XXXV, ed. n. 11.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 08 de outubro de 1901, ano XXXV, ed. n. 84.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 31 de outubro de 1901, ano XXXV, ed. n. 104.

O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 12 de dezembro de 1901, ano XXXV, ed. n. 139.

O PHAROL. *Cadeira escolar*. Juiz de Fora, MG, 07 de junho de 1902, ano XXXVI, ed. n. 286.

- O PHAROL. *Actos officiaes*. Juiz de Fora, MG, 27 de julho de 1902, ano XXXVI, ed. n. 328.
- O PHAROL. *Pelas creanças*. Juiz de Fora, MG, 25 de novembro de 1902, ano XXXVII, ed. n. 431.
- O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 16 de abril de 1903, ano XXXVIII, ed. n. 550.
- O PHAROL. *Os Municipios*. Juiz de Fora, MG, 21 de abril de 1903, ano XXXVIII, ed. n. 554.
- O PHAROL. *Premios escolares*. Juiz de Fora, MG, 15 de novembro de 1903, ano XXXVIII, ed. n. 732.
- O PHAROL. *Paginas*. Juiz de Fora, MG, 18 de novembro de 1903, ano XXXVIII, ed. n. 734
- O PHAROL. *Academia de Commercio*. Juiz de Fora, MG, 07 de janeiro de 1904, ano XXXVIII, ed. n. 774.
- O PHAROL. *Nota sobre a Instrucção Publica I*. Juiz de Fora, MG, 16 de agosto de 1904, ano XXXVIII, ed. n. 252.
- O PHAROL. *Scenas e Factos*. Juiz de Fora, MG, 28 de setembro de 1905, ano XL, ed. n. 225.
- O PHAROL. *Scenas e Factos*. Juiz de Fora, MG, 15 de novembro de 1905, ano XL, ed. n. 272.
- O PHAROL. *Municípios*. Juiz de Fora, MG, 05 de setembro de 1906, ano XLI, ed. n. 289.
- O PHAROL. *Instrucção Publica*. Juiz de Fora, MG, 06 de novembro de 1906, ano XLI, ed. n. 264.
- O PHAROL. *Reforma do Ensino*. Juiz de Fora, MG, 18 de dezembro de 1906, ano XLI, ed. n. 300.
- O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 08 de janeiro de 1907, ano XLI, ed. n. 317.
- O PHAROL. *Communicados. Grupo Escolar*. Juiz de Fora, MG, 20 de janeiro de 1907, ano XLI, ed. n. 328
- O PHAROL. *Grupo Escolar*. Juiz de Fora, MG, 04 e 05 de fevereiro de 1907, ano XLI, ed. n. 30.
- O PHAROL. *Conferencias Quaresmaes*. Juiz de Fora, MG, 06 de março de 1907, ano XLI, ed. n. 54.
- O PHAROL. *Horário Escolar*. Juiz de Fora, MG, 10 de março de 1907, ano XLI, ed. n. 58.
- O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 18 de abril de 1907, ano XLI, ed. n. XXX.
- O PHAROL. *Municipios*. Juiz de Fora, MG, 29 e 30 de abril de 1907, ano XLI, ed. n. 101.

- O PHAROL. *Correspondencia. Ouro Preto*. Juiz de Fora, MG, 04 de maio de 1907, ano XLI, ed. n. 105.
- O PHAROL. *Ensino Particular*. Juiz de Fora, MG, 12 e 13 de agosto de 1907, ano XLI, ed. n. 190.
- O PHAROL. *O problema da instrução primaria em Minas*. Juiz de Fora, MG, 28 de dezembro de 1908, ano XLIII, ed. n. 304.
- O PHAROL. “*O Pharol*”. Juiz de Fora, MG, 14 de janeiro de 1909, ano XLIII, ed. n. 12.
- O PHAROL. *Hygiene escolar*. Juiz de Fora, MG, 01 de abril de 1909, ano XLIII, ed. n. 77.
- O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 11 de setembro de 1909, ano XLIII, ed. n. 214.
- O PHAROL. *Gritos de Liberdade. Governo Intolerante*. Juiz de Fora, MG, 07 de dezembro de 1909, ano XLIV, ed. n. 289.
- O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 11 de dezembro de 1909, ano XLIV, ed. n. 293.
- O PHAROL. *A visita de Bilac*. Juiz de Fora, MG, 18 de dezembro de 1909, ano XLIV, ed. n. 299.
- O PHAROL. *Hebdomada*. Juiz de Fora, MG, 19 de dezembro de 1909, ano XLIV, ed. n. 300.
- O PHAROL. *Hebdomada*. Juiz de Fora, MG, 26 de dezembro de 1909, ano XLIV, ed. n. 306.
- O PHAROL. Juiz de Fora, MG, 11 de janeiro de 1910, ano XLV, ed. n. 8.
- O PHAROL. *A Educação Popular*. Juiz de Fora, MG, 11 de setembro de 1910, ano XLV, ed. n. 215.
- O PHAROL. *O Mobiliario Escolar*. Juiz de Fora, MG, 11 de novembro de 1910, ano XLV, ed. n. 269.
- O PHAROL. *A intervenção do medico nas casas de ensino*. Juiz de Fora, MG, 07 de dezembro de 1911, ano XLVI, ed. n. 290.
- O PHAROL. *Pequeno Registro*. Juiz de Fora, MG, 24 de setembro de 1911, ano XLVI, ed. n. 227.
- O PHAROL. *A Instrução*. Juiz de Fora, MG, 31 de março de 1912, ano XLVII, ed. n. 77.
- O PHAROL. *Congresso de Instrução Pública*. Juiz de Fora, MG, 29 de setembro de 1912, ano XLVII, ed. n. 231.
- O PHAROL. *A Instrução. Cadernos Escolares*. Juiz de Fora, MG, 13 de janeiro de 1913, ano XLVIII, ed. n. 16.
- O PHAROL. *Aulas de Desenho*. Juiz de Fora, MG, 03 de junho de 1913, ano XLVIII, ed. n. 129.

O PHAROL. *Vida Mineira*. Juiz de Fora, MG, 08 de novembro de 1914, ano XLIX, ed. n. 265.

O PHAROL. *Vida Mineira*. Juiz de Fora, MG, 13 de dezembro de 1914, ano XLIX, ed. n. 295.

O PHAROL. *O ensino em Minas*. Juiz de Fora, MG, 06 de junho de 1918, ano LIII, ed. n. 132.

O PHAROL. *O Problema da Instrução Primária em Minas*. Juiz de Fora, MG, 28 de dezembro de 1918, ano LIII, ed. n. 304

O PHAROL. *O magno problema brasileiro*. Juiz de Fora, MG, 08 de janeiro de 1919, ano LIV, ed. n. 6

O PHAROL. *Notas e Factos*. Juiz de Fora, MG, 20 de setembro de 1923, ano LVIII, ed. n. 410.

O PHAROL. *Instrução pública*. Juiz de Fora, MG, 17 de julho de 1925, ano LX, ed. n. 965.

O PHAROL. *Reforma da Constituição*. Juiz de Fora, MG, 12 de agosto de 1925, ano LX, ed. n. 987.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, RJ, 10 de agosto de 1957, ano LVII, ed. n.19.747.

MONITOR MINEIRO. A Instrução. Guaranesia, MG, 16 de fevereiro de 1903, ano VIII, ed. n. 307.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Literatos do *Pharol* (redatores e colaboradores) mencionados na tese e que tiveram participação no âmbito da educação e devido aos cargos ocupados representou certa influência em Juiz de Fora.

Literatos	Atividades ligadas à educação	Cargo na AML
Albino Esteves	Inspetor escolar da câmara Municipal de Juiz de Fora.	Comissão de bibliografia
Belmiro Braga	Inspetor Municipal de ensino secundário.	Comissão de recepção e Tesoureiro
Heitor Guimarães	Prof. Colégio da Tijuca e Colégio Alípio, Rio de Janeiro, Inspetor Escolar Municipal em Juiz de Fora. Prof. Colégio Alvarenga, Ginásio Santa Cruz, Colégio Malta. Ginásio Bicalho, Colégio Lucindo Filho e prof. Da Academia de Comércio (Juiz de Fora) fundou a Escola Normal de Santa Cruz. Fundador e diretor da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora.	Bibliotecário
José Rangel	Prof. Da Academia de Comércio de Juiz de Fora. Escola de Farmácia e Odontologia do Granbery. Diretor da Escola Normal de JF e do primeiro Grupo Escolar da cidade. Membro do Conselho Superior de Instrução, Inspetor Técnico do Ensino. Dirigiu a Escola Normal do RJ, o Instituto Profissional João Alfredo no RJ.	Comissão de Recepção
Lindolpho Gomes	Inspetor Técnico de Ensino de ensino Organizou e dirigiu os grupos escolares na região. Membro do Conselho Estadual de educação. Assistente técnico do Ensino em Minas Gerais, por nomeação do Presidente Antônio Carlos. Prof. Da Escola Normal de Juiz de Fora ate 1931, quando se aposenta. Prof. Da Academia de Comércio de Juiz de Fora, Inspetor Federal de Ensino no Rio de Janeiro.	Comissão de Bibliografia

FONTE: (Kapell, 2019) e dados da pesquisa.

APÊNDICE 2 – Proprietários do *Pharol* e seu viés político

Proprietário	Período de propriedade	Posicionamento político
Tomaz Cameron	1866 a 1870	Princípios liberais
George Charles Dupin	1875 a 1885	Entusiasta do progresso e Republicano
Lindolpho de Assis	1885 a 1891	Republicano
Sociedade Anônima organização de Antônio Ferreira Lage	1891 a 1901	Monarquista
Cesário Alvim	1901 a dez.1903	Republicano
Cristóvão de Freitas Malta	Jan.1904 a 1909	Médico e jornalista. Viés político não declarado
Coronel João Evangelista da Silva Gomes	1909 a 1939 ano de extinção	Republicano

FONTE: dados da pesquisa.

ANEXOS

ANEXO 1 – Matéria completa informando que o Jornal *Pharol*, o mais antigo da província será o único de publicação diária.

ANNO XIX

PARA A CIDADE

Por anno 149000
 Por seis mezes 89000
 Por tres mezes 49000

ANNUNCIOS : 100 rs. a linha

Escritorio e redacção :
 16 Rua Halfeld 16

JUIZ DE FORA — Quinta-feira 1 de Janeiro de 1885.

PHAROL

PUBLICAÇÃO DIARIA

PARA FORA

Por anno 179000
 Por seis mezes 99000
 Por tres mezes 59000

ANNUNCIOS : 100 rs. a linha

Escritorio e redacção :
 16 Rua Halfeld 16

Os artigos enviados á redacção não serão restituídos ainda que não sejam publicados.

REDACTOR E PROPRIETARIO G. C. DUPIN

Não se aceita publicação alguma que não traga a responsabilidade efectiva do seu autor.

EXPEDIENTE

O *Pharol* passa a ser publicado diariamente, menos nos dias immediatos aos santificados.

Em vista do consideravel augmento de despesas que nos vai accarretar semelhante transformação, somos obrigados a fazer uma pequena alteração no preço das assignaturas que, de hoje em diante, serão cobradas do modo seguinte :
 Para a cidade, 149000
 Para fora, 179000

Os annuncios e mais publicações serão cobrados pela mesma forma.

Recebe-se tambem *reclames* de casas commercias ou estabelecimentos industriais, para serem publicados no corpo da folha, em fórmas de contos, romances, anedotas, etc., etc., por preços previamente convençionados.

Outrosim: para attender em tempo as encargos que vão pezar sobre nós, só daremos publicação aos annuncios e mais publicações que houverem sido pagos adiantadamente.

Minas e, finalmente, a obrigação que temos de corresponder á protecção que nos tem sido dispensada, vierão apressar a realisação dos nossos desejos.

De hoje em diante publicaremos a nossa folha diariamente.

E' certo que o numero actual de assignantes ainda é diminuto para fazer face aos novos e pesados encargos que nos vai accarretar esta modificação, cuja importancia todos reconhecerão; esperamos porém que hoje, como sempre, saberi o publico corresponder aos esforços que empregamos para bem servir o, muito principalmente sendo insignificante, como é, o augmento no preço das assignaturas.

E, effectivamente, todas as vezes que realisamos um melhoramento no *Pharol*, quer augmentando-lhe o formato, quer publicando-o mais a miúdo, os resultados foram sempre além das nossas esperanças.

Como duvidar, pois, que o mesmo se dê hoje, quando a reforma por que vai passar a nossa folha é a mais importante de quantas realisamos até esta data?

O *Pharol* era a folha a mais antiga da provincia, vae ser tambem a unica diaria, o que conseguimos, não sem um certo orgulho; esperando, porém, que outros sigão o exemplo e que dentro em pouco conte a provincia mais alguns folhas diarias que concorão para o seu progresso.

E' excusado dizer que a modificação por que vai passar a nossa folha em nada altera o seu programma; continua como pelo passado a ser absolutamente neutra em politica, se bem que na secção dos — *A pedido* — seja ella franqueada a todos aquelles que, em

termos convenientes e sob sua responsabilidade, quizerem externar as suas idéas.

O modo por que temos até hoje cumprido aquillo que promettemos é a melhor garantia que podemos offerecer para o futuro; se a alguns tem desagrado o nosso procedimento, o que aliás é inevitavel, o modo por que tem sido elle apreciado pelos homens sensatos, é prova de que temos trilhado o bom caminho; não nos afastaremos d'elle por mais que digão o fação os descontentes.

E, ao terminar, seja-nos permitido lembrar-mos o nome do Sr. Thomaz Cameron, que em boa hora se lembrou de fundar aqui o *Pharol*; a elle cabem na sua maior parte os louros que esta folha tenha por ventura colhido nos seus dezoito annos de existencia.

E é com o maior prazer que lh'os offereçemos.

ROSSO 49º ANNIVERSARIO

Não podiamos festejar melhor o 49º anniversario do *Pharol*, do que realisando um melhoramento para o qual tenderei sempre os nossos esforços, desde o dia em que lhe assumimos a redacção.

A importancia sempre crescente desta cidade e do seu municipio; a necessidade de trazer os nossos leitores em dia com o que se vai passar na proxima sessão da assemblea legislativa, em que tem de ser discutidos assumptos da maior importancia; o desejo que temos de ver esta cidade sempre na vanguarda do progresso na provincia de

Minas e, finalmente, a obrigação que temos de corresponder á protecção que nos tem sido dispensada, vierão apressar a realisação dos nossos desejos.

De hoje em diante publicaremos a nossa folha diariamente.

E' certo que o numero actual de assignantes ainda é diminuto para fazer face aos novos e pesados encargos que nos vai accarretar esta modificação, cuja importancia todos reconhecerão; esperamos porém que hoje, como sempre, saberi o publico corresponder aos esforços que empregamos para bem servir o, muito principalmente sendo insignificante, como é, o augmento no preço das assignaturas.

E, effectivamente, todas as vezes que realisamos um melhoramento no *Pharol*, quer augmentando-lhe o formato, quer publicando-o mais a miúdo, os resultados foram sempre além das nossas esperanças.

Como duvidar, pois, que o mesmo se dê hoje, quando a reforma por que vai passar a nossa folha é a mais importante de quantas realisamos até esta data?

O *Pharol* era a folha a mais antiga da provincia, vae ser tambem a unica diaria, o que conseguimos, não sem um certo orgulho; esperando, porém, que outros sigão o exemplo e que dentro em pouco conte a provincia mais alguns folhas diarias que concorão para o seu progresso.

E' excusado dizer que a modificação por que vai passar a nossa folha em nada altera o seu programma; continua como pelo passado a ser absolutamente neutra em politica, se bem que na secção dos — *A pedido* — seja ella franqueada a todos aquelles que, em

nunca curou cousa alguma. Vamos, enclugue depressa as suas lagrimas; para como o relampago. Chegará ás escondidas, hospedar-se-ha em minha casa. Ah, escondo-a em um armario, consolo-a, engordo-a, enfito-a e um bello dia mandamos chamar o monstro; envergonha-se dos seus crimes e cai á seus pés.

« A senhora está se afogando. Eu, que tenho a mania de salvar os outros, estendo-lhe uma vara em que a menina segura, e rirá bem quem se rir por ultimo. Simão, daqui a quatro dias, quando muito eu a precipito no abyssmo do meu esquecimento.

« Adens, minha bella; y espo-ro-a pela vsta do corçolho. »

Essa carta fez-me um mal horrivel. E no entanto que dizia ella que eu já não tivesse adivinhado o que podesse me commover ?

Reli-a com vezes, repetindo machinalmente: « *Parta como um relampago!* » A Sr. de Ferjeux accreditada sariamente que eu partiria. Parecia-me incrível. E no entanto parti no dia seguinte. Por que? Fóra-me impossivel dizer-lho. Perguntei á palha secca carregada pelo vento para onde vai o que quer? Hoje, essa viagem me parece um sonho, e não acreditava nella se não encontrasse por

FOLHETIM

O ROMANCE

DE

UMA MULHER HONESTA

POR

VICTOR CHERBULLIEZ

(Trad. de *Revista dos Dois-Mundos*)
 (Continuação)

« Quero ralhar-a, minha filha o padre Félix nos explicou um dia, destes que ama mulher honesta deve-vo dar por muito satisfeita quando o marido não lhe dá pancadas, não ralha com ella, e não deixa que passe necessidades... Não, não foi o padre Félix quem disse isto, é um romance velho como a Sé, cumprido como um dia sem pão, que leio á noite para adormecer. Depois disto, se a mulher a quem não falta cousa alguma, não está satisfeita, torna a tomar posse da sua liberdade devagarinho, mas não passa contracto perante um tabelião e principalmente não ati-

ra com o seu vestido de noiva ás ortigas, sem ter certeza de que alguém o apunhará. Na verdade, estou com desejos de bater-lhe. Bem se vê que foi educada no meio do mato e por um antiquario! E' a mais linda selvagem e a mais encantadora pelante que eu conheça. Nem os lobos, nem os vasos gregos ensinário-lho que a arte de viver reduz-se a certas apparencias que guardamos e a outras que parecemos acatir. — E mais nada? Mais nada. — E o fundo das cousas? o fundo do sacco? Eu, que lhe estou falando, descobri que o sacco não tem fundo; procura-se, procura-se, e não se encontra nada, porque não ha nada. Eis o meu segredo.

« Está muito adiantada! imagine que Max está magro, pallido, arrependido, e que leva o dia a bater nos peitos? está redondamente enganada. Desengane-se; Max remoeu de dez annos, Max voltou ás suas iniquidades; Max tem tido, ao que dizem, successos extraordinarios. Falla-se de uma princeza de theatro, de uma certa aventura... Mas, eu só lhe contarei tudo quando estiver junto de mim.

« Fallo-lhe com alguma asperza; e estimava muito commovel-a. Possa ao menos sacudir a sua indolencia! Minha linda, o amou

A PEDIDOS

A Verdadeira Casa da Barateza

Os proprietarios deste importante estabelecimento, supprido como sempre de que ha de elegante, bom e barato, têm a honra de comprometer os seus numerosos freguezes e amigos, almejan-do-lhes as mais felizes festas de anno bom, e que este lhes traga todas as venturas desejaveis.

Possuidos destes ardentes e bons desejos, aproveitão esta opportunidade para solicitar com o maximo empenho a continuacão das suas prezadas ordens, em cujo desempenho serão escripturpos em correspondência a continuacão que lhes for dispensada.

F. BAPTISTA DE OLIVEIRA & C.
 Juiz de Fóra, 1 de Janeiro de 1885. (18-1)

ainda são muito pequenas para que se lhes procure a sombra durante o dia, consinta-se ao menos que se vá respirar um pouco alli durante a noite.

Sim?

O DEMOCRATICO

E' o titulo de um novo orgão de publicidade, orgão do Club Democratico Primeiro de Janeiro, cujo primeiro numero sahirá á luz no dia 4 do corrente.

Aguardamos a vinda do novo collega.

Começa hoje o serviço mixto da estrada de ferro D. Pedro II com a de Juiz de Fóra e Piaú.

CORTE

Depois de ter o Sr. presidente do conselho voltado de Petropolis onde fora conferenciar com Sua Magestade o Imperador, reuniu-se o ministerio na secretaria dos estrangeiros, no dia 30 de Dezembro, ficando resolvido conceder-se demissão, a pedido, ao Sr. desenhador chefe de policia e aos Srs. delegados.

Fallava-se que seria nomeado interinamente chefe de policia da Corte, o Sr. Dr. Gomes, actual chefe de policia interino da provincia do Rio de Janeiro.

Ha na cidade do Bananal, da provincia de S. Paulo, diz o *Almanach* de Laemmert a pag. 1373, um honrado carpinteiro, que se chama—Tristão Tebira Mucury Piragema de Oremhal (tomemos folego, leitor, e continuemos) Orlando Coimbra do Montezuma de Cansanso de Similim.

Um sujeito, arruinado pela guerra do Paraguay foi convidado para assignar em uma subscrição, afim de se erguer uma estatua ao legendario Osorio!

— Eu assigno a quantia que quizerem, contanto que seja para se levantar estatuas a todos aquelles que não inventarão a pólvora.

TELEGRAMMAS

Berlim, 19 de Dezembro.
 Abriu-se em toda a Alemanha numerosas subscrições publicas, que já

entre os meus papeis algumas paginas que escrevi quando regressi. Eis esse fragmento de jornal :
 « Estou chegando de Paris! isto é certo. Em vão a minha altivez me gritava: Não partirás! A principio fallou ella como soberana, depois gemeu, supplicou. Eu lhe respondi: E' forçoso que o veja, que lhe falle. Que tinha eu a dizer-lhe? Não pensava em n'ò perguntar. Já não tinha nem razão, nem vontade; obediencia a um côgo, mas irresistivel arrastamento. Nunca saberei o que se passou em mim; um redomoinho apoderouse de mim, arrebatou-me... Tive no entanto a lembrança de dizer a Margarita que ia passar um dia em casa de meu pai. Olhou-me muito admirada; eu o estava mais do que ella.

« Para ir de Lestang a Pariz atravessou-se grandes campos cobertos de neve que produzem largas manchas no meio das trévas. Eu não estava sósinha no carro; havia alli gente feliz, conversação. Dirigião-me a palavra, creio que respondi. A noite me pareceu curta: por instantes eu não sabia mais onde me achava.

« Cheguei a Pariz ao romper do dia. Estava com muito frio, tirrava. Fiz-me conduzir... a que hotel? Não me lembro mais. Apenas cheguei, faltarão-me as forças. Eu não

recolherão muitas assignaturas, com o fim de angariar dinheiro destinado ao principe de Bismark, para lhe dar as quantias que este pedia para augmento do ministerio dos negocios estrangeiros e que o Reichstag recusou votar ha poucos dias.

Maranhão, 30 de Dezembro.
 A junta apuradora da Paranalha expediu diploma ao Sr. Basson, tendo sido eleito o candidato Rezende.

Bahia, 30 de Dezembro.
 Receberão-se aqui noticias de grande confusão na cidade de Caetité comprehendida no 11º districto eleitoral da provincia. Dizem que entre mortos e feridas ha umas trinta pessoas; o chefe de policia seguiu logo para o lugar de conflicto com um destacamento, para syndicar do que houve e manter a ordem.

Des originou a esses disturbios o facto de tentar a junta apuradora expedir diploma de deputado ao candidato liberal Dr. Antonio Rodrigues Lima, quando da apuração geral obtive maioria de votos o candidato conservador Dr. Luiz Pereira Franco.

Madrid, 29 de Dezembro.
 Novos portoneiros chagão dos logares onde se fizeram sentir abalos de terra na Andaluzia; a cidade de Alfinos ficou completamente destruida, e os seus habitantes, em numero de 200, ficaram sepultados nas ruinas. Tambem a cidade Alituas ficou quasi destruida, e avultado é o numero das victimas.

A PEDIDOS

A Verdadeira Casa da Barateza

Os proprietarios deste importante estabelecimento, supprido como sempre de que ha de elegante, bom e barato, têm a honra de comprometer os seus numerosos freguezes e amigos, almejan-do-lhes as mais felizes festas de anno bom, e que este lhes traga todas as venturas desejaveis.

Possuidos destes ardentes e bons desejos, aproveitão esta opportunidade para solicitar com o maximo empenho a continuacão das suas prezadas ordens, em cujo desempenho serão escripturpos em correspondência a continuacão que lhes for dispensada.

F. BAPTISTA DE OLIVEIRA & C.
 Juiz de Fóra, 1 de Janeiro de 1885. (18-1)

ANEXO 2 - Discussão religiosa em torno da construção de um cemitério público.

O PHAROL - SABBADO, 9 de fevereiro de 1901

CITA DA CIDADE

Dr. José Casado, Médico. Rua Direita n. 78.

COLLÍGIO AMERICANO GRANBY Rua do Commercio n. 233. S. Lou. 189.

O novo anno lectivo abrir-se-á aos 27 de agosto.

FRANÇO BERNARDO RIBEIRO SILVA e FRANCISCO ISMERO BARROSO LAUR. Advogados—Rua General Deodoro, antiga Imperatriz n. 114.

Dr. HERTON DE GASTRO—Advogado—Rua do Santo Antonio 55.

A PERDOAS

Discussão religiosa

Quando a missão religiosa já estava concluída, o Jornal do Commercio, imprudentemente, publicou no dia 1.º de fevereiro o editorial que hoje transcrevemos, offuscando as categorias, que, então, lhe deram a completude e a resposta, que também, mais uma vez, reproduzimos.

DISCUSSÃO RELIGIOSA

Esta, finalmente, chega a discussão religiosa que, há algum tempo, mantinha, nos ex pedidos das folhas locais, um padre catholico e um pastor metodista. A discussão parte do espirito publico, que a ella não foram estranhas vivas manifestações de hostilidade contra o jornal que, acidentalmente, foi eleito pelo padre de methodismo.

Quantos a nós, confiamos que ella nos passou despercebida, assim como indifferentes ficamos a essas demonstrações de inimicidades. Simos daquelles que nem um interesse e alacran enxergam no debate sobre tais assumptos, de fóro todo intimo, e que escapam, por isso, quasi sempre, a calmo e a reflexão que devem ser a nota das discussões publicas.

No ponto de vista especulativo, a significação de tais polemicas tem para nos o mesmo que tinha a historica discussão dos gregos do largo imperio, quando delatavam, com fogo e convicções, a essência da luz que illuminava a Christo na transfiguração do Thabor.

No ponto de vista pratico, tais discussões o menos que produzem é a irritação irreflexiva, e a expansão violenta de paixões, não se manifestando, sempre instinctivamente, do fanatismo tabarro e cego.

A Historia, na sua verdade eloquente, esta repleta de factos odiosos e cruéis, que são sempre o resultado de tais delírios anímicos, e da exaltação imprudente que a elles succede.

Cada religião tem os seus principios dogmaticos, os que, parando na região superior da fé, devem libertar-se, naturalmente, da discussão racional, só pena desta trazer consigo, como consequencia de inevitavel descender o de fatal intransigencia, o pugilato da imprensa, e, quiçá, negregadas convulsões sociais.

Discutir tais principios é sempre ser precipitado e irreflexivo, porque nenhuma consequencia pratica proveitosa pôde resultar do debate, ao passo que muitas são as más e lastimáveis.

Por um acaso foi esse o jornal preferido pelo adversario da religião catholica, apostolico e comun. Nos artigos, como era natural, foram insertos na parte editorial, mediante a contribuição devida, independentemente de responsabilidade e estranha da redacção.

Sem embargo das enérgicas e commoventes palavras de nossos arrendamentos a porta das nossas columnas inceditorias, sempre trancou a quem queriam responder, os principios e orientações da doutrina, não se rebelou contra o nosso pro-

cedimento e não nos dieta hoje o penhor nos. O nosso catholicismo, que não occorre a critica ou a censura alheia, por maior e mais autorizada que seja a competencia do critico ou do censor, acousellamo-nos, em toda a sua vida, nos santos exemplos e nas sagradas doutrinas do Grande Redemptor, a tolerancia, como virtude benemerita e como um dever individual.

Talvez, nos tempos que correm, em que todas as noções do bem e do bem-humorar-se transformadas, outra seja a ordem do dia e a virtude e o dever sejam a intolerancia cega e barbara.

Não fomos, porém, e nunca o fomos, por essa cartilha abominavel e perigosa.

A intolerancia é o fanatismo, e o fanatismo é uma planta nefasta, é um mal social, como bem poderiam existir, no cetro de resultados alumináveis e innocuos.

Os que o disse são notorios na propria esphera da historia do catholicismo, e, em honra da religião, e, sobretudo, em honra da moral, e, sobretudo, em honra da dignidade humana, e, sobretudo, em honra da dignidade humana.

Pode ser que estejamos a sustentar opinião heretica; não sabemos, porém, os primeiros a receber a pedra, pois opiniões de outros, e não de doutoras da igreja, mesmo altamente, tem sido impudicas desse vivo.

Se a nossa consciencia de catholicos, apostolicos e remanos não se offende com o procedimento que tivemos, a nossa consciencia de mercadores se alegrou e se congratou.

A democracia é outra religião que principios precisam de ser respectados, não só por nós, deos e do parador do catholicismo, e, sobretudo, a maior figura dos tempos contemporaneos—esta a primeira, mas irreversivel falange, e, sobretudo, em honra da dignidade humana, e, sobretudo, em honra da dignidade humana.

Quando o deslizo e o apodado a discussão notou e odeva; a radicalização e argumentação da religião a invectiva, a barbante, a maldade; quando a intolerancia com a provocação directa a um grande numero de familias catholicas e de consequentemente—ou inopia ou castiga.

Nunca, nunca fomos hostes a tolerancia religiosa, nem catholico, como sempre, poderíamos proclamar, odio, a perseguição, a guerra aos dissidentes da nossa religião.

Quando o Evangelho, em uma de suas magnificas e divinas formulas nos ensina que nossos maiores e terríveis inimigos são aquellos que, penetrando em nossa intelligencia, e, sobretudo, em nossa consciencia, e, sobretudo, em nossa consciencia, e, sobretudo, em nossa consciencia.

Se o Jornal do Commercio tivesse neções fundamentais e principios nidos em religião e politica, não contaria a liberdade religiosa com a aggressão. Se crengas alheias, sem a liberdade de imprensa, com a licença de expor a jornalismo produções offensivas, no pulso e delicada das familias, da mesma sorte que a nossa liberdade religiosa não contaria e desiste que não em protestantes de profissões, o seu ente com a supposta dignidade de ridicularizar o nosso, e o mais legal dos commerciantes não confunde a liberdade de enunciação, o estupro e a falta de respeito ao mercado e vender substancias venenosas.

harmonia perfeccionada com o que mais a sinceridade de nosa libereção de nossos sentimentos, e a nossa amor a liberdade religiosa, pela idéa estreita e acanhada, vulgar e inepta que faz de todas as cousas; como se catholico, fosse da nossa parte piedado deixamos ridicularizar o nosso culto e, basilares, não tivessemos no Brasil os direitos que se reconhecem aos protestantes; como se não fora um opprobrio para ridiculos adeptos da democracia pretenderem que em nossa casa, em nosso lar, no governo domestico e religioso das nossas familias, deturpamos nos curar reverencia a intimação das setas protestantes, reconhecendo nos ministros esalaridos do protestantismo o direito de inspecionar a confucta catholica de nossas casas, de nossas familias, e, sobretudo, de nossos filhos, e, sobretudo, de nossos filhos, e, sobretudo, de nossos filhos.

No se trata, portanto, de que sites partidarios, e não é facil em religião, como na politica, o papel de Jesus. Quisere que, sejam a validado e a justica do Jornal do Commercio, não lhe fora fácil a mystificação intencional.

MA validado e a justica, deixamos de parte, lembrando apenas ao Jornal do Commercio a descripção que o povo, e o filho das familias, faz na sua litteratura pitoresca, do valioso que presunsiu muito de porque se enomara de epistola maldizante.

Encaremos a questão no seu verdadeiro terreno, isto é, no da religião que entendemos ter ser tal de facto, e no da intolerancia que nos impuz o Jornal.

Quando o deslizo e o apodado a discussão notou e odeva; a radicalização e argumentação da religião a invectiva, a barbante, a maldade; quando a intolerancia com a provocação directa a um grande numero de familias catholicas e de consequentemente—ou inopia ou castiga.

Nunca, nunca fomos hostes a tolerancia religiosa, nem catholico, como sempre, poderíamos proclamar, odio, a perseguição, a guerra aos dissidentes da nossa religião.

Quando o Evangelho, em uma de suas magnificas e divinas formulas nos ensina que nossos maiores e terríveis inimigos são aquellos que, penetrando em nossa intelligencia, e, sobretudo, em nossa consciencia, e, sobretudo, em nossa consciencia.

Se o Jornal do Commercio tivesse neções fundamentais e principios nidos em religião e politica, não contaria a liberdade religiosa com a aggressão. Se crengas alheias, sem a liberdade de imprensa, com a licença de expor a jornalismo produções offensivas, no pulso e delicada das familias, da mesma sorte que a nossa liberdade religiosa não contaria e desiste que não em protestantes de profissões, o seu ente com a supposta dignidade de ridicularizar o nosso, e o mais legal dos commerciantes não confunde a liberdade de enunciação, o estupro e a falta de respeito ao mercado e vender substancias venenosas.

Toda essa, concluido o propria da quem mais a sinceridade de nosa libereção de nossos sentimentos, e a nossa amor a liberdade religiosa, pela idéa estreita e acanhada, vulgar e inepta que faz de todas as cousas; como se catholico, fosse da nossa parte piedado deixamos ridicularizar o nosso culto e, basilares, não tivessemos no Brasil os direitos que se reconhecem aos protestantes; como se não fora um opprobrio para ridiculos adeptos da democracia pretenderem que em nossa casa, em nosso lar, no governo domestico e religioso das nossas familias, deturpamos nos curar reverencia a intimação das setas protestantes, reconhecendo nos ministros esalaridos do protestantismo o direito de inspecionar a confucta catholica de nossas casas, de nossas familias, e, sobretudo, de nossos filhos, e, sobretudo, de nossos filhos, e, sobretudo, de nossos filhos.

No se trata, portanto, de que sites partidarios, e não é facil em religião, como na politica, o papel de Jesus. Quisere que, sejam a validado e a justica do Jornal do Commercio, não lhe fora fácil a mystificação intencional.

MA validado e a justica, deixamos de parte, lembrando apenas ao Jornal do Commercio a descripção que o povo, e o filho das familias, faz na sua litteratura pitoresca, do valioso que presunsiu muito de porque se enomara de epistola maldizante.

Encaremos a questão no seu verdadeiro terreno, isto é, no da religião que entendemos ter ser tal de facto, e no da intolerancia que nos impuz o Jornal.

Quando o deslizo e o apodado a discussão notou e odeva; a radicalização e argumentação da religião a invectiva, a barbante, a maldade; quando a intolerancia com a provocação directa a um grande numero de familias catholicas e de consequentemente—ou inopia ou castiga.

Nunca, nunca fomos hostes a tolerancia religiosa, nem catholico, como sempre, poderíamos proclamar, odio, a perseguição, a guerra aos dissidentes da nossa religião.

Quando o Evangelho, em uma de suas magnificas e divinas formulas nos ensina que nossos maiores e terríveis inimigos são aquellos que, penetrando em nossa intelligencia, e, sobretudo, em nossa consciencia, e, sobretudo, em nossa consciencia.

Se o Jornal do Commercio tivesse neções fundamentais e principios nidos em religião e politica, não contaria a liberdade religiosa com a aggressão. Se crengas alheias, sem a liberdade de imprensa, com a licença de expor a jornalismo produções offensivas, no pulso e delicada das familias, da mesma sorte que a nossa liberdade religiosa não contaria e desiste que não em protestantes de profissões, o seu ente com a supposta dignidade de ridicularizar o nosso, e o mais legal dos commerciantes não confunde a liberdade de enunciação, o estupro e a falta de respeito ao mercado e vender substancias venenosas.

Joh Baptista quem se fizer de Judas será Judas. Cada um é as suas consciencia e não o de outra casa. Não olvidemos, pois, no Jornal do Commercio, deixando de consideral-o catholico, porque elle não fez acção de catholico, mas sim de methodista, escandalizando as familias, perturbando a paz religiosa desta cidade, evadindo multadas estrangeiras contra catholicos brasileiros.

Pique com o seu modo de entender a religião; não ficamos com o que nos suggerer a nossa fé e a nossa consciencia, de que este proposito, que lemos em nome dos catholicos de Juiz da Fôra, e a sincera expressão. Como o Jornal denuncia que há impostos em religião, nós lamentamos que, além desses, haja tambem no jornalismo.

Se muitos, sem maior instrução religiosa, não comprehendem bem os levores de catholicos, não poucos, por deficiência de preparação, deixam tambem de comprehender os deveses da imprensa. E gerio que para ser catholico correcto e respectavel a mister certo conjunto de qualidades; mas inegavelmente tambem para ser director de jornal é mister muito critico, circumspecto e prudente. Nem todos estão a altura de deveses de Christo. Nem todos tambem estão a altura de directores da opinião.

Em todos os tempos ha maledores. No tempo de Deus, porém, ha uma divina pessoa, pela qual todos nós, se precisas, daremos lide, como talha o caso, inclusive a sympathia, o apêço, o respeito que nos regista o Jornal do Commercio—Jesus Christo Sacramento.

Juiz da Fôra, 1.º de fevereiro de 1901. Richard—DEAS DRANARON LORRENO TAVARES, magistrado. Richard—FELIX JOSÉ D'ABREU, professor. ALBERTO PARELHAS HORTA, engenheiro. Richard—L. ANDRÉS, commerciante.

FRANCISCO BAPTISTA DE OLIVEIRA, commerciante. Richard—FRANCISCO AGOSTO PINTO DE MOURA, advogado. Richard—JOAQUIM CASATO DE FERRUGEM, advogado. MARCOS JOSÉ PEREIRA DA SILVA, proprietario. ATRELIANO DE ALVES PINHEIRO, fazendeiro. DR. JOSÉ CESARIO MONTEIRO DA SILVA, medico. RICHARD—JOÃO NEVES LIMA, advogado.

FRANCISCO EGIDIO DE REZENDE, fazendeiro. Sobraby

O alvará assignado protestando contra a publicação do artigo do Jornal do Commercio, de Juiz de Fôra, referentes ao cidadão José de Castro Fernandes Leda, da respectiva estação de Sobraby, funcionamento correcto no desempenho de seus deveses e necessarios para servir o publico.

Antonio Bernardino L. Ribeiro José Luis Ribeiro Dr. Augusto da Cunha Francisco Baptista José Francisco Bernardino Antonio Moreira Dias Frederico Meyer Gabriel José de Barros Joaquim de Paula Reis Antonio E. M. de Barros José R. Silva Leal Manoel Joaquim de Lual Bernardino Silva Leal Francisco Silva Leal Iras Pires

Antonio Fernandes Brito Dr. Virgilio Fabiano Alves Dr. Joaquim Fabiano Alves João Maga Tavares Pedro A. Louzã Emami Pinto dos Reis Carlos Ribeiro da Silva Joaquim Rabello Joaquim Mendes Campello Antonio Amadio Halle Francisco Caputo José Luciano Souza Araujo Lourenço Caputo Salvador Hestouco Augusto Ribeiro de Souza Henrique Vidro Coimbra Joaquim Manoel Coimbra Francisco Falcão Alves José de Paula Leal Eustachio Tavares Silva.

Sebastianes novas Encontra-se sortimento de sementes de hortaliças e de flores em casa de Amândeo Mattoso de Oliveira, rua Marçal Deodoro, 46.

O estirpado dentista O dr. João Alves, continúa com seu gabinete dentario á rua Direita n. 105, onde é encontrado todos os dias das 8 horas da manhã ás 4 da tarde. Previno a seus clientes que não devem fazer grande modificação em preços cuja tabella, achava-se affixada em seu gabinete. Atende a chamados para fora.

Banco de Crédito Real de Minas Geraes A directoria faz publico, que no dia 12 do corrente, ás 10 horas da manhã, proceder-se-á ao sorteio de 877 letras hypothecarias de 0,25, sendo—2.604 1.º serie, 40 de 2.º, 2.º de 3.º, 425 de 4.º, 470 de 5.º, 30 da 6.º, 15 da 7.º e 10 da 8.º, correspondente a somma destinada á 1.ª creação annual.

Juiz de Fôra, 5 de fevereiro de 1901. João Baptista de Oliveira e Souza, letrado. 3-4 Duarte Davy & Comp. Comissarios de lide de café e mais generos do pais.

Affiliamos aos seus frequentes qualques quantia proporcional ao valor de suas contribuições. Caixa-correio n. 901—Endereço telegraphico: Davy, Rua Thophilo Otton n. 83—Rio de Janeiro. 30-17

Atão Souza Moreira, com officina de relojaria, á rua Halford n. 32, communicando a todos os seus frequentes, para recitarem os relógios de concertos que existem em sua officina até o dia 28 de fevereiro, que excederem mais de tres meços e os que não pretenderem ser recolhidos para reembolso do concerto. Dessa data em diante não attendera reclamação alguma. 5-4

Sociedade Beneficente de Juiz de Fôra Assembléa geral No termo se realizou, por falta de numero a sessão convocada para 31 de janeiro, proximo passado, de ordem do sr. presidente e de acção com o artigo 49 das estatutas desta sociedade, convindo novamente se em assembléa geral ordinaria no dia 10 do corrente, a 1 hora da tarde, para tomarem conhecimento do relatório, balcão geral, contas e allegar a respectiva commissão de contas. 6-5

A CASA Duarte Davy & Comp., do Rio de Janeiro, nada deve a esta praça off fora della, e vai estabelecer representantes em todas as zonas commerciantes e agricoltoras para maior desenvolvimento de suas relações commerciantes e melhor zelar os interesses de seus committentes. 30-17

ANNUNCIOS CONSTITUI da Fabrica Cancio & Irmo, os mais afamados fabricantes. Variedades em côres. Vende-se na Paleteria e Typographia Totomas RUA DIREITA Esquina da rua Halford

MEDICO DR. JOÃO DUTRA Estofaria e camaleão RUA DE SANTO ANTONIO

Sebastianes novas Encontra-se sortimento de sementes de hortaliças e de flores em casa de Amândeo Mattoso de Oliveira, rua Marçal Deodoro, 46. 5-3

ANEXO 3 - Diretrizes de trabalho do Pharol a imparcialidade, a ordem e o progresso.



PROPRIETARIO - JOAO EVANGELISTA DA SILVA GOMES
Juiz de Fora, quinta-feira, 14 de janeiro de 1909

APRESENTAÇÃO
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Pharol
Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

Administrador
Aqui se apresenta a obra de um dos mais importantes...

Redigida e impressa em um local apropriado...

ANEXO 4 – Matéria que associou a criminalidade ao analfabetismo e ao ensino leigo

ORA (Minas), Sabbado, 19 de Outubro de 1912

Analphabetismo e criminalidade

Si os estadistas brasileiros estão realmente empenhados em combater o analfabetismo...

O ensino leigo longe de fazer diminuir o analfabetismo, o augmenta cada vez mais...

isso não é paradoxo, filho do sectarismo catholico...

M. BONZON, anti-clerical e livre-pensador, lamentou: «E' forçoso confessar que as escolas leigas não produziram os fructos que se esperavam...

O impio FOUILLET escreveu: «Seja qual for a opinião sobre os dogmas religiosos, todavia é necessario reconhecer com verdade elementar de sociologia...

BRIAND, o grande perseguidor do catholicismo, o extremado livre-pensador, em 24 de Janeiro de 1908, justificando um projecto sobre ensino na Camara dos Deputados...

FERDINAND BUISSON, o apostolo do lucicismo, ferrenho atheu, tratando na escola neutra na revista L'Action Sociale assim se exprime: «E' a experiencia mais atrevida que um povo tenha feito sobre si mesmo...

«A adolescencia está moralmente abandonada entre nós e tanto que, sahido das nossas escolas milhares de bandidos.»

O ministro da Instrução, em França, ha dois annos, constataba que o numero de analfabetos, em vez de diminuir, augmentava de modo assustador...

O ministro da guerra, por seu lado, baseado na estatistica dos conscriptos militares, chegava ao mesmo resultado. Para cumulo do caiporismo do ensino neutro...

E' por isso que o povo francez, seguindo na pegada dos seus intellectuaes, se levanta contra a hypocrisia e o cynismo dos anti-religiosos e dos atheus.

PAUL DES JARDINS nos dá testemunho disso, quando escreve: «A França afasta-se do positivismo theoretico e pratico, da procura exclusiva da felicidade no refinamento dos prazeres, enfim dum espirito requintado e sceptico que tem sido para nós um motivo de vergonha e ao mesmo tempo uma causa de enfraquecimento nacional...»

christã e anti-espiritualista está em fallencia declarada perante a novidade.»

E ao mesmo tempo GILOTIN, director de uma escola publica da Paris, escreveu num dos primeiros boletins da União Moral: «E' tempo de protestar contra uma educação de curtas vistas, systematicamente deprimente, nascida da philosophia materialista, naturalista e positivista, que não educa a creança sinão na perspectiva das necessidades materiaes e moraes duma vida concebida como estreitamente ligada ao campo de sua actividade animal e terrestre...»

O povo já comprehendeu que a razão está com DIDEROT, livre pensador e certo, mas honesto, o qual escreveu:

«Tenho procurado livros para ensinar a minha dilecta filha e não tenho encontrado melhor do que o cathecismo. Não vos alarmeis; eu o julgo o melhor tratado de pedagogia.»

Quanto escriptor, quanto jornalista entre nós, escarnece de quem lhes aconselhar o ensino religioso para os filhos. E' que os nossos intellectuaes são verdadeiros genios, ao passo que Diderot era um atrozado!...

O povo francez já vai conhecendo a trahição daquelles que de VICTOR HUGO tomaram o lemma: «Cada escola que se abre é uma cadeia que se fecha!».

Vivem os falsarios a badalar essa phrase aos ouvidos da multidão, esquecidos de que o grande socialista no mesmo discurso exclamara: «Cumpram-se sejam processados aquelles que mandam seus filhos a escolas em cujo frontespicio está escripto: aqui não se ensina religião. Na minha opinião hoje mais que nunca é necessario o ensino religioso. A medida que o homem se desenvolve mais deve crer. Eu por mim quero sinceramente, direi mais, quero ardentemente o ensino religioso.»

Muitos dos nossos estadistas e intellectuaes, ao contrario de VICTOR HUGO, combatem e repellem o ensino religioso; mas de certo que assim não de proceder, pois são gigantes da civilização, ao passo que VICTOR HUGO é um miseravel pygmeu do atroz e do obscurantismo; era com certeza um pobre analfabeto.

O povo francez, embora tarde, comprehendeu que os livres pensadores são piores que as viboras e tratam agora de multiplicar as escolas livres organizadas em base religiosa.

Sim, porque, como disse LE-GOUVE, inspector da instrução em França, em 1881: «Não ha educação possivel sem idéas religiosas.»

E o ensino neutro, c'informe está sobejamente provado, foi inventado exclusivamente para extinguir todo o sentimento, toda a idéa religiosa; por isso mesmo, em vez de diminuir, augmenta o analfabetismo; em vez de educar as creanças para o bem, impelle-as mais e mais para o crime.

Ora, deante disso podem os brasileiros permitir que se lhes imponha o ensino official, quando este é puramente neutro!

Campos do Amaral

Fluminense Hotel

100 confortaveis dormitorios illuminados á luz electrica. Bem dirigida cozinha e esplendido refeitório.

209, Praga da Republica, 209 (Proxima á estação da E. F. O.)

Rio de Janeiro TERRA, HERCULES & CIA.

ANEXO 5 – Inciativas empreendidas pela sociedade juiz-forana sobre as caixas escolares

NOTICIAS & COMMENTOS

Grupos Escolares

ASSISTENCIA MEDICA

O director dos Grupos Escolares, nosso collega José Rangel, de accordo com o dr. Eduardo de Menezes, director da hygiene municipal, acaba de instituir a assistencia medica gratuita para os alumnos pobres desse estabelecimento de ensino, os quaes terão, além de visitas medicas a domicilio, quando enfermos, fornecimento de medicamentos pela caixa escolar.

Já se declararam promptos para esse serviço os srs. drs. Eduardo de Menezes, Penido Filho, Christovão Malta, José Nava, José Dutra, Sebastião Mascarenhas, Martinho da Rocha e Almada Horta.

—O estabelecimento da assistencia gratuita ás crianças pobres, que frequentam as escolas primarias, era uma lacuna ha muito reclamada, e que, agora, graças aos esforços do zeloso director dos Grupos Escolares, acaba de se transformar em realidade. Dando parabens e franco apoio á tão altruistica criação, chamamos, para o caso a attenção dos interessados.

FONTE: *PHAROL*, 26 de janeiro de 1908. n. 26.